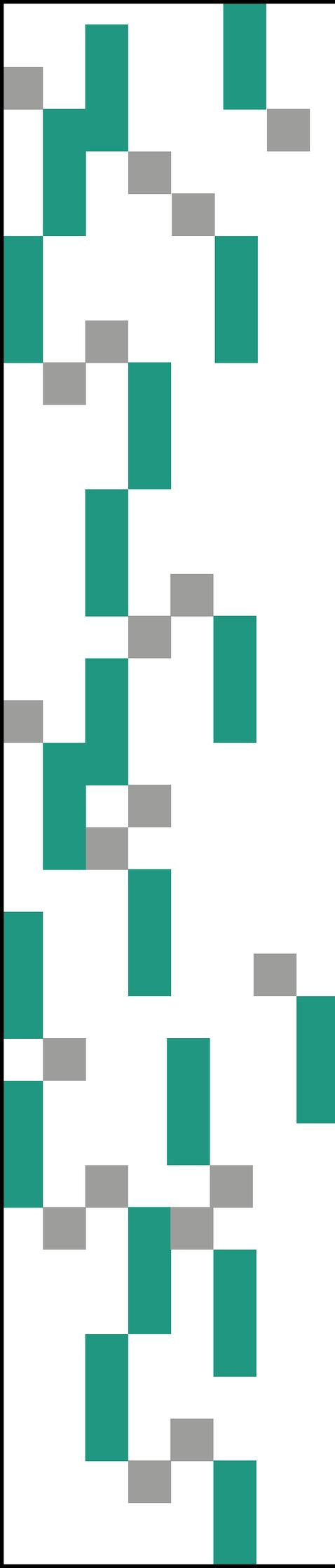


ISSN: 2318-9657

MARX e o MARXISMO

revista semestral, v.6, n.10, jan/jun 2018



nleP  marx

 Universidade
Federal
Fluminense

 CNPq

Editores

André Guimarães Augusto, UFF | Brasil

João Leonardo Medeiros, UFF | Brasil

Flávio Ferreira de Miranda, UFRRJ | Brasil

Conselho Editorial

Alfredo Saad Filho, University of London |
Reino Unido

Álvaro Bianchi, UNICAMP | Brasil

André Guimarães Augusto, UFF | Brasil

André Martins, UFJF | Brasil

Aparecida Tiradentes, Fiocruz | Brasil

Demian Bezerra de Melo, UFF | UFRJ | Brasil

Dermeval Saviani, UNICAMP | Brasil

Diego Guerrero, Universidad Complutense
de Madrid | Espanha

Edison Riuitiro Oyama, UFRR | Brasil

Eduardo Cardoso Daflon, UFF | Brasil

Eurelino Coelho, UEFS | Brasil

Fábio Frizzo, UFF | Brasil

Felipe Demier, UERJ

Franklin Trein, UFRJ | Brasil

Gabriel da Silva Melo, UFF | Brasil

Hugo Figueira Corrêa, UFES | Brasil

José Rodrigues, UFF | Brasil

Kênia Miranda, UFF | Brasil

Lúcia Neves, UFPE | Brasil

Luciana Requião, UFF | Brasil

Maracajaro Mansor, UFF | Brasil

Marcelo Badaró Mattos, UFF | Brasil

Marcelo Carcanholo, UFF | Brasil

Mario Jorge da Motta Bastos, UFF | Brasil

Miguel Vedda, Universidade de Buenos Aires |
Argentina

Paulo Gajanigo, UFF | Brasil

Raquel Varela, Universidade Nova de Lisboa |
Portugal

Ricardo Gaspar Muller, UFSC | Brasil

Sara Granemann, UFRJ | Brasil

Valdemar Sguissardi, UFSCAR | Brasil

Virgínia Fontes, UFF | Fiocruz | Brasil

Xabier Montoro, Universidad Complutense
de Madrid | Espanha

Comitê Científico

Alexis Saludjian, UFRJ | Brasil

Bianca Imbiriba Bonente, UFF | Brasil

Carla Luciana Silva, UNIOESTE | Brasil

Eduardo Sá Barreto, UFJF | Brasil

Eleuterio F S Prado, USP | Brasil

Ellen Tristão, UFVJM | Brasil

Ester Vaisman, UFMG | Brasil

Eunice Trein, UFF | Brasil

Gelsom Rozentino de Almeida, UERJ | Brasil

Gilberto Calil, UNIOESTE | Brasil

João dos Reis da Silva Jr., UFSCAR | Brasil

João Leonardo Gomes Medeiros, UFF | Brasil

José Ernesto Moura Knust, UFF | Brasil

Márcio Lupatini, UFVJM | Brasil

Marcos Del Roio, UNESP | Brasil

Mauricio Vieira Martins, UFF | Brasil

Paula Nabuco in memoriam, UFF | Brasil

Paulo Alentejano, UERJ | Brasil

Paulo Pachá, UFF | Brasil

Ricardo Antunes, Unicamp | Brasil

Roberto Leher, UFRJ | Brasil

Rodrigo Delpupo Monfardini, UFF | Brasil

Rômulo Lima, NIEP-Marx | Brasil

Sonia Maria Rummert, UFF | Brasil

Vania Cardoso da Motta, UFRJ FE COLEMARX |
Brasil

Revisão de texto

Renake Bertholdo David das Neves

Projeto Gráfico

Carolina Noury

Diagramação

Eva M. Maschio

MARX e o MARXISMO

revista semestral, v.6, n.10, jan/jun 2018

Marx e Marxismo. Publicação do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Marx e Marxismo – v.6, n.10, jan/jun. 2018. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2018.

186 p.; il.

Semestral

Inclui bibliografia

Resumo em inglês e português

1. Marx, Karl. 2. Marxismo. 3. Materialismo histórico. 4. Teoria social crítica. 5. Periódicos. I. Universidade Federal Fluminense (UFF).

Política Editorial

Marx e o Marxismo —Revista do NIEP Marx— é uma publicação marxista, aberta para todos os campos do conhecimento social e para a reflexão teórica. Somos um grupo interdisciplinar e defendemos que o rigor necessário, teórico e analítico, envolve o debate franco entre pesquisadores. Entendemos que a tradição materialista crítica do marxismo, com seu teor ontologicamente subversivo e revolucionário, sempre esteve aberta à polêmica e ao debate, ao mesmo tempo em que exige seriedade teórica, coerência na análise empírica e pertinência no enfrentamento ao capitalismo.

De maneira intransigente assumimos a riqueza da herança de Marx e Engels. Nossa Revista, expressando a proposta constitutiva do NIEP Marx, defende uma **concepção materialista** da história, para a qual “o ser social determina a consciência social”: os homens fazem sua própria história, mas de acordo com condições que não são determinadas apenas por suas vontades, mas por situações objetivas, que envolvem dimensões materiais e sociais nas quais as ideias encontram seu pleno sentido.

Partilhamos uma concepção humanista em seu sentido mais pleno, aquele formulado por Marx em sua crítica ao humanismo burguês. Com efeito, desde 1845, em suas *Teses sobre Feuerbach*, Marx afirmava que “a essência humana não é uma abstração inerente a cada indivíduo. Na realidade ela é o conjunto das relações sociais.” Somente poderemos ser plenamente singulares se imersos na fantástica riqueza de uma sociedade emancipada, que não se mede apenas em bens e índices econômicos, mas na plena socialização do conjunto da existência.

Temos estreito compromisso com a **historicidade** e sua compreensão como um **processo contraditório** não linear, e sim conflitivo e complexo. Dentre as contradições que movem a transformação histórica, a principal é a oposição de interesses entre os grandes grupos de homens —as classes sociais— originada quando grupos minoritários se apropriam do excedente do trabalho produzido pela maioria, algo que ocorre pelo menos desde o surgimento da propriedade privada e do Estado. Por isso, nessa concepção, “toda a história da humanidade tem sido a *história da luta de classes*”, como afirmam Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*.

Nossa Revista está aberta para os que pretendem aprofundar o conhecimento teórico no âmbito do marxismo e, simultaneamente, enfrentar o duplo desafio da compreensão e da transformação do mundo contemporâneo.

SUMÁRIO

9 Editorial

Artigos

- 15 Considerações sobre a forma peculiar de leitura de Marx por Mészáros: reflexões sobre o *método*
Demetrio Cherobini
- 29 Notas sobre a relação entre estranhamento e capital: uma análise dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* e do *Grundrisse*
Henrique Pereira Braga
- 44 1917 e a tentativa de construção do homem novo – O caráter pedagógico da revolução social
Iziane Silvestre Nobre
- 67 Jorge Amado: do romance proletário ao romance histórico. Uma discussão sobre mediações da forma estética e conteúdo sócio-histórico
João Paulo Ferreira
- 85 O conservadorismo e seus rebatimentos na educação brasileira
Raquel Dias Araújo
Karine Martins Sobral
Natália Ayres
- 103 A crítica da política e do Estado de Marx a partir das *Glosas críticas ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social. De um Prussiano”*
José Luiz Alcantara Filho

127 Teoria da renda fundiária a partir de Marx e a
controvérsia sobre a renda absoluta
Patrick Galba de Paula

159 Totalidade e internacionalismo em León Trotsky
Felipe Demier

Nota crítica

176 A UERJ em estado de calamidade pública
Jônatas da Silva Abreu Aarão

Luta e memória

181 Aportes para una discusión contemporánea al texto
de Antonio Gramsci sobre “Una revolución contra
El Capital”
Julio C. Gambina

Editorial

O ano de 2018 inicia -se sob o impacto da execução, em 14 de março, da vereadora Marielle Franco, do Rio de Janeiro, e do motorista Anderson Santos. Passados cerca de vinte dias do assassinato de Marielle e Anderson, não se sabe ainda quem o cometeu, a despeito das promessas de celeridade na apuração feitas pelas autoridades policiais. Embora se desconheça a autoria da execução de Marielle e Anderson, sabe-se, entretanto, quem perpetrou a tentativa da segunda morte simbólica da vereadora pela difusão de calúnias grosseiras. Tais calúnias não respeitaram nem a aritmética básica e contaram com a cumplicidade omissa das grandes empresas capitalistas de internet, as efetivas proprietárias das “redes (anti)sociais”. Os perfis falsos ou descarados que tentaram a segunda morte simbólica de Marielle são formados por saudosistas da ditadura militar, seguidores do candidato fascista Jair Bolsonaro, fanáticos religiosos cristãos e adoradores do fascismo de mercado, e neonazistas. O que une todos eles é a estratégia de manipular emoções, caluniar os opositores e tornar a vítima culpada, nada de diferente dos manuais de propaganda nazista de Goebbels. Trata-se da propagação e execução da “ideologia do punho”, como Mussolini definia o fascismo.

Marielle não é mais uma estatística, mas é mais uma entre tantos militantes de esquerda assassinados nos últimos anos. Dentre tantos outros, lembramos aqui de Paulo Sérgio Almeida Nascimento, líder comunitário no Pará, assassinado em 12 de março de 2018; George de Andrade Lima Rodrigues, líder comunitário em Recife, assassinado em 23 de fevereiro de 2018; Carlos Antônio dos Santos, o “Carlão”, líder comunitário no Mato Grosso, assassinado em 07 de fevereiro de 2018; Leandro Altenir Ribeiro Ribas, líder comunitário em Porto Alegre, assassinado em 28 de janeiro de 2018; Márcio Oliveira Matos, liderança do MST na Bahia, assassinado em 24 de janeiro de 2018; Valdemir Resplandes, líder do MST no Pará, assassinado em 9 de janeiro de 2018; Jefferson Marcelo do Nascimento, líder comunitário no Rio, assassinado em 04 de janeiro de 2018; Clodoaldo do Santos, líder sindical em Sergipe, assassinado em 14 de dezembro de 2017; Jair Cleber dos Santos, líder de acampamento no Pará, assassinado em 22 de setembro de 2017; Fabio Gabriel Pacifico dos Santos, o “Binho dos Palmares”, líder quilombola na Bahia, assassinado em 18 de setembro de 2017; José Raimundo da Mota de Souza Júnior, líder do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) na

Bahia, assassinado em 13 de julho de 2017; Rosenildo Pereira de Almeida, o “Negão”, líder comunitário da ocupação na Fazenda Santa Lúcia, no Pará, assassinado em 8 de julho de 2017; Eraldo Lima Costa e Silva, líder do MST no Recife, assassinado em 20 de junho de 2017; Valdenir Juventino Izidoro, o “Lobó”, líder camponês de Rondônia, assassinado em 4 de junho de 2017; Luís César Santiago da Silva, o “Cabeça do Povo”, líder sindical do Ceará, assassinado em 15 de abril de 2017; Waldomiro Costa Pereira, líder do MST no Pará, assassinado em 20 de março de 2017; João Natalício Xukuru-Kariri, líder indígena em Alagoas, assassinado em 11 de outubro de 2016; Almir Silva dos Santos, líder comunitário no Maranhão assassinado em 8 de julho de 2016; José Bernardo da Silva, líder do MST em Pernambuco, assassinado em 26 de abril de 2016; José Conceição Pereira, líder comunitário no Maranhão, assassinado em 14 de abril de 2016; Edmilson Alves da Silva, líder comunitário em Alagoas, assassinado em 2 de fevereiro de 2016; Nilce de Souza Magalhães, a “Nicinha”, líder comunitária e membro do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) em Rondônia, assassinada em 7 de janeiro 2016; Simeão Vilhalva Cristiano Navarro, líder indígena do Mato Grosso, assassinado em 1 de agosto de 2015; Paulo Sérgio Santos, líder quilombola na Bahia, assassinado em 6 de julho 2014.

Diante do assassinato dessas e de outras lideranças de esquerda, do extermínio da população trabalhadora negra e pobre nas periferias das grandes cidades, dos trabalhadores do campo, da população indígena e ribeirinha, e da população LGBT, não seria exagero afirmar que não são apenas as formalidades da democracia burguesa que estão ameaçadas, mas sim que a aparente democracia burguesa brasileira torna cada vez mais manifesta sua essência fascista.

A ideologia fascista do punho tem saído das máquinas de propaganda de propriedade das grandes empresas de internet e se tornado cada vez mais uma realidade oficial com a crescente militarização da sociedade brasileira. Marielle foi assassinada em um Rio de Janeiro sob intervenção federal militar decretada por Michel Temer em 16 de fevereiro. Marielle, nunca é demais lembrar, era da Comissão de Direitos Humanos da Câmara e crítica da intervenção militar. A intervenção soma-se ao crescimento das milícias, grupos com características mafiosas formados principalmente por militares e ex-militares, à militarização de escolas públicas, e à lei que permite que militares que assassinarem civis durante operações sejam julgados por tribunais militares. Ao que parece, alguns grupos tentam encaminhar o extermínio da esquerda e de trabalhadores pobres para a “solução final”, alegando uma guerra inexistente onde só um lado está armado.

O Brasil de hoje, infelizmente, parece na beira de um precipício apavorante, que já cobra e cobrará ainda mais o esforço intelectual e físico – no limite, como vimos, a vida – daqueles que lutam pela construção de uma sociedade realmente fraterna (razão pela qual, evidentemente, não pode ter caráter capitalista). A situação bárbara do cotidiano produz fechamentos que dificultam a reflexão

teórica e abstrata, além da análise de eventos e processos passados. Há, entretanto, que resistir também neste campo e, para isso, basta que nos inspiremos nos clássicos do marxismo. Grandes obras de Marx, Engels, Lenin, Trotsky, Lukács, Rosa Luxemburgo, entre outros, não foram produzidas em circunstâncias que descreveríamos como tranquilas ou pacíficas. Que sua inspiração motive nosso público a interessar-se pela ampla diversidade de trabalhos que publicamos na *Revista Marx e o Marxismo* e, em particular, nesta edição.

Em outubro do ano passado, o marxismo perdeu um de seus maiores pensadores, István Mészáros. Ressaltando a importância da obra de Mészáros para o pensamento crítico, marxista ou não, e para a causa do socialismo, publicamos nessa edição o artigo “Considerações sobre a forma peculiar de leitura de Marx por Mészáros: Reflexões sobre o *método*”, por Demetrio Cherobini. O autor destaca que a obra de Mészáros constitui-se a partir de um diálogo constante com a obra de Marx, na busca da compreensão do presente em um novo prisma teórico que revele os caminhos possíveis para a emancipação humana.

O segundo artigo que publicamos neste número é de autoria de Henrique Pereira Braga, “Notas sobre a relação entre estranhamento e capital: uma análise dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* e do *Grundrisse*”. Pela análise das categorias de capital e estranhamento na referida obra, Braga nota que a contradição entre a produção de riqueza e de pobreza na sociedade capitalista centra-se no estranhamento, não se restringindo à distribuição da renda, mas configurando um empobrecimento do gênero humano. Quando a riqueza social tem a forma estranhada de capital, o livre desenvolvimento das individualidades é negado pelas relações capitalistas.

Em seguida, o artigo “1917 e a tentativa de construção do homem novo – O caráter pedagógico da revolução social”, de Iziane Silvestre Nobre, retoma um tema importante no debate sobre a Revolução de Outubro, da Rússia, que acabou de completar seu centenário: o da natureza pedagógica do processo revolucionário. Recorrendo à análise da práxis em geral e da práxis revolucionária em particular, Nobre põe em destaque a maneira como a educação revolucionária foi levada às escolas da União Soviética desde o imediato pós-revolução, mas pouco a pouco, acabou reduzida a uma educação voltada para a práxis laborativa. Uma educação, portanto, unilateral e estranhada.

No artigo “Jorge Amado: do romance proletário ao romance histórico. Uma discussão sobre mediações da forma estética e conteúdo sócio-histórico”, João Paulo Ferreira realiza uma análise crítica dos romances de Jorge Amado que compõem o ciclo do cacau. O autor defende que, nessas obras, Jorge Amado reconhece e discute potencialidades das transformações da sociedade brasileira no final do século XIX e meados do século XX, caracterizando-se por um realismo marcado pelas peculiaridades da situação histórica, com a complexidade da modernização brasileira e a necessidade de dar voz e protagonismo aos espoliados.

Publicamos também nesse número o artigo “O conservadorismo e seus rebatimentos na educação brasileira”, de Raquel Dias Araújo, Karine Martins Sobral e Natália Ayres, que tem por objeto as propostas e políticas educacionais conservadoras no Brasil. Em destaque, estão o projeto conhecido como “escola sem partido” – ou mais precisamente, a lei da mordaza – e a Emenda Constitucional 95/2016, referente ao financiamento da educação pública. As autoras mostram o caráter conservador contido nas propostas de desresponsabilização do Estado pela educação pública, de controle, censura e criminalização da autonomia docente, inserindo-se, assim, no conjunto abrangente de contrarreformas conservadoras do Brasil atual.

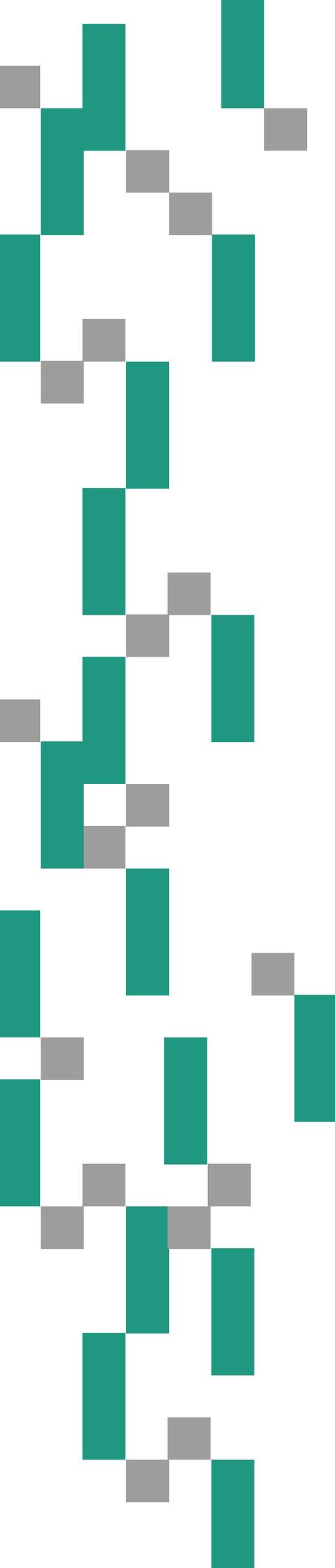
No artigo “A crítica da política e do Estado de Marx a partir das *Glosas críticas ao artigo ‘O rei da Prússia e a reforma social. De um Prussiano’*”, José Luiz Alcântara Filho destaca o caráter seminal do artigo de Marx em que o proletariado aparece pela primeira vez como sujeito da revolução social e o comunismo como o movimento transformador da sociedade burguesa. A partir da crítica à visão hegeliana da política e do Estado, Marx teria, segundo o autor, formulado uma teoria da revolução cujos elementos permanecem em sua obra posterior. A teoria da revolução presente nas “Glosas críticas”, no entanto, ainda careceria dos elementos da crítica da Economia Política presentes na obra madura de Marx.

No artigo “Teoria da renda fundiária a partir de Marx e a controvérsia sobre a renda absoluta”, Patrick Galba de Paula retoma o debate sobre a teoria da renda fundiária de Marx. O autor rebate as críticas que propõem substituir a teoria da renda da terra de Marx por uma teoria do preço de monopólio, mostrando que Marx explica como surgem sobrelucros apropriados como renda mesmo quando não há situação de monopólio. Patrick defende a posição de Marx contra os críticos a partir de uma interpretação dos preços de mercado, contido no Capítulo X do Livro III de *O capital*.

Felipe Demier, no artigo “Totalidade e internacionalismo em León Trotsky”, destaca os aspectos teóricos da defesa do internacionalismo por Trotsky contra o “socialismo em só país”, defendido pelo stalinismo. Demier argumenta que a defesa do internacionalismo encontra suas bases teóricas na apreensão do capitalismo como uma totalidade histórica e na dialética entre interno e externo. O autor demonstra que a postura metodológica de Trotsky leva à crítica ao etapismo e às especificidades da revolução nos países “atrasados”.

Na seção *Notas Críticas*, publicamos o depoimento comovente de Jônatas da Silva Abreu Aarão: “A UERJ em estado de calamidade pública”. O autor faz uma revisão e um balanço da luta contra o desmonte da UERJ, apontando que os problemas não estão resolvidos, com ausência de qualquer garantia para a continuidade do pagamento dos salários e bolsas e com a persistência do subfinanciamento e da ameaça de privatização.

Na seção *Luta e Memória*, por fim, apresentamos o texto “Aportes para una discusión contemporánea al texto de Antonio Gramsci sobre ‘Una revolución contra *El capital*’”, de Julio C. Gambina. O autor destaca que o artigo de Gramsci coloca-se contra o marxismo oficial da época de sua publicação e põe a discussão da necessidade de dar continuidade a *O capital*. O autor destaca também a atualidade do texto de Gramsci na crítica ao capitalismo em sua configuração contemporânea.



ARTIGOS

Considerações sobre a forma peculiar de leitura de Marx por Mészáros: reflexões sobre o *método*

Considerations on the peculiar way Mészáros reads Marx: reflections on method

Demetrio Cherobini*

Resumo

O presente artigo busca analisar as peculiaridades e os aspectos fundamentais do método de pesquisa e de conceituação do capital tal como utilizado por István Mészáros a partir de sua interlocução crítica com a obra de Marx, sua principal fonte de referência. Esses aspectos dizem respeito, basicamente, à consideração da obra global de Marx, em sua totalidade e movimento, como fonte de novas elaborações teóricas realizadas a partir de questionamentos concernentes aos problemas da época histórica presente, com suas características e desenvolvimentos específicos.

Palavras-chave: Marx; Mészáros; método

Abstract

This article seeks to analyze the peculiarities and fundamental aspects of research method and conceptualization of capital used by István Mészáros from his critical interlocution with the work of Marx, his main source of reference. These aspects basically concern the consideration of Marx's total work in its totality and movement as the source of new theoretical elaborations based on questions relating to the problems of the present historical epoch with their specific characteristics and developments.

Keywords: Marx; Mészáros; method

* Cientista social, Mestre e Doutor em Educação (UFSC).

A relação com Marx é a verdadeira pedra de toque de todo intelectual que leva a sério o esclarecimento de sua própria concepção de mundo e do desenvolvimento social, particularmente a situação atual, a sua inserção nela e seu posicionamento frente a ela. A seriedade, o escrúpulo e a profundidade que dedica a este problema indicam se e em que medida o intelectual pretende, conscientemente ou não, furtar-se a uma clara tomada de posição em face das lutas históricas contemporâneas.

Georg Lukács

István Mészáros foi um autor que sempre se preocupou com a necessidade de formulação de *sínteses teóricas* sobre o momento histórico vivido, sobre a sociedade capitalista em cada etapa de sua contemporaneidade, onde a luta pelo socialismo demonstra possuir atualidade. A teoria sobre o sistema do capital que o filósofo busca realizar em suas obras, sobretudo na maior delas, *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*, é um exemplo desse intuito, cultivado desde seus anos iniciais de formação, quando vivia em Budapeste e estava sob orientação e estímulo de seu mestre e amigo Georg Lukács¹. Conhecer a essência do capital em seu momento atual é, sem dúvida, imprescindível para os que lutam pela sua superação, para os que pretendem a elaboração de uma estratégia política capaz de orientar ações no presente que possam desencadear o movimento de transição rumo à comunidade humana emancipada, o comunismo.

A necessidade da síntese teórica é, assim, em última instância, uma necessidade política, gerada por contradições e tensionamentos postos pela própria prática social. Como afirma Mészáros, nesse sentido, “*toda teoria social* que se preze constitui-se com base em – e em resposta a – *uma situação histórica específica*, que, como tal, requer a solução de um determinado conjunto de tarefas práticas” (2008, p. 37; grifos nossos). Para estar à altura desse compromisso, o esforço de síntese exige intensa e constante atenção investigativa acerca do objeto complexo que se quer desvendar, o qual se transforma a cada dia, numa dinâmica que envolve elementos de continuidade e descontinuidade em relação às suas formas anteriores, como se verifica na história do sistema do capital e do capitalismo.

Exige, também, um rigoroso debate crítico com a tradição passada, com o

¹ Desde 1951, Mészáros já se ocupava com o problema da necessidade de *sínteses teóricas*, chegando inclusive a debatê-lo com Georg Lukács, como bem sublinha Maria Orlanda Pinassi (2011). A autora destaca que, bem antes de escrever sua obra mais importante, *Para além do capital*, lançada em 1995, Mészáros já possuía uma “*síntese in statu nascendi*”, materializada no livro *A teoria da alienação em Marx*, escrita entre os anos de 1959 e 1969 e publicada em 1970. Mészáros certamente recebia, nessa época, a influência de Lukács a respeito da necessidade de um “renascimento do marxismo” e da escrita de um *O Capital* referente a nossa época histórica, como afirma José Paulo Netto (2008).

conhecimento acumulado e expresso nas teorizações anteriores que, por sua vez, também visaram sintetizar os saberes e as experiências revolucionárias da classe trabalhadora em seu vir-a-ser histórico. Incorporando tais exigências, Mészáros inscreve-se nesse debate e toma ninguém menos que a figura de Marx como seu principal interlocutor. A compreensão da teorização proposta pelo pensador húngaro faz com que seja necessária, por isso, a elucidação sobre como se dá essa assimilação em relação a sua mais importante fonte de referência.

Sem deixar de considerar Marx um *contemporâneo*², na medida em que toma o filósofo alemão como o mais arrojado teórico sobre o *capital* – ou seja, sobre a forma social que continua, hoje, a dominar o sociometabolismo da humanidade –, Mészáros também leva em conta as diferenças entre o tempo histórico em que escreve e aquele em que se situa o autor de *O Capital*. Entretanto, é exatamente por causa dessa unidade entre identidade e diferença de temporalidades históricas que o estudo da obra de Marx impõe-se.

Certamente, a sociedade de hoje é bastante diferente do contexto do ano de 1867, quando a grande obra marxiana veio à luz, e, como tal, apresenta problemas próprios a serem resolvidos. Mas essa ida ao passado é sumamente necessária, não somente para que o passado seja reavaliado sob as luzes que lhe joga o presente, mas também para que o presente seja esclarecido, na medida em que as teorizações realizadas em épocas idas podem auxiliar na compreensão do contexto atual, com vistas a que a luta pela sociedade futura possa ser melhor empreendida. Como afirma o filósofo húngaro,

a reflexão sobre o passado só pode originar-se do significado que o próprio presente oferece [...] ou seja, para a solução das tarefas atuais –, mas o ato mesmo de reflexão, pelo fato de estabelecer determinadas relações com o passado, também determina inevitavelmente sua própria orientação. Assim, a reflexão e a investigação crítica tornam-se autorreflexão e autodefinição críticas. O significado do presente é utilizado como uma chave para revelar o significado do passado que conduz ao presente, o qual, por sua vez, revela dimensões anteriormente não identificadas do presente que conduzem ao futuro, não sob a forma de determinações mecânicas rígidas, mas como antecipações de objetivos vinculados a um conjunto de motivações interiores. Desse modo, estamos envolvidos num movimento dialético que conduz do presente para o passado e do passado para o futuro. Nesse movimento, o passado não está em algum lugar *lá*, em sua remota finalidade e “clausura”, mas bem *aqui*, “aberto” e situado entre o presente e o fu-

² Como atesta o artigo de Mészáros, “Marx, nosso contemporâneo, e seu conceito de globalização” (2004).

turo, por mais paradoxal que isso possa parecer a quem pense em termos de “ordem intelectual” da cronologia mecânica. Pois o fato é que o presente não pode ter senão uma mediação entre ele próprio e o futuro: não o vazio momento infinitesimal que o separa do que vem a seguir, mas sim uma grande riqueza e intensidade de um passado trazido à vida no tempo de exposição da reflexão penetrante e do autoexame crítico. (2012, pp. 71-72; grifos de Mészáros)

Assim, cremos que, sob a premência de problemas atuais, a confrontação crítica entre passado e presente, expressa respectivamente nas obras de Marx e Mészáros, serve para iluminar a ambos e fecundar positivamente a luta contemporânea dos trabalhadores. O estudo feito por Mészáros sobre a época atual, imbuído pela necessidade política da síntese teórica, pretende, assim, elucidar o que na obra de Marx é capaz de fornecer meios fecundos para a compreensão do próprio presente, que, sob o prisma da nova elaboração teórica, pode revelar quais os caminhos passíveis de serem aproveitados para os combates que visam a conduzir ao futuro emancipado da humanidade.

Claro está que a leitura, por parte de Mészáros, do passado corporificado na obra de Marx não é arbitrária. Há, por certo, uma margem de possibilidades para qualquer investigador que, no presente, busque a realização dessa interlocução crítica com o criador do materialismo histórico. Essa margem de possibilidades é dada pelo caráter intrínseco da obra mesma, que, pela sua natureza – aberta, mas com especificidades –, limita o espectro de interpretações possíveis.

Como reconhece o próprio Mészáros: “embora o passado seja inesgotável, por certo não é desprovido de caráter. Não pode ser simplesmente moldado, de qualquer modo que se queira, de acordo com fantasia e caprichos arbitrários: o peso e a lógica interna de sua evidência estabelecem limites objetivos a possíveis reinterpretações” (*ibidem*, pp. 74-75). São os problemas *atuais*, repetimos, provenientes das lutas atuais e visando o futuro, que guiarão a leitura da obra passada, e, sem deixar de levar em conta o seu caráter específico, estabelecerão a direção na nova síntese pretendida, que, por sua vez, sempre estará aberta a novos balanços críticos e a novas reformulações. Nas palavras, mais uma vez, do filósofo húngaro:

À medida que o homem constrói a própria história, com base em determinações temporais e estruturais – preservando-as e superando-as –, certas características do passado, antes não visíveis, passam para o primeiro plano. Eram invisíveis não porque as pessoas fossem cegas ou enxergassem mal (embora, é claro, haja também inúmeros desses casos), mas porque não existiam da mesma forma antes da articulação objetiva de *relações* determinadas. [...] O futuro não inventa nem cria

as características do passado, mas as sistematiza no decorrer de sua própria autorrealização. Isso cria a necessidade de reinterpretações constantes, e, ao mesmo tempo, estabelece limites objetivos que definem muito bem que curso elas devem tomar e até onde podem ir. (*idem ibidem*; grifo de Mészáros)

Isso significa que não podemos ter a pretensão da reinterpretação “absoluta”, o que seria, na visão de Mészáros, algo completamente absurdo e contrário ao traço característico da abordagem marxista³. Sua proposta, nesse contexto, é a de, sem querer dar a palavra final sobre Marx ou sobre a sociedade contemporânea, deixar “abertas as linhas de pesquisa, ao invés de tentar em vão fechá-las [...] uma abordagem desse tipo sem dúvida rejeita radicalmente as ilusões de definitividade e de completa conclusão” (2012, p. 75). Ao contrário de uma certa vulgata, que crê ter a palavra última das coisas, não há, na visão do filósofo húngaro, “tratamento definitivo” de um autor particular ou da própria história⁴. Leiamos, mais uma vez, o que escreve a esse respeito:

A história não é simplesmente inalterável, mas inesgotável. Isso é o que dá sentido à preocupação que se tem com o passado e determina a necessidade de constantes reinterpretações. Nada mais absurdo do que a ideia de “história definitiva”, de “tratamento definitivo” deste ou

³ Aqui, podemos juntar uma reflexão de David Harvey dotada de um espírito semelhante: “cabe a cada leitor traduzir *O Capital* de modo que tenha sentido para a sua vida. Não há – e não pode haver – uma interpretação definitiva, precisamente porque o mundo está em contínua mudança. Como provavelmente diria Marx, *hic Rhodus, hic salta!*” (2013, p. 23).

⁴ Isso não significa uma postura relativista por parte de Mészáros em sua pesquisa, mas, ao contrário, a plena assunção de que a objetividade existe, é passível de ser apreendida e é mutável historicamente. Nas suas palavras: “o significado, em qualquer nível e em todos os contextos, não se *descobre* simplesmente no objeto das pesquisas de alguém (como supõem certos criadores de mitos, sociológicos ou de outras ‘ciências’, condenando-se a ficarem ziguezagueando no nível de generalidade de uma lista telefônica, sem a manifesta função que esta possui), mas *desdobra-se* a partir dele pelo significado da temporalidade pesquisadora. [...] O que faz das biografias de Isaac Deutscher obras duradouras não é o fato de conterem tudo em forma ‘definitiva’ (e como poderiam?), mas sim o de oferecerem uma seleção significativa de dados, *relevantes* à sua própria busca e à orientação de seus contemporâneos. Assim, o fator isolado mais importante na constituição do significado é a paixão subjacente que dá vida à própria pesquisa. Tudo isso não significa, é claro, que a objetividade na história seja negada. Ao contrário, uma definição precisa de sua natureza e de seus limites salva a objetividade histórica da desgraça do relativismo extremado que ela suporta pelas aspirações contraditórias do positivismo e do ‘cientificismo’ [...]. Alguns [dados] são mais significativos do que outros, e alguns são mais significativos a dada época do que a outra. A objetividade da história não é objetividade de um prego, muito menos de uma pedra [...]. A objetividade histórica é dinâmica e mutável, como é a *vida*, não em si e por si – pois isso ainda se poderia reduzir a um conjunto de leis naturais mais ou menos simplificadas –, mas à medida que evolui, sobre uma base natural radicalmente modificada pelo trabalho e pela autorreflexão, dentro da *esfera social*. A objetividade da própria busca é determinada pelas condições de uma dada temporalidade, a qual, obviamente, implica antecipações e avaliações de tendências futuras de desenvolvimento. Não obstante, em sua objetividade dinâmica, toda pesquisa está sujeita a critérios de avaliação com respeito tanto aos seus determinantes sociais (inclusive suas limitações) quanto à natureza (realista ou de outro tipo) do que prevê” (2012, pp. 73-74; grifos de Mészáros).

daquele período, ou de uma “biografia definitiva” etc., a qual teria como corolário a antecipação de um estágio em que, dada a acumulação abundante de grande quantidade de coisas definitivas, não haverá mais necessidade de reexame constante da história. Caso ocorresse esse tipo de “definitividade”, não seria apenas o historiador que poria de lado sua atividade, mas o próprio homem, que só pode ignorar ou rotinizar seu passado à custa da decapitação do próprio futuro. (*ibidem.*, p. 72)

Além desses pressupostos, centrais na abordagem de Mészáros em relação ao pensamento de Marx, é preciso ressaltar que o *método* utilizado pelo filósofo húngaro para a realização de sua síntese não consiste numa formulação abstrata, fundamentada em si mesma, que existiria antes mesmo da realização da pesquisa. Ao contrário, a postura de Mészáros, aqui, possui o caráter rigoroso de uma ontologia social materialista⁵. Ou seja, vai ao real como tal, ao ser do capital como este se apresenta, deixando que o seu próprio movimento revele as categorias fundamentais de que é constituído. A pesquisa mesma vincula-se ao processo de reconstrução ideal do ser concreto real. É nesse processo analítico que ganha sentido o diálogo com a obra global de Marx, fazendo com que o real a ilumine e seja iluminado por ela, fornecendo, desse modo, as condições para uma nova elaboração teórica, sintética, que nunca é, como dissemos acima, absoluta ou definitiva⁶.

Claro está que, para Mészáros, os métodos têm, necessariamente, um *fundamento social* (eis o sentido de sua ontologia materialista). Essa fundamentação dá-se no âmbito da *forma* da sociedade, que se expressa sempre na *forma* do método utilizado. O filósofo húngaro elucida claramente sua tese quando centra a análise no caso específico das determinações levadas a efeito pelo sistema de controle sociometabólico do capital. Leiamos o que escreve nesse sentido:

Como sabemos, a *formação social* dominada pelo poder do capital estende-se ao longo de um amplo período social cujo fim ainda não está à vista. Contudo, *além das mudanças materiais de vasto alcance que caracterizam a fisionomia intelectual das fases específicas do de-*

⁵ Conforme Mészáros estabelece em *Para além do capital*. O filósofo húngaro segue, aqui, a concepção ontológica desenvolvida pelo próprio Marx, bem definida nesses termos por J. Chasin: “investigação do ente autoposto em sua imanência, seja esse uma formação real ou ideal; procedimento teórico [...] em que a tematização, isto é, a reprodução ideal das *coisas* é procedida a partir delas próprias, da malha ou do aglutinado de seus nexos constitutivos, processo analítico pelo qual são desvendadas e determinadas em sua gênese e necessidade próprias” (2009, p. 74; grifo de Chasin).

⁶ É compreensível que os portadores do saber absoluto sobre a obra de Marx e sobre o real histórico discordem de Mészáros já nesse princípio.

envolvimento do sistema capitalista, há também algumas grandes continuidades. São estas últimas, em específico, que circunscrevem os grandes parâmetros metodológicos, de acordo com as circunstâncias da era do capital como um todo, com características identificáveis de forma nítida. [...] [Desse modo,] compreende-se que as fases particulares do desenvolvimento socioeconômico são marcadas por significativas inovações teóricas e metodológicas, de acordo com as circunstâncias em modificação. É importante salientar, porém, que todas essas mudanças metodológicas e transformações teóricas têm de se acomodar em relação aos limites restritivos da moldura estrutural comum que define a época em sua totalidade. (2009, p. 9; grifos nossos)

Para Mészáros, portanto, as *formas* dos métodos são estruturalmente homólogas às *formas* das sociedades das quais eles são expressão⁷. Em uma formação social específica, como a que vige a relação-capital, por exemplo, podemos verificar como isso se dá: o sistema do capital modifica-se com o desenrolar da história (“mudanças materiais de vasto alcance”), em virtude de suas próprias contradições internas. Contudo, apresenta continuidades em sua estrutura, e são estas que, justamente, “circunscrevem os grandes parâmetros metodológicos” das produções teórico-sociais significativas do período histórico em que nos situamos.

O filósofo húngaro afirma, a fim de complementar essa reflexão, que

os parâmetros metodológicos fundamentais das épocas históricas são circunscritos pelos *limites estruturais últimos* de sua força dominante de controle sociometabólico e, como tal, são definidos segundo as potencialidades (e, evidentemente, também de acordo com as limitações) inerentes ao modo dominante de atividade produtiva e à correspondente distribuição do produto social total. (*ibidem*, p. 10; grifos de Mészáros)

⁷ Em um opúsculo dedicado à questão do método em Marx, José Paulo Netto explica que “Para Marx, o método não é um conjunto de regras formais que se ‘aplicam’ a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada nem, menos ainda, um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe, conforme a sua vontade, para ‘enquadrar’ o seu objeto de investigação. [...] Ele [Marx] nos descobriu a estrutura e a dinâmica *reais* do capital; não lhe ‘atribuiu’ ou ‘imputou’ uma lógica: extraiu da efetividade do movimento do capital a *sua* (própria, imanente) *lógica* – numa palavra, deu-nos a teoria do capital: a *reprodução ideal do seu movimento real*. E para operar esta reprodução, ele tratou de ser *fiel ao objeto*: é a estrutura e a dinâmica do objeto que comandam os procedimentos do pesquisador. O método implica, pois, para Marx, uma determinada *posição (perspectiva)* do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações” (2011, pp. 52-53; grifos de Mészáros).

Para Mészáros, então, os parâmetros metodológicos das épocas históricas particulares são determinados pelos *limites estruturais últimos* da sua força de controle sociometabólico dominante, “em conformidade com o tipo prevalente de atividade produtiva e a correspondente modalidade de distribuição. Qualquer tentativa teórica de escapar dessas determinações, na equivocada busca de ‘metateorias’ evasivas, pode apenas prejudicar o empreendimento [teórico-investigativo]” (*ibidem*, p. 17).

Isso significa que não se pode discutir o método sem compreender a estrutura *real* da qual ele é uma reprodução *ideal*. Em outras palavras, elaborar o conjunto de categorias intelectuais que permitem mediar e apreender concretamente um determinado objeto histórico exige que se discuta, concomitantemente, as categorias reais, isto é, a formação social – o conjunto de suas *mediações* práticas específicas constituintes⁸ – de onde o próprio método deverá se originar.

É por esse motivo que a compreensão do método em Mészáros se faz a par e a passo com a compreensão do objeto por ele analisado – o capital, tal como se estabelece em nossa época histórica. Daí que suas formulações nesse sentido são intimamente dependentes das mediações *reais* que compõem o objeto em questão, as mediações de primeira ordem (invariáveis historicamente), as mediações de segunda ordem (variáveis historicamente, tanto as que compõem o ser do capital “em geral”, quanto as que definem a sua fase específica de “crise estrutural”), e, além disso, a realização do método exige também que se aponte, em linhas gerais, as mediações futuras, a serem realizadas pela comunidade humana emancipada, visto que a afirmação destas também participará da orientação do processo de pesquisa.

Pois, como explica o próprio Mészáros,

qualquer solução apontando na direção da alternativa hegemônica historicamente sustentável do trabalho, vislumbrada através do inevitável período de transição, deve partir das condições *realmente dadas* da ordem sociometabólica dominante, com suas premissas e seus imperativos práticos frequentemente ocultos mas impostos de modo fetichista. Uma abordagem metodológica válida da teoria de transição exigida nesse sentido é viável apenas se satisfizer duas condições

⁸ Mészáros afirma, nesse sentido, que “com relação ao método, a *mediação* é a categoria mais importante tanto teórica como prática em nossa época de transição histórica. Não pode haver surpresa nisso. Teórica porque em vista da magnitude do desafio que temos de enfrentar, nada pode ser conquistado com êxito sem uma concepção *intelectualmente coerente* e verdadeiramente *abrangente* da mediação. E, na prática, porque é impensável instituir na ordem social estabelecida as mudanças qualitativas exigidas sem adotar as formas apropriadas de *mediação prática* que podem fazer historicamente viável no futuro nosso iniludível modo de reprodução sociometabólica – como seres *mediados* por si próprios da natureza que devem assegurar até no mais longo prazo suas condições de existência numa interação plenamente adequada com a natureza” (*ibidem*, p. 277).

necessárias: (1) a clara definição de seu ponto de partida em relação às determinações *objetivas* do arcabouço estrutural *efetivamente dado* da sociedade, com suas contradições realmente existentes e antagonismos inextirpáveis (o que implica, de maneira evidente, a crítica de suas conceituações tendenciosas e, especialmente na fase descendente do desenvolvimento do sistema, a distorção cada vez mais apologética do estado de coisas historicamente dado a partir da perspectiva privilegiada, serviente a si mesma, do capital); (2) a indicação dos traços gerais da *alternativa hegemônica do trabalho sustentável a longo prazo* à ordem estabelecida. (*ibidem*, p. 261; grifos de Mészáros)

Temos, então, que os desafios impostos à humanidade pelo capital, em nossos dias, tornam necessária uma nova síntese teórica que possa auxiliar as lutas revolucionárias dos trabalhadores por sua emancipação. Esse esforço investigativo guia-se pelo objetivo da análise crítica das mediações reais que controlam o sociometabolismo humano e pela necessidade de ultrapassá-las no sentido do processo de transição socialista. Marx é, sem dúvida, a principal fonte teórica em que bebe Mészáros a fim de realizar seu intento. Mas como, afinal, a obra do filósofo alemão é abordada?

Mészáros leva em consideração a *totalidade* da obra de Marx como fonte heurística para suas próprias formulações conceituais. Através de um bom número de estudos realizados pelo filósofo húngaro, podemos constatar que tal procedimento é constante em sua produção teórica como um todo⁹. Fica claro que a abordagem mézárariana leva em conta a obra *global* do autor investigado, tomando-a como uma realidade em *movimento* e que, por esse motivo, precisa ser compreendida *dinamicamente*. Esse método permite apreender os elementos de *continuidade* e *descontinuidade* da obra perquirida, e, além disso, aquilo que Mészáros chama de “ideia sintetizadora fundamental”, isto é, a fonte teórica da organização das formulações do autor estudado.

Tal procedimento possibilita, assim, vislumbrar as *tensões* e as *contradições* não resolvidas presentes na teoria em questão: como elas se formam, se estruturam, se transformam (numa escala temporal que pode ser mais ou menos longa) e como se desenvolvem em sua totalidade. Tudo isso, evidentemente, levando-se em consideração a *situação histórica* do intelectual analisado, como ele se insere em seu contexto, vive as transformações de seu tempo e as expressa em seus constructos intelectuais.

⁹ Pensamos, aqui, por exemplo, no importante ensaio crítico sobre Lukács feito por Mészáros ainda na década de 1960, *O conceito de dialética em Lukács* (2013), no seu estudo sobre *A teoria da alienação de Marx* (2006) e na sua investigação sobre *A obra de Sartre: busca da liberdade e desafio da história* (2012).

Desse modo, a abordagem de Mészáros exige a *não separação rígida* entre os diferentes momentos da obra de um pensador. O essencial, na investigação, é considerar suas elaborações como um todo dinâmico, a fim de se poder captar o “núcleo organizador” dessa formulação teórica. Nas palavras do filósofo húngaro:

Os principais contornos de uma ideia [isto é, o núcleo organizador de uma determinada concepção teórica] podem – e devem – estar presentes na mente do filósofo quando ele elabora, em um texto específico, algumas de suas implicações concretas em contextos particulares. Essa ideia pode passar, é claro, por mudanças significativas; os próprios contextos particulares requerem constantes reelaborações e modificações em consonância com as características específicas das situações concretas que têm de ser levadas em conta. Mas até mesmo uma conversão genuína do “idealismo” para o “materialismo” não implica necessariamente uma rejeição ou repressão radical da ideia sintetizadora original. (2013, p. 33)

Essa concepção é central para Mészáros. A *ideia sintetizadora fundamental* de um autor já é discernível em estágios ainda iniciais da formação de seu pensamento. A despeito das modificações significativas que nela se verifiquem ao longo do tempo, não ocorrem rupturas absolutas. Tal ideia fundamental passa, de fato, por mutações. Sua forma altera-se constantemente, em razão das transformações históricas e das novas respostas que o intelectual fornece aos desafios com que se depara. Mas ela permanece como um fio subterrâneo que interliga os vários momentos de sua produção intelectual a ponto de lhe assegurar a *unidade*¹⁰.

Ainda que longa, a passagem a seguir é importante para ilustrar bem o pensamento do filósofo húngaro a esse respeito, bem como sua forma teórico-investigativa de proceder:

Para considerar o conjunto de uma obra global, é preciso integrar a totalidade de cada um dos pontos e fases num movimento dinâmico, sem eliminar a vitalidade existencial dos elementos individuais. Qualquer tentativa de universalizar diretamente uma determinada fase –

¹⁰ Mészáros explica que “a extraordinária coerência da obra global não é preconcebida. Não resulta de um projeto original que se impõe em todos os detalhes à medida que o tempo passa: essa seria uma unidade externa, artificial. Ao contrário, aqui isso tem a ver com uma *unidade interna* que prevalece através das mais variadas manifestações de divergência formal. Essa é uma unidade *em evolução* que *emerge* mediante *explorações* mais ou menos espontâneas dos ‘caminhos da liberdade’ – ou, nesse caso, dos múltiplos obstáculos à liberdade –, sejam eles quais forem. A unidade é, pois, *estrutural* e não *temática*: esta última seria por demais restritiva para a obra global” (2012, p. 29). Mészáros, aqui, refere-se ao caso de Sartre, especificamente. Mas, em sua obra, o mesmo tratamento teórico e investigativo é dado a autores como Marx e Lukács.

que é sempre constituída de elementos mais ou menos conflitantes – resultará apenas numa *projeção* histórica de uma parte específica sobre o todo e, ao mesmo tempo, na liquidação da tensão dinâmica a ela inerente. Pois qualquer fase específica representa *ipso facto* também um nível específico de realização e de ponto de repouso, o qual, se generalizado, inevitavelmente cristaliza o movimento (que chegou até ele e prosseguirá depois dele) e distorce seriamente a figura como um todo. Em contraposição, o único modo de proceder propriamente histórico é utilizar o *próprio movimento* como *princípio de seleção* aplicado a todos os pontos e fases específicos. Consequentemente, esses elementos serão iluminados em todas as particularidades do desenvolvimento de um autor, as quais representam os *elos* do movimento global e, assim, mostram a *tendência* fundamental de seu desenvolvimento. Desse modo, a universalização surgirá como a *estrutura global* – uma estrutura dinâmica e não estática – cujos elementos individuais possuem pesos relativos que variam. Pois aquilo que *domina* um ponto ou fase específicos pode, em outros, ocupar posição muito subordinada, e vice-versa; e é o *padrão global* – o todo dinâmico – que, em última instância e objetivamente, determina as correlações estruturais respectivas, talvez atribuindo um peso relativo muito maior a um dado elemento de força embrionária do que aos elementos temporariamente dominantes, mas transitórios, cuja importância diminui à medida que se desdobra o padrão do desenvolvimento global. (*ibidem*, p. 99; grifos de Mészáros)

Assim, é a própria *obra global* de Marx que serve a Mészáros em seu esforço de conceituação da sociedade de seu tempo. Mais especificamente, o *movimento* dessa obra é que é tomado como princípio orientador da nova síntese teórica.

Isso é visível, por exemplo, em certas passagens de *Para além do capital*, quando o filósofo húngaro delineia traços essenciais de sua forma de abordagem teórico-metodológica a respeito do problema do *ser* do capital. O título do volume – *Para além do capital* –, como esclarece o próprio autor, deve ser entendido em três sentidos: 1) a revolução precisa se orientar pelo objetivo de superar o *capital em si*, e não apenas o capitalismo; 2) deve-se ir além da teorização do próprio Marx sobre o capital, ainda que, para isso, certamente, seja necessário se orientar pelo *espírito* de sua obra – espírito este corporificado no projeto de *crítica revolucionária do capital*; e 3) ir além do “projeto marxiano em si”, tal como ele foi concebido no contexto da ascendência histórica do capital, no século XIX, quando uma série de possibilidades de desenvolvimento para o sistema ainda não eram passíveis de serem vistas e compreendidas com a devida propriedade.

Incorporando essa ideia, Mészáros acredita estar realizando uma “apro-

priação criativa da concepção original de Marx” (2002, p. 520), e, nesse percurso, faz questão de ressaltar três pontos que considera fundamentais: o primeiro deles “diz respeito à exigência de nos orientarmos pelo *espírito* da obra de Marx” (*idem ibidem*), ou seja, o propósito de, partindo-se de uma perspectiva estruturalmente antagônica ao ponto de vista do capital, desenvolver uma teorização que vise à superação desse sistema – em outras palavras, que busque a *transcendência positiva da autoalienação do trabalho*¹¹. Isto exige, inevitavelmente, que se “modifique significativamente” algumas das proposições de Marx, em virtude das alterações históricas no conjunto das relações *reais* em função das quais o instrumental conceitual fora originariamente definido. Como diz o autor de *Para além do capital*:

Apelar ao espírito da obra de Marx, portanto, significa antes de tudo empreender a *crítica interna* necessária, nas palavras do próprio Marx, isto é, a “modificação significativa” de algumas proposições específicas, à luz da teoria como um todo e, portanto, a remoção de todas as “abstrações” e unilateralidades removíveis. (*ibidem*, p. 521)

A segunda consideração teórico-metodológica está associada à primeira e emerge do “caráter incompleto do projeto de Marx”. Diz respeito ao fato de que, em virtude das transformações ocorridas na história, surge para nós a exigência de colocarmos uma *nova questão vital*, cuja resolução é uma das tarefas primordiais do empreendimento crítico socialista atual. Sobre esse novo problema, que exige solução premente, Mészáros afirma o seguinte:

a questão vital diz respeito ao possível *deslocamento* das contradições do capital que não podem sequer ser tocadas, para não dizer examinadas sistematicamente, sem uma investigação adequada da estrutura mais abrangente em que tais contradições podem ser deslocadas: a saber, a confrontação global do capital na qualidade de totalidade complexa com a totalidade do trabalho. (*idem ibidem*)

O terceiro ponto – o mais importante, segundo Mészáros – diz respeito ao

¹¹ Ressalte-se aqui o vínculo entre o projeto teórico-político de *Para além do capital* com as obras anteriores de Mészáros, especialmente *A teoria da alienação em Marx*. O próprio filósofo húngaro afirma, nesse sentido: “O presente volume [isto é, o livro *Para além do capital*] tenciona ser uma contribuição para a tarefa de reavaliação e esclarecimento teórico. Como já mencionado no Prefácio da terceira edição de *Marx's Theory of Alienation* de 1971, todo o projeto surgiu a partir da análise da crítica da alienação de Marx, em relação à afirmação feita tanto no Oriente como no Ocidente (e no Ocidente, especialmente nos Estados Unidos, por pessoas como Daniel Bell) de que a preocupação de Marx com a emancipação da regra do capital pertencia ao século XIX, pois não apenas as classes e os antagonismos de classes, mas todos os aspectos da alienação haviam sido irreversivelmente superados com sucesso” (2002, p. 44).

“impacto dos acontecimentos sociais pós-marxianos sobre a orientação da teoria” (*ibidem*, p. 522). Isso não significa que, com uma conjuntura histórica diferente, devamos desconsiderar completamente as teorizações de Marx sobre o capital feitas no passado, e sim, como dissemos antes, que estas devem ser *reavaliadas à luz do presente*. “Os horizontes de uma época histórica definem inevitavelmente os limites de qualquer teoria, mesmo das mais grandiosas” (*idem ibidem*), afirma o filósofo húngaro. Da época de Marx até nossos dias, muitos acontecimentos relevantes marcaram a história, revoluções ocorreram e foram derrotadas, o capital transformou-se, novos tipos de crises e contradições surgiram, etc. Tudo isto deve ser levado em conta, pois, no processo de atualização da teoria marxista¹². Como afirma o filósofo húngaro, sinteticamente:

Tal teoria [isto é, a *teoria marxista da transição*, que se está buscando construir a partir da reavaliação da obra de Marx à luz das novas condições históricas] deve ser ao mesmo tempo flexível em suas partes, *conferindo todo peso às circunstâncias reais que se deslocam tortuosamente*, e firmemente sem concessões em sua orientação estratégica para a nova forma histórica. Hoje, dado o colapso das sociedades do “socialismo real” no ambiente geral da crise estrutural do capital, o exame crítico desses assuntos não é mais uma especulação abstrata sobre algum futuro remoto, como costumava ser na época em que Marx viveu. E, embora Marx pudesse ainda condenar tais especulações como um *desvio* das tarefas reais, hoje a posição é completamente oposta. Evitar esses problemas é que passa a constituir um “desvio” intolerável da necessidade de produzir algumas estratégias viáveis para o futuro em construção. (*ibidem*, p. 523; grifos nossos)

Considerar a obra global de um autor filosoficamente representativo, tomar essa teoria a partir do seu movimento genético-constitutivo, resgatar o espírito crítico radical aí presente, modificar significativamente os elementos insuficientes a partir da luz conferida pelo presente histórico, com seus problemas específicos e desenvolvimentos singulares, fazendo tudo isso a partir do ponto de vista dos trabalhadores e visando ao futuro emancipado da humanidade: tais são pressupostos basilares da forma peculiar de leitura de Marx por Mészáros e que estão na raiz de seu método teórico-investigativo.

Partindo de tais premissas é que o filósofo húngaro desenvolve a sua pesquisa no intuito de caracterizar o capital em nosso tempo histórico – a sua *crise*

¹² Um dos acontecimentos históricos mais significativos para a atualização da crítica marxista levada a efeito por Mészáros é, sem dúvida, o conjunto de experiências sociais e políticas das sociedades denominadas por ele de *pós-capitalistas* (ou *pós-revolucionárias*), em especial a URSS.

estrutural –, atualizando, a seu modo, tanto a teoria de Marx sobre o capital quanto o projeto de transição revolucionária socialista fundado na concepção da *revolução permanente*, tal como anteriormente desenvolvida pelo grande pensador alemão.

Referências bibliográficas

- CHASIN, J. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- HARVEY, David. *Para entender O Capital* – Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- _____. “Marx, nosso contemporâneo, e seu conceito de globalização”, 2004. In: <http://resistir.info/serpa/comunicacoes/meszáros_globalizacao.html>. Acesso em 01/07/2014.
- _____. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- _____. *Filosofia, ideologia e ciência social*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- _____. *Estrutura social e formas de consciência*, vol. 1: A determinação social do método. São Paulo: Boitempo, 2009.
- _____. *A obra de Sartre: busca da liberdade e desafio da história*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. *O conceito de dialética em Lukács*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- NETTO, José Paulo. “Introdução” In: LUKÁCS, György. *Socialismo e democratização*. Escritos políticos 1956-1971. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- PINASSI, Maria Orlanda. “István Mészáros, um clássico do século XXI.” In: JINKINGS, Ivana & NOBILE, Rodrigo (orgs.). *István Mészáros e os desafios do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.

Artigo encomendado pelo Comitê Editorial, em homenagem a István Mészáros

Notas sobre a relação entre estranhamento e capital: uma análise dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* e do *Grundrisse**

Notes on the relationship between estrangement and capital: an analysis of the Economic and Philosophical Manuscripts and the Grundrisse

Henrique Pereira Braga**

Resumo

O presente trabalho procura contribuir para a investigação da relação de “permanência na mudança” na crítica à economia política elaborada por Marx. Para tanto, o artigo expõe a relação das categorias estranhamento e capital por meio da análise detida dos *Manuscritos* (1844) e dos *Grundrisse* (1857/58), tendo os conceitos de riqueza e pobreza como chave analítica.

Palavras-chave: Karl Marx (1818-1883); estranhamento; capital; crítica da economia política.

Abstract

The present work aims to contribute for the investigation of the relationship of “stay and change” that concerns Marx’s critique of political economy. Hence, this paper shows the relationship between the categories of estrangement and capital by the close analyses of Manuscripts and Grundrisse, using the concepts of wealth and poverty as an analytical key.

Keywords: Karl Marx (1818-1883); estrangement; capital; critique of political economy.

* O presente trabalho é resultado, e contém partes, da tese de doutorado defendida em janeiro de 2016 no Instituto de Economia da Unicamp, sob orientação do professor Plínio de Arruda Sampaio Jr., e que contou com um ano de doutorado sanduíche no exterior sob a supervisão do professor Moishe Postone, da Universidade de Chicago. Ambos os estudos foram financiados pela CAPES.

** Professor Adjunto do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo.

Introdução

Na tentativa de compreender o lugar das categorias estranhamento (alienação) e capital na crítica à economia política elaborada por Karl Marx, o presente trabalho procura analisar os *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (doravante, *Manuscritos*) e os *Esboços para a Crítica da Economia Política* (doravante, *Grundrisse* – como é amplamente conhecido). Trata-se de escritos nos quais tanto são encontradas as formulações pioneiras dos conceitos de estranhamento e de capital, quanto expressam a “permanência na mudança” que ocorre no pensamento do autor, desde o seu primeiro encontro com a economia política até sua suprasunção¹ das categorias desses autores.

A reconstituição do conteúdo dessas categorias será efetuada por meio da exposição sintética dos resultados de um estudo exegético dos escritos de Marx. Tal estudo realizou-se por meio da investigação dos conceitos de riqueza e de pobreza que emergem nos *Manuscritos* e nos *Grundrisse*, haja vista que a temática da abundância em meio à profusa pobreza atravessa a exposição, realizada em *O Capital – livro I*, da estrutura social burguesa².

No presente trabalho, procura-se defender, portanto, que a compreensão dos conceitos de estranhamento e de capital, bem como de sua imbricação, alarga o entendimento da crítica de Marx à sociedade burguesa, permitindo qualificá-la de “capitalista”, e evidencia tanto as condições estruturais necessárias à sua superação quanto as relações sociais que devem ser abolidas para tal.

A fim de cumprir com esse objetivo, o trabalho está dividido em duas partes, precedidas dessa introdução e sucedida de considerações finais. Na primeira seção, expõe-se a síntese de um estudo exegético do *Manuscritos*, centrando a recuperação do argumento no próprio texto, de forma que as referências clássicas a esse escrito comparecerão como suporte da exposição. Em seguida, realizou-se o mesmo movimento de exposição dos *Grundrisse*. Nos dois casos, procurou-se situar as obras no contexto em que foram escritas e, posteriormente, descobertas e publicadas.

¹ Conforme recorda José Chasin (2009, p. 39), Marx não realizou uma mera síntese dos autores representativos da “economia política”, mas conseguiu incorporá-los de forma a produzir uma teoria autônoma em relação a esses autores e capaz de dar conta dos elementos estruturais da vida social burguesa. Em poucas palavras, elaborou uma compreensão radicalmente nova a partir desses autores.

² Em *O Capital*, cabe recordar, além da “lei geral da acumulação capitalista” – na qual o autor aponta para o crescente empobrecimento relativo dos trabalhadores frente ao capital –, a seguinte passagem do primeiro capítulo: “A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘enorme coleção de mercadorias’, e a mercadoria individual como sua forma elementar. Nossa investigação começa, por isso, com a análise da mercadoria. [...] [os] valores de uso formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Na forma de sociedade que iremos analisar, eles constituem, ao mesmo tempo, os suportes materiais do valor de troca.” (Marx, 2013, pp.113-114).

Pavimentando um terreno para a crítica

Sabe-se que a descoberta – e a publicação – dos *Manuscritos* na década de 1930 contribuiu para o desenvolvimento da teoria social e econômica ao longo do século XX, fornecendo poderosos argumentos para a crítica demolidora tanto do “marxismo oficial” proferido pela União Soviética, quanto das leituras positivistas da obra de Marx que se somavam ou se contrapunham a esse marxismo oficial – que também era positivista. Tal importância pode ser atestada nos textos do filósofo húngaro György Lukács, do filósofo alemão Herbert Marcuse ou do psicanalista alemão Erich Fromm – esses dois últimos membros do que ficou conhecido como “Teoria Crítica da Escola de Frankfurt” –, para ficarmos em alguns exemplos do que ficou conhecido como “marxismo ocidental”³.

Datado de 1844, os *Manuscritos* são um conjunto de textos em que Marx esboça, apoiado em seus cadernos de fichamento – conhecidos como *Cadernos de Paris* –, uma primeira crítica da economia política, além de avançar em sua crítica ao livro *Fenomenologia do Espírito* (1807), de Hegel. As partes que sobreviveram ao tempo avançam na percepção do autor, já anunciada nos *Anais Franco-Alemães* de 1843, de que, para a crítica ao Estado burguês, era necessário, em primeiro lugar, criticar as condições materiais sobre as quais está assentado esse Estado.

Os *Manuscritos* tinham esse objetivo, ressaltando-se que a crítica da vida social burguesa não envolvia apenas um escrutínio de sua “economia”, mas também de outros aspectos da vida social, que deveriam ser objeto de outros trabalhos. Ao final dessa empreitada, afirma o autor, seria possível ter uma compreensão do conjunto dessa vida social. Como se sabe, Marx não chegou a cumprir esse objetivo, passando a maior parte de sua vida entre a intervenção e análise política e a investigação da sua “Economia”⁴.

O escrito editado em 1930 começa com uma crítica à concepção da economia política sobre cada uma das três fontes da chamada “renda nacional”: o trabalho, o capital e a propriedade fundiária. Em seguida, o autor afirma que a economia política não explica justamente o condicionante social último para a existência do trabalho assalariado e da propriedade privada, suas

³ A esse respeito, cabe conferir os seguintes escritos: György Lukács (2007), Herbert Marcuse (1972) e Erich Fromm (1961).

⁴ Trata-se do termo utilizado por Maximilien Rubel (1981) para se referir ao projeto de pesquisa de Marx em torno da crítica da economia política. Portanto, não deve ser confundido com “economia” no sentido de *Economics* ou, em poucas palavras, teoria econômica.

fontes da riqueza. Tal condicionante é, para Marx, o estranhamento (ou a alienação)⁵.

Ao afirmar ser esse o fundamento da sociedade burguesa, o autor passa o restante do manuscrito a demonstrar que esse fundamento resulta das próprias relações entre os humanos, ao contrário de ser resultado de relações divinas, de forma que sua superação passa por uma transformação das relações sociais de tal envergadura que o estranhamento não mais seja seu fundamento. Com isso, ele demonstra que o estranhamento está presente em todas as sociedades de classes. Em meio a essa demonstração e proposição de superação, o autor reforça seus argumentos, retoma pontos e apresenta fragmentos importantes para a compreensão do estranhamento.

De maneira sintética, esse fundamento pode ser explicado do seguinte modo: a cisão entre os humanos em classes sociais – nas quais se verificam, de um lado, os proprietários dos meios de produção e, do outro lado, os humanos na posição de trabalhadores – tem por fundamento o estranhamento, tanto dos proprietários quanto dos trabalhadores, frente aos resultados da sua atividade, ao ato de efetivação dessa atividade, ao gênero humano e para com cada um dos humanos. Assim, os humanos tomam os demais e a natureza como objetos externos e estranhos – i. e., somente como meios para a realização de determinada finalidade –, de forma que sua atividade ou a apropriação dos resultados da atividade não contribui para o desenvolvimento de sua maestria (não é um fim em si mesma), mas tão somente para seu desgaste (“desefetivação”), com o objetivo de produzir objetos para a fruição imediata por outro (cf. Marx, 2004, pp. 24-26, 80-83, 86-88, 90).

Na sociedade em que a propriedade privada assume a forma de propriedade privada móvel (cf. *ibidem*, pp. 74-75) – passível de compra e venda – e o trabalho toma a forma de trabalho assalariado – compra e venda da capacidade de trabalho como meio de vida –, ocorreria, de acordo com Marx, o máximo desenvolvimento

⁵ Conforme observa Mészáros (1972), o termo estranhamento é sinônimo de alienação e expressa as palavras *Entäusserung*, *Entfremdung* e *Veräusserung*, sendo a última referente à prática da alienação (ou estranhamento). Entretanto, a tradução aqui utilizada dos *Manuscriptos* diferencia o termo *Entäusserung* do termo *Entfremdung*, ao qualificar o primeiro como exteriorização e o segundo como estranhamento. O objetivo da diferenciação reside em atentar para a distinção que há entre a exteriorização – objetivação proveniente da atividade do ser, que permanece “fora dele” – e o estranhamento – a não incorporação pelo ser humano dos resultados de sua atividade. Compreende-se que o objetivo dessa diferença reside em capturar um modo de trabalho no qual seus resultados são constituídos como objetos exteriores que não contribuem para o desenvolvimento das capacidades humanas, mas, sim, degrada os humanos. Esses dois momentos atuam em conjunto e são sinalizados na tradução utilizada com o termo *estranhamento*, *exteriorização* como o fundamento da sociedade burguesa. No presente trabalho, optou-se por manter o termo estranhamento, indicando seu conteúdo, para designar o fundamento da sociedade burguesa. Isso porque se objetiva uniformizar o texto e acompanhar a nomenclatura utilizada no debate corrente sobre a obra de Marx, que o intercambia por alienação. Essa escolha, contudo, não elimina o controverso debate em torno desses termos, bem como sua adequada tradução. A esse respeito, consultar Ranieri (2000; 2004), Ollman (1976) e José Paulo Netto (2015).

do estranhamento, uma vez que a degradação dos humanos na posição social de trabalhadores assalariados e o contraste de tal deterioração com a riqueza social por eles produzida seriam de tal envergadura que marcariam a vida do trabalhador assalariado como vida para o trabalho. Por sua vez, tal posição social explica, para Marx, porque o trabalho é estabelecido pela economia política como fonte de toda a riqueza, embora seja necessário, segundo esses autores, que os trabalhadores recebam somente o suficiente para a sua subsistência (cf. *ibidem*, pp. 23, 82-83).

Sua contraparte, os proprietários privados, seriam os possuidores dessa riqueza acumulada, da qual fruem na forma do *ter* e não na forma do *ser* (cf. *ibidem*, p. 108)⁶. Ou seja, não enriquecem a si mesmos, haja vista que se trata de um conjunto de objetividades externas e estranhas, mas, sim, enriquecem o próprio poder social constituído na forma do dinheiro que a tudo pode comprar⁷.

A abolição do estranhamento não significa, é importante indicar, a generalização da propriedade da abundância material *externa, estranha* (alienada), à qual Marx denomina de “riqueza material coisal”. Ao contrário, a superação do estranhamento exige a apropriação dessa riqueza por meio do enriquecimento dos humanos – o gênero e seus singulares. O próprio processo de produção (ou as atividades que envolvam sua produção) deve ser constituído de forma a ampliar a maestria dos humanos, de maneira que as objetividades, embora sempre exteriores, não serão estranhas porque realizadas a partir da sua interiorização pelos humanos. Assim, a apropriação não é a socialização dos resultados da produção ou do controle do modo de produzir pelo Estado, pois, tanto num caso como no outro, o que se universalizou foi o estranhamento⁸.

A superação dessa realidade social degradante para os humanos, seja porque têm sua vida transformada em trabalho, seja porque seu horizonte é apenas o enriquecimento do mundo objetivo expresso no poder do dinheiro, exige, portanto, a superação do estranhamento por meio da apropriação da força social de produção constituída a partir dessa deterioração das relações sociais. Tal força, aponta Marx, constitui-se como “capital” (cf. *ibidem*, pp. 80-81).

⁶ Essa diferença é retomada por Fromm (1961).

⁷ Tal enriquecimento do mundo objetivo, que se expressa num crescente poder do dinheiro, faz deste último o meio pelo qual se pode acessar as proezas humanas, fazendo do possuidor do dinheiro o efetivo proprietário de tais façanhas, mesmo que não possua nenhum dom por si só. Parece, assim, que tem as propriedades desenvolvidas em seu próprio ser, quando não as possui. A esse respeito, cf. Marx (2004, pp.108, 139-140, 159). Essa compreensão do dinheiro e de sua relação com o estranhamento, cabe notar, será retomada quando o autor discute o fetiche da mercadoria e do dinheiro em *O Capital – livro I* (cf. Marx, 2013, pp.146-151, 163-167).

⁸ Esse é o núcleo da crítica do autor a Proudhon (cf. Marx, 2004, p. 88). Ainda sobre esse ponto, cabe recordar a metáfora do casamento, utilizada pelo autor, para abordar a necessidade de uma transformação substantiva das relações sociais, não somente uma apropriação daquilo que é produzido de forma alienada, uma vez que superar o domínio dos homens sobre as mulheres não passa pela socialização das mulheres e, sim, por uma efetiva mudança do padrão de relação entre os dois (cf. *ibidem*, pp.103-104).

Nos *Manuscritos*, encontra-se exposto, portanto, o processo de produção da abundância material – denominada “riqueza material coisal” – como degradante dos humanos, de modo que o crescimento dessa riqueza constitui o cerne do empobrecimento da vida social. Com o desenvolvimento do conceito de capital, nos *Grundrisse*, o autor qualificará que o estranhamento que ocorre na sociedade burguesa advém de uma relação social específica, apreendida por meio da categoria de “capital”. Com isso, o meio para a superação do estranhamento assume a necessidade de efetivação de outro modo de vida, no qual o desenvolvimento da individualidade humana seja o fundamento da riqueza, o que exige a abolição do capital.

Laboratório da crítica: sobre os *Grundrisse*

Entre janeiro de 1857 e maio de 1858, Marx dedicou-se à escrita do rascunho de sua crítica à economia política, realizada durante a noite, chegando a atravessar madrugadas. Os manuscritos desse período mostram um intenso trabalho de elaboração, experimentação e avanço intelectual do autor. Seus resultados demonstram o progresso de Marx em sua crítica à economia política, além de explicitar o método de exposição e de pesquisa do autor. Por essa razão, estes escritos são apresentados como o “laboratório”, no qual a crítica à economia política amadureceu⁹.

A decisão de empenhar tamanho esforço na elaboração de uma crítica à economia política surgiu com a deflagração da crise financeira internacional em 1856. Com essa crise, a crítica acurada do sistema de produção burguês, capaz de municiar a agitação social em direção à superação dessa sociedade, fazia-se urgente. Mesmo ciente dessa urgência, Marx não pôde terminar seu trabalho para a publicação antes da crise arrefecer, sendo que o próprio desenrolar da crise não produziu a reação social esperada pelo autor, a qual seus escritos buscavam influenciar¹⁰.

Dentre os impeditivos à redação e à publicação do trabalho estão diversos fatores, que vão desde a penúria financeira pela qual passava sua família após o exílio em Londres, a partir de 1849, até às complicações de saúde, devido às longas jornadas de trabalho no museu britânico e em sua casa – tanto para a pesquisa referente à sua crítica da economia política quanto para a escrita de diversos de seus artigos jornalísticos ou para enciclopédias, que constituíam sua fonte de

⁹ Sobre esse escrito ser o “laboratório” de Marx, cf. Riccardo Bellofiore *et al* (2013, pp. 1-16).

¹⁰ Sobre este ponto, cf. Musto (2008, p. 159).

renda, que também foi afetada pela crise iniciada em 1856¹¹. Somados a esses acontecimentos adversos para qualquer atividade intelectual, nota-se também a necessidade de aprofundar e desenvolver as categorias de sua crítica à economia política, bem como a sua forma de exposição.

O conjunto de textos que compõem esses manuscritos foi iniciado em Londres e finalizado em Manchester, durante viagem realizada por Marx para se recuperar de mais um problema de saúde. Não publicados em vida pelo autor, os pesquisadores responsáveis pela organização das obras completas de Marx, na extinta União Soviética, descobriram esses escritos entre 1925 e 1927, durante investigação para determinar o começo dos rascunhos de *O Capital*¹².

Editados durante a década de 1930, o conjunto de manuscritos que resultou do período de elaboração de sua crítica à economia política, denominados pelos editores de *Grundrisse*, foi publicado somente em 1939. Com o início da Segunda Guerra Mundial, porém, permaneceram desconhecidos dos leitores de Marx fora da União Soviética até sua publicação na Alemanha em 1953¹³.

Constata-se o impacto da publicação dessa obra nos leitores de Marx pelas diversas traduções e comentários¹⁴ deste escrito a partir dos anos de 1960, uma vez que se mostrou material fértil para a crítica radical às interpretações mecanicistas da teoria social crítica de Marx – veiculadas pelo marxismo oficial –, proporcionando a oxigenação do debate em torno do pensamento do autor e dos

¹¹ Além destas fontes de renda, Marx recebeu ajuda do amigo Friedrich Engels desde o começo da década de 1850. Para uma descrição detalhada da situação de Marx durante a primeira década de exílio em Londres, cf. McLellan (1973, pp. 226-315).

¹² A respeito do local de escrita, cf. Musto (2008, p.1 57). Sobre a data da descoberta, cf. Musto (*ibidem*, p. 180).

¹³ Sobre essas datas de edição e publicação, cf. Musto (*ibidem*, pp.180-181).

¹⁴ Seguiram-se à publicação dos *Grundrisse* diversas interpretações que consideram esses escritos em sua integridade. A título de exemplo, destacam-se os debates surgidos na Alemanha, Rússia, Itália, França e nos Estados Unidos. No primeiro país, os trabalhos mais expressivos, segundo Mohl (2008, pp.192-196), foram os de Alfred Schmidt, Jürgen Habermas, Roman Rosdolsky, Helmut Reichelt, surgidos na década seguinte à publicação dos *Grundrisse* nesse país. Na Rússia, os anos de 1960 renderam, segundo Vasina (2008, p.207), os trabalhos de Alexander I. Maluish e Vitali S. Vygodski. Nos anos de 1970, de acordo com Tronti (2008, pp. 231-232), seguiram-se à tradução italiana – publicada por editor independente do Partido Comunista Italiano – as investigações do grupo teórico-político *Operaismo* – as quais procuravam interpretar as mudanças no padrão taylorista-fordista de produção – e, já nos anos de 1980, publica-se o trabalho de Antonio Negri. A recepção francesa desse escrito ocorreu após sua tradução por uma casa editorial não vinculada ao Partido Comunista deste país, sendo que tomou contato, segundo Tosel (2008, p. 225), com o primeiro estudo minucioso do conjunto desses escritos por meio do italiano Antonio Negri, quando convidado por Louis Althusser para ministrar um curso sobre os *Grundrisse* em 1978 na *École Normal Supérieure*. Nos Estados Unidos, de acordo com Arthur (2008, pp. 250-252), esses escritos receberam, após sua publicação integral em 1973, imediata apreciação crítica de Carol Gould, porém, dois anos antes, haviam recebido tradução parcial e apreciação crítica de David McLellan, bem como tinham sido introduzidos pelos estudos de Herbert Marcuse. Além disso, a publicação da tradução do trabalho de Roman Rosdolsky, em 1977, complementa a recepção e debate da obra neste país nos anos de 1970.

rumos da sociedade contemporânea durante os anos de 1960 e 1970¹⁵. Em decorrência desse intenso debate, os *Grundrisse* tornaram-se peça fundamental tanto das análises posteriores da obra de Marx quanto das teorias sociais que, inspiradas em seus escritos, almejavam compreender a dinâmica da sociedade capitalista e suas mudanças¹⁶.

Do ponto de vista da interpretação do pensamento de Marx, os esboços reunidos nessa obra proporcionaram material para a compreensão da estreita relação entre os *Manuscritos* e *O Capital*, uma vez que explicitam as mudanças e as continuidades do autor em sua crítica à economia política. Pelo menos dois aspectos dessa crítica de Marx podem ser destacados como pontos de contato entre esses escritos, mostrando a *unidade* do pensamento do autor em meio à sua incompletude. Trata-se do avanço do autor na compreensão do que a economia política denomina de “capital” e, por conseguinte, a sua qualificação da natureza do *estranhamento* na sociedade burguesa.

Dividido em duas partes – a primeira dedicada ao “Dinheiro”, e a segunda dedicada ao “Capital” –, os *Grundrisse* têm por fio condutor a demonstração de que a especificidade da sociedade burguesa está no seu processo de produção, norteados pela produção de determinada riqueza, de forma que as relações de troca são, nas mais variadas formas do dinheiro, adequadas a esse processo.

Ao iniciar pela polêmica com a economia política e com os socialistas franceses seguidores de Proudhon, o autor procura demonstrar que as mudanças (ou reformas) sociais centradas somente na alteração da forma da troca (abolição do dinheiro, dinheiro trabalho, bônus horários etc.) não resolveriam as mazelas sociais produzidas pela sociedade burguesa. Isso porque, para Marx, o processo de troca centrado no dinheiro não caracteriza essa sociedade. É seu componente importante, mas não constitui sua especificidade (cf. Marx, 2011, p. 95).

Para delinear a característica específica à sociedade burguesa, Marx recorda que suas relações sociais (burguesas) são caracterizadas pela independência pessoal e pela dependência coisal. Ao contrário de ser uma sociedade baseada na dependência pessoal, em que nossa posição social é estabelecida a partir do grau de parentesco, dos preceitos religiosos e/ou do domínio direto sobre outros grupos sociais – por exemplo –, na sociedade burguesa são as relações entre os produtos dos trabalhos de cada produtor individual que medeiam nossas relações

¹⁵ A importância desse escrito para a crítica ao marxismo oficial pode ser constatada pelo fato relatado por Mohl (2008, p. 191): os *Grundrisse* não figuraram nas edições oficiais das obras completas de Marx até o ano de 1983 – seja em alemão ou em russo –, embora tenham sido traduzidos em edições independentes dos partidos comunistas de cada país para, seguindo Musto (2008, p. 183), vinte e dois idiomas (inclusive farsi), com mais de trinta e duas versões.

¹⁶ Neste particular, destacam-se as interpretações inspiradas em Marx que procuram compreender as transformações no capitalismo a partir dos anos de 1970 por meio da discussão do lugar do trabalho nessa sociedade. Para uma síntese de parte significativa desse debate, cf. Marcelo Carcanholo & João L. Medeiros (2011).

(*cf. ibidem*, pp. 104-107). Assim, os produtores individuais participam da produção social na proporção em que contribuem para essa produção (ou se apropriam da produção de outro) – contribuição essa medida pelo tempo de trabalho consubstanciado nos valores de uso produzidos, por eles, para a troca, e expressa no quanto cada um “traz consigo no bolso” (*cf. ibidem*, p. 105).

Para a instauração desse padrão de relação social, Marx assinala a ocorrência de uma mudança substantiva nas relações humanas. Além do crescimento do comércio, da indústria, dos transportes, das comunicações etc. – em suma, do intercâmbio humano na forma do “negócio” –, verificou-se a expropriação dos humanos, na posição social de trabalhadores, dos meios de produção e dos meios de subsistência, marcado pela transformação da terra em propriedade privada móvel – isto é, passível de compra e venda (*cf. ibidem*, pp. 215-216).

Tal expropriação mudou radicalmente a natureza do intercâmbio humano, pois, ao estabelecer as coisas resultantes do trabalho sobre coisas como o meio de acesso à produção social, relegou as relações pessoais ao segundo plano. Assim, os humanos são estabelecidos como independentes entre si – “livres e iguais” perante a lei – para trocarem suas coisas – mesmo que a única coisa que possuam seja a si mesmos, sua própria capacidade de trabalho, produzindo a coisificação dos humanos (*cf. ibidem*, pp. 219-221).

A transformação, nas relações humanas, com a instituição do trabalho assalariado junto com determinado grau de intercâmbio humano caracteriza um processo social de produção que Marx procura apreender com a categoria de capital. Refutando a noção da economia política de que capital são as coisas (instrumentos de trabalho, máquinas etc.) que medeiam o processo de trabalho, Marx demonstra que o capital é o movimento contraditório da produção do “valor de troca” consubstanciado em valores de uso. Nesse sentido, o capital assume várias formas ao longo desse movimento, justamente por ser a reprodução do valor de troca que, enquanto tal, necessita da forma do uso para continuar a existir (mesmo que o uso seja representar valores de troca, como o dinheiro) (*cf. ibidem*, pp. 211-213).

Tal movimento de reprodução do valor de troca é explicado pela unidade entre o processo de produção e de circulação de mercadorias. Neste último, ocorre a troca entre iguais: o representante do capital apropria-se da força de trabalho, que recebe o suficiente para se reproduzir na posição social de trabalhador (*cf. ibidem*, p. 222). Na produção, por seu turno, a relação de troca acontece no momento em que a força de trabalho é posta para trabalhar. Durante esse tempo, trabalha-se além do tempo necessário à sua reprodução – i. e., o valor de troca pelo qual foi contratada –, resultando num tempo de trabalho excedente que é apropriado pelo capital, uma vez que tal tempo assume a forma de valores de troca consubstanciados em valores de uso (*cf. ibidem*, pp. 251-252, 254).

Vendidos, tais valores de troca devem novamente assumir a forma da força

de trabalho e dos meios de produção, recompondo o movimento. Porém, o representante do capital, que está atento a essa necessária unidade, procura recompor o movimento, sempre que possível, em escala ampliada, pois sua participação na riqueza social advém do *quantum* de trabalho “ele produz” frente ao *quantum* de trabalho produzido pelo conjunto social. Assim, para Marx, o enriquecimento ocorre por meio da crescente produção e realização de valores de troca consubstanciados em valores de uso, em que seja ampliada a quantidade de valor a mais frente aos valores adiantados para a produção.

Justamente no movimento de contínua reprodução ampliada do valor de troca, reside, nota o autor, a contradição desse processo de produção que abre a possibilidade para sua superação em direção à emancipação humana (*cf. ibidem*, pp. 255-256). Pois, para ampliar o tempo de trabalho excedente em escala crescente, o capital engendra a elevação do intercâmbio humano, de forma a reduzir o tempo de trabalho necessário à reprodução da capacidade de trabalho frente ao tempo de trabalho excedente. Contudo, cada nova elevação do intercâmbio humano diminui um já reduzido tempo de trabalho necessário, provocando uma pequena elevação do tempo de trabalho excedente (*cf. ibidem*, pp. 263-265, 269-270). Por consequência, o crescimento da quantidade de tempo de trabalho apropriada como excedente tende a ser cada vez menor e, na sociedade burguesa, não poderá ser nulo, haja vista que o crescimento do valor de troca ocorre sobre o trabalho vivo (*cf. ibidem*, p. 267).

A explicação de Marx para essa tendência reside na transformação histórica do modo de trabalho, na medida em que a elevação das “forças produtivas do trabalho” tem um salto vertiginoso com a passagem do processo de trabalho da manufatura para a grande indústria. Concomitante a esse salto, ocorreu o estabelecimento – por meio de intensa e sangrenta luta dos trabalhadores – do limite à jornada de trabalho diária.

Na manufatura, em linhas gerais, o ritmo de trabalho e a força da produção são ditados pelo próprio trabalhador, de forma que o decréscimo do tempo de trabalho necessário à produção das mercadorias é dependente de sua destreza, da divisão do trabalho unilateral e maquinal e da organização do processo de trabalho (*cf. ibidem*, pp. 486-488). Na grande indústria, grosso modo, o ritmo de trabalho e a força da produção são ditados pelo sistema de máquinas, de maneira que a divisão do trabalho manufatureira e seu princípio de organização são mantidos, porém, a força de trabalho é reduzida à posição de apêndice da máquina – i. e., mais uma de suas engrenagens de produção (*cf. ibidem*, pp. 580-583). Como resultado, a redução no tempo de trabalho necessário à reprodução da capacidade de trabalho pode ser ampliada sem o limite natural da destreza da própria força de trabalho, expandindo o tempo de trabalho excedente por meio não apenas da contínua e extensa jornada de trabalho, mas também pelo aumento da sua intensidade, elevando sua produtividade.

Como o crescimento da riqueza social burguesa, sob a grande indústria, ocorre pela redução do tempo de trabalho necessário frente ao tempo de trabalho excedente, Marx nota que tal crescimento será cada vez menor porque acontece no interior da própria jornada de trabalho – que se encontra limitada. Por ser um limite, aliás, conquistado durante um longo processo histórico de luta dos trabalhadores, não há um impeditivo, *a priori*, à elevação da jornada de trabalho como forma de ampliar o excedente, de maneira que Marx, ao assinalar essa tendência ao decréscimo da produção de valor de troca, afirma apenas uma tendência geral da sociedade assim constituída¹⁷.

Apesar do substantivo crescimento da riqueza material, bem como do intercâmbio humano, o que se verifica é, portanto, o decréscimo da taxa de crescimento da riqueza social burguesa. O que marca uma contradição do seu processo de produção: constitui um potencial de produção que permitiria reduzir a jornada de trabalho ao mínimo de tempo de trabalho necessário para o conjunto social, mas essa potência não se efetiva, porque assume a forma capital, por meio do modo de trabalho que incorpora ao sistema de máquinas a divisão do trabalho manufatureira, constituindo, assim, um processo de trabalho cujo caráter é ser meio para extração de *quantum* de trabalho (*cf. ibidem*, pp. 119-120, 590-591).

Em outras palavras, ao invés de libertar os humanos de jornadas de trabalho contínuas, extensas e intensas, destinadas unicamente à reprodução de crescente valor de troca consubstanciado em valores de uso, o potencial produtivo constituído com o avanço da reprodução do capital mantém os humanos confinados a esse horizonte estreito de produção, degradando sua existência. Longe de estabelecer o efetivo desenvolvimento da individualidade humana, nota-se a redução do tempo dedicado a outros aspectos da vida humana, enquanto é ampliado o

¹⁷ Dada a relação entre o tempo excedente e o tempo necessário no interior de uma jornada de trabalho *inalterada*, pode-se sintetizar o efeito da ampliação das forças produtivas sobre o *acrécimo* de trabalho excedente por meio de uma sequência numérica, cuja soma é convergente. Supondo que x seja a parcela da jornada de trabalho dedicada ao trabalho necessário e y o quanto as forças produtivas multiplica a capacidade de trabalho, tem-se que o primeiro termo da sequência pode ser expresso pela razão x/y , na qual a elevação da força produtiva do trabalho reduz a quantidade de horas necessária à reprodução da capacidade de trabalho. Essa redução implica o *acrécimo* ao tempo de trabalho excedente, uma vez que a jornada de trabalho é mantida constante. O termo seguinte, por seu turno, é o novo tempo de trabalho necessário dividido pelo quanto as forças produtivas multiplicam a capacidade de trabalho. Cada novo termo, assim, será o termo anterior novamente dividido pelo efeito da elevação da força produtiva sobre a capacidade de trabalho. Nota-se que, *sob as estritas condições aqui desenvolvidas*, a crescente expansão das forças produtivas tende a produzir um *acrécimo* sempre menor no tempo de trabalho excedente. Para ser mais exato, um *acrécimo* que tende à zero. A soma dessa sequência numérica é, por isso, convergente. Isso não significa, cabe destacar, um menor trabalho excedente com a elevação das forças produtivas, mas, sim, um contínuo declínio do crescimento do trabalho excedente. Em *O Capital* essa tendência será elaborada com mais profundidade, em especial quando combinada à acumulação, produzindo a famosa “Lei geral da acumulação”. Sobre o comportamento da sequência numérica acima e para a demonstração dessa convergência, consultar N. S. Piskunov (1969, p. 710-714).

tempo de trabalho¹⁸, o que pode ser notado hoje com o avanço, a passos largos, sobre o tempo de sono¹⁹.

O desenvolvimento da individualidade humana seria possível, para Marx, justamente pela apropriação do potencial produtivo engendrado pelo crescimento do intercâmbio humano. O que significa a constituição de um processo de produção cujo objetivo seja produzir tempo disponível para que os humanos pudessem desenvolver os mais variados aspectos de seu ser (*cf. ibidem*, p 591). Ou seja, uma vida social na qual a riqueza seja o desenvolvimento humano e a pobreza seja somente a ausência de intercâmbio entre os humanos, restando ao trabalho uma posição declinante no conjunto das relações sociais²⁰.

Nota-se, assim, que, por meio da crítica à compreensão do dinheiro e do capital da economia política e seus críticos, Marx desenvolve a relação de troca centrada no dinheiro, figurado enquanto forma da riqueza social capaz de tudo adquirir, como oriunda de um específico processo social de produção. Tal processo, por sua vez, decorre de um padrão de relação social em que os humanos são independentes uns dos outros e dependentes dos resultados de seus trabalhos, materializados em seus bolsos. Essa explicação é possível, cabe destaque, porque Marx expõe um conceito de capital inteiramente novo, que permite qualificar a sociedade burguesa de capitalista.

Do ponto de vista da compreensão da riqueza e da pobreza, nota-se que, nos *Grundrisse*, o autor explicita um processo social de produção de uma riqueza específica – valores de troca consubstanciados em valores de uso –, de forma que a riqueza é, efetivamente, o conjunto dos valores produzidos em escala ampliada. Em outros termos, a riqueza social capitalista é o *quantum* de trabalho sempre em crescimento, de forma que a abundância material apenas significa riqueza na medida em que expressa e engendra *quantum* de trabalho em crescimento. Do contrário, não configura riqueza.

Há, assim, uma afirmação da duplicidade da riqueza social capitalista que não se encontrava nos *Manuscritos*. Além disso, o fundamento dessa riqueza é, de forma explícita e estrutural, o empobrecimento dos humanos, que, confinados à relação de estranhamento, são degradados porque têm sua vida reduzida às jornadas de trabalho contínuas, extensas e intensas, bem como a um horizonte de reprodução social enquadrado pelo movimento contraditório do processo de produção da riqueza social capitalista.

¹⁸ Aspecto já notado pelo autor nos *Manuscritos*, *cf.* Marx (2004, pp. 81-83).

¹⁹ Sobre esse assunto, *cf.* Jonathan Crary (2013).

²⁰ Tal como o problema foi formulado nos *Manuscritos*, *cf.* Marx (2004, pp. 112-113).

Considerações finais

Ao demonstrar que a categoria capital qualifica o estranhamento constitutivo da sociedade burguesa, permitindo nomeá-la de “capitalista”, Marx explicita que o movimento contraditório de reprodução da sua riqueza social capitalista está alicerçada sobre o empobrecimento do gênero humano, manifesto na vida confinada ao trabalho para muitos de seus singulares e na fruição na forma do *ter* – e não do *ser* – para o restante dos humanos. A riqueza social capitalista não é, portanto, apenas material, contabilizada na forma monetária, tampouco apenas dinheiro, mas, sim, a relação contraditória entre produção material e produção de “valor de troca”. Em uma palavra, “capital”.

Com essa compreensão da riqueza, Marx permite figurar a pobreza como degradação do humano, uma vez que, estranhado de suas próprias objetivações, o desenvolvimento de sua individualidade está restrito aos aspectos relevantes para a produção da riqueza capitalista, não havendo tempo disponível, tanto para o conjunto dos singulares quanto para o gênero humano, para o livre desenvolvimento das suas individualidades.

Na medida em que as relações constitutivas do gênero humano negam o livre desenvolvimento da individualidade dos seus singulares, confina-os à experiência de oposição entre si e entre os demais seres, sejam os naturais, sejam os inorgânicos, transformados em meios para um acúmulo material que oprime e degrada os singulares do gênero humano – enquanto o próprio gênero se desenvolve.

Evidencia-se, assim, que Marx assenta na reprodução da estrutura social capitalista a explicação para a crescente produção de riqueza em meio à profusa pobreza, de forma que, a relação entre as categorias estranhamento e capital, por meio da chave de leitura da problemática da riqueza, expressa o fundamento da complexa sociedade dominada pelo capital. O que, por fim, pavimenta o terreno para uma reinterpretação do papel dessas categorias em *O Capital*, à luz da problemática da riqueza.

Para os leitores de Marx, contudo, fica evidente que, nos *Manuscritos* e nos *Grundrisse*, ainda não está assentada a teoria social crítica do autor, tal como se encontra em *O Capital – Livro I*, ao menos no que diz respeito à dinâmica temporal subjacente à produção da riqueza social capitalista. Tal diferença é notável quando se tem em mente a categoria valor.

Enquanto, nos *Manuscritos*, essa categoria não figura, nos *Grundrisse*, ela ainda não assumiu o conteúdo que possui no livro publicado, sendo ainda idêntica à categoria “valor de troca”. Como resultado dessa identidade, a exposição da origem do mais-valor carece, nesse esboço, do valor como categoria social total que emerge da diferença substantiva no interior do próprio trabalho assalariado – trabalho concreto e trabalho abstrato –, que, com o desdobrar das formas de crescimento do mais-valor, explicita o lugar de primazia de um tempo histórico,

o tempo abstrato – i. e., um tempo uniforme, contínuo e homogêneo –, na constituição das relações humanas sob a égide do capital²¹.

Analisar a contribuição de *O Capital* para a compreensão da relação entre a abundância material e a profusa pobreza é, contudo, tarefa para outro trabalho de síntese, para o qual o presente trabalho mostrou ser incontornável a compreensão dos conceitos de estranhamento (alienação) e capital.

Referências bibliográficas

- ARTHUR, Christopher J. “USA, Britain, Australia and Canada”. In: *Karl Marx’s Grundrisse: foundations of the critique of political economy 150 years later*. London: Routledge, 2008. pp. 249-256
- BELLOFIORE, Riccardo; STAROSTA, Guido & THOMAS, P.D. (ed.). *Marx’s laboratory: Critical interpretations of the Grundrisse*. Leiden: Brill, 2013.
- CARCANHOLO, Marcelo D. & MEDEIROS, João Leonardo. “Trabalho no Capitalismo Contemporâneo: pelo fim das teorias do fim do trabalho”, *Revista Outubro*, São Paulo, n. 20, pp.171-197, 2012.
- CHASIN, José [1995]. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- CRARY, Jonathan. *24/7: Late Capitalism and the Ends of Sleep*. London: Verso, 2013.
- FROMM, Erich. *Marx’s Concept of Man*. New York: Frederick Ungar Publishing, 1961.
- LUKÁCS, György. “O Jovem Marx”. Trad. José Paulo Netto. In: *O Jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. pp.121-202.
- MARCUSE, Herbert [1932]. “The Foundation of Historical Materialism”. In: *Studies in Critical Philosophy*. Boston: Beacon Press, 1972. Disponível em: <<https://www.marxists.org/reference/archive/marcuse/works/historical-materialism/>>. Acesso em: 11 jul. 2017.
- MARX, Karl. [1844]. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. [1857-58]. *Grundrisse: esboço da crítica da economia política*. Trad. Mario Duayer. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. [1867]. *O Capital: para a crítica da economia política, vol. I*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MCLLELAN, David. *Karl Marx: his life and thought*. New York: Harper & Row, 1973.

²¹ Sobre a relação da categoria valor com a forma específica do tempo no capitalismo, cf. Postone (2003, pp. 186-225, pp. 286-306). Em especial, notar o conceito de “*treadmill effect*”, que permite expressar o tempo histórico do capital como um “movimento do tempo, ao invés do movimento no tempo”, tornando essa temporalidade constitutiva da dominação social capitalista.

- MÉSZÁROS, István [1970]. *Marx's Theory of Alienation*. New York: Harper Torchbooks, 1972.
- MOHL, Ernest T. "Germany, Austria and Switzerland". In: *Karl Marx's Grundrisse: foundations of the critique of political economy 150 years later*. London: Routledge, 2008. pp. 189-201.
- MUSTO, Marcello. "Dissemination and reception of the Grundrisse in the world: introduction". In: *Karl Marx's Grundrisse: foundations of the critique of political economy 150 years later*. London: Routledge, 2008. pp. 179-188.
- NETTO, José Paulo. "Apresentação". In: *Cadernos de Paris & Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- OLLMAN, Bertell [1971]. *Alienation: Marx's conception of man in capitalist society*. New York: Cambridge University Press, 1976.
- PISKUNOV, N. *Differential and Integral Calculus*. Moscow: MIR Publishers, 1969.
- POSTONE, Moishe [1993]. *Time, Labor and Social Domination: a reinterpretation of Marx's critical theory*. New York: Cambridge University Press, 2003.
- RANIERI, Jesus José. *Alienação e estranhamento em Marx: dos manuscritos econômicos-filosóficos de 1844 a ideologia alemã*. 2000. 258 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000203844>>. Acesso em: 20 fev. 2015.
- _____. "Sobre os Chamados Manuscritos Econômico-Filosóficos de Karl Marx". In: MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.
- RUBEL, Maximilien. *Rubel on Karl Marx: Five Essays*. Trad. Joseph J. O'Malley e K. W. Algozin. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1981.
- TOSEL, André. "France". In: *Karl Marx's Grundrisse: foundations of the critique of political economy 150 years later*. London: Routledge, 2008. pp. 223-228.
- TRONTI, Mario. "Italy". In: *Karl Marx's Grundrisse: foundations of the critique of political economy 150 years later*. London: Routledge, 2008. pp. 229-235.
- VASINA, Lyudmila L. "Russia and the Soviet Union". In: *Karl Marx's Grundrisse: foundations of the critique of political economy 150 years later*. London: Routledge, 2008. pp. 202-212.

Recebido em 27 de novembro de 2017

Aprovado em 30 de dezembro de 2017

1917 e a tentativa de construção do homem novo – O caráter pedagógico da revolução social

1917 and the attempt to build up a new man – The pedagogical character of the social revolution

Iziane Silvestre Nobre*

Resumo

Esta pesquisa possui o intuito de investigar a categoria práxis e suas implicações formativas no contexto da Revolução Russa de 1917, indagando-se sobre o princípio educativo da práxis e sua relação com o processo de realização e consolidação da revolução social; discute o caráter pedagógico da revolução social; reconstrói as principais polêmicas da educação soviética; investiga as importantes contribuições dos educadores e pedagogos soviéticos; e ataca como questão nuclear a relação entre a práxis político-educativa, o trabalho produtivo e a instrução escolar no processo da formação revolucionária na União Soviética de 1917 a 1931.

Palavras-chave: Práxis produtiva. Revolução social. Práxis política. Revolução Russa.

Abstract

This research intends to investigate the category praxis and its formative implications in the context of the Russian Revolution of 1917, investigating the educational principle of praxis and its relation with the process of realization and consolidation of the social revolution; discusses the pedagogical character of social revolution; reconstructs the main polemics of Soviet education; investigates the important contributions of Soviet educators and educators; and attacks as a nuclear issue the relationship between political-educational praxis, productive work and school instruction in the process of revolutionary formation in the Soviet Union from 1917 to 1931.

Keywords: *Productive praxis. Social revolution. Political praxis. Russian Revolution.*

* Pedagoga pela Universidade Estadual do Ceará. Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Ceará. Email: <izianesilvestre@yahoo.com.br>.

1. Notas introdutórias

O objetivo central deste artigo é tentar mergulhar nas contradições de uma sociedade em transição para um novo modelo de sociedade. Cabe compreendermos a formação do homem novo dentro das contradições históricas, na linha do pêndulo entre o novo e o velho. Para isso, será necessário discorrer sobre o princípio da revolução social como um processo pedagógico, dissertando, inclusive, acerca do princípio pedagógico da práxis, conceituando a práxis política como práxis mediada que acompanha o curso revolucionário.

Contudo, antes de realizarmos qualquer discussão quanto ao objeto deste artigo, cabe esclarecermos alguns conceitos a respeito do que sejam trabalho e práxis, a fim de que a conceituação da práxis não esteja desvinculada da totalidade, para que consigamos visualizar os diversos tipos de práxis, para depois de termos nosso foco de análise na práxis política e no processo revolucionário.

Posteriormente trataremos de estudar a Revolução Russa, materializando a discussão conceitual a partir de uma análise histórica da referida revolução, no período de 1917 a 1931, considerados os anos de ouro da educação soviética, apontando os avanços e retrocessos do seu programa escolar em cada fase correspondente: o primeiro, de 1917 a 1921, momento de maior efervescência política, e o segundo, 1921 a 1931, período após a implantação da Nova Política Econômica.

Importante lembrar, no tocante à categoria práxis, que os educadores soviéticos, em sua proposta de formação, não utilizavam a categoria práxis para se referir ao trabalho político-social da escola, porém, ao analisarmos o trabalho político-social proposto por Shulgin ou os trabalhos improdutivos sugeridos por Pistrak, veremos a similaridade desses termos com a práxis política-pedagógica.

Dessa maneira, trataremos essa discussão em dois momentos distintos: inicialmente trabalharemos o conceito de práxis ao realizarmos uma demarcação conceitual entre trabalho e práxis, para, posteriormente, contextualizarmos a discussão da práxis política-pedagógica e da práxis produtiva no período supracitado.

2. Trabalho e práxis: demarcação conceitual das categorias

Dentro dos estudos marxistas, Kosik (1976) aponta uma obscuridade conceitual entre o que seja trabalho e o que seja práxis. Nessa direção, desde quando Sousa Junior (2010) começou a se debruçar nos estudos da categoria práxis, têm-se operado esforços para que, nas elaborações sobre os estudos dos escritos de Marx e Engels, reconheça-se a categoria práxis como uma categoria que é tão importante quanto o trabalho, por ela participar do processo de formação do ser social e se complexificar à medida que ocorre o desenvolvimento dos outros complexos sociais. Nesse sentido, se a práxis é o conjunto das atividades humanas,

o trabalho é práxis e as outras práxis sociais são derivadas da práxis primeira ou práxis produtiva, conforme foi elucidado por Sousa Júnior (2012).

Dessa maneira, trabalho e práxis possuem um princípio educativo imanente (Sousa Junior, 2010), pelo fato de no primeiro ocorrer um intercâmbio entre homem e natureza, permitindo ao homem, ao transformar a natureza, modificar-se a si mesmo, numa relação contínua e dialética de transformação da realidade objetiva e de autotransformação. A centralidade da categoria trabalho reside na “[...] capacidade humana de exprimir-se sobre a objetividade” (Tassigny, 2004, p. 86), através do processo laboral. De semelhante modo, a categoria práxis representa o momento existencial do homem. Segundo Kosik (1976, p. 204):

Assim, a práxis compreende – além do momento laborativo – também o momento existencial; ela se manifesta tanto na atividade objetiva do homem que transforma a natureza e marca com sentido humano os materiais naturais, como na formação da subjetividade humana, na qual os momentos existenciais como a angústia, a náusea, o medo, a alegria, o riso, a esperança, etc., não se apresentam como experiência do processo da realização da liberdade humana. Sem o momento existencial, o trabalho deixaria de ser parte da práxis.

Mais uma vez, observamos a relação entre trabalho e práxis, compreendendo a síntese entre objetividade e subjetividade. O trabalho é práxis, mas a práxis jamais pode ser reduzida ao trabalho, pelo fato de ela transcender a categoria trabalho (Sousa Junior, 2012), ampliando seu raio de atuação, conforme constrói outras formas de práxis, a partir da interação entre os homens no decorrer da ação concreta no movimento real.

No plano ontológico, observamos a ingerência de três categorias que nos ajudam a compreender a atuação dos sujeitos no movimento real. Lukács (2010) aborda as categorias do reflexo e das alternativas somadas ao coeficiente da incerteza. É justamente esse coeficiente da incerteza que garante a imprevisibilidade do curso histórico, tendo em vista que o resultado das ações humanas depende da correlação de forças existentes. A categoria do reflexo refere-se à captura dos traços da realidade, enquanto a categoria da alternativa reporta-se às escolhas que os indivíduos podem realizar, ressaltando que essas alternativas são baseadas na própria realidade objetiva.

Dessa maneira, a explicação, dada pelo autor, das categorias inclusas no momento da atuação no movimento real revela ainda o caráter contraditório das relações de produção no capitalismo. Nesse sentido, é importante destacar que trabalho e práxis¹ permanecem interligados em um processo contínuo de desen-

¹ Estamos considerando as outras práxis sociais como os próprios complexos sociais que são derivados da práxis produtiva.

volvimento do ser social, o qual, mesmo nas relações estranhadas, permanecerá como um princípio educativo, em que a articulação dessas duas categorias no processo de formação pode contribuir para a elevação do sujeito potencialmente revolucionário em efetivamente revolucionário. A elevação da “classe em-si” para a “classe para-si” é possível por intermédio de uma série de mediações, dadas pela práxis política no âmbito das relações de trabalho.

Embora permaneça no ambiente de trabalho uma relação fetichizada – ou, como salienta Kosik (1976), uma práxis fetichizada –, ainda assim essa relação possui um princípio educativo, tendo em vista que é por meio dela que é possível transformar as relações de trabalho. A burguesia, como detentora dos meios de produção, reforça a aceitação passiva da exploração do homem pelo homem devido aos seus dispositivos de controle, realizados pela escola, pela igreja e pelo aparelho policial, sendo, portanto, de natureza coercitiva e/ou política-ideológica, como explicitou Althusser (1985). Porém, ainda que tais aparelhos possuam essa função de reforçar a ideologia dominante, ainda assim o processo revolucionário é possível pelo princípio da contradição existente nessas categorias, demonstrando um caráter de formação de deformação presente nas relações de produção.

Tomando como parâmetro as considerações de Sousa Junior (2010, p. 239) no tocante ao princípio da união entre trabalho e ensino dentro do sistema capitalista, veremos que:

O princípio da união trabalho e ensino aparece de dois modos distintos nas elaborações de Marx. Em determinados momentos ele se coloca como proposta articulada à realidade contraditória do trabalho abstrato. Nesse caso, esse princípio surge como proposta para enfrentar as questões mais imediatas que afligem as classes trabalhadoras. É um modo de contraposição aos malefícios da degradação do trabalho e uma maneira que visa o fortalecimento teórico e prático dos trabalhadores, seja como força de trabalho que precisa enfrentar como mercadoria as relações de mercado, seja como sujeito social revolucionário. Noutras ocasiões, aparece como reflexão que pensa a articulação entre trabalho e ensino no contexto de novas relações sociais que tenham superado as contradições capitalistas.

As ponderações realizadas pelo autor são importantes justamente porque demonstram a preocupação que Marx tinha em fornecer propostas de superação da realidade com base na realidade concreta, ao mesmo tempo em que o autor reflete sobre as contradições derivadas do estranhamento presente nas relações de produção, vislumbrando uma possibilidade de superação quando propõe uma educação que articule teoria e prática.

Por conseguinte, é relevante pontuar ainda o diálogo que Marx travou na Associação Internacional dos Trabalhadores, ao defender uma educação pública e gratuita. A defesa de Marx acerca da educação pública e gratuita não o coloca no mesmo patamar de teóricos que acreditam na superação do sistema capitalista apenas pela educação, antes, coloca-o como educador que pensou as contradições daquela realidade e procurou estratégias dentro dela, visando à superação do sistema.

A defesa da educação pública e gratuita procura sanar uma necessidade imediata da formação da classe trabalhadora, expondo as fragilidades do próprio sistema, quando os conhecimentos aprendidos nas relações de produção são insuficientes para a emancipação da classe trabalhadora; por outro lado, se o conhecimento técnico-científico estiver associado ao conhecimento político-social, estes podem possuir elementos para tensionar a ordem capitalista. O conhecimento político-social transforma-se em força política quando contribui para a organização de base da classe trabalhadora.

Trabalho e práxis articulam-se em todo o processo de formação e desenvolvimento do ser social, pelas interações entabuladas entre homem e natureza, como também, posterior e concomitantemente a essa relação primária, pela práxis estabelecida entre os sujeitos, que pode ser revolucionária ou não, dependendo do tipo de práxis que está sendo estabelecida, uma vez que nem toda forma de práxis necessariamente é revolucionária.

A práxis cotidiana está envolta do princípio da contradição, portanto, dentro de uma mesma realidade, convivem as práticas mais conservadoras e progressistas, devido à própria correlação de forças proporcionada pela luta de classes. A combinação contraditória e conflitiva das práxis retroalimenta a luta de classes, gerando, assim, o movimento nas contradições reais, mobilizando, em relação dialética, objetividade e subjetividade. Ocorre no homem, ao trabalhar para transformar a realidade objetiva, uma modificação subjetiva, à medida que o velho homem entra em confronto com os valores do novo homem, gerando o conflito, do qual surge a possibilidade de aprender novas relações sociais dentro da própria luta. Por essa razão, consideramos a revolução social como um processo pedagógico, pelas possibilidades educativas de uma sociedade em construção.

3. A revolução social como um processo pedagógico: emergência da práxis política como práxis mediada

Partindo da assertiva do curso revolucionário como um processo pedagógico, consideraremos que, dentro de uma perspectiva da totalidade, a revolução social mobiliza um conjunto de forças dentro da sociedade, modificando-se paulatinamente as condições objetivas, reverberando nas questões subjetivas,

levando-nos a supor que a construção do homem novo acompanha, necessariamente, as transformações operadas no campo do trabalho, da ciência, das artes, dentre outros complexos sociais.

A compreensão da revolução como um processo pedagógico não anula a violência presente em todo o curso revolucionário, tampouco faz a defesa de uma evolução natural para o socialismo, conforme defendem os marxistas revisionistas; muito pelo contrário, essa compreensão assimila a relação dialética existente entre a violência, as transformações sociais e a práxis política educativa, como práxis mediada, como a unidade contraditória entre essência e fenômeno, apreendendo, por conseguinte, que as transformações no mundo fenomênico alteram a essência, numa determinação dialética entre aparência e essência, objetividade e subjetividade. Possui uma relação intrínseca entre as práxis produtivas e as outras práxis sociais; as primeiras reportam-se à correspondência existente entre homem e natureza; as segundas referem-se à interação que ocorre entre os homens.

Dessa maneira, há um princípio educativo imanente pelo fato de o homem descobrir, no processo de trabalho, elementos que se remetem à organização científica laboral, além aprender os valores da coletividade e as práticas políticas organizativas próprias de uma sociedade em transição.

Encontramos a confirmação da práxis como unidade contraditória ou práxis mediada em Lukács (2010, p. 362), quando destaca que:

A política é uma práxis que, em última análise, está direcionada para a totalidade da sociedade, contudo, de tal maneira que ela põe em marcha de modo imediato o mundo fenomênico social como terreno do ato de mudar, isto é, de conservar ou destruir o existente em cada caso; contudo, a práxis desencadeada desse modo inevitavelmente é acionada de modo mediado também pela essência e visa, de modo igualmente mediado, também à essência. A unidade contraditória de essência e fenômeno na sociedade ganha na práxis política uma figura explícita. Do ponto de vista imediato dos pores teleológicos com intenção política, a união indissolúvel e a unidade de essência e fenômeno são tanto seu ponto de partida inescapável como seu fim necessariamente posto. Porém, justamente por causa dessa unidade imediatamente dada de essência e fenômeno, a práxis política é, em sua relação com a essência, que decide quanto à sua efetividade em última análise, mas só em última análise, uma práxis mediada. Por essa razão, essa forma imediata da unidade não anula as contradições existentes. Engels tem razão ao alegar que, nos casos singulares concretos, a política pode muito bem tomar um rumo oposto ao exigido pelo desenvolvimento econômico efetivo naquele momento, obser-

vando ainda com razão que, em tais casos, depois de fazer desvios, sofrer prejuízos etc., a realidade econômica acaba se impondo. Contudo, passaríamos ao largo da constituição verdadeira, ontológica, dessa unidade contraditória se a concebêssemos como a interação simples de complexos unitários fechados em si mesmos. Trata-se, muito antes, de interações complexas muito distintas nas duas esferas, o que tem por consequência que a influência recíproca de essência e fenômeno deve assumir as formas mais díspares possíveis. Já bem cedo apontamos para como a expansão simples do intercâmbio de mercadorias ocasionou de modo socialmente necessário uma regulamentação jurídica. Em casos de conflitos generalizados, a práxis política muitas vezes volta-se para uma reforma da superestrutura jurídica. Contudo, êxito ou fracasso dependem de se e como uma reformulação do sistema de direito positivamente vigente influencia a própria economia, se e como ela é capaz de, por esse desvio, promover aquele elemento positivo que, na economia, impulsiona para diante. Este é apenas um dos tipos de entrelaçamento entre os mundos da essência e do fenômeno.

Nesse formato, a práxis não se insere apenas nas atividades consideradas pré-revolucionárias, visto que o exercício político dos indivíduos continuaria a existir, mesmo com o fim da luta de classes (Sousa Junior, 2013). Sob esse viés, consideramos a categoria práxis de suma importância para a construção de uma cultura contra-hegemônica no seio de uma sociedade em construção, por atuar dentro das contradições e ir para além dela, atingindo a imediaticidade da vida cotidiana, ao passo que dialoga com um horizonte político emancipatório.

Lombardi (2010) relembra, baseado nas reflexões de Marx e Engels sobre educação, a transição do feudalismo para o capitalismo, elencando um amplo movimento de ideias, seguido também pela violência. Dessa maneira, reforçamos que a revolução social é um processo de rupturas violentas, as quais não negam, porém, o seu caráter pedagógico.

Iasi (2013), nas reflexões realizadas no período das grandes manifestações de junho de 2013, declarou que todo processo de revolução traz em seu bojo a contrarrevolução. Parafraseamo-lo para reiterar que todo processo de revolução carrega em si um amplo processo pedagógico, com profundas transformações materiais, espirituais e estéticas. Esse amplo processo de transformação social é considerado pedagógico à medida que o homem precisa criar, pela ação teleológica, uma medida de processos que desemboca num conjunto de transformações estruturais.

Sousa Junior (2010, p. 29) salienta que:

O processo revolucionário não é um raio no céu azul, nem mero ato da vontade dos indivíduos. [...] Mas aquele processo é, antes, forjado pelas condições históricas concretas da sociedade capitalista e, tal como se tem considerado aqui, toda a vida social cotidiana, a constituição, desenvolvimento e transformação das diversas formações sociais constituem um amplo processo de educação. Desse modo, a revolução, para ser considerada como processo educativo, tem de ser vista antes como um processo dentro de outro processo maior e mais amplo.

Desse modo, compreendemos que o processo revolucionário não se limita ao momento do assalto ao poder – ele é um complexo processo anterior e posterior àquele. No caso da revolução proletária, que é o da análise marxista, a formação do sujeito revolucionário é o processo educativo primordial e consiste exatamente na autotransformação da massa explorada em sujeito consciente e ativo transformador da ordem burguesa e propositor da nova sociedade; por sua vez, a execução das tarefas revolucionárias e a construção da nova ordem social, da nova cotidianidade justa e livre, dos novos costumes, comportamentos, padrões éticos, valores sociais, etc., tudo isso é obra da práxis humana e é impossível sem a educação.

Rosa Luxemburgo (2013) defende que o processo revolucionário cria uma atmosfera política diferente. A autora relata que o debate político passa a ser realizado nos espaços cotidianos: praças, ruas, cafés, dentre outros, saindo de uma esfera privada e invadindo o espaço público, exigindo, pois, uma educação política com conteúdos e práticas emancipatórios. No entanto, é preciso ponderar que o debate político nos espaços cotidianos já ocorre independentemente de estarmos ou não no período revolucionário, revelando uma faceta educativa, porém, não revolucionária.

Reiteramos que o confronto de ideias entre as classes em luta é fundamental, dadas as possibilidades educativas presentes, mas é preciso destacar que as propagandas política e revolucionária, por si só, não podem ganhar uma dimensão revolucionária, uma vez que elas só adquirem esse caráter quando articulam teoria e prática, conteúdos e práticas políticas emancipatórias.

Vázquez (2011, p. 9) assinala que:

O homem comum e corrente é um ser social e histórico; ou seja, encontra-se imbricado numa rede de relações sociais e enraizado num determinado terreno histórico. Sua própria cotidianidade está condicionada histórica e socialmente, e o mesmo se pode dizer da visão que tem da própria prática. Sua consciência nutre-se igualmente de aquisições de toda espécie: ideias, valores, juízos, preconceitos, etc. Nunca

se enfrenta um fato puro, ele está integrado numa determinada perspectiva ideológica, porque ele mesmo – com sua cotidianidade histórica e socialmente condicionada – encontra-se em certa situação histórica e social que engendra essa perspectiva. Por conseguinte, sua atitude diante da práxis já implica numa consciência do fato prático, ou seja, certa integração numa perspectiva na qual vigoram determinados princípios ideológicos. Sua consciência da práxis está carregada ou penetrada de ideias que estão no ambiente, que nele flutuam, e as quais, como seus miasmas, ela aspira. Trata-se, em muitos casos, da adoção inconsciente de pontos de vista surgidos originalmente como reflexões sobre o fato prático.

A partir dessa afirmação de Vázquez (2011), deduzimos que o homem está imerso na práxis cotidiana e que, muitas vezes, isso pode se tornar um obstáculo na transformação do homem potencialmente revolucionário em sujeito revolucionário. As massas proletárias geralmente se encontram submetidas e enredadas nas ideologias promovidas pelos setores dominantes e dirigentes da sociedade; por essa razão, será necessário ressignificar as práticas humanas numa perspectiva transformadora. O processo revolucionário demanda uma organização das massas exploradas como classe social em partidos políticos, em todos os espaços em que se possam desenvolver como sujeitos revolucionários. Por isso, Sousa Junior (2010, p. 28) defende que, na revolução social, há a presença dos três elementos pedagógicos fundamentais: “[...] os sujeitos que ensinam e aprendem; a relação ensino-aprendizagem com as devidas estratégias e métodos pedagógicos; e os conteúdos do processo de ensino-aprendizagem”.

Adiante, o autor completa sua afirmação, dizendo que:

Esses elementos reunidos atuam na formação de quadros militantes, de dirigentes, lideranças operárias e populares, oradores, quadros que formam as táticas e as estratégias revolucionárias do movimento proletário, e da base geral do movimento, o que é fundamental para que esta não seja manipulada pelas camadas dirigentes e seja, ao mesmo tempo, capaz de formular e assumir postos de comando. Esses elementos atuam permanentemente desde os momentos mais embrionários das lutas proletárias, passando pelo processo de conquista do poder social até sua consolidação, e avançam historicamente no processo de construção do homem novo e das novas relações não alienadas/estranhadas. (Sousa Junior, 2010, p. 28)

Desse modo, a conquista do poder político pela classe trabalhadora antecede um processo pedagógico precedente de formação política dos sujeitos, a

qual continua nos períodos subsequentes, na efetivação dos avanços revolucionários, visando acabar com toda e qualquer exploração do homem pelo homem. É um processo pedagógico à medida que se baseia na ação coletiva, consciente e organizada de uma massa de indivíduos explorados que aprende a se reconhecer e a atuar politicamente como um só corpo, uma só classe, portadora dos mesmos interesses e objetivos.

O processo de autotransformação dessa massa em classe consciente já é um recurso educativo importantíssimo e complexo, para o qual concorrem vários agentes, instituições e processos, como os partidos, os sindicatos, as escolas e as lutas sociais em geral. O processo de tomada do poder e de derrubada das estruturas objetivas fundamentais da sociedade burguesa e, depois, a construção de um novo horizonte de vida social compõem a totalidade da escala histórica revolucionária; é o processo revolucionário visto de forma longitudinal.

Para ilustrar a ideia do caráter educativo da revolução de que estamos tratando, destacamos da análise de Marx (2013, p. 58) sobre a experiência da Comuna de Paris a seguinte passagem:

A classe operária não exigia milagre algum da comuna. Ela não tem nenhuma utopia fixa e pronta para implantar via decreto popular. Ela sabe que para conseguir a sua própria libertação, e com ela, essa forma superior de vida, impulsionada irresistivelmente pelo próprio desenvolvimento econômico da sociedade atual, terá que passar por longas lutas, por uma série de processos históricos, através dos quais tanto os homens quanto as circunstâncias serão transformados completamente. Ela não tem nenhum ideal a ser realizado; ela apenas tem que colocar em liberdade os elementos da nova sociedade que já desenvolveram-se no seio da sociedade agonizante. Plenamente consciente de sua missão histórica e heroicamente resolvida a agir em conformidade com ela, a classe operária pode permitir-se sorrir frente às inventividades grosseiras dos lacaios da imprensa frente à proteção pedante dos doutrinários burgueses bem intencionados, que pregam as suas ignorantes vulgaridades e suas fantasias sectárias no tom oracular da infalibilidade científica.

A Comuna de Paris, em sua breve existência, demonstrou que a transição do capitalismo para o comunismo não está dada *a priori* como uma determinação histórica. Longas lutas e alguns processos históricos devem ocorrer, os quais dependem da ação dos sujeitos no movimento real. A ação dos indivíduos na realidade objetiva pode direcionar ou não o movimento das massas numa perspectiva revolucionária, o que confere à história um caráter dinâmico, o qual depende da ação direta dos sujeitos em luta.

O reconhecimento de uma fase de lutas correspondente ao período da transição sugere-nos que há uma incidência da práxis político-educativa para a organização de todas essas transformações. Se é verdade que existe um entrelaçamento entre educação e cultura, a revolução cultural exigirá um longo processo de desalienação mediado pela educação, gestado no seio da sociedade agonizante. É preciso enfatizar a relação sujeito-objeto presente no processo revolucionário. O sujeito revolucionário se educa para dois momentos distintos. Ele se educa para atuar na imediaticidade dos acontecimentos, na construção dos laços revolucionários, ao mesmo tempo em que se educa para a sociedade futura. Os valores cooperativos e solidários apreendidos na fase imediata das lutas converter-se-ão nos princípios norteadores da nova sociedade.

A existência dessas novas relações sob o comunismo requer que os elementos que se constituem numa formação revolucionária propiciem os fundamentos dessa nova consciência gestada, à proporção que o homem novo e essa nova consciência são gerados nas trincheiras da luta revolucionária, simultânea e concomitantemente ao processo educativo da práxis revolucionária. O desenvolvimento da consciência socialista dá-se paulatinamente, conforme conhecemos as contradições da sociedade capitalista, originando-se num processo contínuo entre o conhecer e o vivenciar a realidade existente, processo esse associado à ação revolucionária.

Nessa relação, perpassa um tipo de educação emancipatória, transformadora, dentro ainda dos limites estabelecidos pelo capital.

Aqui a práxis é práxis revolucionária e é essencialmente educativa porque trata justamente do processo de transformação profunda do homem, das relações, da sociedade. Mais do que tudo, aqui o conceito de revolução assume de maneira especial uma perspectiva pedagógica, porque indica uma transformação jamais vista, pois pela primeira vez o homem passaria por um processo de educação cuja finalidade seria a de criar, pela ação teleológica, ou seja, pensada, planejada, definida conscientemente pelo próprio homem segundo suas necessidades e anseios de liberdade, uma sociabilidade nova, sob o controle da coletividade livre. (Sousa Junior, 2010, p. 26)

O processo de revolução social é considerado um processo educativo à medida que a teoria revolucionária penetra nas massas, numa relação dialética entre indivíduo e coletivo. A educação do indivíduo para a coletividade não pode se dar em processos distintos da transformação social. A consciência do trabalhador consegue transpor a sua consciência de trabalhador explorado, alienado, construindo-se gradativamente sua consciência de sujeito revolucionário. Sobre essa temática, Vázquez (2011, p. 121) assinala que “É preciso que o proletariado

adquirir consciência de sua situação, de suas necessidades radicais e da necessidade e condições de sua libertação”. Portanto, a aquisição dessa consciência revolucionária plasma-se num processo contínuo e inseparável de formação e de autotransformação da classe trabalhadora.

Sob esse prisma, podemos inferir que, no processo de transição, a formação da classe trabalhadora, aquela que é do interesse de Marx, não se dá apenas nos ambientes formais de ensino. Os espaços informais ganham relevo especial, adquirindo uma perspectiva de emancipação social, enquanto a práxis e seu processo educativo imanente (Sousa Junior, 2010) envolvem-se numa teia de relações que favorece, ao sujeito potencialmente revolucionário, transformar-se em sujeito efetivamente revolucionário.

4. Trabalho e práxis educativa na formação do homem novo: A União Soviética em debate.

A educação soviética fundamentava-se nas três colunas: natureza, trabalho e sociedade. Segundo Freitas (2009), o intercâmbio do homem com a natureza partia do conhecimento teórico-prático de todo o processo produtivo. A práxis primária relacionava-se com as práxis secundárias por conter, no programa escolar soviético, o estudo da natureza, das fases de todo o processo produtivo, seguida das interações sociais desenvolvidas pelos alunos no ambiente escolar, nas oficinas de trabalho e/ou fábricas e nos espaços organizativos da classe trabalhadora. As escolas eram uma espécie de soviete com as decisões tomadas coletivamente, fundadas por relações horizontais entre professores e educandos.

Dessa maneira, a base curricular vinculava-se ao estudo da atualidade e à auto-organização dos estudantes, sob a égide do método dos complexos². Natureza, trabalho e sociedade relacionavam-se dialeticamente, especialmente na fase inicial da Revolução Russa, atuando em duas direções: na formação da mão de obra para o novo modo de produção e na formação do homem novo.

Nesse sentido, o Estado, sob o domínio dos bolcheviques, pôde fazer algumas reformulações dentro da estrutura da escola, a fim de modificar o formato do ensino, pois, uma vez ocorrida a tomada do Estado, seria necessário colocar os ideais da referida instituição a favor da revolução, como arma ideológica, havendo uma continuidade histórica entre a nova e a velha escola (Pistrak, 2011).

A criação do Narkompros (Comissariado da Instrução Pública) nasce com a finalidade de construir um programa educacional que priorize a formação do novo homem em consonância com a práxis dos sujeitos organizados. O pro-

² Método dos complexos é o estudo dos temas que se complexificam numa discussão em cadeia, à proporção que surgem outras temáticas a serem abordadas. Nesse método, há um diálogo interdisciplinar entre os campos de estudo.

grama educacional soviético primava pela educação do homem do futuro, voltado para atender às contradições do presente, tanto que muitos dos projetos estiveram direcionados para a tentativa de resolução prática dos problemas estruturais – demandando uma formação que contemplasse as necessidades daquela sociedade nova em transição – da ampliação da oferta escolar. Para isso, os educadores soviéticos receberam influência da pedagogia burguesa, principalmente dos constructos que prezavam a união entre trabalho e ensino.

Nesse período, estavam em ascensão os pressupostos da escola nova, cuja proposta consistia em unificar trabalho e ensino, porém dentro de uma concepção de conciliação de classes, e não de superação do ideário burguês (Shulgin, 2013). A apropriação de alguns princípios da escola nova foi referente à unificação entre trabalho e ensino e ao método de aprendizagem adotado, o qual lembra a pedagogia de projetos³, por incentivar a integração das diversas disciplinas em torno de uma temática.

Tendo o trabalho como elemento central na proposta pedagógica dos educadores soviéticos, a formação pelo trabalho desenvolveria no homem as características do homem coletivo, a partir da articulação entre trabalho e práxis, com a fábrica como lócus da ação revolucionária, pela possibilidade do trabalho associado em conjunto com os outros homens. Não obstante, a relação do homem soviético com o trabalho permanecia estranhada, tanto que Pistrak (2009), no livro *A Escola-Comuna*, ressalta a atitude inicial dos trabalhadores quanto às crianças, com relação à qual apresentava ares de desconfiança. Posteriormente, foram se estabelecendo os vínculos necessários para a construção do homem novo, forjado nas contradições do velho.

Acerca do trabalho coletivo, Pistrak (2011, p. 33) salienta que:

A aptidão para trabalhar coletivamente só se adquire no trabalho coletivo, trata-se, portanto, de um trabalho que a escola deverá enfrentar. Mas a aptidão para trabalhar coletivamente significa também saber dirigir quando é necessário e obedecer quando é preciso. Para atingir este objetivo é preciso, na auto-organização das crianças, que todos, na medida do possível, ocupem sucessivamente todos os lugares, tanto as funções dirigentes como as funções subordinadas.

³ A pedagogia de projetos integra uma das vertentes do escolanovismo, sendo necessário, todavia, explicitar que não recebia essa denominação no período em questão. A denominação dada por Pistrak e Shulgin era “Plano Dalton”, ao qual ambos tecem diversas críticas. A abordagem da metodologia dos complexos, por exemplo, foi a causa do rompimento entre Pistrak e Shulgin, satirizada pelo último como “método dos sentados” (Shulgin, 2013). Não nos cabe, neste artigo, tratar da querela existente entre ambos; compete-nos apenas revelar que essa apropriação deu-se sob variadas críticas, avançando e retrocedendo em alguns passos, de acordo com a conjuntura da época e com a avaliação constante do método.

Todo o trabalho era realizado pelos alunos, inclusive os serviços de limpeza, e acarretava a organização dos discentes em equipes, de modo que tais atividades se dividissem entre os trabalhos domésticos, as aulas e as oficinas de trabalho. Nesse sentido, a riqueza da escola soviética, a qual tinha o trabalho como categoria central no processo de formação humana, trazia para a formação do indivíduo a aptidão para trabalhar coletivamente (Pistrak, 2011), havendo, por conseguinte, uma rotatividade dos cargos (Tragtenberg, 2003), seguindo as diretrizes discutidas pelo coletivo.

Contudo, é necessário ressaltar, conforme salienta Krupskaja (2009), que muitas vezes os educandos sentiam-se sufocados pela quantidade de trabalho. Dessa maneira, a reflexão de Krupskaja (2009), salvaguardando todas as contradições do contexto, remete-nos ao cuidado de inserir a práxis social no conjunto das atividades escolares, para que, enfim, ocorra a relação dialética entre a práxis produtiva e as outras práxis sociais no conjunto das atividades escolares, de sorte que os alicerces da nova sociedade sejam construídos ao passo que o novo homem é formado no seio daquela sociedade em transição.

O trabalho coletivo propicia, ainda, a formação dos laços de camaradagem, numa continuidade dialética entre trabalho e práxis, em especial a práxis política, no fortalecimento dos ideais comunistas da sociedade russa. A escola soviética, conforme dissemos anteriormente, estava alicerçada sob os pilares do estudo da atualidade e da auto-organização dos alunos, este último revelado pelo trabalho social realizado junto à comunidade.

Sobre o trabalho social, Pistrak (2011, p. 30) referia-se da seguinte maneira:

O trabalho na escola, enquanto base da educação, deve estar ligado ao trabalho social, à produção real, a uma atividade concreta socialmente útil, sem o que perderia seu valor essencial, seu aspecto social, reduzindo-se, de um lado, à aquisição de algumas normas técnicas e, de outro, a procedimentos metodológicos capazes de ilustrar este ou aquele detalhe de um curso sistemático. Assim, o trabalho se tornaria anêmico, perderia sua base ideológica.

No tocante ao trabalho social, Shulgin (2013) acredita que a escola deve estar impregnada do trabalho político-social, considerando-a parte do trabalho escolar, quando dialoga com os mais diversos tipos de organização social, sejam elas organizações feministas e camponesas, por exemplo, e organizações em cooperativas, alegando que esse trabalho se realiza tanto dentro do horário escolar como fora dele; conquanto, havia divergências sobre a maneira segundo a qual esse trabalho seria feito, constituindo-se, portanto, uma das maiores diferenças entre Pistrak e Shulgin. O primeiro classificava a categoria trabalho em trabalho produtivo e trabalho improdutivo, enquanto o segundo considerava

esse trabalho social como trabalho socialmente necessário ou socialmente útil, compreendendo que essa modalidade de trabalho deveria acompanhar todo o processo formativo, associando-lhe o conceito de auto-organização e o estudo da atualidade.

O trabalho produtivo, para Pistrak (2011), era o trabalho fabril. Sua importância para o discente consistia no aprofundamento das habilidades técnicas e científicas de todos os fundamentos embutidos no trabalho produtivo. Consoante o autor, o trabalho improdutivo referia-se ao trabalho social, defendendo, inclusive, que eles “[...] devem estar integrados na escola enquanto elementos da educação social” (*ibidem*, p. 69).

Para os educadores soviéticos, o trabalho era considerado como uma atividade socialmente útil e necessária, elencando que os estudantes deveriam concebê-lo como parte constitutiva da escola e construtiva dos soviets. A própria organização escolar parecia um pequeno soviete (Cunha, 2012), revelando que elas articulavam o trabalho produtivo com o trabalho social.

Nas palavras de Shulgin (2013, p. 90), o trabalho improdutivo estava revestido do trabalho social, como trabalho socialmente necessário:

[...] o termo “trabalho socialmente necessário” precisa ser decifrado do seguinte modo: por trabalho social, vamos entender o trabalho de organização da escola ou do destacamento dos pioneiros, orientado para a melhoria da economia e da vida, para elevar o nível cultural do meio, trabalho que dá determinados resultados positivos (se quiserem, resultados produtivos), isso em primeiro lugar; em segundo, é o trabalho pedagogicamente valioso; em terceiro, o que está incluído no segundo ponto, mas no qual insistem os camaradas e que é realmente necessário enfatizar: é aquele trabalho que está em conformidade com as potencialidades das crianças e se as forcarmos a fazer tal trabalho, o qual não podem realizar sem prejuízo para o seu organismo, ele será um trabalho inútil, que mina as suas forças e desvaloriza aquele efeito que receberiam como resultado do trabalho.

Nesse formato, o trabalho continua como a categoria central na formação humana, no entanto, o autor entende que esse trabalho precisa estar conectado às outras dimensões da vida humana, tanto com relação aos aspectos objetivos, no que concerne à elevação do nível cultural dos alunos, quanto com relação aos aspectos subjetivos, como forma de neutralizar os defeitos do trabalho estranhado, ainda existente na Rússia mesmo após a conquista do poder socioeconômico.

O estudo da atualidade e da auto-organização como pilares da educação soviética expressou a necessidade de gerar um novo homem dentro das contradições históricas. A própria dimensão política coadunava-se com a esfera econô-

mica, tanto que as diretrizes propostas por Lênin, conforme destacado por Bittar e Ferreira Junior (2011), com relação ao ensino proposto pela escola soviética, estariam assentadas sob uma base técnica moderna, através do domínio da ciência e das técnicas modernas da eletricidade. Assim, o caráter político estaria incluso na formação dos militantes e construtores da nova sociedade (Pistrak, 2011), capacitando o homem para compreender seu papel na luta internacional contra o capitalismo, incentivando a participação de todos na luta contra as velhas estruturas (Tragtenberg, 2003).

À vista disso, o estudo da atualidade também compreendia o estudo de toda a cultura do passado, e não apenas isso, dedicando-se, de igual modo, à investigação da teoria do socialismo, destacando que o socialismo só seria construído sob a ruína do velho, sendo necessário vencer ainda toda a intelectualidade burguesa e reeducá-la segundo os ideais do conjunto da massa explorada (Bittar & Ferreira Junior, 2011).

Nessa esteira, faz-se importante perceber a assimilação por parte dos educadores soviéticos do discurso de Lênin e a tentativa de incorporá-lo à prática pedagógica da escola, o que levou Pistrak (2011) a afirmar que a escola no capitalismo serviria para reforçar a ideologia dominante. Essa instituição, por sua vez, ainda consoante o referido autor, dentro do contexto de uma sociedade em transição, responderia às demandas daquela nova sociedade em construção, adaptando os fins da escola aos ideais da sociedade comunista.

No que tange à auto-organização dos discentes, refletia-se diretamente na organização dos coletivos infantis, tendo funções de deliberar e executar as atividades decididas coletivamente (Pistrak, 2009). A auto-organização dos alunos, de acordo com a percepção de Tragtenberg (2003), propiciava os princípios do trabalho coletivo, quando as atividades infantis definiam-se pela conservação do prédio, pela disseminação das normas higiênicas, pela organização das sessões de leitura, dos espetáculos e das festas escolares e pela divulgação da biblioteca e do jornal escolar, compreendendo que, em todas essas funções, as crianças eram responsabilizadas pela administração financeira das atividades.

Assim posto, observamos que a auto-organização tinha uma finalidade de organização política, porém, para além disso, nela estava inclusa a organização dos estudantes nas atividades cotidianas, percebendo, mais uma vez, a relação dialética existente entre trabalho e práxis. A práxis é o trabalho, mas o transcende, haja vista que as outras formas de práxis integram-se à práxis pedagógica, articulando teoria e prática. A dimensão político-pedagógica também está contida na representação do conselho escolar, quando as crianças participam junto com os professores das decisões sobre as atividades da escola. Nesse sentido, concordamos com os autores que postulam que, nessa primeira fase da educação soviética, a escola constituía-se como um pequeno soviete (Cunha, 2012).

É importante pontuar que, em 1917, a despeito de todas as oposições e di-

ficuldades⁴ concretas de construção da escola soviética, os educadores soviéticos criaram o Narkompros e o Conselho da Comissão Científica, com vistas a sistematizarem uma espécie de modelo das escolas soviéticas, inspirado inicialmente na Escola Lepechinski (Freitas, 2009). Paulatinamente a ideia ganhou forma, transformando-se nas Escolas do Trabalho, ressaltando ainda a erradicação do analfabetismo num curto espaço de tempo, tendo seu ápice logo após os decretos de Lênin que propunham que todos aqueles que sabiam ler e escrever deveriam ensinar aos que não sabiam. Segundo Oyama (2010), foram dadas condições objetivas para que a classe trabalhadora ingressasse na escola com a redução de duas horas na jornada laboral, sem alterações salariais, proporcionando, a todos, condições reais de acesso a todos os níveis de ensino (Lunatcharski *apud* Reed, 2010).

As mudanças na educação soviética deram-se gradativamente, sobretudo aquelas operadas no campo profissional. Em 1919, Lilge (1988) aponta que Lênin passou a indicar a leitura do sistema Taylor nas escolas, fazendo com que essas instituições ganhassem um caráter muito mais tecnicista de formação para o trabalho. Todas essas mudanças reverberaram no campo da auto-organização dos alunos pela própria rigidez no campo do laboral, impossibilitando que a instituição escolar se transformasse num centro cultural.

É pertinente lembrar ainda que a base econômica russa continuava predominantemente agrária, sendo necessário considerar que o modelo da escola do trabalho configurava-se de maneira diferente, a depender da realidade em que a unidade escolar estivesse inserida. Apesar de todos os avanços, pouco foi feito para diminuir a distância entre cidade e campo; o único momento em que havia integração entre os estudantes do campo e os da cidade era nas férias, através das escolas de verão⁵.

Assim posto, desenham-se, então, as modificações da próxima fase da educação soviética, dada especialmente após a implantação da Nova Política Econômica. Conforme os constructos a que estamos nos referindo, a educação soviética, após 1921, relegou a formação pela práxis, tendo prioridade o campo da formação escolar, aquela dada pela práxis produtiva.

A efervescência política nos anos iniciais da Revolução Russa ajudava na

⁴ Referimo-nos à greve do magistério e de todo o funcionalismo público realizada em 1917. É relevante destacar ainda que, nesse período, além do fato de não haver muitos professores formados ideologicamente para a construção do comunismo, havia ainda o fato de que as forças contrarrevolucionárias atuavam fazendo uma campanha negativa da escola soviética. Pistrak (2009) relata que os aprendizes matriculados eram constantemente vítimas de xingamentos e que as escolas eram apedrejadas, o que demonstra o nível de dificuldade na construção da escola soviética, colocada tanto por fatores objetivos quanto ideológicos.

⁵ Nas férias, os educandos da cidade dirigiam-se ao campo para ajudar na plantação. A forma segundo a qual foram conduzidas as escolas de verão era alvo de crítica dos educadores soviéticos, o que levou, por conseguinte, ao rompimento entre Pistrak e Shulgin (Freitas, 2009).

construção do homem novo, fazendo com que todos os espaços realizassem ações da prática transformadora. O contexto socioeconômico e as medidas implementadas alteraram significativamente a relação entre trabalho e práxis, sobrepujando-se a formação para o trabalho.

5. A supressão da práxis política revolucionária do programa escolar soviético

Segundo Tragtenberg (2007), com a morte de Lênin, ficava aberta a vaga da sucessão na direção do Partido e, conseqüentemente, do Estado soviético. Stalin e Trotski eram os nomes mais indicados para substituir Lênin, dentre os quais a direção partidária escolheu o primeiro, por possuir um perfil mais centralizador, portanto, capaz de assegurar o prosseguimento da revolução, conforme avaliação do núcleo central do Partido.

Em 1926, o programa escolar adotou a política de formação de quadros para as fábricas. O conteúdo político da formação escolar perdeu-se na burocratização do Partido, ao mesmo tempo em que perdeu a articulação com os movimentos sociais, crescendo, com isso, a tendência da centralidade da formação para o trabalho no currículo escolar.

A extensão do território russo foi um fator agravante na organização das escolas-comunas. Por conta disso, as escolas do campo pareciam estar desarticuladas daquelas instituições escolares da cidade (Shulgin, 2013). Nelas, o trabalho produtivo não estava associado ao trabalho socialmente útil; havia uma distância entre os trabalhos do campo e os trabalhos da cidade e os métodos adotados por Pistrak não estavam coadunados com os trabalhos da fábrica.

Percebemos que esse recuo nas políticas educacionais veio principalmente após a implantação da Nova Política Econômica. A partir dessas mudanças, verificamos, conforme pontuamos acima, que houve a mudança do currículo nas escolas, a substituição do formato no ensino, culminando na Reforma Educacional de 1931, quando se estabeleceu que o programa de ensino preocupar-se-ia com as disciplinas teóricas em um horário e com o trabalho em outro. Nesse formato, a união entre trabalho e ensino deu-se de maneira fragmentada e separada dos outros aspectos que poderiam conferir à educação soviética uma tendência revolucionária.

Nessa direção, a escola não conseguiu se constituir como o centro cultural na vida dos estudantes e, por conta dessa fragilidade, ainda subsistia uma lacuna ideológica entre os professores e os filhos dos trabalhadores. Os alunos, mesmo depois de alguns anos, ainda não tinham compreendido as maiores conquistas da revolução, dificultando a criação de alguns laços de companheirismo e cumplicidade entre eles (Lilge, 1988).

Com as mudanças impetradas pela Nova Política Econômica, quando a polítecnia cedeu lugar ao ensino profissional, a formação, destaca Shulgin (2013),

deixou de ser “no trabalho” e transformou-se “para o trabalho”, resultando apenas no desenvolvimento de habilidades. O autor destaca que a aprendizagem das habilidades é necessária, mas ela não é objetivo em si mesmo. A aprendizagem das habilidades com ideias vazias abriga a contrarrevolução, por vezes, a ideologia dominante.

Desse modo, a politecnia, como propulsora da formação do homem multilateral, havia regredido, o que levou à acusação de Shulgin (2013) de que a escola tinha voltado a ser verbalista e escolástica. O autor observa que poucas crianças de nove anos chegavam a concluir o curso, relatando que ainda existia uma lacuna ideológica muito grande entre os professores e os filhos dos trabalhadores.

Oyama (2010) defende que, antes de 1921, já havia uma correspondência entre o sistema produtivo e o sistema educacional. Após essa data, essa correspondência afunilou-se, havendo, por conseguinte, uma sobreposição da técnica em detrimento de uma educação para a elevação do espírito. Lilge (1988) afirma que Lênin negligenciou a educação, chamando-o de pragmático, por ter se voltado para a educação do concreto, transformando a educação num utilitarismo míope, direcionando-a ao atendimento específico das necessidades da indústria.

A implantação da Nova Política Econômica ocasionou, dentre outras coisas, a inserção precoce das crianças no trabalho produtivo, a redução da formação geral em dois anos e a substituição da escola politécnica pela escola monotécnica. Os autores Dore (2013), Lilge (1988) e Oyama (2010) dissertam na mesma direção, salientando que Lênin lamentou esse recuo, porém o considerou necessário, tendo em vista que, “[...] sem o aumento da produção, a revolução não venceria” (Bittar & Ferreira Junior, 2011, p. 383). Lilge (1988, p. 6) ressalta que, durante a última parte da Nova Política Econômica, a educação politécnica teve poucos avanços, “poucos estudantes se engajavam no trabalho manual”. A partir do domínio da instrução profissional em detrimento da instrução politécnica, Shulgin (2013), com base em Lilge (1988), assevera que as escolas soviéticas regrediram ao verbalismo e ao escolasticismo, persistindo uma lacuna ideológica entre os educadores e os filhos da classe trabalhadora.

As mudanças no currículo apontaram muito mais para o sobrepujamento da centralidade do trabalho na formação escolar. Nessa nova configuração, o trabalho produtivo ganhou ênfase, enquanto o trabalho político-social dissolveu-se na necessidade imediata da formação dos novos quadros. O caráter político emancipatório perdeu-se, levando, conseqüentemente, ao rompimento de alguns educadores com o Narkompros. Lunatcharski retirou-se da coordenação e Shulgin rompeu com ela, tecendo várias críticas a Pistrak e Krupskaja, enquanto esses dois últimos referenciavam-se no método taylorista para justificar a ênfase dada às atividades técnicas.

Podemos perceber mudanças até mesmo na concepção de politecnia. A educação politécnica, consoante Pistrak (2015), passou a ser um instrumento de

industrialização do campo, havendo uma reestruturação da economia e da vida cotidiana a partir da introdução do maquinismo nas escolas do campo. As metas da educação passaram a ser balizadas pelo Plano Quinquenal, tendo como meta a preparação de quadros para as fábricas e a elevação do nível cultural das massas. Entretanto, o que fazia a ponte da formação escolar com as questões culturais era o trabalho político-social, ou, dito de outro modo, a articulação com a práxis social, o que fragilizou sobremaneira a formação cultural dentro do currículo escolar, havendo o reconhecimento de Pistrak (2015), por exemplo, de que as tentativas de vincular arte e trabalho no currículo eram ainda tímidas, ocasionando um sobrepujamento da aprendizagem das técnicas das bases industriais em detrimento da práxis transformadora.

A partir do momento em que a práxis foi suprimida do programa escolar soviético, os estudantes foram incluídos nas relações de trabalho estranhadas e deixaram de se envolver na atividade prática transformadora. A práxis criativa ou transformadora cedeu lugar à práxis burocratizada, sobre a qual Vázquez (2011, p. 280) disserta:

[...] todo burocratismo é um fenômeno próprio de um sistema de governo no qual o Estado se encontra divorciado do povo e é incompatível não só com todo o controle popular de sua atividade, assim como, por essência, com a ajuda dos métodos burocráticos de governo, exclui toda a participação de baixo na direção da sociedade. O burocratismo se opõe, por isso, diametralmente, à verdadeira democracia. Por isso é que no passado ele alcança seu apogeu nos regimes mais antidemocráticos e absolutistas. Por isso também, em nossa época, como Lênin mostra com razão, é um traço essencial do imperialismo, na medida em que este tende a fundir o aparelho estatal com o poder dos monopólios [...]. [...] o burocratismo é um fenômeno característico do imperialismo, com a particularidade de que, em uma sociedade na qual o poder estatal se funde com o das grandes corporações privadas, o processo de burocratização não só engloba as instituições propriamente estatais, como também, em geral, toda a vida social; alcança também a cultura inteira e impregna inclusive as formas de relação entre os homens. O burocratismo aparece, assim, nas condições do capitalismo monopolista de Estado, não como uma deformação isolada, e sim como uma característica essencial do sistema que exige necessariamente a burocratização da economia, da política, da cultura e, em geral, de toda a vida social.

A partir do momento em que houve o fortalecimento do Estado na condução do processo revolucionário, houve, de igual modo, uma centralização nos

mais diversos campos, constituindo-se, portanto, numa forma de minar o processo revolucionário por dentro, eliminando, de acordo com Vázquez (2011), a imprevisibilidade e a aventura que acompanham a práxis autenticamente criadora.

Dessa maneira, o esquecimento da práxis como categoria tão importante quanto o trabalho relega a práxis, deixando de explorar todo o seu potencial transformador na construção de uma cultura contra-hegemônica no período da transição do reino da necessidade para o reino da liberdade.

6. Algumas conclusões

É sabido que o curso revolucionário não pôde ser completado na Rússia Revolucionária por diversas razões. Os inimigos da revolução foram muitos, a contar desde o contexto socioeconômico (extrema miséria, guerra civil, incidência de surtos de doenças que acometeram a população em meados do século XX) ao contexto político-econômico (com o bloqueio político-econômico orquestrado pelas forças imperialistas), conforme constata Oyama (2010), prejudicando sobremaneira o andamento da revolução. Desse modo, o fator econômico foi um fator preponderante que impediu a transição do reino da necessidade para o reino da liberdade, fazendo com que a práxis revolucionária permanecesse no campo da práxis imediata, na resolução dos problemas básicos que acometiam a população soviética.

As mudanças no campo da educação favoreceram, pelo menos nos anos iniciais da Revolução Russa, uma articulação dialética entre trabalho e práxis no programa escolar. No entanto, é preciso reiterar que a educação soviética era apenas um dos problemas da grande União Soviética, e que a escola, dentro de um contexto de miséria, numa conjuntura de acirramento muito forte das várias tendências que compunham aquele cenário, associado ao bloqueio político e econômico das forças imperialistas, não poderia fazer girar o pêndulo a favor da revolução, porque, se assim fosse, a revolução permaneceria no campo idealista, posto que a educação, sozinha, não é capaz de transformar o mundo, muito embora, sem ela, seja impossível fazê-lo.

A práxis revolucionária esteve presente dentro do programa escolar soviético a partir da base curricular da escola, por estar apoiada no estudo da atualidade e na auto-organização dos alunos. As sucessivas mudanças no currículo alteraram a relação com a práxis revolucionária, destacando-se no currículo escolar a práxis produtiva que, devido ao estranhamento derivado das relações de trabalho, permaneceu fetichizada, não podendo, assim, elevar a consciência revolucionária da população soviética.

À medida que as outras práxis sociais ficaram concentradas dentro da atuação do partido, as engrenagens do movimento real passaram a ser comandadas pelo poder estatal, cedendo lugar a uma práxis burocrática. O próprio trabalho

político-social realizado pela escola dissolveu-se no trabalho produtivo, ocasionando uma formação para o trabalho deslocada do engajamento dos estudantes na luta de classes.

Nesse sentido, reiteramos que a tomada do poder não é um fim em si mesmo, e que o desenvolvimento da consciência socialista deve ser contínuo, para justamente não fortalecer os estranhamentos decorrentes das relações de trabalho. A própria política de formação de quadros, com a proposta de formação de especialistas e com a introdução do taylorismo nas fábricas e escolas, aprofundou as semelhanças com a educação técnica realizada dentro do capitalismo, trazendo consequências para a execução prática até mesmo das escolas politécnicas.

Sob hipótese nenhuma poderíamos dizer que a práxis desapareceu do programa escolar soviético, porém, podemos afirmar que ela reduziu-se à práxis laborativa, com os resquícios de uma práxis fetichizada. Dessa maneira, o processo pedagógico da revolução social perdeu-se dentro da própria materialidade daquele contexto histórico, não sendo possível, portanto, formar o novo homem como resultado das contradições de uma sociedade em transição.

Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- BITTAR, Marisa & FERREIRA JUNIOR, Amarílio. “A educação na Rússia de Lênin.”, *Revista Histedbr*, Campinas, n. 41, pp. 377-396, 2011. <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/41e/doc01_41e_2.pdf>.
- CUNHA, Marcel Lima. *A escola do trabalho soviética de Pistrak: dois passos à frente, um passo atrás?* 2012. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.
- DORE, Rosemary. “O debate sobre o conceito de escola do trabalho na Revolução Soviética.” In: MENEZES NETO, Antonio Julio *et al.* (Org.). *Socialismo e educação*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, pp. 65-84.
- FREITAS, Luiz Carlos de. “A luta por uma pedagogia do meio: revisitando um conceito.” In: PISTRAK, Moisey Mikhaylovich (Org.). *A Escola-Comuna*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, pp. 7-108.
- IASI, Mauro. “Pode ser a gota d’água: enfrentar a direita avançando na luta socialista.”, *Blog da Boitempo*, São Paulo, 26 mar. 2013.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- KRUPSKAIA, Nadezhda K. “Prefácio.” In: PISTRAK, Moisey Mikhaylovich. *A Escola-Comuna*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- LILGE, Frederic. “Lênin e a política de educação.”, *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 13, n. 2, pp. 3-22, 1988.

- LOMBARDI, José Claudinei. *Reflexões sobre educação e ensino na obra de Marx e Engels*. 2010. 377 f. Tese (Doutorado em Livre-Docência) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
- LUKÁCS, György. *Prolegômenos: para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- LUXEMBURGO, Rosa. “A Revolução Russa.” *In*: PINHEIRO, Milton & MARTORANO, Luciano Cavini (Org.). *Teoria e prática dos conselhos operários*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. pp. 89-105.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. “A guerra civil na França.” *In*: PINHEIRO, Milton & MARTORANO, Luciano Cavini (Org.). *Teoria e prática dos conselhos operários*. São Paulo: Expressão Popular, 2013, pp. 49-58.
- OYAMA, Edison Riuitiro. *Lênin, educação e revolução na República dos Soviotes*. 2010. 170 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- PISTRAK, Moisey Mikhaylovich. *A Escola-Comuna*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- _____. *Fundamentos da escola do trabalho*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- _____. *Ensaio sobre a escola politécnica*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- REED, John. *Dez dias que abalaram o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SHULGIN, Viktor N. *Rumo ao politecnismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SOUSA JUNIOR, Justino de. *Marx e a crítica da educação: da expansão liberal democrática à crise regressivo-destrutiva do capital*. Aparecida: Idéias & Letras, 2010.
- _____. “Princípio educativo e emancipação social: validade do trabalho e pertinência da práxis.” *In*: MENEZES NETO, Antonio Julio de (Org.). *Socialismo e educação*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, pp. 49-62.
- TASSIGNY, Mônica Mota. “Ética e ontologia em Lukács e o complexo social da educação.” *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 25. <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a07.pdf>, pp. 82-91, 2004>.
- TRAGTENBERG, Maurício. *A Revolução Russa*. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2007.
- _____. “Pistrak: uma pedagogia socialista.” *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, v. 3, n. 24, s.p., 2003.
- VÁZQUEZ, Adolf Sánchez. *Filosofia da práxis*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

Recebido em 11 de dezembro de 2017

Aprovado em 29 de janeiro de 2018

Jorge Amado: do romance proletário ao romance histórico. Uma discussão sobre mediações da forma estética e conteúdo sócio-histórico

Jorge Amado: from the Proletarian to the Historical novel. A discussion on mediations of the aesthetic form and socio-historical content

João Paulo Ferreira*

Resumo

O presente trabalho pretende elaborar uma abordagem crítica acerca dos aspectos estéticos e políticos manifestos na literatura de Jorge Amado, detidamente as três primeiras obras do ciclo do cacau (*Cacau*, 1933; *Terras do sem fim*, 1943; *São Jorge dos Ilhéus*, 1944). Assim, pautaremos a nossa discussão partindo da especificidade de cada narrativa, como transfiguração de um conteúdo sócio-histórico determinado. Pois, a propósito de *Cacau* ser proletário, de *Terras do sem fim* ser a “épica” do “drama da conquista feudal” e *São Jorge dos Ilhéus* ser o “mesquinho” drama “da conquista imperialista” – como alerta o autor em suas notas introdutórias –, cremos que tais considerações perpassam pelo emergente debate de problemas sociais, políticos e econômicos do Brasil da década de 1930, constituindo, por seu turno, impasses da própria apreensão figurativa. Para fundamentar nosso trabalho, valer-nos-emos dos estudos de György Lukács (2009; 2011), Antonio Candido (1992), entre outros.

Palavras-chave: Jorge Amado; romances do cacau; estética e política.

Abstract

The present work intends to elaborate a critical approach on the aesthetic and political aspects manifested in the literature of Jorge Amado, mainly the first three works of the cocoa cycle (Cacau, 1933; Terras do sem fim, 1943; São Jorge dos Ilhéus, 1944). Thereby, we will base our discussion on the specificity of each narrative, as a transfiguration of a determined socio-historical content. Because, with regard to Cacau being proletarian, Terras do Sem Fim is the “epic” of the “drama of feudal conquest” and São Jorge dos Ilhéus is the “stingy” drama of “imperialist conquest” – as the author warns in his notes – we believe that such considerations permeate the emergent debate of social, political, and economic problems of Brazil in the 1930s, which in turn constitute impasse of the figurative apprehension itself. In order to base our work, we will use the studies of György Lukács (2009; 2011), Antonio Candido (1992), among others.

Keywords: Jorge Amado; cocoa novels; aesthetics and politics.

* Doutorando em Literatura pela Universidade de Brasília.

Considerações iniciais

Sabe-se que Jorge Amado é um dos autores mais lidos no Brasil e também no mundo. E não casualmente. A sua literatura, de algum modo, releva-se como um universo vivo, um cosmos em que o ficcional conecta-se ao mundo real, transfigurando a vida em seu fluxo contínuo e contraditório. Visto dessa perspectiva, ao mesmo tempo em que se permite um reconhecimento da produção estético-literária, bem como da genialidade inventiva do autor (atrelada intimamente com suas experiências culturais e políticas), verifica-se também, ao menos para um leitor especializado, algumas questões pertinentes que, talvez, mereçam maior atenção – certamente, menos por se mostrarem como problemas “isolados” do que tocarem, no conjunto, em pontos fundamentais da íntima relação entre produção estética e a vida sócio-histórica dos homens, isto é, da forma como os homens vivem e representam o seu mundo, e dele tomam conhecimento.

O autor baiano Jorge Amado produziu, durante os seus quase 90 anos de existência, mais de vinte romances, entre eles *Cacau* (1933), *Terras do sem fim* (1943) e *São Jorge dos Ilhéus* (1944). A menção e escolha destes romances justificam-se, aqui, inicialmente pelas qualidades estéticas de cada obra, pois revelam em sua estrutura formal, para além da matéria do domínio cultural do cacau, um sistema orgânico que, ao mesmo tempo em que se realiza, à vista do princípio da verossimilhança, em momentos, vê-se comprometida devido à interferência direta de opiniões do autor. A opção pelas narrativas também se ampara, ligada intrinsecamente a essa questão formal, no âmbito do assunto discutido nas obras. Pois o tema abordado (a cultura do cacau, o coronelismo, a formação e o desenvolvimento de povoados e cidades, etc.) muito tem a ver com um momento do desenvolvimento da sociedade brasileira, a saber, do período de transição do século XIX para o XX, período em que o Brasil experiencia seu processo (um tanto problemático) de modernização.

De fato, não é difícil encontrar estudos que versam sobre essa questão em Amado, no entanto, gostaríamos de abordar este tema de uma perspectiva que encare as obras em questão antes como exigências sócio-históricas do próprio conteúdo social e histórico, que podem se interligar sob o fio de um projeto literário pretensioso, procurando sintonia entre o factual (documento) e o ficcional (literatura), do que como formas que, à luz do formalismo, são encaradas, às vezes, mecânica e rigidamente como sendo romance proletário, obra-prima e romance de tese, respectivamente, como sugere Almeida (1979). Acreditamos que as formas de representação escolhidas por Jorge Amado têm suas razões na apreensão do seu momento histórico, dos limites sociais, econômicos, políticos, culturais, enfim, humanos, do seu tempo. Isto é, os romances amadianos visam transfigurar não só uma visão imediata e arbitrária do homem e seu mundo (apesar de essa leitura ser possível e, inclusive, por vezes, ser a que se sobressai), mas essencialmente o homem e suas paixões numa intrincada rede de relações

mútuas, casual, e até trágica, dando a ver o colorido painel que compõe a totalidade (intensiva) do universo e das experiências humanas.

Desse modo, em nossa leitura, apesar do segundo romance ser publicado somente dez anos depois do primeiro, e formando uma saga com o terceiro, avançaremos a partir da ideia de “ciclo”. O ciclo dos romances do cacau. E partiremos do princípio de que, se num primeiro momento, o foco espalha-se no campo da subjetividade (consciência), aparentemente autônoma e redentora, encorpada pelo discurso de um narrador-personagem que, apressadamente, conta a sua vida e também a dos trabalhadores e daqueles que vivem do cacau, o segundo momento (o segundo romance) tende a problematizar – quase como uma autocrítica – e romper fronteiras, atribuindo à subjetividade (consciência) um caráter material e histórico; quer dizer, a consciência como alguma coisa ligada à vida prática do homem, que em larga medida é reflexo das relações sociais cotidianas das pessoas em sociedade. Fato que independe – no caso da criação literária realista – da opinião externa, pessoal do escritor.

Contar a vida ou transfigurá-la? Uma aproximação dialética do “épico” e do “mesquinho” nos romances do cacau

Desde as famosas e polêmicas notas introdutórias, particularmente as situadas nos três romances *in foco*, Jorge Amado lança prontamente suas pretensões figurativas, as quais se ligam intimamente com suas concepções de mundo e do que ele entende ser a própria vida. Isto é, ao mesmo tempo em que Amado escreve os romances, ele propõe-se a pensar – sinalizando em notas e explicitando, ora sutil, ora abertamente, o tema dentro do texto literário – sobre as formas literárias a partir de uma perspectiva metodológica-compositiva bastante definida, como é, a princípio, a questão do romance proletário e, depois, da narrativa épica, com tendência à temática histórica.

Ao falar sobre a composição do romance, encontramos em *São Jorge dos Ilhéus* (doravante *SJI*) a seguinte nota introdutória:

Em verdade este romance e o anterior, “Terras do sem fim”, formam uma única história: a das terras do cacau no sul da Bahia. Nesses dois livros tentei fixar, com imparcialidade e paixão, o drama da economia cacaueira, a conquista da terra pelos coronéis feudais no princípio do século, a passagem das terras para as mãos ávidas dos exportadores nos dias de ontem. E se o drama da conquista feudal é épico e o da conquista imperialista é apenas mesquinho, não cabe a culpa ao romancista. Diz Joaquim que a etapa que está por vir será plena de heroísmo, beleza e poesia, e eu o creio. (*SJI*, p. 6; grifo nosso)

Conforme Alfredo W. Berno de Almeida (1979), essa estratégia das “notas”,

por Jorge Amado, justifica-se pelo evidente desejo e necessidade do escritor em estabelecer um diálogo direto com seu leitor, deixando às claras suas pretensões literárias (p. 185). Constatação válida até certo ponto. No entanto, se nos aproximamos um pouco mais e lançamos um olhar mais dinâmico e vertical a este respeito, veremos que as provocações levantadas pelo autor têm muito mais a ver com inquietações históricas, içadas inclusive por escritores da envergadura de um Goethe, um Balzac, um Tolstói, etc., e também por brasileiros da estatura de um José de Alencar e um Machado de Assis, qual seja, a inquietação de encontrar a forma mais adequada e, portanto, justa para se figurar a realidade social e histórica em todas as suas nuances e complexidades, e submeter constantemente esta “forma” a rigorosas conjecturas, dentro ou fora de suas escritas literárias.

Quando Amado escreve que “se o drama da conquista feudal é épico e o da conquista imperialista é apenas mesquinho, não cabe a culpa ao romancista.” (*SJI*, p. 6), ao mesmo tempo em que lança luz sobre o caráter contraditório – calcado, aparentemente, em princípios moralistas – da formação sócio-política e econômica da zona cacaueteira, incide luminosidade, também, sobre a posição ou a participação do escritor, como alguém que está pensando e refletindo sobre esse processo social em desenvolvimento. Assim, se, num primeiro momento, Jorge Amado apressa-se em se redimir de sua culpa perante o caráter dos fatos que narra, paulatinamente, procura evidenciar o processo histórico que está por trás das formas narrativas escolhidas para a transfiguração da realidade social. Desse modo, o ser “épico”, da “conquista feudal”, e o ser “mesquinho”, “da conquista imperialista”, para além de uma impressão subjetiva do autor, são reveladores do caráter progressista da história, bem como do traço contraditório do progresso. No caso, para o autor baiano, a dimensão épica da conquista feudal é aquela em que há prevalência de valores como a valentia e honradez no *ser* e no *fazer* dos diversos caracteres que experienciaram a construção e as contradições daquele momento histórico que carrega em si marcas específicas de um determinado período da formação nacional. Em contrapartida, a conquista imperialista tende ao mesquinho quando se mostra despida de qualquer valor ético ou moral, conformando e sobrepondo os interesses privados-corporativos aos públicos de forma aparentemente legal (do ponto de vista jurídico), porém, desleal e até desumana. Diz o narrador de *SJI*:

[...] no princípio do século, os coronéis, os Horácios e os Badarós conquistavam a terra de ninguém para plantar cacau. [...] Desde rapazinho que a imagem das terras negras do cacau, rubras de sangue, ocupava um lugar na sua [*de Carlos Zude*] imaginação. Hoje sabia que o revólver e a repetição, o capanga e o incêndio, já não adiantavam para a conquista dessas matas. Não eram mais terra de ninguém, matas de assombrações, vírgens do contacto humano. [...]

Agora também Carlos Zude, à frente dos exportadores, se empenha na conquista dessas terras, é também uma batalha de morte. No mais íntimo do seu ser [...], Carlos lastima que não fôsse aquela uma luta heróica, de repetição, tocaias e jagunços. Era uma luta de escritório, de jôgo de bolsa, de alta e baixa, uma luta bem diferente. Talvez fosse mesquinha, pensou Carlos, [...] Mas não era mesquinha! Era heróica ao seu modo, ao modo de Carlos Zude, exportador de cacau. (SJI, pp. 116-117)

De fato, a impressão mais imediata que se tem é de um desenvolvimento formal resvalado num plano subjetivo, que tende a dar primazia a elementos da superestrutura social, respaldados num *ethos* e num *pathós*, à primeira vista hierarquizados, em nível de superioridade e inferioridade, dentro de contextos históricos definidos – no sentido de um passado glorioso em oposição a um presente torpe. Todavia, a questão do “épico” e do “mesquinho”, se considerados numa perspectiva ontológica, centrado ainda na narrativa amadiana, diz respeito a um modo de sociedade e um tipo social peculiar, qual seja, o coronelismo, e ao desenvolvimento desta forma social à uma elevação um tanto contraditória, na aceção de que quanto mais se testemunha ou protagoniza um progresso, mais vazia e mecânica parece ficar a vida individual e social, bem como a existência material e intelectual de uma parcela significativa dos personagens. Eis o estado de ânimo da figura Carlos Zude, que se põe a pensar sobre a questão numa certa altura da narração – reproduzida mais acima. E mais do que “pensar sobre”, a vida do personagem é a incorporação desse desenvolvimento material e espiritual, que supõe um incremento do “épico” ao “mesquinho”, justificado como algo imanente, próprio da condição de exportador do personagem que, em larga medida, é a representação do homem e da sociedade moderna, em seu auge monopolista, com tendências ao imperialismo. Por outro lado, se se considera a questão numa perspectiva mais voltada à estética, a impressão que se tem é de que há uma dificuldade em narrar a vida no tempo presente, dado a sensação de um esvaziamento dos sentimentos heroicos, que sustentam a “grande épica”¹. Em *São Jorge dos Ilhéus*, o narrador revela-nos que “no mais íntimo do seu ser, onde mora o adolescente que vinha das leituras de Júlio Verne para o escutar das histórias de Ilhéus, Carlos lastima que não fôsse aquela uma luta heróica” (SJI, p. 117). Desse modo, a queixa do personagem aparece ao leitor como limites éticos e morais, bem como prático-temporais (históricos), mas também se apresenta como fronteira entre o fato e a sua representação simbólica.

Já em *Terras do sem fim* (doravante TSF), deparamo-nos com a seguinte cena: “era um campo tranquilo, de ovelhas, pastores, flautas e baile. Azul, quase

¹ Lukács entende como “grande épica”, n’*O romance histórico, a epopeia e o romance* (2011, p. 117).

cor do céu. Bem diferente era esse campo deles” (TSF, p. 43). Essa é uma passagem do capítulo “A Mata”, quando Sinhô Badaró, no instante de tomar uma decisão importante, concentra-se numa gravura em óleo dependurada em sua parede, cuja imagem retrata uma moça bonita numa paisagem tranquila num campo qualquer da Europa. Tal quadro não deixa de ser uma síntese do antigo diálogo entre o mundo real e o universo artístico, como também da arte discutindo a si mesma.

Destarte, pensando o “real” e o “artístico”, o filósofo húngaro György Lukács pondera, em seus estudos estético-filosóficos, que “a realidade não é somente a superfície imediatamente percebida do mundo exterior, não é a soma dos fenômenos eventuais, causais e momentâneos” (1968, p. 30). Para o estudioso, existe, por um lado, a realidade como o movimento dialético entre fenômeno e essência: “a autêntica dialética da essência e do fenômeno se baseia no fato de que essência e fenômeno são momentos da realidade objetiva, produzidos pela realidade e não pela consciência humana” (*ibidem*, p. 31). Por outro lado, em termos gerais, a forma como essa realidade dinâmica é representada pela arte também é importante, seguindo as considerações de Lukács, o qual entende que “a verdadeira arte visa o maior aprofundamento e a máxima compreensão. Visa captar a vida na sua totalidade onicompreensiva” (*ibidem*, p. 32).

Ainda de acordo com o filósofo,

A verdadeira arte aprofunda-se sempre na busca daqueles momentos mais essenciais que se acham ocultos sob a capa dos fenômenos; mas não representa esses momentos essenciais de maneira abstrata, fazendo abstração dos fenômenos e contrapondo-se àqueles, e sim apreende exatamente aquele processo dialético vital pelo qual a essência se transforma em fenômeno, se revela no fenômeno, fixando, também, aquele aspecto do mesmo processo segundo o qual o fenômeno manifesta, na sua mobilidade, sua própria essência (Lukács, 1968, p. 32).

Desse modo, traçar a realidade histórica em sua complexa dinâmica sempre foi um desafio para muitos estudiosos e escritores, principalmente para aqueles que se desafiam a pintar, ou melhor, pensar e transfigurar realidades como a brasileira, que carrega em sua história um passado bastante problemático, já que, assim como outros países colonizados, os propósitos do explorador não eram outros senão o monopólio das riquezas naturais ou daquelas produzidas nas grandes propriedades rurais, cujo fim era a exportação. Portanto, o problema persiste quando, passados mais de quatro séculos, certos substratos e resquícios da colonização ainda pulsam nas entranhas da nação brasileira. Caio Prado Júnior, importante sociólogo brasileiro, em sua obra *Formação do Brasil contemporâneo*, menciona que

Em substância, nas linhas gerais e caracteres fundamentais de sua organização econômica, o Brasil continuava, três séculos depois do início da colonização, aquela mesma colônia visceralmente ligada [...] à economia da Europa; simples fornecedora de mercadorias para o seu comércio (Prado Jr., 2004, p. 125).

Sinhô Badaró, olhando para a oleogravura, enxerga o retrato do Brasil de seu tempo. Para ele, a Europa e as pessoas que viviam lá é que eram felizes, porque possuíam toda a riqueza e a cultura, enquanto aqui eles tinham que sobreviver e, para isso, aumentar as terras e a lavoura de cacau era imprescindível, ainda que custasse a vida de muitos.

Assim, a aparente contradição entre realidade histórica e arte tem a ver com certos processos de captação dos momentos essenciais que matizam os conflitos da vida real mesma, por parte desta. Quer dizer, não necessariamente há uma contradição, já que a arte, no caso a literatura, não se confunde com a realidade concreta, chegando a ser antes um reflexo, no sentido de representar os processos pelos quais as ações, os conflitos e as paixões humanas ganham contornos e vão firmando as mudanças no quadro histórico, como já referiu Lukács.

O escritor, como personalidade viva e partícipe do mundo real, tende a reproduzir as suas relações afetivas, bem como os interstícios da sociedade em que vive. Porém, não o faz de um modo direto, mas mediado por uma linguagem metafórica viva, que possibilita ao leitor criar uma imagem próxima da realidade e pensar sobre ela. Assim, quando Sinhô Badaró, num instante de afirmar uma decisão definitiva acerca de matar Firmo e tomar posse da mata do Sequeiro Grande, olha para a oleogravura, enxerga ali este contraste profundo: o ar calmo do quadro e a tempestade que ora se apresenta. Todavia, mais do que esse contraste, a atitude do personagem Sinhô Badaró, em contraponto ao quadro, justifica-se mediante as evidentes aflições herdadas de um passado que ainda se faz presente, isto é, o conflito que permeia a narrativa de *TSF* é aquele embate dos proprietários rurais tão recorrente no século XVII com os comerciantes aventureiros e, também, com a Coroa, quando essa transfere sua sede administrativa para a então colônia (1808), até a Proclamação da Independência (1822).

Como é possível observar, a situação enfrentada por Sinhô Badaró frente a oleogravura é próxima daquela vivida por Carlos Zude, ao rememorar e contrapor suas lembranças entre o imaginário e o real, entre o passado e o presente. Inclusive, as posições reflexivas, ou autorreflexivas, apresentam-se ao leitor sempre como possibilidades, a todo momento como algo em processo. O mesmo se pode observar na postura do narrador-personagem de *Cacau* quando, em retiro com Mária (filha do coronel Misael) debaixo de uma jaqueira, questiona a possibilidade da relação amorosa de uma condessa com um roceiro, contada num romance lido pela herdeira do coronel.

Quando virou as últimas páginas do livro me contou:

- É uma história bonita. Uma condessa que vai ao seu castelo no campo e se apaixona por um roceiro. A família se opõe, mas ela casa e o roceiro vai ser conde. E vivem felizes...
- Contos da carochinha. (Cacau, p. 242)

E o narrador continua contando a sua conversa com a filha do patrão.

74

– Não. Isso é um romance – riu – de uma escritora francesa. É bonito, não acha?

– Mas o roceiro é um traidor.

– A quem ele traiu?

Embatuquei com a pergunta. Mária sorria vitoriosa.

– Traiu os outros trabalhadores.

– Como, melhorando de vida?

Silenciei.

– E você não casaria com a condessa?

– Começa que a condessa não me amaria...

– Você está fugindo da pergunta. Se ela lhe amasse e você a amasse?

– Se ela me amasse poderia vir a ser mulher de trabalhador.

Chegou a vez dela embatucar. Mas respondeu minutos depois:

– E ela ia acostumar com essa vida?

– E ele se acostumaria com a vida de luxo?

– Ora, se...

– Pode ser... Mas ele foi um traidor.

Mária contentou-se em responder:

– É. Mas essas histórias acontecem às vezes na vida real. (Cacau, pp. 242-243)

Colocado nestes termos, ao mesmo instante em que o narrador-personagem questiona a literatura apresentada por sua companheira, sobretudo no que diz respeito às possibilidades do amor entre pessoas de níveis socioeconômicos distintos, indaga, paulatinamente, a sua própria situação imediata. Isto é, a existência de um clima amoroso entre a filha do patrão e ele. No entanto, ainda que José Cordeiro reconheça e corresponda ao sentimento de Mária, ele sabe que, diferente do *happy-end* do romance lido, o desfecho da história deles não poderia ser igual. À primeira vista, essa experiência do narrador-personagem aproxima-se daquela de Carlos Zude e de Sinhô Badaró por transfigurar estas personalidades em contato com a arte/literatura, de modo que, no contato estabelecido, as personagens tomassem consciência do mundo e de si, enfim, da história humana. Entretanto, a situação de José Cordeiro complica-se um tanto

mais porque ele não é apenas um personagem, Cordeiro é também narrador. E um narrador que tem como propósito ser honesto em seu relato.

O assunto e a “honestidade”: impasses entre fato e ficção

Os termos que abrem o romance *Cacau* são: “tentei contar neste livro, com um mínimo de literatura para um máximo de honestidade, a vida dos trabalhadores das fazendas de cacau do sul da Bahia.” (*ibidem*, p. 149). Ainda que quem assine a nota seja o autor, o narrador procura levar a cabo tal pressuposto. Portanto, enquanto Zude e Badaró mostram-se “livres” para pensar o mundo e si próprios, mediante a expressão artística frente a eles, José Cordeiro aparece comprometido pelas amarras de um posicionamento político-ideológico que ele mesmo não sabe ao certo, mas que por sua condição de narrador “honesto” e empenhado com a “verdade” precisa cumprir. Assim sendo, ao passo que, num primeiro momento, observa-se a arte e a literatura como *mediadora* entre sujeito, natureza e sociedade, num outro instante, essa mesma relação acontece de forma direta, sem mediações. Quer dizer, a experiência artística apresentada é transposta imediatamente para o real, de modo que o narrador-personagem sente-se à vontade em emitir um juízo de valor – fato que corrobora no fortalecimento da prerrogativa de uma voz externa e estranha ao assunto narrado. Daí o personagem rechaçar prontamente o amor da condessa com o roceiro, e acusar este de “traidor”, ainda que não soubesse exatamente o que significasse tais pensamentos.

Ao versar sobre a arte, especialmente a eficácia da arte, György Lukács nos lembra que esta só ocorre “porque no mundo representado pela arte os homens revivem e reconhecem, com emoção, a si mesmos, aos seus destinos típicos, à sua direção, e que, por isto, o pressuposto indispensável desta eficácia, na representação do típico, é a justeza do conteúdo.” (Lukács, 1978, p. 235). Se se perde o princípio da “justeza do conteúdo” na figuração, sobretudo na representação literária, o mundo e os homens (com seus destinos e paixões) tendem ao *status* mediano (numa acepção sociológica), limitados à imediatez dos fatos e da vida, restringindo-se ao campo das ideias, nem sempre correspondentes aos acontecimentos.

Não há dúvidas de que esta discussão das mediações entre forma estética e conteúdo social é tão complexa quanto necessária, assim como também o é o método compositivo de cada obra. E é evidente que não teremos condições, e nem é nosso propósito, levar até as últimas consequências este debate aqui. No entanto, recuperando a discussão acerca do assunto ficcionalizado pela “grande épica”, encaminhamo-nos a um problema que alcança o âmago do modo de retratar a realidade, sobretudo pelo viés literário, qual seja, a formação e posição do narrador, da mesma maneira que a representação da luta e dos valores que nor-teiam a personalidade e destino do herói de ontem e de hoje.

O sentimento de lástima de Carlos Zude nos é revelador das marcas específicas da construção poética que permeia a figuração épica e a composição romanesca, de modo a aproximá-las e distanciá-las, conforme suas especificidades tempo-espaciais (históricas).

O romance e a representação do mundo moderno dos homens

O filósofo alemão Georg W. F. Hegel, em seu curso de *Estética*, dizia que o romance era “a moderna epopeia burguesa” (2004, p. 137), evidenciando, assim, a base social e histórica que justificasse a genealogia compositiva do romance a partir de elementos presentes na epopeia. Daí, segundo Lukács,

Quando Hegel chama o romance de “epopeia burguesa”, põe uma questão que é, ao mesmo tempo, estética e histórica: ele considera o romance como o gênero literário que, na época burguesa, corresponde à epopeia. (2009, p. 195)

Isto porque, conforme o filósofo húngaro,

O romance, por um lado, tem as características estéticas gerais da grande narrativa épica; e, por outro, sofre as modificações trazidas pela época burguesa, o que assegura sua originalidade. Com isso, em primeiro lugar, é determinado o lugar do romance no sistema dos gêneros artísticos: ele deixa de ser um gênero “inferior”, que a teoria evita com soberba, sendo plenamente reconhecido seu caráter típico e dominante na literatura moderna. (*idem ibidem*)

Como fica perceptível, o dilema quanto ao gênero romanesco, se se pode dizer assim, é a aparente oposição entre o indivíduo e a sociedade. Uma vez que uma das características da sociedade moderna e, portanto, também do romance – no sentido atribuído por Lukács –, é o foco nos indivíduos que não se reconhecem, a princípio, nos objetos que produzem, não se perfilham como produtores, nem tampouco no modo de produção vigente. Dessa maneira, a sensação é a de que o indivíduo e a sociedade são coisas distintas, opostas, o que, para a filosofia marxista, revela-se como falso, já que, para o marxismo tradicional, a relação do sujeito com o objeto, mediada pelo trabalho, é o que define o homem como homem. É fundamentado na categoria trabalho que o homem trava relações com a natureza, consigo próprio e com outros homens. Daí, se esse pressuposto é invertido, como o é na sociedade moderna, passa a ser “normal” o não-reconhecimento, bem como a hostilização entre sujeito e sociedade, entre o produto, o produtor e a produção. Esta manifestação Marx

entendeu como sendo, nos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*, o estranhamento².

Recobrando o problema experienciado pelo personagem Carlos Zude (*SJD*), quanto à questão da épica e do mesquinho, agora pode-se dizer que tal assunto encontra suas explicações exatamente na relação estranhada, isto é, da aparente oposição entre sujeito e sociedade, entre público e privado, entre proprietário e não-proprietário, entre individualidade e generidade (gênero humano).

Se o trato dos coronéis com seus trabalhadores e familiares – em *Terras do sem fim* – evidencia-se, à primeira vista, dotado de um heroísmo, é porque os personagens são corajosos e destemidos e também nutridos de um espírito poético marcado pela elevação de tipos a particulares, ou antes, a “personalidades históricas” (no sentido atribuído por Lukács à figuração de Walter Scott, quer dizer, da “grande personalidade histórica” como a “representante de uma corrente importante, significativa, que abrange boa parte da nação.” (Lukács, 2011, p. 55). A acepção dessa “personalidade histórica” só se torna compreensível se tomamos as figuras dos “senhores de terras”, os “grandes proprietários”, que circunscrevem o período da colonização, e que conseguem chegar aos dias atuais metamorfoseados, já que tiveram que se adaptar às novas condições impostas pelo desenvolvimento industrial e mercantilista. Em outras palavras, os “grandes proprietários” – reconhecidos por Florestan Fernandes (1979) como “senhores rurais” – que não sucumbiram, tiveram que se aburguesar. Daí que, se num primeiro momento, a disputa entre a família Badaró contra o coronel Horácio da Silveira (*TSF*) transfigura a luta dos grandes proprietários entre si, o embate entre os coronéis e os exportadores (*SJD*) indica que a “corrente” histórica tendeu à uma luta bastante diferente, posto que o inimigo se mostrou mais astucioso e ambicioso, expandindo-se e conquistando fronteiras, o que o torna, ao mesmo tempo, sinal de avanço e também de retrocesso, pois em suas ações e relações encontra-se tudo o que há de mais desenvolvido, no entanto hostil ao reconhecimento e à realização humana.

Assim, pensar o progresso e suas contradições é, na verdade, reconhecer uma evolução histórica. Um desenvolvimento que só ocorre por força das vontades e ações humanas. Daí os conflitos. Desse modo, fundamentalmente, cogitar o sentido de luta é meditar sobre o movimento contínuo e contraditório da vida e do mundo dos homens. À vista disso, pensando o eixo essencial da narrativa do ciclo do cacau, qual seja, a luta pela posse e expansão da propriedade e

² “O estranhamento do trabalhador em seu objeto se expressa, pelas leis nacional-econômicas, em que tanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir; que quanto mais valores cria, mais sem-valor e indigno ele se torna; quanto mais bem formado o seu produto, tanto mais deformado ele fica; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador; que quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente o trabalhador se torna; quanto mais rico de espírito o trabalho, mais pobre de espírito e servo da natureza se torna o trabalhador.” (Marx, 2004, p. 82).

produção do fruto que “vale mais que ouro”, o conflito põe-se como revelador do espírito e das condições humanas dos viventes à volta do cacau.

Tranquilamente, pode-se dizer que o clímax da narrativa (*TSF*) é a disputa cerrada pela terra, com tiros, emboscada e incêndios de roças e de casas, promovida pelos dois lados (Badarós X Horácio). Todavia, para chegar até aí, a técnica de regressão temporal e a narração dos processos e razões que conduziram a história a tal ponto fizeram-se necessárias.

O conflito, em *Terras do sem fim*, por exemplo, cumpre aquela tarefa que Lukács define como “figurar a complexidade, a diversidade, a sinuosidade, a ‘astúcia’ (Lenin) daqueles caminhos que geram, resolvem ou amenizam tais conflitos na vida social” (Lukács, 2011, p. 177). Isto é, “como o romance se estende à representação da totalidade da vida social, o conflito levado a cabo é, no conjunto da figuração do romance, apenas um caso-limite, um caso entre muitos outros.” (*idem ibidem*).

Em se pensando o romance amadiano de 1943, o conflito extremado é o resultado das ações, reações e interações dos homens, motivadas por interesses diversos, na (con)formação tempo-espacial pela disputa territorial. Tanto é que o grande conflito só se realiza no fim da narrativa, de modo que todo o romance é a construção das mediações sócio-históricas necessárias, como é possível constatar facilmente na leitura do romance. Um percurso que vai da viagem de barco, passa pela conquista da mata e encaminha-se para as fundações dos povoados e suas vivências, bem como da composição da vida e dos destinos dos personagens de terceiro, segundo e primeiro plano, em que se observa uma conformação de fatores que não poderia conduzir a outro desfecho senão a batalha sangrenta entre os dois partidos.

A questão do conflito é, para Lukács, e também para Marx, um estágio necessário para o desenvolvimento da humanidade. O resultado do antagonismo de interesses/das lutas de classes, distinguido pelas ações dos homens no mundo, revela-se como o motor da história. Menciona o filósofo húngaro que “é somente no conflito, no irromper do conflito que se expressam a estreiteza e a limitação, a determinatividade da ação humana” (2011, p. 183). São dessa “estreiteza e limitação” confrontadas e superadas, que se abrem outras alternativas históricas, e, desse modo, o movimento dinâmico da vida, captado e intensificado pela arte, e em particular pelo romance, é que vai apontando “a *direção* de uma tendência do desenvolvimento social” (*idem ibidem*).

E os barulhos, começados nessa noite, não pararam mais até que a mata do Sequeiro Grande se transformou em roças de cacau. Depois a gente desta zona, de Palestina a Ilhéus, mesmo a gente de Itapira, ia contar o tempo em função desta luta:

– Isso aconteceu antes dos barulhos do Sequeiro Grande...

[...]

Foi a última grande luta da conquista da terra, a mais feroz de todas, também. Por isso ficou vivendo através dos anos, as suas histórias passando de boca em boca, relatadas pelos pais aos filhos, pelos mais velhos aos mais jovens (TSE, p. 162).

O conflito entre os clãs dos Badarós e de Horácio acaba por se colocar como um marco temporal de um passado heroico com aproximações ao modo antigo, medieval europeu. Um medieval em vias de modernização, isto é, em transição, no qual o “novo” já despontou no horizonte, mas o “velho” ainda persiste. “A última grande luta da conquista da terra” foi (ou deveria ter sido) a ruptura definitiva com o arcaico medievalizado nas terras do sul baiano e numa fase colonialista brasileira em direção a algo novo que se despontava como tendência, e até mesmo necessidade, qual seja, o progresso.

Caso diferente é o narrado em *Cacau*, já que o conflito que se sobressai não é, a princípio, o da disputa pela conquista e pelo alargamento de terras, mas a tensão em torno da morte de Colodino, trabalhador que ousou ferir o herdeiro do coronel. Ademais, os outros conflitos mostram-se bastante chapados por antinomias como se houvesse apenas duas forças isoladas configurando “quem tem” e “quem não tem”, “quem pode” e “quem não pode”, “eles e nós” ou “nós contra eles”. Para além destas manifestações conflitivas, há um momento em que o narrador-personagem planeja uma greve, que fracassa antes mesmo de começar.

Por razões como a eleita e transfigurada por escritores da estatura de um Jorge Amado, Lukács considera a “grande épica”, bem como a tragédia, formas expressivas da transfiguração do “mundo objetivo *exterior*” (Lukács, 2011, p. 117; grifo do autor), justamente porque nelas “a vida interna do homem é apresentada apenas até o ponto em que seus sentimentos e pensamentos se mostram, em obras e ações, em uma correlação visível com a realidade objetiva, externa.” (*idem ibidem*).

A figuração da ação como central para uma literatura “honesta”

Em outras palavras, para citarmos um trecho do ensaio “O romance como epopeia burguesa”, Lukács diz que “se se trata de representar a relação real do homem com a sociedade e a natureza [...], o único caminho adequado é a figuração da ação.” (Lukács, 2009, p. 205). O estudioso justifica-se salientando que

Somente quando o homem age em conexão com o ser social é que se expressa sua verdadeira essência, a forma autêntica e o conteúdo autêntico de sua consciência, independentemente de que ele o saiba ou não, e quaisquer que sejam as falsas representações que ele tenha desta conexão. (*idem ibidem*)

Se, a princípio, a questão problemática revela-se na dificuldade em narrar as contradições do presente torpe, como é bastante visível em *São Jorge dos Ilhéus*, esta mesma problemática já aparece de modo mais intenso em *Cacau*. E a dificuldade não consiste exatamente na ausência da ação, efetivamente, mas, antes, no posicionamento apaixonado e romântico do narrador-personagem.

De fato, dos três romances em estudo, somente *Cacau* é narrado em primeira pessoa (como já sinalizado mais acima). Circunstância que pode ser justificada de diversas maneiras, entre elas pela necessidade do autor, como uma personalidade viva e atuante no mundo, explicitar os problemas e dilemas materiais e espirituais que afetam a sua nação. Diversos estudiosos do romance de 1930 entenderam isso, entre eles Antonio Candido (1992) e Luís Bueno³, que atribuíram, ou antes, viram que nos escritores de 1930 o intento de não só retratar as mazelas, características do subdesenvolvimento e atraso sócio-cultural nacional, sobretudo nas regiões norte e nordeste do país, mas também de sugerir alternativas que pudessem “salvar” a nação daquele “atraso”. Disso decorreu que, em virtude das experiências revolucionárias, marcadamente esquerdistas, protagonizadas pela URSS e pela Revolução Russa de 1917, diversos escritores brasileiros empenharam-se em produzir uma literatura que não só transfigurasse a realidade imediata, mas que ainda pudesse dar uma resposta possível e válida à superação do atraso cultural e político do Brasil. Condição que não se estende a todos os escritores. Só para mencionarmos, Graciliano Ramos publica, em 1934 (um ano depois de *Cacau*), *São Bernardo*, que, entre outros assuntos, discute o papel do escritor e também os processos de transformações que passam o campo e os sujeitos que ali vivem, porém, de uma forma diferente da eleita e desenvolvida por Jorge Amado, por exemplo.

A narração em primeira pessoa, em *Cacau*, é a tentativa do escritor em situar o homem comum pensando a vida social a partir de lembranças fragmentadas de suas experiências cotidianas, de modo a encontrar no conteúdo social e histórico emergente a forma estética que melhor responda à necessidade de se apreender e conhecer sensivelmente a realidade brasileira do início do século XX. José Cordeiro, nosso narrador-personagem, confessa-nos que o livro que escreve nasce da ideia de reunir “algumas cartas de trabalhadores e rameiras para publicar um dia” (*Cacau*, 1961, p. 265). E acrescenta: “não é um livro bonito, de fraseado, sem repetição de palavras”. (*ibidem*, p. 266) “De mais não tive preocupação literária ao compor essas páginas. Procurei contar a vida dos trabalhadores das fazendas de cacau” (*idem ibidem*).

Destarte, este modo de pensar e escrever são expressões de um narrador

³ Em seus escritos *Uma história do romance de 30*, publicado pela editora Edusp, em 2006, Luís Bueno trata detalhada e profundamente essa questão entre estética e ideologia, entre poesia e denúncia social.

que revela muito do seu criador, pois o projeto literário amadiano tem como uma de suas características o engajamento. Para Edvaldo Bergamo (2008), três são os destaques que “revelam o comprometimento ideológico do autor com o processo de emancipação do oprimido”. Parafrazeando: primeiro, a evidente manifestação por parte da voz narrativa à adesão ideológica ao ponto de vista do espoliado, o que faz predominar a representação positiva do marginalizado; segundo, as personagens são quase sempre oriundas das classes populares urbanas ou rurais, e também alcançam uma consciência política desalienada e; terceiro, a configuração do espaço caracteriza-se por representar a situação de degradação ao mesmo tempo em que pretende denunciar as marcas do subdesenvolvimento.

Como se observa, a posição do narrador, desde sua procedência social até seu posicionamento perante a realidade que lhe apresenta, é de alguém que prima, *a priori*, pela subjetividade. Para ele, o mais importante é a consciência da realidade, e não propriamente a realidade concreta. Neste aspecto, a ação – no sentido atribuído por Lukács (2009) – fica comprometida, uma vez que o personagem que se incube de narrar sua história, e a de seus pares, limita-se a descrever minuciosamente a vida e as condições dos caracteres ligados à cultura do cacau sem, contudo, lhes fazer transitar de suas formas medianas a personalidades típicas. Eduardo de Assis Duarte (1995), um importante estudioso de Amado, justifica este fato salientando que *Cacau* faz parte de um momento de aprendizado de Jorge Amado.

Examinando mais de perto a postura e os limites do narrador amadiano em questão, enxergamos que a sua personalidade, assim como a do seu criador, esbarra no *como* problematizar as barreiras do atraso cultural que acometia o país naquelas primeiras três décadas do século XX. Antonio Candido, em “Literatura e subdesenvolvimento”, ao classificar a literatura latino-americana, e em especial a brasileira, em fases de consciência, fala que “na fase de país novo, correspondente à situação de atraso, dá lugar sobretudo ao pitoresco decorativo e funciona como descoberta, reconhecimento da realidade do país e sua incorporação ao temário da literatura.” (Candido, 1989, p. 158). Candido diz ainda que “Na fase de consciência do subdesenvolvimento, funciona como presciência e depois como consciência da crise, motivando o documento e, com o sentimento de urgência, o empenho político.” (*idem ibidem*). Daí o empenho de Jorge Amado, valendo-se da voz de “Sergipano”, em tornar apreensível, pela figuração literária, a matéria social e histórica mais imediata. Ainda que Amado busque no realismo o método para construir sua narrativa (*Cacau*), não consegue ultrapassar os seus próprios limites, qual seja, o preconceito contra a classe dominante de seu tempo, e acaba por figurar, em termos gerais, personagens e situações sem as devidas mediações e ou conexões com a totalidade social. Mediações e ou conexões que, como disse Lukács (2009, p. 205), consistem em revelar a “essência” do homem, que só pode ser encontrada na ação/reação do homem com a sociedade e a natureza.

Se encararmos a situação deste ponto de vista, então é possível dizer tranquilamente que os romances amadianos colocam como questão fundamental o problema do realismo. Isto é, de como Jorge Amado, enquanto homem de seu tempo e sensível às mudanças históricas em desenvolvimento, coloca e discute os limites e as potencialidades latentes do processo de constituição e transformação da realidade brasileira, especialmente aquela de fins do século XIX e meados do XX. Diz Lukács em um de seus textos, ao tratar da evolução do realismo em Tolstói, que, “[...] lo que importa en Tolstoi no es la solución sino la posición del problema” (Lukács, 1965, p. 189). A importância de tal consideração para nós restringe-se a uma tendência em Amado em não só posicionar o problema, mas também em dar a ele, na maioria das vezes, uma possível solução, que nem sempre está posta pelo movimento real, concreto.

Assim, ainda que seja perceptível uma sinceridade e uma coerência na figuração por parte do escritor, às vezes a obra fica prejudicada em razão de exageros estéticos impostos pelo autor. Fato que não necessariamente seja uma limitação do escritor, mas que possa ser um problema mal resolvido, se se pode dizer assim, da própria dinâmica da realidade sócio-histórica, como é o caso do complexo processo de modernização brasileira, experienciado pela geração de Jorge Amado.

Neste sentido, pensar o realismo em Amado é ter em mente um realismo que, ao mesmo tempo em que conserva traços importantes das experiências realistas europeias, revela uma certa particularidade, talvez até própria da literatura brasileira dos anos 1930, qual seja, a necessidade vital de não só falar do espoliado e de sua condição subexistencial, mas dar a ele voz, vida ativa, autorrepresentatividade, protagonismo, como atesta Antonio Candido em seu ensaio “Poesia, documento e história” (1992).

Considerações finais

Antonio Candido, ao tratar da literatura de Jorge Amado, entendeu que Amado foi o escritor que integrou o povo na experiência estética, não mais como algo exótico ou pitoresco, mas como “realidade rica e viva, criadora de poesia e de ação, a reclamar o seu lugar na nacionalidade e na arte” (Candido, 1992, p. 42).

Na perspectiva de Candido, a literatura amadiana tem tendências à poesia, ao documento e à história, uma vez que, para o referido crítico:

Se encararmos em conjunto a sua obra, veremos que ela se desdobra segundo uma dialética da poesia e do documento, este tentando levar o autor para o romance social, [...], a primeira arrastando-o para um tratamento por assim dizer intemporal dos homens e das coisas (*ibidem*, p. 44).

E é neste sentido que se procura entender Jorge Amado: como um prosador buscando compreender, explicar, transfigurar a realidade brasileira a partir do ciclo cacauero. Assim, pois, se em *Cacau* deparamo-nos com o retrato das condições e contradições sociais, econômicas, políticas e culturais, enfim, humanas, resvalado num plano ideológico, transmutado na voz de um narrador-personagem um tanto apressado, em *Terras do sem fim* sobressairá a narração dos episódios individualizados (porém conectado a toda a teia dramática) das situações, conflitos e paixões de personagens medianos que, por meio de suas ações e relações, conseguem alcançar a tipicidade. Por sua vez, *São Jorge dos Ilhéus* tende a uma espécie de síntese dos dois primeiros romances, quando narra o processo de formação/transformação humana e ambiental da região cacauera, mediado pelas ações ora mais intensas, ora mais “tranquilas” por parte dos diversos caracteres que povoam e atuam nas páginas do romance. O enredo de *São Jorge* é a narração do auge e da decadência do ciclo do cacau – e até humana –, mas é também o sentimento de que a história é viva e contraditória, o que significa que o capitalismo é apenas mais uma fase de desenvolvimento das forças, e não o fim. E vale dizer que, ainda que a narrativa contenha um certo positivismo e sugira superações um tanto mecânicas do desenvolvimento dos modos de produção social, o sentido maior ali expresso é de que ainda é possível um mundo outro, de que, enquanto houver homens que sonham e agem/interagem, a história continua.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Alfredo W. Berno de. *Jorge Amado: política e literatura – um estudo sobre a trajetória intelectual de Jorge Amado*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- AMADO, Jorge. *Cacau*. 10. ed. In: _____. *O país do carnaval; Cacau; Suor*. São Paulo: Martins, 1961. pp. 145-283. (Coleção “Obras ilustradas de Jorge Amado”)
- _____. *Terras do sem fim*. São Paulo: Martins, s/d.
- _____. *São Jorge dos Ilhéus*. São Paulo: Martins, s/d.
- BERGAMO, Edvaldo. *Ficção e convicção: Jorge Amado e o neo-realismo literário português*. São Paulo: Unesp, 2008.
- CANDIDO, Antonio. “Poesia, documento e história.” In: _____. *Brigada ligeira e outros escritos*. São Paulo: Editora Unesp, 1992. p. 41-55.
- _____. “Literatura e subdesenvolvimento.” In: _____. *A educação pela noite & outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989.
- DUARTE, Eduardo de Assis. *Jorge Amado: romance em tempo de utopia*. Rio de Janeiro: Record; Natal: UFRN, 1995.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil – Ensaio de interpretação sociológica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- HEGEL, Georg W. F. *Cursos de estética IV*. Tradução de Marco Aurélio Werle e Oliver Tolle. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

- LUKÁCS, György. *O romance histórico*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. “O romance como epopeia burguesa.” *In: _____ . Arte e sociedade: escritos estéticos 1932-1967*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. pp. 193-241.
- _____. *Introdução a uma estética marxista: sobre a categoria da particularidade*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- _____. “Introdução aos escritos estéticos de Marx e Engels.” *In: _____ . Ensaaios sobre literatura*. Tradução de Leandro Konder. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. pp. 13-45.
- _____. Tolstoi y la evolución del realismo. *In: Ensayos sobre el realismo*. Buenos Aires: Siglo Veinte, 1965, pp.163- 263.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução de Jesus Ranieri. [4. Reimpr.]. São Paulo: Boitempo, 2004.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

Recebido em 11 de dezembro de 2017

Aprovado em 29 de janeiro de 2018

O conservadorismo e seus rebatimentos na educação brasileira

Conservatism and its implications upon Brazilian Education

Raquel Dias Araújo*

Karine Martins Sobral**

Natália Ayres***

Resumo

O conservadorismo tem servido de subsídio teórico-ideológico de sustentação para a política engendrada pela classe dominante no Brasil ao longo da história, assumindo características mais ofensivas em determinados períodos, com o intuito de naturalizar as desigualdades sociais, escamotear os conflitos de classe e produzir uma massa de seres não críticos. As ideologias conservadoras assumem características peculiares e impactos ainda mais desastrosos sobre a consciência da classe trabalhadora, seus direitos sociais e políticos. O presente trabalho tem como objetivo central analisar algumas políticas educacionais que compõem o arsenal de reformas da agenda conservadora para a educação, como o Programa Escola sem Partido e a Emenda Constitucional 95/2016.

Palavras-chave: Conservadorismo; retirada de direitos e conquistas; educação.

Abstract

Conservatism has served as a theoretical and ideological support for the politics engendered by the ruling class in Brazil throughout history, assuming more offensive characteristics in certain periods, in order to naturalize social inequalities, to hide class conflicts and to produce a mass of non-critical beings. Conservative ideologies assume peculiar characteristics and even more disastrous impacts on the consciousness of the working class, its social and political rights. The present work has the main objective to analyze some educational policies that compose the arsenal of reforms of the conservative agenda for the education, as the School without Parties Program and the Constitutional Amendment 95/2016.

Keywords: *Conservatives; withdrawal of rights and achievements; education.*

* Doutora em educação. Professora adjunta da Universidade Estadual do Ceará – UECE. Contato: <raquel.dias@uece.br>.

** Mestra em educação. Professora assistente da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Contato: <karineufma2013@gmail.com>.

*** Mestra em educação. Professora do Instituto Federal do Ceará – IFCE. Contato: <natalia_ayres@yahoo.com.br>.

Introdução

O trabalho tem como objetivo situar as contrarreformas no campo da educação no atual contexto político e econômico brasileiro que se abriu com o golpe parlamentar de 2016 e resultou na deposição da presidente Dilma Rousseff e na ascensão de Michel Temer à Presidência da República. O golpe tinha como finalidade dar prosseguimento ao ajuste econômico-social, subvertendo os direitos conquistados na Constituição de 1988, frente à incapacidade do governo petista de fazê-lo e, assim, reposicionar o Brasil na economia mundial.

No quadro das contrarreformas, localizam-se o congelamento dos gastos públicos, a terceirização ilimitada, a destruição das leis trabalhistas e da previdência social, as mudanças no ensino médio, o Programa Escola sem Partido, dentre outras medidas gestadas no âmbito do executivo e do legislativo. Tais medidas configuram-se como contrarreformas porque se caracterizam por retroceder direitos e conquistas ao invés de mantê-los e ampliá-los. Nesse sentido, assumem um caráter de reação das classes dominantes ao conjunto de direitos conquistados ao longo das últimas décadas, e não de sua conservação.

Utilizamos a expressão corrente “conservadorismo” para nos referirmos a esse movimento das classes dominantes que, em última instância, não busca conservar, mas retroceder na história direitos das classes dominadas e, em particular, no campo da educação pública. Vale ressaltar que a matriz ideológica do conservadorismo é, sem dúvida, o pensamento de Edmund Burke¹ (2014), acompanhado de Roger Scruton (2015)². Souza (2016, p. 362) destaca que, do referido autor, bem como da tradição fundada por ele,

[...] provém boa parte das ideias que conferem conteúdo às várias expressões do conservadorismo no cotidiano. Sua influência se faz sentir, na contemporaneidade, em autores conservadores [...] nas posições políticas de vários sujeitos políticos e no discurso cotidiano dos indivíduos, grupos e classes.

A educação como um complexo do Estado tem por sua própria natureza uma função predominantemente conservadora; nesse caso, apontamos que se

¹ Edmund Burke (1729-1797) foi um político, filósofo, teórico político e orador irlandês, membro do parlamento londrino pelo Partido Whig. Sua principal expressão como teórico político foi a crítica que formulou a ideologia da Revolução Francesa, manifesta em *Reflexões sobre a revolução na França*, considerado o expoente máximo do pensamento conservador. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Edmund_Burke>. Acesso em: 16/07/2017.

² Roger Vernon Scruton (27 de fevereiro de 1944) é um filósofo e escritor inglês cuja especialidade é a Estética. Scruton tem sido apontado como o intelectual britânico conservador mais bem-sucedido desde de Edmund Burke. Scruton foi nomeado como Cavaleiro Celibatário pela Rainha Elizabeth II em junho de 2016. É autor de mais de 30 obras. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Roger_Scruton>. Acesso em: 16/07/2017.

trata de uma tentativa de conceder-lhe um caráter reacionário quanto ao seu papel ideológico e econômico.

Do legado conservador das elites brasileiras à situação atual de profundos retrocessos

A burguesia brasileira já nasce legatária de uma herança política e cultural conservadora porque se ergue sob a base de uma sociedade secularmente escravagista, racista, patriarcal, ou seja, uma classe dominante “divorciada do povo”, como se referia Trotsky ao caracterizar a antiga burguesia russa (Demier, 2016, p. 12).

Marx e Engels, em *O Manifesto Comunista* (2008), destacam o papel revolucionário desempenhado pela burguesia na história ao destruir as relações feudais e ao reduzir tudo a “pura relação monetária” (p. 40). No entanto, ao conquistar o poder para si, a burguesia procurou assegurar a sua condição de vida já adquirida e, assim, “obriga todas as nações, sob pena de extinção, a adotarem o modo burguês de produção. Ela as obriga a introduzir em seu meio o que chama civilização, isto é, a se tornarem burguesas. Numa palavra, cria um mundo à sua própria imagem” (Marx & Engels, 2008, p. 42).

Em outras palavras, a burguesia submete toda a sociedade às condições de sua aquisição. Nesse momento, a burguesia passa a cumprir um papel conservador. Em se tratando da burguesia brasileira, o conservadorismo econômico, político e cultural tem sido sua marca, desde o seu nascedouro. Na mesma direção, aponta a análise de Souza (2016, p. 360) ao considerar que em “um país de inserção periférica, dependente e heterônoma no circuito da divisão internacional do trabalho, como o Brasil, as ideologias conservadoras em geral, e o conservadorismo em particular, tendem a ressoar e a repercutir com intensidade sobre a cultura, a economia e a política”.

A luta organizada da classe trabalhadora e / ou crescimento da economia, em raros momentos históricos, imprimiu/ram uma dinâmica mais progressista ou reformista à classe dominante no que tange aos direitos e às políticas sociais. No período compreendido entre o final os anos 1950 e início dos anos 1960, por exemplo, o Brasil “estava irreconhecivelmente inteligente”, nas palavras de Schwarz (1978, p. 9 *apud* Demier, 2016, p. 9).

Demier (2016, pp. 9-10) explica que essa mudança descrita por Schwarz teria sido impulsionada

[...] pelo salto organizativo e político dos trabalhadores do campo e da cidade, expresso pelas greves do sindicalismo mais combativo e pela criação das Ligas Camponesas, entre outros fenômenos, o “vento pré-revolucionário descompartmentava a consciência nacional e enchia

os jornais de reforma agrária, agitação camponesa, movimento operário, nacionalização de empresas americanas etc.”.

Nesse clima, João Goulart assumiu a Presidência, em 1961, com a defesa de uma plataforma de “Reformas de Base”, que incluíam mudanças nas áreas da educação, do campo, dentre outras, conferindo-lhes um caráter progressista. Tais medidas foram identificadas pelos setores mais conservadores da burguesia brasileira como subversivas, de esquerda ou, até mesmo, comunistas, justificando, em 1964, o golpe militar-empresarial, que deu origem à ditadura militar no nosso país e inaugurou uma fase reacionária na nossa história, ou seja, uma fase de retrocessos.

Queiroz (2015, p. 109), referindo-se ao golpe de Estado desferido no dia 01 de abril de 1964, e à violência decorrente dele, afirma: “Se, em linguagem marxista, a violência é a parteira de uma sociedade velha grávida de uma nova, ela também pode ser a *parteira de grandes retrocessos históricos*” (grifos nossos).

Assim, complementa o autor (*ibidem*, p. 113), “[...] o golpe de Estado [de 1964] não significa somente a modelagem de um novo bloco de poder, mas de uma nova forma de dominação política, assentada sobre as ruínas da classe trabalhadora”.

Contra o quê a classe dominante reagia em 1964? A ditadura militar-empresarial que se instala no poder político nesse momento não é reacionária apenas no que diz respeito à usurpação das liberdades democráticas. Se fosse uma reação apenas à liberdade de organização e de expressão da classe trabalhadora, que se revelava no ascenso das mobilizações de massas, já seria suficientemente reacionária.

Galeano (2014) nos dá uma pista sobre o significado mais profundo daquele golpe num relato emocionante citado por Queiroz (*ibidem*, pp. 115-116):

Galeano (2014) conta que pouco antes do golpe triturar as esperanças de milhões, Paulo Freire se encontra no estado de Sergipe, levando a sua pedagogia para camponeses analfabetos. Lá ele conhece João, que um dia aparece silencioso e é questionado pelo educador devido ao seu longo silêncio, e, depois de uma pausa, João responde: “Não consegui dormir. A noite inteira sem fechar os olhos”. Paulo Freire tenta entender o que está acontecendo, até que João lhe explica: “Ontem, eu escrevi o meu nome pela primeira vez”.

Queiroz (*ibidem*, p. 116) arremata: “Esse é um processo interrompido pela usurpação militarista de 1964”.

Nesse mesmo período, houve um crescimento da economia que ficou conhecido como “milagre econômico”. Então, não seria contraditório caracterizar

essa fase como reacionária ou de “grandes retrocessos históricos”? É importante ressaltar que crescimento da economia não implica necessariamente o desenvolvimento econômico e social, ainda mais num ambiente marcado pela repressão na qual os sindicatos e as organizações políticas estão sufocados e impedidos legalmente de atuarem. Essa situação favoreceu o arrocho salarial, em especial do salário mínimo, que perdeu mais de 50% do seu valor ao longo dos 21 anos de regime militar, conforme ressaltou Ricardo Zórtea Vieira, mestre em Economia Política Internacional, em entrevista concedida a Luan Toja para o site *Voyager*, em 2016: “*Todo esse controle administrativo sobre os salários, viabilizado pela repressão política, logrou reduzir a participação do trabalho, especialmente o não-qualificado, na renda nacional, aspecto catalisador do crescimento da desigualdade social* (Vieira *apud* Toja, 2016).

Podemos observar que, pelo menos, dois aspectos combinam-se na caracterização da situação em determinado momento histórico, a saber, a luta de classes e o desenvolvimento da economia. Crescimento econômico não acarreta, necessariamente, em benefícios para a classe trabalhadora. Arcary (2011, p. 38) registra que, entre 1950 e 1980, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil dobrava a cada década, em média, enquanto a população apenas dobrou no mesmo intervalo de tempo. Isso significa que, em 1980, a renda *per capita* era 50% maior que em 1950. No entanto, revela também que, a partir da década de 1980, coincidindo com o fim da ditadura empresarial-militar e com o processo de reabertura democrática, “essa etapa de intenso dinamismo do capitalismo periférico brasileiro ficou para trás”. Os anos 1980 são marcados profundamente por uma estagnação do PIB, aceleração da inflação, arrocho salarial, atribuindo-lhe a pecha de década perdida do ponto de vista econômico.

Por outro lado, os anos 1980 são considerados os “anos de ouro” do movimento sindical, que volta a atuar sob uma conjuntura de grave crise econômica, mas com as liberdades democráticas restituídas, possibilitando um ascenso generalizado do movimento de massas, a realização de greves gerais e radicalizadas, a criação do Partido dos Trabalhadores, da Central Única dos Trabalhadores, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, a promulgação da Constituição de 1988 etc.

Apesar de todas as lutas e formas de resistências dos anos 1980, a década de 1990 inicia-se sob o signo da ofensiva neoliberal, da privatização das estatais, da retirada de direitos, do desemprego estrutural, ou seja, do Estado mínimo no que se refere às políticas sociais e do Estado máximo no que tange ao controle político-ideológico. Mesmo com essa ofensiva, o capital não conseguiu responder de forma exitosa às suas sucessivas crises cíclicas e, em especial, à crise dos anos 1970.

Arcary (2011) chama a atenção para o fato de que o país teria levado trinta anos para duplicar o PIB de 1980, assim como para dobrar a escolaridade média

(7 anos da população com 15 anos de idade ou mais). Nesses últimos trinta anos, diminuíram o analfabetismo e as desigualdades regionais, aumentou a expectativa de vida. Não obstante, destaca o autor (*ibidem*, p. 38), “embora menos pobre, o Brasil permaneceu, socialmente, um país arcaico”, isto é, essencialmente, conservador.

Este trajeto construído até aqui nos possibilita situar os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) e Dilma Rousseff nessa quadra histórica de estagnação econômica dos últimos trinta anos, embora, nesse período, tenha se observado momentos de crescimento como parte do ciclo da economia mundial de ascenso e refluxo. Assim, o governo Lula beneficiou-se desse crescimento econômico entre 2004 e 2008, interrompido em 2009, mas recuperado rapidamente em 2010, e sustentando até 2014, já no mandato do governo Dilma, quando o país começou a enfrentar, de forma mais intensa, os efeitos da crise mundial aberta em 2007/2008.

Ao analisar o significado do governo Lula, Arcary (*ibidem*, p. 23) conclui que “ele foi uma experiência reformista quase sem reformas, que se beneficiou de uma conjuntura internacional favorável, todavia, efêmera”. Isso é assim porque, conforme explica o autor (*ibidem*, p. 24),

O reformismo depende da capacidade do capitalismo de absorver concessões que, mesmo se pequenas, graduais e lentas, melhoram as condições de vida da maioria do povo. A crise crônica do capitalismo reduz o espaço pra reformas econômicas e sociais e, portanto, diminui o tempo de vida do reformismo como programa político.

Assim, mesmo tendo realizado reformas nas áreas sociais, como redução do desemprego a taxas menores do que aquelas da década de 1990, recuperação relativa do salário médio, elevação real do salário mínimo acima da inflação, ampliação dos benefícios do Programa Bolsa Família etc., essas não são suficientes para erradicar a miséria e diminuir a desigualdade social.

Segundo Demier (2016, p. 11), as políticas públicas “são, em sua enorme maioria, dotadas de um conteúdo contrarreformista, implicando [...] a *pilhagem* por parte do capital de direitos sociais conquistados cruentamente pelos explorados”. Em se tratando do modelo petista de inclusão social, na avaliação de Demier (*ibidem*, p. 19), o mesmo estaria assentado na “*cidadania pelo consumo*”, ou seja, as medidas citadas no parágrafo anterior “produziram, sem dúvida, alterações na pirâmide social brasileira – mesmo que não tenham diminuído a obscura desigualdade social no país” (*idem ibidem*).

O avanço do conservadorismo entre os segmentos médios, por um lado, está relacionado a este modelo de desenvolvimento petista e, por outro, já presente primeiramente no próprio governo federal, o qual se compunha de “uma

aliança do Partido dos Trabalhadores (PT) com os setores mais conservadores (quicá reacionários) da política nacional, como Collor, Sarney, Maluf, Renan Calheiros, Michel Temer e consortes” (*ibidem*, p. 11).

Com o acirramento da crise econômica, o governo Dilma, no seu segundo mandato, busca descarregar os custos da crise sobre os ombros da classe trabalhadora e realizar, a qualquer custo, um ajuste fiscal. A pressão do capital sobre o fundo público aumenta no sentido de manter e ampliar suas benesses. Nesse contexto, conforme salienta Braga (2016, p. 48), o governo federal passou a priorizar o “[...] reforço dos alicerces da acumulação por espoliação, ou seja, a mercantilização do dinheiro, da terra e do trabalho”. Para o autor (*ibidem*, p. 49), essa mudança levaria a uma fissura na base de sustentação do governo, uma vez que “repousa na articulação entre o consentimento passivo dos subalternos e o consentimento ativo das direções dos movimentos sociais”.

Desse modo, o governo Dilma vai se tornando cada vez mais fragilizado internamente porque não consegue responder a contento às exigências do capital rentista, pois não se tratava apenas de conservar seus lucros, mas de ampliá-los numa situação de crise econômica e, para isto, o governo vai desarticulando o consentimento dos subalternos que foi construído no período anterior de estabilidade econômica por meio das políticas compensatórias. Como dissemos anteriormente, “o reformismo depende da capacidade do capitalismo de absorver concessões”. Assim, vão se desenvolvendo as condições para se operar um golpe na base do próprio governo, com a finalidade de dar prosseguimento ao ajuste fiscal e aniquilar não apenas as concessões dos anos petistas, mas também as conquistas de períodos históricos anteriores, como a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, a Previdência Social, a Constituição Federal de 1988.

O golpe parlamentar que destituiu a presidente Dilma foi operado pelo seu vice, Michel Temer, mas sustentado por um movimento de caráter reacionário, que envolveu partidos da base de apoio do governo, como o PMDB, mas também pequenos grupos de direita e de extrema direita que embalavam a defesa da luta contra a “corrupção”, cuja origem atribuíam aos governos petistas, e combatiam o comunismo, associado esquizofrenicamente ao PT, a Lula e Dilma

As eleições de 2014 já expressaram, em parte, uma radiografia desse movimento de “direitização” da política e das ideias que teriam repercussão nos diversos campos, da economia ao social, quando elegeu o Congresso Nacional mais conservador da nossa história na opinião de vários analistas.

Guilherme Boulos, em artigo publicado na *Folha de São Paulo*, em 09 de outubro de 2014, opinou que as referidas eleições teriam revelado “a ascensão de uma onda conservadora. Conservadora não no sentido de manter o que está aí, mas no pior viés do conservadorismo político, econômico e moral. *Uma virada à direita*” (2016, p. 29) (grifos nossos).

As contrarreformas no campo da educação

A educação escolar, desde as suas origens, define-se pelo seu caráter de classe, de veículo de transmissão da ideologia dominante e manutenção do *status quo*. Sob o sistema capitalista, assume o papel de “condição geral de produção”, ou seja, além da função de reprodução ideológica, também prepara a mão de obra para o mercado. Vejamos em quais termos Mézáros (2005, p. 35) coloca a questão:

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que *legítima* os interesses dominantes [...].

Ou seja, a educação escolar cumpre uma função predominantemente conservadora. No entanto, as funções que lhe apraz não são executadas sem contradições. Importa-nos aqui identificar os limites e as possibilidades deste complexo social no intuito de compreender qual o sentido das contrarreformas operadas no campo da educação no atual contexto de ajuste fiscal e de crise econômica. Sustentamos a hipótese de que se trata de uma tentativa de conceder-lhe um caráter reacionário quanto ao seu papel ideológico e econômico.

Um das primeiras medidas aprovada após o golpe parlamentar de 2016 foi a Emenda Constitucional – EC Nº 95/2016, a qual tramitou na Câmara dos Deputados como Proposta de Emenda Constitucional – PEC Nº 241/2016, e, no Senado Federal, como PEC 55/2016, conhecida como PEC do teto dos gastos públicos, também chamada de PEC da morte pelos movimentos sociais.

A EC Nº 95/2016, sancionada no dia 15 de dezembro de 2016, “Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências”. O que isto significa e qual o impacto na educação?

Isto significa que os gastos públicos com despesas primárias da União ficarão congelados por vinte anos, tendo como referência o exercício de 2016 para todas as despesas, exceto saúde e educação, que tomarão como referência o ano de 2017, corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que calcula a inflação.

Atualmente, a Constituição Federal (CF) estabelece que a União deve aplicar, no mínimo, o valor equivalente a 18% da receita líquida de impostos (receita de impostos deduzidas de transferências constitucionais a Estados e municípios) em despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino.

O que muda com a EC Nº 95/2016? Muda o preceito constitucional de aplicação de, no mínimo, 18% da receita líquida de impostos do ano corrente, uma vez que congela por vinte anos os gastos com educação, tendo como referência a

aplicação do ano de 2017, sendo corrigidos anualmente apenas o índice da inflação, ou seja, não serão aplicados os 18% da receita de 2018, 2019, 2020 e assim sucessivamente. Então, se a economia voltar a crescer e, como consequência, aumentarem a arrecadação de impostos e a receita da União, o governo estará impedido de fazer a aplicação dos 18% sobre o valor arrecadado naquele ano.

Qual o impacto financeiro desse congelamento? Vejamos a opinião da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (2016a):

Isso significa que nenhum centavo novo vai chegar para construir escolas, pré-escolas, creches, melhorar as universidades públicas, a educação básica, o salário dos professores. Em resumo, a PEC 241/2016 praticamente inviabiliza as metas e estratégias do Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Lei 13.005/2014).

Corroborando com a opinião exposta acima, vale ressaltar que o Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2014) prevê, na sua meta 20, a ampliação dos recursos públicos aplicados na educação, de modo a atingir 10% do PIB até o final de vigência do Plano, além de outras metas e estratégias estabelecidas para os diversos níveis e modalidades de educação, bem como para formação e valorização dos profissionais de educação, dentre outras. A exemplo do PNE anterior (2001-2011), que alcançou apenas 1/3 das 295 metas previstas porque o então presidente da República Fernando Henrique Cardoso vetou a meta do financiamento, o PNE atual permanecerá letra morta ou uma carta de intenções.

Qual o sentido de uma nação economizar em educação pública para além de um sentimento tacaño, mesquinho, que move os governantes e a elite brasileira? Primeiro, há uma intenção clara de redefinir o destino dos recursos públicos para a esfera privada, ou seja, de espoliação do fundo público, como anunciamos no item anterior. Em 10 anos de vigência da EC Nº 95/2016, a educação perderá cerca de 58 bilhões de reais, os quais serão redirecionados ao pagamento da dívida pública, segundo nos informa a Campanha Nacional pelo Direito à Educação (2016b). Em segundo lugar, o congelamento dos gastos implicará uma maior precarização da educação pública, que se destina às crianças e aos jovens da classe trabalhadora. É um retorno à recomendação de Adam Smith de oferecer educação ao povo, porém, “[...] em doses prudentemente homeopáticas”, conforme revelado por Marx (1996, p. 415).

Esta medida tem um caráter abertamente reacionário, pois não se trata de manter a situação atual. Diante de um diagnóstico que exige uma ampliação dos recursos para corrigir problemas históricos, como analfabetismo absoluto, analfabetismo funcional, universalização da educação básica etc., o Estado, como agenciador das políticas públicas, no cumprimento legal da EC, reduzirá os investimentos.

Outra medida de grande impacto na educação básica é a contrarreforma do ensino médio, que consiste em uma mudança estrutural em todo o nível por modificar as bases curriculares, pedagógicas e organizativas do ensino médio nacional, a carga horária, a língua estrangeira obrigatória oferecida, dentre outros aspectos.

Antes da Lei do Ensino Médio (Lei nº 13.415/17) ser aprovada pelo Congresso e sancionada pelo governo de Michel Temer – é válido destacar –, o ensino médio brasileiro já era o nível de ensino da educação básica com maior grau de estrangulamento, evasão, reprovação, distorção entre a idade e a série etc. A implantação das chamadas Escolas Estaduais de Educação Profissional já constituiu uma antessala dessa contrarreforma, uma vez que, por meio da suposta ampliação da jornada – na verdade, de um contraturno –, profissionalizaram o ensino médio, antecipando a tarefa do nível superior.

Uma medida que não vem democratizar e nem aprimorar o ensino tende a ser impopular, logo, não poderia nascer de forma serena nem ser debatida democraticamente. A contrarreforma foi apresentada pelo atual governo como Medida Provisória (MP) em 22 de setembro de 2016, um mês após a votação do *impeachment* no Senado e a consumação do golpe parlamentar que alçou à presidência Michel Temer. Foi aprovada na Câmara, às pressas, sem nenhuma preparação ou discussão, necessárias, com os setores por ela atingidos: a comunidade escolar, os professores, os estudantes, os sindicatos etc. Isso provocou uma onda de protestos e ocupações de escolas públicas inédita no país. Os estudantes cobravam debate e se opunham à medida. Apesar de tudo, em regime de urgência, no dia oito de fevereiro de 2017, foi aprovada no Senado e, no dia 16 do mesmo mês, sancionada por Temer.

Para onde apontam as mudanças que a contrarreforma do ensino médio realiza na orientação pedagógica, na grade curricular, na carga horária? Quais serão as consequências da contrarreforma do ensino médio para a juventude trabalhadora?

Embora, em termos gerais, a combinação de formação de mão de obra assalariada e o doutrinamento ideológico sejam os fundamentos da educação institucionalizada, conforme salientou Mészáros (2005) em citação anterior, cada grau do ensino tem sua especificidade nessa combinação.

Como se vê, a própria organização da escola de primeiro grau [ensino fundamental] está centrada no trabalho, o qual determina, em última instância, o conteúdo curricular. Entretanto, se no primeiro grau [ensino fundamental] a formação é implícita e indireta, *no segundo grau [ensino médio] a relação entre educação e trabalho, entre o conhecimento e a atividade prática, deverá ser tratada de forma explícita e direta*. O saber tem uma autonomia relativa em relação ao processo de

trabalho do qual se origina. *O papel fundamental da escola de segundo grau [ensino médio] será, então, o de recuperar essa relação entre o conhecimento e a prática do trabalho.* (Saviani, 1999, p. 39; grifos nossos).

Saviani (*ibidem*), ao explicitar o papel do ensino médio, a saber, o de recuperar a relação entre “o conhecimento e a prática do trabalho”, distingue-o de projetos que deformam esse nível de ensino com uma orientação profissionalizante, entendida como “[...] um adestramento em uma determinada habilidade sem o conhecimento dos fundamentos dessa habilidade e, menos ainda, da articulação dessa habilidade com o conjunto do processo produtivo [...]” (*ibidem*, p. 40), o que parece ser a tônica da contrarreforma do governo Temer que criticamos no conjunto desse projeto:

O horizonte que deve nortear a organização do ensino médio é o de propiciar aos alunos o domínio dos fundamentos das técnicas diversificadas utilizadas na produção, e não o mero adestramento em técnicas produtivas. Não a formação de técnicos especializados, mas de politécnicos.

Politécnica significa, aqui, *especialização como domínio dos fundamentos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna. Nessa perspectiva a educação de segundo grau [ensino médio] tratará de se concentrar nas modalidades fundamentais que dão base à multiplicidade de processos e técnicas de produção existentes.* (*ibidem*, p. 39; grifos nossos).

Kuenzer (1989, p. 24), na mesma direção, aponta que somente a politecnia “[...] será capaz de superar tanto o academicismo clássico quanto o profissionalismo estreito” característico da dualidade histórica do ensino médio. A autora (1989) também destaca que o antigo segundo grau, atual ensino médio, marcado por essa dualidade, não satisfaz sequer a classe dominante. Daí as sucessivas reformas que se processaram ao longo das últimas décadas na tentativa de ajustar esse nível de ensino às demandas de mercado.

Trazemos, nesse momento, para a análise, o Programa Escola sem Partido, que se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados na forma de projeto de lei. Inicialmente, é importante situar a origem do Movimento Escola sem Partido (MESP), o qual surgiu no ano de 2004, pelas mãos da Organização Não Governamental que leva o mesmo nome, presidida pelo advogado Miguel Nagib, e em 2015, foi transformada em Associação.

Em 2014, amparado no MESP, o deputado federal Erivelton Santana (PSC-BA) apresentou dois projetos de lei – PL 7180 e PL 7181, que pretendiam alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e os Parâmetros Curri-

culares Nacionais (PCN), os quais foram arquivados. Em 2015, os dois PL foram desarquivados e foi apensado a eles o PL 867/2015, do deputado federal Izalci Lucas (PSDB-DF), que propunha alterar a LDB incluindo o “Programa Escola sem Partido” (PESP) nos princípios da educação nacional. Em maio de 2015, o relator (Diego Garcia – PHS-PR) do PL 7180/2014 apresentou na Comissão de Educação um substitutivo incorporando o texto dos três PL com parecer favorável, dando origem a uma versão substitutiva ao PL 7180/2014 (tendo sido apensados a ele o PL 7181/2014 e o PL 867/2015).

Além dessa versão substitutiva, em maio de 2015, o deputado federal Rogério Marinho (PSDB-RN) apresentou o PL 1411/2015, que tipifica o crime de assédio ideológico, modifica a Lei nº 8069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA) e acrescenta artigo 146 ao capítulo VI do Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal). Este PL prevê detenção, de três meses a um ano, e multa para docentes que cometerem crime de assédio ideológico.

Iremos analisar aqui apenas alguns aspectos desse PL para demonstrar a nocividade do referido projeto. Começamos pelo sugestivo nome “Escola sem Partido”, o qual, em defesa de uma suposta neutralidade ideológica da escola, agarra-se ao senso comum predominante hoje na sociedade, ou seja, à ideia dominante de que os partidos, de maneira geral, são prejudiciais, e de que as pessoas comuns e a escola não devem ter partido. Essa visão de uma escola sem partido busca dialogar com esse senso comum e, dessa forma, legitimar-se sustentada numa certa ideologia, a de que a escola não deve ter ideologia. Estamos em sintonia com a afirmação de Ramos (2016), quando observa que:

O nome “sem partido” também não é inocente: sob a roupagem de se defender que a escola não “tome partido” de alguma ideologia, aproveita-se da reação que a sociedade brasileira tem mostrado em relação aos partidos políticos – face a marcas fisiológicas que atravessam a história de vários deles – como artifício de sedução e adesão dos cidadãos a suas ideias. Com isto, esvazia-se profundamente o sentido da política para que a sociedade – na forma de um consentimento ativo ou passivo – delegue o poder àqueles que historicamente oprimem os que não se enquadram nos padrões hegemônicos de uma classe dominante autoritária e escravocrata.

Manhas (2016) chama a atenção para o fato de que “[...] sua proposta, contrária a ideologias, é primária, silenciadora de opiniões divergentes e, no fundo ... profundamente ideológica”. A autora ressalta que se trata de uma falsa dicotomia, entre escola e ideologia, uma vez que “[...] não diz respeito à não partidização das escolas, mas sim à retirada do pensamento crítico, da problematização e da possibilidade de se democratizar a escola, esse espaço de partilhas e

aprendizados ainda”. Na verdade, trata-se da defesa de uma escola altamente partidarizada, uma escola com pensamento único.

Na mesma direção, Ramos (2016, s/p.) defende que não existe neutralidade em nenhuma relação e, particularmente, na educação, que, “[...] necessariamente e sempre, será guiada por alguma filosofia, por uma concepção de mundo, mesmo que esses não sejam explicitados nos respectivos projetos político-pedagógicos ou que seus sujeitos não tenham pleno conhecimento, consciência ou concordância com os mesmos.”

O PL simplifica a natureza política da prática educativa ao reduzir a política à dimensão partidária e a produção do conhecimento à doutrinação. A escola, como uma instituição do Estado, é, por natureza, uma instituição política, um lugar de produção e reprodução de normas, regras, valores e conhecimentos, que foram sendo construídos historicamente e culturalmente e assimilados pela sociedade como um conjunto de ideias – ideologia – validado e legitimado socialmente. Se compreendemos “partidário” no sentido mais amplo de tomar parte ou partido, poderíamos afirmar que a dimensão política da escola é necessariamente “partidária”. Nesse caso, “partidária” da ideologia da classe dominante, uma vez que as ideias dominantes de uma época são as ideias da classe dominante, conforme salientam Marx e Engels, em *A Ideologia Alemã* (1996). O partidarismo que o PESP identifica e pretende combater não é esse, mas o partidarismo que se opõe ao partidarismo dominante, ou seja, o conhecimento crítico e desvelador dessa ideologia que perpetua a exploração, dominação e opressão de uma minoria sobre a maioria, ou seja, a reprodução das relações sociais capitalistas.

Vale ressaltar, a nosso ver, que a doutrinação ideológica está presente desde a origem da escola, na sua função social, no currículo oficial e oculto, nos conteúdos e discursos, na hierarquia, na disciplina, na avaliação, enfim, nas relações estabelecidas no seu interior. Kuenzer, na década de 1980, no seu famoso livro *A pedagogia da fábrica*, já denunciava o caráter doutrinador da escola, que reproduzia (com contradições), o modelo fabril, com suas regras, suas normas, seu *modus vivendi*. Então, a doutrinação ideológica que se diz combater não é aquela que esteve sempre presente na escola, mas contra a ideologia que teima em nascer das contradições que permeiam a escola como um espaço de disputa de projetos.

Nossa opinião corrobora com a de Gomes (2016, s/p.), o qual considera que:

Neste contexto, a Escola sem Partido (ou, melhor dita, Escola de Pensamento Único) é um projeto para silenciar vozes, buscar estabilidades e criar novos espaços de conforto e conformismo social, cultural e intelectual. A instabilidade, o diferente, a emergência incomodam. Doutrinação ideológica está presente nas escolas desde sempre [...].

Frigotto (2016, s/p.), por sua vez, não poupa críticas ao que também denomina de “Escola do Partido Absoluto ou Único” e chama a atenção:

Os arautos e mentores da “Escola sem Partido” avançam num território que historicamente desembocou na insanidade da intolerância e eliminação de seres humanos sob o nazismo, o fascismo e similares. Uma proposta que é absurda e letal pelo que manifesta e pelo que esconde [...].

E continua ressaltando em que consiste a letalidade do referido programa:

Ao por entre aspas a denominação de “Escola sem Partido” quer-se sublinhar que, ao contrário, trata-se da defesa, por seus arautos, da escola do partido absoluto e único: partido da intolerância com as diferentes ou antagônicas visões de mundo, de conhecimento, de educação, de justiça, de liberdade; partido, portanto da xenofobia nas suas diferentes facetas: de gênero, de etnia, da pobreza e dos pobres, etc. Um partido, portanto, que ameaça os fundamentos da liberdade e da democracia liberal, mesmo que nos seus marcos limitados e mais formais que reais. Um partido que dissemina o ódio, a intolerância e, no limite, conduz à eliminação do diferente (*idem ibidem*).

O Programa Escola sem Partido, por essa via, retira a autonomia (ainda que relativa) da atividade docente, por um lado, e trata os estudantes como seres acéfalos, como tábuas rasas e incapazes de formular pensamentos próprios, por outro. Não é à toa que esteja sendo denominado como Lei da Mordaza. É um projeto que pretende fazer uma assepsia na prática pedagógica e, em nome da liberdade de aprender, liquida a liberdade de ensinar e, mais do que isso, de educar. Nas palavras de Frigotto (*ibidem*), decreta a “[...] idiotização dos docentes e dos alunos, autômatos humanos a repetir conteúdos que o partido único, mas que se diz sem partido, autoriza a ensinar”.

O referido projeto não tem sustentação teórica, jurídica e pedagógica. Nega a educação como práxis humana e como um ato político e a escola como um espaço de disputa de projetos e de contradições. Simplifica a natureza política da prática educativa ao reduzir a política à dimensão partidária e a produção do conhecimento à doutrinação. Essa visão aniquila todas as chances de que os temas não ligados ao conteúdo técnico de cada matéria sejam trabalhados em sala, revelando claramente seu viés neotecnicista.

Quais as intencionalidades desse projeto? Diferentemente das duas medidas anteriores, este foi gestado no âmbito do legislativo e reflete os interesses de um setor da classe dominante que pretende imprimir à educação um papel não apenas conservador, mas um caráter extremamente reacionário tanto do

ponto de vista da formação dos alunos, da veiculação da ideologia, como também do cerceamento das liberdades democráticas e da perseguição às ideias consideradas progressistas ou de esquerda, configurando uma reedição da aquisição medieval.

Considerações finais

Essas contrarreformas inserem-se em um conjunto de medidas de expropriação dos direitos da população trabalhadora, há muito desejadas pelas classes dominantes, como a chamada reforma trabalhista, aprovada recentemente pelo Senado Federal e que tem como principal objetivo desestruturar a CLT partindo do princípio de que o negociado sobrepõe-se ao legislado. Outra medida já aprovada também foi a terceirização das atividades-fim, ampliando a precarização do trabalho. Ainda se encontra na agenda das contrarreformas a previdência social, que está na mira do mercado. Aquilo que, para nós, trabalhadores e trabalhadoras, tem um significado mais profundo porque está relacionado com a nossa vida e o nosso futuro, para a burguesia, são negócios.

Vale ressaltar que, apesar da ofensiva do capital e do governo sobre os direitos e as conquistas da classe trabalhadora, que resultou em perdas irreparáveis, esse processo não se deu e nem está se dando sem resistências e contradições, a exemplo das ocupações de Brasília contra a PEC 241/55, em 2016; as jornadas de luta no mês de março de 2017, nos dias 08, 15 e 30, que levaram milhares de trabalhadores e trabalhadoras às ruas das principais cidades do país; a greve geral do dia 28 de abril, considerada a maior na história do Brasil; a ocupação de Brasília no dia 24 de maio, também considerada a maior ocupação da capital do país até agora; e última greve do dia 30 de junho de 2017, menor do que a anterior, mas não menos importante no acúmulo de forças na tentativa de barrar as reformas e a ofensiva destrutiva do capital.

Ainda que anunciadas ou parcialmente implementadas nos governos anteriores, as medidas do atual governo têm um impacto qualitativamente maior, no sentido nocivo, sobre as condições de vida da população trabalhadora. Nem mesmo a ditadura militar ou os governos neoliberais das décadas passadas ousaram eliminar tantos direitos e garantias conquistados pela população quanto o governo de Michel Temer, nascido do golpe parlamentar de 2016.

As reflexões empreendidas até aqui nos revelam que a política educativa segue um método encomendado pelas exigências do mercado, oriunda de uma situação de enorme ofensiva do capital.

Quando a máquina produtiva do capital mundial encontra-se em retração, como predominou nos últimos 40 anos, desde o declínio dos anos dourados do capital no pós-guerra, isso incide na educação, como destaca Souza Junior (2014, p. 217):

[...] se antes havia uma desconfiança a respeito da possibilidade de no capitalismo realizarem-se plenamente as promessas integradoras e liberal-democráticas na escola, nos encontramos hoje, na nova configuração do capitalismo mundial, diante da verdadeira e fatural impossibilidade dessa realização.

Assim, as contrarreformas no campo da educação e as demais citadas ao longo do texto eliminam os já limitados direitos, conquistas e vantagens até então existentes. Behring (2003) chama a atenção ao identificar o conceito de reforma com o de soberania nacional, como um avanço social em benefício de muitos, no sentido de promover a equidade e a ampliação de direitos sociais, opondo-se ao que se pretende realizar por meio das contrarreformas em curso. Como não chamar de “contrarreforma” o que toma o caminho oposto às reformas?

Referências bibliográficas

- ARCARY, Valério. *Um reformismo quase sem reformas: Uma crítica marxista do governo Lula em defesa da revolução brasileira*. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2011.
- BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.
- BOULOS, Guilherme. “A onda conservadora.” In: DEMIER, Felipe & HOEVELER, Rejane (Orgs.). *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.
- BRAGA, Ruy. “A era da pilhagem.” In: DEMIER, Felipe & HOEVELER, Rejane (Orgs.). *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.
- BRASIL. *Lei 9.394/96*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 16/07/2017.
- BRASIL. *Emenda Constitucional 95/16*. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm>. Acesso em 16/07/2017.
- _____. *Lei nº 13.415/17*, de 16 de fevereiro de 2017. Brasília, 2017. Reforma do Ensino Médio. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm>. Acesso em: 16/07/2017.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 7180/14* (apensados PL 867/2015 e PL 7181/2014). Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o “Programa Escola sem Partido”. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=606722>>. Acesso em 16/07/2017.

- _____. *Projeto de Lei 1411/15*. Tipifica o crime de assédio ideológico e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1229808>>. Acesso em: 16/07/2017.
- BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a revolução na França*. Tradução José Miguel Nanni Soares. São Paulo: Edipro, 2014.
- CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. *Alerta: PEC 241/2016* retira direitos da sociedade brasileira na educação. 2016a. Disponível em: <<http://campanha.org.br/pec241/>>. Acesso em: 16/07/2017.
- _____. *Entenda em 5 minutos a PEC 241*. 2016b. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=qk26TZXVDMY>>. Acesso em: 16/07/2017.
- DEMIER, Felipe. “Introdução: O barulho dos inocentes: A revolta dos ‘homens de bem’”. In: DEMIER, Felipe & HOEVELER, Rejane (Orgs.). *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. “*Escola sem partido*”: imposição da mordaza aos educadores. 2016. Disponível em: <<https://espacoacademico.wordpress.com/2016/06/29/escola-sem-partido-imposicao-da-mordaca-aos-educadores/>>. Acesso em: 16/07/2017.
- GOMES, Pedro Henrique Oliveira. “*Escolas sem partido*” ou *Pensamento Único*? 2016. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/brasil/escolas-sem-partido-ou-pensamento-unico/>>. Acesso em 16/07/2017.
- KUENZER, Acácia. *Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador*. 1 ed. São Paulo: Cortez, 1985.
- _____. “O trabalho como princípio educativo.”, *Cad. Pesq.*, São Paulo (68), fevereiro de 1989. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/826.pdf>>. Acesso em: 16/07/2017.
- MANHAS, Cleomar. “*Escola sem partido*”, *escola silenciada*. 2016. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/brasil/escola-sem-partido-escola-silenciada/>>. Acesso em 16/07/2017.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *O manifesto do partido comunista*. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2008. (Coleção 10. Vol. 6).
- _____. *A ideologia alemã*. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 10 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- MÉSZÁROS, I. *A Educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.
- PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO. *Então, para quê o Programa?* Disponível em: <<http://www.programaescolasempartido.org/FAQs/>>. Acesso em: 16/07/2017.
- QUEIROZ, Fábio José de. “As inúmeras faces da violência ditatorial na América Latina.”, *Revista Dialectus*. Ano 2. N. 7. Setembro-dezembro de 2015. Fortaleza, 2015. pp. 108-130. Disponível em: <<http://www.revistadialectus.ufc.br/index.php/RevistaDialectus/article/view/233>>. Acesso em 16/07/2017.

- RAMOS, Marise Nogueira. “*Escola sem partido*”: a criminalização do trabalho pedagógico. 2016. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/news/escola-sem-partido-criminalizacao-do-trabalho-pedagogico>>. Acesso em: 16/07/2017.
- SAVIANI, Dermeval. *A Nova LDB: trajetória, limites e perspectivas*. 5ª Edição. Campinas: Autores Associados, 1999.
- SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. “Edmund Burke e a gênese conservadorismo.”, *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 126, pp. 360-377, maio/ago 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n126/0101-6628-sssoc-126-0360.pdf>>. Acesso em: 16/07/2017.
- SOUZA JUNIOR, Justino. *A crise da escola*. Fortaleza: Edições UFC, 2014.
- TOJA, Luan. *O mito do milagre econômico da ditadura militar*. Disponível em: <<https://voyager1.net/economia/o-mito-do-milagre-economico-da-ditadura-militar/>>. Acesso em 16/07/2017.

Recebido em 11 de dezembro de 2017

Aprovado em 29 de janeiro de 2018

A crítica da política e do Estado de Marx a partir das *Glosas críticas ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social. De um Prussiano”*

Marx' critique of the politics and the State based on the Critical Notes on the Article: “The King of Prussia and Social Reform. By a Prussian”

José Luiz Alcantara Filho*

Resumo

A contribuição teórica de Marx é marcada por dois momentos. Primeiramente, o autor dedica-se à crítica da filosofia alemã. Isso ocorre entre 1843-1846, e concretiza-se com *A ideologia alemã*. O segundo momento refere-se à crítica da economia política. Iniciados em 1844, esses estudos são amadurecidos até a publicação de *O capital*, em 1867. Este trabalho visa analisar a crítica marxiana às visões hegelianas acerca da filosofia, da política e do Estado, a partir do artigo *Glosas críticas ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social. De um Prussiano”*, quando aparecem, pela primeira vez, referências a economistas políticos.

Palavras-chave: Estado; reformismo; revolução social.

Abstract:

*Marx's theoretical contribution is marked by two moments. Firstly, the author is dedicated to the critical review of the German philosophy. This phase happens from 1843 to 1846 and is materialized in *The German Ideology*. The second moment refers to the critique of Political Economy. Beginning in 1844, these studies were matured until the publication of *Capital*. This paper aims to analyze the Marxian critique of Hegel's views about philosophy, politics and the State, based on the article *Critical Notes on the Article: “The King of Prussia and Social Reform. By a Prussian”*, when references to political economists appear for the first time.*

Keywords: State; reformism; social revolution

* Profess da UFF, M.Sc. em Economia - UFV-MG, Doutorando ESS / UFRJ.

Introdução

A contribuição teórica de Marx é marcada por dois momentos. Em uma fase inicial, o autor dedica-se à crítica da filosofia alemã e visa, através dela, encontrar os elementos de sua superação. Esse primeiro momento ocorre, sobretudo, entre 1843-1846, período em que Marx realiza seus primeiros escritos críticos à filosofia hegeliana e, concomitantemente, ensaia posicionamentos antagônicos ao idealismo alemão em busca da constituição do que viria a ser, anos mais tarde, concebido como método materialista histórico. Entendemos que a concretização dessa ruptura marxiana com a filosofia alemã dá-se com *A ideologia alemã* (Marx & Engels, 2007), escrita em parceria com Engels, dedicada à *crítica roedora dos ratos* por não ter sido publicada em vida, mas que lhes serviu de autoesclarecimento, visto que se trata da formulação mais acabada da crítica à filosofia hegeliana.

O segundo momento da contribuição marxiana refere-se à crítica da economia política. Iniciados em 1844, esses estudos são amadurecidos até a publicação de *O capital*, em 1867 (Marx, 2013), quando, enfim, é apresentada a crítica da economia política marxiana em sua forma mais plena e acabada. Apesar disso, parece-nos suficientemente claro que os escritos de 1844 não sejam prescindíveis para se compreender o pensamento marxiano.

O presente trabalho visa analisar a crítica marxiana às visões hegelianas acerca da filosofia, da política e do Estado, a partir do artigo *Glosas críticas ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social. De um Prussiano”*, de 1844, quando aparecem, pela primeira vez, referências a economistas políticos (Marx, 2010b).

A crítica ao reformismo e a concepção marxiana sobre o Estado capitalista

Escrito por Marx em 1844, o artigo *Glosas críticas ao Artigo “O rei da Prússia e a reforma social”*. De um prussiano refere-se a uma resposta à publicação de Arnold Ruge na Revista *Vorwärts* (Avante), sob o codinome de “*O prussiano*”, que tratava sobre a greve dos tecelões da Silésia. Ruge, em seu artigo, critica a publicação do jornal francês *La Reforme*, que julgou o decreto de ampliação dos serviços sociais ordenado pelo rei da Prússia como uma resposta aos protestos dos silesianos, haja vista o “*susto*” e o “*sentimento religioso*” do monarca. Em decorrência desse suposto “*susto*” proporcionado pela ação dos tecelões, o editorial francês previa, como desdobramento, o início de um período de reformas na Alemanha (Frederico, 2009. p. 113).

Segundo Frederico (*ibidem*), Ruge discordou da posição exposta no jornal francês por entender que a rebelião não podia ser encarada como uma “*coisa geral, pública*”, de caráter universal, mas apenas um fato isolado. Para Ruge, a greve dos silesianos não poderia provocar ecos revolucionários, já que considera a Alemanha como um “*país apolítico*”. De acordo com o citado autor, “o pessi-

mismo de Ruge sobre as possibilidades de uma revolução na Prússia levou-o a aproximar-se do ideário liberal e à crença na educação e instrução como melhores instrumentos para a emancipação humana” (*ibidem.* p. 113).

“*O prussiano*” afirmou que a greve dos silesianos foi um acontecimento de caráter local, em decorrência da miséria, e que esta sequer foi capaz de assustar o rei. Para Ruge, a resposta do rei não representa um *susto*, mas apenas o entendimento de que há “falha de administração e de assistência social” no Estado prussiano (Ruge *apud* Marx, 2010b, p. 26). Para ele, as concessões de benefícios assistenciais não são mais do que uma resposta imediatista proveniente de um Estado cristão e conservador. Não há, portanto, na visão de Ruge, razões para se esperar profundas alterações na estrutura social, nem por parte do rei, nem por meio de lutas dos proletários. Segue um trecho do autor destacado a esse respeito:

O rei e a sociedade alemã não chegaram ainda a pressentir a sua reforma e menos ainda as insurreições silesiana e boêmia deram origem a tal sentimento. É impossível, para um país não-político como a Alemanha, compreender que a miséria parcial dos distritos industriais é uma questão geral, e muito menos que representa um problema para o conjunto da sociedade. Para os alemães, esse acontecimento tem o mesmo caráter de qualquer seca ou carestia local. Por isso o rei o considera como um defeito de administração ou de falta de caridade. Por esse motivo e também porque bastaram poucos soldados para liquidar os frágeis tecelões, a demolição das fábricas e das máquinas não incute nenhum “susto”, nem ao rei, nem às autoridades. Além do mais, a ordem do gabinete nem sequer foi ditada pelo sentimento religioso: trata-se de uma sóbria expressão da arte política cristã e de uma doutrina que não deixa subsistir nenhuma dificuldade diante do seu único remédio, “os bons sentimentos dos corações cristãos”. Miséria e crime são duas grandes calamidades: quem poderá repará-las? O Estado e as autoridades? Não, mas a união de todos os corações cristãos. (Ruge *apud* Marx, 2010b, pp. 25-26)

Preliminarmente às análises pertinentes à crítica destinada a Ruge, parece-nos fundamental destacar que, apesar de Marx já estar familiarizado com as lutas do movimento operário francês e da miséria estar alastrada por todo o continente, o proletariado ainda não havia se organizado na periferia e, desse modo, as revoltas dos silesianos representam um marco à universalização da luta operária anticapitalista. Marx, atento aos movimentos do real, sintetiza esse momento histórico de maneira crítica e contundente aos tratamentos reformistas e conservadores atribuídos à questão social alemã. Vejamos mais de perto.

Marx, ao contrário, exalta o caráter combativo da greve. Ele considera que

a necessidade de o rei requisitar as tropas das forças armadas contra os trabalhadores já demonstra o contrário da afirmação do “*prussiano*”. Soma-se a isso o fato destas terem sido derrotadas em uma primeira batalha, necessitando a convocação de reforços para conter os trabalhadores. Acrescenta-se ainda que Marx satiriza a hipótese de Ruge ao admitir que o rei só não tomou um “*susto*” pelo fato da greve não ter sido um ataque contra o rei, mas, sim, contra a burguesia que os extorquem direta e cotidianamente (Marx, 2010b, pp. 26-27).

Para Marx, o rei tem como oposição direta não o proletariado, mas a burguesia liberal. A criação da revista *Gazeta Renana*, periódico liberal-burguês, explicita a oposição burguesa à monarquia absolutista prussiana. Nas palavras do autor: “O rei da Prússia, como político, tem sua oposição direta no liberalismo. Para o rei, não existe a oposição do proletariado, na mesma medida em que o rei não existe para o proletariado.” (*ibidem*, p. 27). E, como conclusão a esse respeito, Marx considera a rivalidade política do rei para com a burguesia liberal para dizer, com certa dose de sarcasmo, que:

Para o Rei [...] deve ter sido inclusive uma surpresa agradavelmente excitante encontrar, em seu próprio território, aquele pauperismo “interessante” e “tão decantado” que lhe proporcionava a oportunidade de colocar-se novamente no centro das conversas. Como deve ter sido agradável a notícia de que já possuía um pauperismo prussiano “próprio”! (*ibidem*, pp. 27-28).

Antagonicamente a Ruge, Marx (2010b, p. 44) ressalta a clareza de consciência do movimento insurgente alemão, bem como a maturidade do movimento nascente, se comparado às classes proletárias francesa e inglesa no momento de seu surgimento. Para Marx, não só as condições da indústria alemã são superiores às dos outros dois em suas condições iniciais como também a resposta dada pelos operários silesianos possuíam um caráter consciente da luta de classes. Assim, o movimento dos tecelões apresentou sinais de amadurecimento da luta de classes contra o regime capitalista (Frederico, 2009. p. 115). Segundo Marx (2010b, p. 44): “a revolta silesiana começa justamente no ponto em que as revoltas dos trabalhadores da França e Inglaterra terminaram, ou seja, consciente da essência do proletariado”.

Depreende-se dessa análise que, a partir da manifestação das greves na Silésia somada às experiências vividas junto ao movimento proletário francês, Marx pôde compreender o caráter universal da luta de classes entre proletários e capitalistas. Nessa obra, Marx explicitou a manifestação da miséria como produto da exploração de uma classe sobre outra e considerou-a consequência do desenvolvimento capitalista, pois as mazelas do capital manifestam-se tanto nas periferias como também nas regiões mais avançadas. Cabem aqui parênteses: essa

compreensão da questão social limitada à miséria e, ainda, de que esta seja o elemento fundamental de sua crítica ao modo de produção capitalista, constitui uma das limitações teóricas do jovem alemão, que virá a ser superada com a crítica da economia política expressa n' *O capital*. Nesta, Marx admitirá que o caráter universal das relações de produção capitalista está sintetizado na exploração do trabalho e não na miséria, a qual consiste, apenas, em mais uma das formas de expressão dessa exploração e, em certa medida, altera o enfoque da miséria para a pauperização relativa do trabalho frente à grandeza do capital.

Em um patamar superior às publicações anteriores a essa, isto é, no *Manuscrito de Kreuznach ou Crítica da filosofia do direito de Hegel* (Marx, 2005), em *Sobre a questão judaica* (Marx, 2010a) e na *Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução*¹ (Marx, 2005), Marx ainda reforça que as raízes da miséria (questão social) não podem ser resolvidas no âmbito da “*luta política*”, isto é, mediada pelo Estado ou por reformas, mas somente a partir de uma “*luta social*”, de um movimento subversivo contra a burguesia em busca do socialismo e cujos proletários têm de “*despontar como um ser ativo, um sujeito revolucionário*” (Frederico, 2009. pp. 114; 124). Nesse sentido, ressalta-se que, poucos meses após a publicação dos *Anais Franco-alemães*, Marx já inverte a relação entre filosofia e proletariado, concebendo, nesse instante, o segundo como elemento ativo da revolução, e não mais subsumido à filosofia conforme fora explicitado na *Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução*.

Marx (2010b) evidenciou que os operários alemães voltavam-se não contra as máquinas que substituíam o trabalho humano, como no caso do ludismo, ou contra os abusos do rei (Estado), mas contra os patrões, que impunham “*métodos brutais de espoliação*” e aplicaram redução sobre os salários. Destruíram as máquinas, “*mas também os livros contábeis e os títulos de propriedade*” (*ibidem*, p. 44). Para ele, isso significou uma atitude consciente e superior em relação aos demais movimentos operários, que se voltaram somente contra o “*inimigo visível, o industrial*”. Os tecelões silesianos, por sua vez, investiram também contra “*o inimigo oculto, o banqueiro*” (*idem ibidem*).

Além disso, Marx rechaçou a assertiva de Ruge quanto à excepcionalidade da miséria e da debilidade nas condições políticas na Prússia, ao advogar que nem a miséria nem as condições dos operários são particularidades locais.

¹ Nessas obras, Marx realiza os primeiros movimentos rumo à ruptura com a filosofia alemã. Sumariamente, na primeira, não publicada em vida, realiza sua crítica ao caráter especulativo e idealista presente na filosofia hegeliana, bem como à concepção de Estado como espírito mediador e racional de um povo. Na segunda, Marx não só diferencia *emancipação política* de *emancipação humana*, como também ressalta o caráter reformista e teológico presente na limitação teórica e política dos jovens hegelianos por estes conceberem a emancipação como produto das conquistas por direitos. Por fim, na *Crítica da filosofia do direito de Hegel - Introdução*, o autor atrela a *emancipação humana* à necessidade de uma revolução social cuja *filosofia seria a cabeça e o proletariado o coração* da transformação social.

Admita-se que a Inglaterra seja um país *político*. Admita-se, ademais, que a Inglaterra seja o *país do pauperismo*, tendo inclusive esse termo origem inglesa. Examinar a Inglaterra constitui, portanto, o experimento mais seguro para obter conhecimento sobre a *relação* entre um país *político* e o *pauperismo*. Na Inglaterra a penúria dos trabalhadores não é parcial, mas universal; ela não se limita aos distritos fabris, mas se estende aos distritos rurais. Nesse país, os movimentos não se encontram em fase de surgimento, mas são periodicamente recorrentes há quase um século. (*ibidem*, p. 30; grifos do autor)

Marx refuta, portanto, o caráter *parcial do pauperismo* atrelado a uma condição apolítica da sociedade civil alemã tal como defendeu Ruge. Ainda que esta manifestação possa estar limitada a um único distrito, as condições apresentadas têm caráter universal, uma vez que são produtos do desenvolvimento da indústria moderna, ou seja, do modo de produção capitalista. Marx destaca que a forma de tratamento da miséria na Inglaterra foi tratada politicamente (*ibidem*, pp. 30-35), por meio de disputas partidárias entre o Partido Liberal *Whig* e o Partido Conservador *Tory*. A nosso ver, essa propensão ao tratamento da questão social por meio da luta política não se limita ao caso inglês, mas se trata de uma regra geral que tem como fundamento a noção da *vontade* e/ou da mediação do Estado, tal como foi defendida por Hegel e criticada por Marx desde 1843. Justamente pelos limites político-institucionais aos quais a sociedade está, de modo geral, submetida, não parece casual aos olhos de Marx que a miséria nunca tivesse sido resolvida. Para além das disputas eleitorais, Marx (*ibidem*, p. 35) destaca que, em certo momento, creditou-se a miséria à *“falta de educação”*, à falha administrativa, legislativa ou de assistência e, por fim, *“a miséria foi vista como culpa dos miseráveis”*.

A primeira coisa que a Inglaterra tentou, portanto, foi acabar com o pauperismo por meio da beneficência e de *medidas administrativas*. Depois, ela não encarou o avanço progressivo do pauperismo como consequência necessária da *indústria* moderna, mas como consequência do *imposto inglês para os pobres*. Ela compreendeu a penúria universal como uma mera *particularidade* da legislação inglesa. O que antes era derivado de uma *falha na* beneficência, passou a ser derivado de um *excesso de beneficência*. Por fim, a miséria foi vista como culpa dos miseráveis e, como tal, punida neles mesmos. (*ibidem*, p. 35; grifos do autor)

Percebe-se, então, a partir das descrições históricas de Marx, que a essência do problema, isto é, as causas da miséria estão no modo de produzir sustentado

sob as bases da exploração do trabalho e da propriedade privada. Isso não foi, nem poderia ser, seriamente contestado na esfera da política, pois significaria subverter as funções que cabem ao Estado capitalista. O que houve verdadeiramente foram interstícios entre ações ora paliativas, ora repressivas, a fim de mascarar a miséria. Conforme destacado na *Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução*, a tarefa de realizar ações radicais que extrapolem a ordem vigente não pode ser realizada pela classe dominante. Nessa obra, Marx acrescenta que “o Estado jamais verá no Estado e na organização da sociedade a razão das mazelas sociais, como exige o prussiano” (*ibidem*, p. 38). Para Marx, parece evidente que não se pode esperar que o Estado, como organismo em poder da classe dominante, busque a raiz dos problemas sociais. Esse ponto será retomando mais adiante. Antes, faz-se necessário retomar a posição de Ruge quanto ao pauperismo alemão.

Ruge pressupôs duas formas hipotéticas para reparar a miséria e a criminalidade alemã: “o Estado ou os corações cristãos” (*ibidem*, p. 28). Nota-se que foge ao escopo do “prussiano” a possibilidade de haver transformações qualitativas no conjunto da sociedade ou, em outros termos, na estrutura social que orienta a vida material dos seres sociais. Para Ruge, a questão social só pode ser solucionada mediante proposições práticas provenientes dos órgãos que compõem a superestrutura política: pelo Estado, pela religião, pela educação etc. Sua visão está limitada à concepção reformista de mundo; nos termos de Marx, está presa à emancipação política.

Nesse sentido, assim como havia enunciado no artigo sobre a questão judaica, já é possível pensar que, para Marx, não se deve esperar a emancipação plena dos trabalhadores através de atitudes ou medidas dos governos. Ainda que, parcial ou momentaneamente, essas políticas possam arrefecer algumas das tensões e garantir melhorias nas condições imediatas de subsistência, para Marx, o Estado configura-se como uma força política derivada do modo de produção capitalista e, portanto, opera em favor da manutenção do regime de produção e das propriedades. Segundo Marx (2010b, p.40): “Se quisesse eliminar a impotência de sua administração, o Estado moderno teria de eliminar a atual vida privada. Se ele quisesse eliminar a vida privada, teria de eliminar a si mesmo, porque ele existe tão somente como antítese a ela.”

Acrescente-se a isso a observação feita por Marx quanto à negligência cometida por Ruge ao tratar “governo, imprensa, burguesia e trabalhadores” genericamente e, todos, subsumidos ao termo “sociedade alemã” (*ibidem*, p. 29). Esse reducionismo provocado pelo “prussiano” expressa a ocultação do conteúdo de classes da análise, bem como a homogeneização das relações como se houvesse um sentimento totalizante e unitário em favor do “povo alemão”. A fim de não cair na armadilha despolitizante e reificada da realidade, Marx sugere, então, analisar os movimentos de cada uma dessas diferentes categorias negligenciadas

por Ruge ao caracterizá-las na forma homogênea de “*massas*” ou simplesmente “*sociedade alemã*” (*idem ibidem*). Em resposta a esses reducionismos, Marx inicia o desenvolvimento da crítica pela desconstrução do argumento de Ruge de que o pauperismo era produto de um *país apolítico* ou, em outros termos, da “falha de administração ou de assistência caritativa” (*idem ibidem*).

Marx rejeita a compreensão de que a penúria dos trabalhadores seja uma peculiaridade de um *país apolítico* que “não chegou ao pressentimento de sua reforma” (*idem ibidem*). Para ele, se o pauperismo é decorrente da situação política alemã, então por que na Inglaterra – país considerado pelos hegelianos como exemplo de civilização moderna e “*político*” por excelência, tanto por ter realizado a revolução democrático-burguesa, como por deter o máximo do desenvolvimento das forças produtivas – existe pobreza? E por que o pauperismo por lá é universal? (*ibidem*, p. 30).

Marx (*ibidem*, pp. 30-31) considera que enquanto a burguesia culpa a política e os políticos se segmentam entre si de modo a parecer dualizar ou, mais precisamente, pulverizar os problemas sociopolíticos como decorrentes de erros institucionais no âmbito das medidas dos governos, nenhum deles questiona a essência da política, do Estado e, tampouco, da questão social².

As análises de Marx presentes nessa obra indicam, portanto, a miséria não como um problema de cunho político ou de falha institucional e, muito menos, uma *particularidade alemã*, mas como expressão de um processo sistêmico derivado das relações capitalistas de produção³. Sendo assim, o argumento de Ruge não rompe com os fundamentos que constituem o modo de produção capitalista, pelo contrário, insere-se no terreno da ideologia como uma influência reformista (ou pequeno-burguesa), deturpadora da realidade e conservadora do *status quo*.

A ideologia e o conservadorismo presentes no pensamento de Ruge devem-se ao conteúdo de suas propostas. Após “diagnosticar” equivocadamente a Alemanha como um *país apolítico*, Ruge apostou na “educação e instrução como os melhores instrumentos para a emancipação humana” (Frederico, 2009, p. 113). Percebe-se que desde o século XIX é comum a educação aparecer nos discursos

² Marx analisa especificamente a miséria que se trata apenas de uma das expressões da questão social.

³ Mais tarde, na obra *O Capital*, mais particularmente no capítulo 23 do livro I, intitulado “A lei geral da acumulação capitalista” Marx (2013, pp. 689-697) demonstra com maior precisão a composição do valor no processo de desenvolvimento das forças produtivas. Em uma das passagens, Marx especifica que: “[...] as circunstâncias mais ou menos favoráveis em que os assalariados se mantêm e se multiplicam em nada alteram o caráter fundamental da produção capitalista. [...] A reprodução da força de trabalho, que tem incessantemente de se incorporar ao capital como meio de valorização, que não pode desligar-se dele e cuja submissão ao capital só é velada pela mudança dos capitalistas individuais aos quais se vende, constitui, na realidade, um momento da reprodução do próprio capital. A acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado.” (*ibidem*, p. 690) Assim, nota-se que há confluência entre os posicionamentos de Marx nesse trabalho escrito em 1844 e em sua obra mais importante e cuja síntese exprime o auge de sua maturidade política e intelectual.

e escritos políticos como solução da questão social, sejam eles pautados na ingenuidade da “*vontade política*”, sejam claramente dissimuladores da estrutura de classes. Isso, de algum modo, acabou por contribuir para a conformação de uma certa “*consciência social*” ou “*senso comum*” em torno da noção de que a educação é a chave para um mundo melhor ou de que os problemas sociais são decorrentes da falta de educação. Um exemplo evidente desta posição é descrita por Marx nessa obra ao aproximar o pensamento de Ruge ao descrito no artigo “Medidas recentes para a promoção da educação na Inglaterra”, assinado por Dr. Kay. De acordo com Marx (2010b, p. 32), Kay argumenta que é por “falta de educação” que “o trabalhador não compreende as leis do comércio” e, por isso, eles se revoltam. A subserviência do Estado ao capital também está implícita na argumentação do Dr. Kay, já que, ao tratar da miséria e da “falta de educação” dos trabalhadores, acaba por concluir que isso pode “causar embaraço à prosperidade das fábricas inglesas e do comércio inglês, abalar a confiança recíproca dos comerciantes, diminuir a estabilidade das instituições políticas e sociais” (*ibidem*, p. 32).

Ainda que a *falta de educação* fosse a questão central para solucionar as mazelas cotidianas do mundo capitalista e, considerando que as autoridades políticas estivessem interessadas nas proposições de Dr. Kay ou Ruge, então, porque não se instituiu uma política universal de educação das crianças nesse período? (Cf. *ibidem*, p. 35). Ao analisar tal posicionamento de Ruge, Marx o caracteriza como de “*rara ingenuidade*” (*ibidem*, p. 35). Diz Marx:

Por que ele se dirige primeiro às autoridades e espera por seus planos e suas sugestões?

Esse “prussiano” super sabido se tranquilizará [sic] quando souber que, nesse ponto, o rei da Prússia é tão pouco original quanto em suas demais ações, que ele, inclusive, adotou a única maneira que um chefe de Estado pode adotar. (*idem ibidem*)

Essa “única maneira” a que Marx se refere diz respeito à resposta dada pelo rei diante da greve, ao tratá-la com repressão violenta contra os trabalhadores.

Por que o rei da Prússia não ordena de imediato a educação das crianças desvalidas? O “prussiano” sabe o que o rei deveria ordenar? Nada além do *aniquilamento* do proletariado. Para educar crianças é preciso *alimentá-las e libertá-las do trabalho remunerado*. A alimentação e educação das crianças desvalidas, isto é, a alimentação e educação de *todo o* proletariado *em fase de crescimento*, representaria o aniquilamento do proletariado e do pauperismo. (*ibidem* p. 37; grifos do autor).

Complementarmente, vale destacar que, apesar de o descaso para com a educação infantil aparecer como falta de “*vontade política*”, em essência, essa realidade é um desdobramento da própria lógica da exploração da força de trabalho e da acumulação capitalista. Em outras palavras, pode-se dizer que o trabalho infantil, assim como as relações às quais os trabalhadores são submetidos, é produto da estrutura de classes. A forma e a intensidade dessa exploração dependem do momento do desenvolvimento das forças produtivas, da relação de forças entre as classes e também das normas jurídicas que regem tal período. Oferecer educação às crianças significaria tirar as crianças das fábricas, isto é, encarecer a força de trabalho⁴.

Histórica e empiricamente é possível identificar que a substituição, pelos capitalistas individuais, das formas mais precarizadas de realização da força de trabalho ocorre basicamente quando: (i) a luta de classes se acirra a ponto de a força do proletariado proporcionar conquistas em prol dos trabalhadores; (ii) em situações em que a unidade capitalista realiza uma composição orgânica com intensa exploração da força de trabalho e alocação relativamente baixa de capital constante e cujos custos adicionais com aquisição de novas máquinas e instalações (capital constante) passam a ser mais vantajosos financeiramente que o custo total com salários (capital variável). Com isso, o capitalista individual almeja ampliar a lucratividade através da elevação da composição orgânica do capital, pois esta eleva a produtividade do trabalho. Haja vista que boa parte dos trabalhadores são substituídos pelas máquinas⁵.

Para além da crítica direcionada a Ruge, é também nesse texto de 1844 que,

⁴ Para além da brevidade da crítica que consta na p. 37 das *Glosas críticas*, no capítulo “A jornada de trabalho” do livro I de *O capital*, Marx faz uma análise minuciosa a respeito do trabalho infantil na Inglaterra, das condições de insalubridade, bem como da ausência de educação e de quaisquer tipos de apoios político-institucionais aos filhos da classe trabalhadora, que, tão logo comessem a andar, já acabavam tornando-se também força de trabalho (Marx, 2013). Vale destacar ainda que as sínteses produzidas por Marx em 1844 estão em consonância com as feitas, mais tarde, n’ *O Capital*.

⁵ Iamamoto (2012), ao analisar o caso concreto da indústria canavieira paulista, infere que: “Construída sob o véu protetor dos subsídios estatais, [a agroindústria canavieira] expressa o paradoxo do desenvolvimento desigual: um dos setores de peso da produção agroindustrial, no processo de reprodução ampliada do capital e na captura da renda fundiária, o setor na sua heterogeneidade incorpora, de um lado, os avanços da ciência e da tecnologia – biológicas, químicas e mecânicas –; e, de outro, mantém um padrão dilapidador de consumo da força de trabalho com formas despóticas de gestão, aliadas aos mecanismos extraeconômicos de seu controle que relembra os primórdios da industrialização. A rigidez própria de um processo de produção contínuo, condicionado tanto pelos determinantes biológicos do ciclo de crescimento da cana-de-açúcar, como pelo processo industrial de sua transformação química em açúcar e álcool, tem sido historicamente compensada por estratégias de maior flexibilidade do emprego da força de trabalho em um mercado saturado de mão-de-obra excedente. Flexibilidade que se expressa em contratos temporários de trabalho ou por tempo determinado (contrato por safra), na maleabilidade da distribuição do trabalho nas várias funções produtivas, na duração da jornada de trabalho e dos níveis salariais, passando por cima dos acordos coletivos de trabalho firmados entre entidades de representação patronal e de trabalhadores envolvidos neste complexo agroindustrial. Essa face ‘arcaica’ do emprego da força-de-trabalho tradicional no setor e amplamente denunciada pelas lutas dos trabalhadores canavieiros desde 1980 – ressurgiu com uma feição contemporânea no contexto da reestruturação produtiva” (Iamamoto, 2012, p. 19).

pela primeira vez, Marx faz referência aos economistas políticos ingleses, de modo que o conteúdo é apresentado criticamente aos posicionamentos de David Ricardo e McCulloch em decorrência do caráter ideológico, apassivador e apolo-gético à perseverança e autoajuda (Marx, 2010b, p. 31). Diz McCulloch, discípulo de David Ricardo:

O homem que, com verdadeira e infatigável sabedoria, suspenda o seu julgamento, progrida pouco a pouco e supere um a um os obstáculos que se interpõem como montanhas ao curso dos estudos, atingirá com o tempo o cume da ciência, onde se goza a paz e o ar puro, onde a natureza se expõe ao olhar em toda a sua beleza e onde, por meio de uma senda em cômodo declive, pode-se descer até os últimos detalhes da prática. (McCulloch *apud* Marx, 2010b, p. 31)

Marx lhes responde com a mais pura explicitação da cruel realidade nua e crua:

Que coisa boa o ar puro, a atmosfera pestilenta das habitações nos porões ingleses! Grande beleza natural os fantásticos trapos com que se vestem os miseráveis ingleses e o corpo flácido e encarquilhado das mulheres roídas pelo trabalho e pela miséria; as crianças que dormem no esterco; os abortos provocados pelo excesso de trabalho na monótona atividade mecânica das fábricas! E os graciosos últimos detalhes da prática: a prostituição, o crime e a força! (Marx, 2010b, p. 31)

Marx destaca ainda a ingenuidade de parte da burguesia ao subestimar o potencial combativo associado aos trabalhadores em decorrência do pauperismo. Problema esse que não causaria espanto a Hegel⁶, que já alertara para a ne-

⁶ Hegel descreve o Estado como mediador de conflitos sociais e apaziguador da miséria em obras como *Princípios da filosofia do direito* e *Ciência da lógica*. Ao analisar a primeira dessas obras, Trotta advoga: “No parágrafo 242, em especial no final da nota de Princípios da Filosofia do Direito, Hegel é peremptório quando atribui ao Estado o papel de objetivar instituições públicas voltadas para o processo de eliminação de carências. Hegel assinala que o Estado tem a obrigação - embora não recrimine a ação particular - de promover o bem-estar social lenta e gradualmente. No Estado, o reino da eticidade, a razão que efetivamente se deu na história, a existência da miséria depõe contra sua própria racionalidade. Fichte argumenta que num Estado racional é absolutamente inconcebível a existência da miséria. Hegel, na mesma linha de argumento, não só clama o Estado como racional, mas também como sendo a própria manifestação divina, abomina, assim, toda e qualquer espécie de miséria. Se o Estado é a superação da sociedade civil-burguesa, é em si seu desdobramento a superação pela eliminação da miséria na perspectiva da real racionalidade do seu sentido lógico e histórico. No Estado o sujeito é concreto. Pode-se afirmar que, para Hegel, o Estado é o ingresso do homem na humanidade, momento em que, de uma forma ou de outra, tem-se a pretensão de superar as condições de carência que aviltam a condição humana. [...] Hegel, dessa maneira, faz de sua anglofobia um discurso contrário ao liberalismo e a todo direito vigente que procura separar violentamente as pessoas segundo seus bens. Se Hegel entende que a distinção entre ricos e pobres é notável, o direito enquanto fundador do Estado é a factibilidade da liberdade e o meio racional de eliminá-la notavelmente. O direito é um sistema universal que se obriga a absorver em seu seio toda e qualquer particularidade no sentido de sua preservação. Com isso busca a superação das adversidades próprias do ‘reino das necessidades.’” (Trotta, 2003, p. 8).

cessidade de criar medidas, pela via do Estado, para conter a miséria, pois, supostamente, “*temia*” que a grande massa de miseráveis pudesse se rebelar contra o poder político, como ocorreu na Revolução Francesa.

Outra resposta às condições de miséria na Inglaterra advém do pensamento malthusiano, qual seja, a noção de que as políticas contra a miséria são reforços à sua manutenção. Como diria o próprio Malthus: “[...] a benevolência é uma loucura, um incentivo público à miséria. Em consequência, o Estado nada pode fazer além de abandonar a miséria à sua sorte e, quando muito, facilitar a morte dos miseráveis” (Malthus *apud* Marx, 2010b, pp. 33-34).

Ao admitir a lógica liberal atrelada à economia política inglesa (presente tanto em Malthus, como em Ricardo), o Parlamento Inglês, que outrora havia creditado a miserabilidade à “*falha administrativa*” do Estado, passou a reprimi-la, criminalizando-a⁷. Isso os levou à conclusão de que a miséria passou a ser vista não como desdobramento do desenvolvimento da indústria moderna, mas como consequência da benevolência do Estado e das instituições de caridade ao se instituírem políticas caritativas e assistenciais. Daí deriva o objetivo não de erradicar (*sufocar* é o termo usado por Marx) a miséria, mas de “discipliná-la, perpetuá-la” (Marx, 2010b, p. 35).

[...] se de um lado a burguesia da Alemanha “apolítica” não consegue visualizar a importância universal de um caso de penúria *parcial*, a burguesia da Inglaterra *politizada*, em contrapartida, consegue ignorar a importância universal da penúria universal, uma penúria que evidenciou sua importância universal em parte por sua recorrência periódica no tempo, em parte pela propagação no espaço e em parte pelo fracasso de todas as tentativas de saná-la (*ibidem*, p. 32).

A identificação do pauperismo como “*falha de administração*” e a proposição de medidas beneficentes não são mais que formas de alterar o trato da política social sem alterar a questão social ou, nas palavras do príncipe de *Falconeri*: “Se queremos que tudo fique como está é preciso que tudo mude” (Tomasi di Lampedusa, 2014, p. 21).

Como consequência dessa nova ideologia dominante, para Marx (2010b, p. 35), não cabia ao Estado a utilização de “*meios positivos*” para estancar o pauperismo, mas apenas o de “*cavar-lhe os túmulo*” (*idem ibidem*). O liberalismo inglês regrediu em relação à caracterização ideal hegeliana de “*espírito racional*”

⁷ Apesar de Marx não detalhar o assunto nessa obra, no capítulo “A assim chamada acumulação primitiva” de *O capital*, Marx discorre sobre a lei de vadiagem e os castigos imputados às pessoas que não trabalhavam.

dos interesses universais de um povo”, em que o tratamento da miséria seria uma das formas de o Estado corrigir as falhas produzidas pela lógica do mercado.

Diante de tais questões e do contexto do século XIX, com o acelerado processo de desenvolvimento da grande indústria, Marx (*ibidem*, p. 38) indaga:

O Estado pode agir de outro modo? Para ele “o Estado jamais verá no Estado e na organização da sociedade” a razão das mazelas sociais. [...] Onde quer que haja partidos políticos (leia-se capitalismo) cada um deles verá a razão de todo e qualquer mal no fato de seu adversário estar segurando o timão do Estado. (*idem ibidem*).

E conclui sem deixar dúvidas quanto ao caráter negativo que atribui ao Estado capitalista: “nem mesmo os políticos radicais e revolucionários procuram a razão do mal na essência do Estado, mas em uma determinada forma de Estado, que querem substituir por outra forma de Estado”. (*idem ibidem*). Eis um argumento evidente e preciso do qual Marx tinha claro que o Estado está umbilicalmente vinculado à estrutura capitalista, e que sua autonomia só pode ser relativizada até o ponto em que não extrapole a ordem democrático-burguesa. Sendo assim, achamos mais conveniente caracterizá-lo por sua *autonomia limitada* do que por uma *autonomia relativa*.

Complementarmente, é possível depreender dessa passagem o caráter endêmico dessa forma de luta política que se movimenta em torno das mudanças jurídico-políticas (ou reformas) sem romper por completo com as contradições imanentes do modo de produção capitalista. Marx caracteriza o comunismo como um movimento antagônico a esse reformismo político, de modo que a única forma cientificamente possível de superar a questão social da sociedade moderna é a supressão das relações capitalistas de produção. Nas palavras do autor:

É preciso reconhecer que a Alemanha possui uma vocação clássica para a revolução social, que é do tamanho da sua incapacidade para a revolução política. Porque assim como a impotência da burguesia alemã equivale à impotência política da Alemanha, a predisposição do proletariado alemão é a predisposição social da Alemanha [...] Somente no socialismo um povo filosófico encontrará a práxis que lhe corresponde, ou seja, somente no proletariado encontrará o elemento ativo de sua libertação. (*ibidem*, pp. 45-46)

A esse respeito, ressalta-se ainda que a centralidade da crítica não se dá pela atitude dos movimentos políticos, sociais e da classe trabalhadora em lutar por direitos humanos e reformas sociais, mas por não qualificar as lutas sociais em táticas de enfrentamento ao capital rumo à construção de uma estratégia re-

volucionária e anticapitalista. Marx, em duas seções do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) ocorridas em 1865⁸, discursou duramente contra a posição de que a luta por melhorias de salários implicaria inflação e, conseqüentemente, não se materializaria em melhorias à situação da classe trabalhadora. Expôs, a partir da teoria do valor-trabalho, que o lucro advém da exploração da força de trabalho e, mantidas a jornada de trabalho e as forças produtivas constantes, cada unidade adicional de salário implica uma queda proporcional no lucro capitalista. Daí conclui que a luta por aumento salarial é inseparável do sistema capitalista; que a limitação da jornada de trabalho “nunca foi regulamentada senão por intervenção legislativa” (Marx, 1983, p. 182); que ficar de braços cruzados provocaria efeitos catastróficos sobre as condições de vida e trabalho dos proletários; e que “esta necessidade mesma de uma ação política geral é precisamente o que demonstra que, na luta puramente econômica, o capital é a parte mais forte.” (*ibidem*, p. 183). Em seguida, adverte sobre os limites dessa luta econômica tão necessária à manutenção da força de trabalho, a fim de que não se perca de vista a tarefa histórica real do proletariado:

[...] a classe operária não deve exagerar a seus próprios olhos o resultado final destas lutas diárias. Não deve esquecer-se de que luta contra os efeitos, mas não contra as causas desses efeitos; que logra conter o movimento descendente, mas não fazê-lo mudar de direção; que aplica paliativos, mas não cura a enfermidade. Não deve, portanto, deixar-se absorver exclusivamente por essas inevitáveis lutas de guerrilhas, provocadas continuamente pelos abusos incessantes do capital ou pelas flutuações do mercado. A classe operária deve saber que o sistema atual, mesmo com todas as misérias que lhe impõe, engendra simultaneamente as condições materiais e as formas sociais necessárias para uma reconstrução econômica da sociedade. Em vez do lema conservador de: “Um salário justo por uma jornada de trabalho justa!”, deverá inscrever na sua bandeira esta divisa revolucionária: “Abolição do sistema de trabalho assalariado!” (*ibidem*, p. 184)

Para além do posicionamento de Marx frente à necessidade da revolução, a partir dessa passagem é possível exprimir um salto de qualidade na formulação da sua teoria da práxis em comparação às publicações anteriormente analisadas. Em *Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução*, Marx, envolvido pelo método cabeça-corção de Feuerbach, caracterizou o proletariado como o coração da revolução, isto é, como o elemento passivo da transformação social, sendo a

⁸ Essas seções de palestras foram sistematizadas e publicadas com o título de *Salário, preço e lucro* (Marx, 1983).

filosofia a cabeça, o agente ativo. Ao contrário, aqui, Marx inverte a relação ao destacar que “somente no socialismo um povo filosófico encontrará a práxis que lhe corresponde, ou seja, somente no proletariado encontrará o elemento ativo de sua libertação.” (Marx, 2010b, p. 46).

De acordo com Löwy, dessa passagem é possível extrair três contribuições rumo à fundamentação de sua “*teoria da autoemancipação revolucionária do proletariado*”. São elas:

1. O povo e a filosofia não são mais representados como duas entidades separadas, a segunda “penetrando” a primeira (terminologia dos Anais). A expressão “povo filosófico” traduz a superação dialética dessa oposição.
2. O socialismo não é representado como uma teoria pura, uma ideia “nascida na cabeça do filósofo” (ensaio dos Anais), mas como uma práxis.
3. O proletariado aparece agora, diretamente, como o elemento ativo da emancipação. (Löwy, 2010. p. 13).

Marx alerta também para o fato de que, “*do ponto de vista político, Estado e organização da sociedade não são duas coisas distintas*”. (Marx, 2010b, p. 38). Para ele, o Estado tem função organizadora da sociedade, isto é, o Estado é a forma política da organização social capitalista, legitimada pelo conjunto da sociedade para exercer o monopólio repressivo institucional, bem como para administrar a questão social não com o objetivo de superá-la, mas, sim, de naturalizá-la. Um exemplo dessa naturalização dos problemas sociais é verificável pelo corriqueiro emprego, na literatura liberal, de conceitos como “*direito natural*” ou “*o ser humano é egoísta por natureza*” e, como desdobramento desse argumento, diz-se que tanto a miséria quanto a ganância são leis da natureza. Para além dessa “*falsa consciência*” da realidade incutida na sociedade, Marx adverte que:

O Estado não pode suprimir a contradição entre a finalidade da boa vontade da administração por um lado, e seus meios e sua capacidade, por outro, sem suprimir a si próprio, pois ele está baseado nessa contradição. [...] Em consequência, a administração deve restringir-se a uma atividade formal e negativa, porque o seu poder termina onde começa a vida burguesa e seu labor (*ibidem*, p. 39).

Em primeiro lugar, há de se considerar que, a essa altura de suas análises, para Marx, a miserabilidade é intrínseca à sociedade capitalista, ou seja, trata-se do “fundamento sob o qual se assenta o Estado moderno, assim como o escravidão era o fundamento natural sobre o qual estava baseado o Estado Antigo.” (*idem ibidem*). Em segundo lugar, destaca-se a observação marxiana de que o poder do Estado termina onde começa o domínio da produção burguesa.

Esse argumento explicita o caráter dependente e derivado do Estado, bem como de toda a superestrutura jurídica, em relação ao capital. Essa subsunção do Estado em relação ao poder burguês remete-nos à lembrança de um caso que explicita a clareza da burguesia quanto ao seu domínio sobre o poder político. O monopolista petroleiro norte-americano Rockefeller, ao ser consultado por um dos filhos sobre o desejo em disputar as eleições presidenciais contra o seu desafeto Franklin Roosevelt, não pestanejou ao respondê-lo: *não se preste a fazer aquilo que cabe aos nossos lacaios!*

Também é possível exprimir, da citação acima, a noção de que o Estado, mesmo quando não opera diretamente sob a produção material, é fundamental e está pressuposto ao desenvolvimento do capitalismo⁹. Contudo, não se pode confundir a importância do Estado para com o desenvolvimento do capitalismo, com determinação ontológica entre uma coisa e outra. Sendo assim, os apontamentos de Marx parecem evidenciar que o poder do Estado moderno está subsumido ao poder capitalista e não o inverso.

Muito embora parte da literatura busque negar essa subsunção do Estado ao capital frente à necessidade de espoliação burguesa, segundo Marx (2010b, p. 40), a lei (tendencial) da administração do Estado é a impotência, pois para “eliminar a impotência de sua administração” seria necessário “eliminar a atual vida privada”, isto é, o fundamento de toda a sociabilidade burguesa. O Estado tem de parecer autônomo, logo, não pode conceber a impotência como algo inerente à sua própria administração. Para ele:

[...] todos os Estados buscam a causa nas falhas casuais ou intencionais da administração e, por isso mesmo, em medidas administrativas, o remédio para suas mazelas. Por quê? Justamente porque a administração é a atividade organizadora do Estado. [...] Porém, nenhum *vivente* julgará que as deficiências de sua existência estejam fundadas no princípio de sua vida, na essência de sua vida, mas sempre em circunstâncias exteriores à sua vida. O suicídio é antinatural. O Estado

⁹ Marx retoma os aspectos dessa crítica ensaiada em 1844 em sua obra mais madura, abordando especificamente sobre tal assunto no capítulo XXIV de *O capital* (Marx, 2013, pp.785-834). Segue um trecho em que Marx descreve o papel do Estado na conformação do modo de produção capitalista: “Os diferentes momentos da acumulação primitiva repartem-se, agora, numa sequência mais ou menos cronológica, principalmente entre Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Na Inglaterra, no fim do século XVII, esses momentos foram combinados de modo sistêmico, dando origem ao sistema colonial, ao sistema da dívida pública, ao moderno sistema tributário e ao sistema protecionista. Tais métodos, como, por exemplo, o sistema colonial, baseiam-se, em parte, na violência mais brutal. Todos eles, porém, lançaram mão do poder do Estado, da violência concentrada e organizada da sociedade, para impulsionar artificialmente o processo de transformação do modo de produção feudal em capitalista e abreviar a transição de um para o outro. A violência é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica”. (*ibidem*, p. 821).

não pode, portanto, acreditar que a impotência seja inerente à sua administração, ou seja, a si mesmo. (*ibidem*, pp. 39-40)

Para Marx (*ibidem*, p. 41), a Revolução Francesa e os intentos de Robespierre que visavam solucionar as mazelas da sociedade por meio de reformas são exemplos clássicos do aguçamento do caráter “político” (no sentido das conquistas democrático-burguesas) e da impotência do Estado em superar as raízes da questão social, mas também as soluções que se inscrevem pelos governantes como produtos da assim chamada vontade política. Nas palavras de Marx:

Nessa linha, Robespierre vê a vasta pobreza e a grande riqueza apenas como um empecilho para a democracia pura. Em consequência, ele deseja estabelecer uma frugalidade espartana universal. O princípio da política é a vontade. ...tanto mais ele acredita na onipotência da vontade, tanto mais cego ele é para as limitações naturais e intelectuais da vontade, tornando-se, portanto, tanto menos capaz de desvendar a fonte das mazelas sociais. (*ibidem*, p. 41)

Segundo Marx, quanto mais poderoso for o Estado (no sentido político ou da garantia de direitos que creditam a emancipação política almejada pelos hegelianos), menos inclinado a buscar em si mesmo a essência das razões que levam às mazelas sociais e à compreensão do princípio universal do pauperismo na sociedade moderna (*idem ibidem*). Sempre se creditará a deficiência ao outro, isto é, a erros de conduta, problema de forma, falhas institucionais. Dito em outras palavras, o Estado está em permanente busca por remendar as mazelas criadas pelo modo de produção capitalista, sem, em momento algum, questionar a legitimidade da propriedade privada que o sustenta, pois atua com base em ações paliativas. Daí a contradição que move o Estado e o coloca de joelhos perante a burguesia: apesar de aparecer como “*espírito da vontade racional de um povo*” e, por conseguinte, autônomo em relação às classes; é, em essência, uma organização política da sociedade capitalista e, como tal, está estruturada com a finalidade de garantir a manutenção da propriedade privada e regular as leis em conformidade com as relações sociais capitalistas.

De maneira geral, nesta obra, Marx refuta o caráter reformista das proposições de Ruge, bem como explicita seu antagonismo a respeito de uma luta restrita aos limites da política. Para ele:

Quanto mais culto e universal for o entendimento político de um povo, tanto mais o proletariado desperdiça suas forças em rebeliões insensatas, inúteis e sufocadas em sangue. Por pensar na forma da política, ele vislumbra a causa de todas as mazelas na vontade e todos os meios de solucioná-las na violência e na derrubada de uma deter-

minada forma de Estado. Prova: as primeiras rebeliões do proletariado francês. (*ibidem*, p. 48)

Assim, para Marx, o caráter revolucionário e consciente do movimento operário silesiano está diretamente relacionado à sua não adesão ao assim chamado “*entendimento político*” ao qual se refere “*O prussiano*”. Segundo Marx “[...] por mais parcial que seja, a revolta industrial comporta uma alma universal e, por mais universal que seja, a revolta política abriga, sob sua forma colossal, um espírito mesquinho” (*ibidem*, p. 50). Diante disso, Marx conclui que a “revolução sem alma política (isto é, sem a noção organizadora da perspectiva do todo)” à qual se refere Ruge, “é impossível”. Trata-se de uma ideologia reformista pautada pela *vontade política ou*, nas palavras de Frederico (2009, p. 117), uma “obtusa atitude politizante”, cujo resultado é “sufocamento em sangue e irracionalidade” (Marx, 2010b, pp. 48-49).

A solução das mazelas sociais por meio da “*vontade política*” não se constitui em teoria social científica, mas em *utopias*¹⁰ cujo objetivo estratégico é, em geral, posto no horizonte como algo inatingível, porém capilarizador de sonhos, a fim de se colocar forças políticas em movimento. Portanto, se a crítica é válida aos reformistas e sociais-democratas, a tradição marxista também não está imune a elas. Não há consenso entre os marxistas quanto a essa visão crítica e negativa de Marx sobre o Estado. Talvez o exemplo mais emblemático da divergência na tradição marxista quanto à forma de conceber o papel do Estado frente à luta de classes tenha sido a experiência do Partido Social-Democrata Alemão – sobretudo através de seus principais interlocutores: Kautsky e Bernstein –, centrada na disputa institucional pelo poder executivo e na tática das reformas como meio de transição ao socialismo¹¹.

Em geral, podemos depreender que: salvo em algumas proposições táticas e pontuais direcionadas à Liga dos Comunistas em 1848, não encontramos, na

¹⁰ A origem etimológica da palavra Utopia advém do grego “*ou*” “*topos*”, cuja tradução seria “lugar nenhum”. Marx e Engels (2014, pp. 65-66), no *Manifesto comunista*, caracterizam como idealizações de sociedades imaginárias em um período ainda embrionário da luta de classes. Contra essa noção utópica do socialismo e também dos movimentos cujas posições representam um *socialismo reacionário ou burguês*, Marx e Engels reivindicam a necessidade da efetivação de um *socialismo científico*, capaz de revolucionar a sociedade burguesa (*ibidem*, pp. 59-69).

¹¹ Apesar de fugir ao escopo do presente trabalho enveredar para as características específicas desse debate, uma parte dele pode ser contemplada a partir da análise da obra *Crítica do programa de Gotha*, em que Marx e Engels expressam suas preocupações e discordâncias quanto à unificação da Associação Geral dos Trabalhadores Alemães (ADAV) e o Partido Social-Democrata dos Trabalhadores (SDAP) dado o rebaixamento do programa comunista em projeto reformista e/ou pequeno-burguês (Marx, 2012). Há uma vasta literatura que trata detalhadamente dos contextos históricos e embates teóricos e políticos sobre o tema. Dentre elas: *O Estado e a revolução* (Lênin, 2012), *Reforma ou revolução?* (Luxemburgo, 2001), *Capitalismo e social-democracia* (Przeworski, 1989) e a tese de doutorado *Reforma/revolução – Pólos de tensão na constituição do movimento socialista* (Santos, 1998). A partir desses estudos, é possível identificar as contradições e antagonismos existentes entre a visão de Estado e as aspirações revolucionárias de Marx e Engels em relação à visão reformista de mundo que permeou (e ainda permeia) parte do movimento operário.

obra de Marx, apontamentos de que a ocupação dos postos e políticas de Estado seja parte da estratégia revolucionária comunista. Há no *Manifesto comunista* uma passagem que explicita a distinção feita por Marx e Engels entre a necessidade real de buscar aliados em causas específicas e os objetivos revolucionários, sendo que a primeira nunca pode se desvincular da finalidade central: a aniquilação da sociedade de classes (Marx & Engels, 2014, pp. 68-69). Eis a passagem:

Os comunistas lutam pelos interesses e objetivos imediatos da classe operária, mas, ao mesmo tempo, defendem e representam, no movimento atual, o futuro do movimento. Aliam-se na França ao partido social-democrata contra a burguesia conservadora e radical. [...] Na Suíça, os comunistas apoiam o partido que vê numa revolução agrária a condição da libertação nacional. [...] Na Alemanha, o Partido Comunista luta junto com a burguesia todas as vezes que esta age revolucionariamente contra a monarquia absoluta, a propriedade rural feudal e a pequena-burguesia.

Mas em nenhum momento esse partido se descuida de despertar nos operários uma consciência clara e nítida do violento antagonismo que existe entre a burguesia e o proletariado, para que, na hora precisa, os operários alemães saibam converter as condições sociais e políticas, criadas pelo regime burguês, em outras tantas armas contra a burguesia, para que logo após terem sido destruídas as classes reacionárias da Alemanha possa ser travada a luta contra a própria burguesia.

Baseado nos argumentos acima, Marx e Engels (*ibidem*, p. 69) anunciam o prelúdio de uma revolução proletária em 1848, cujo movimento real inicia-se, sobretudo, com a irrupção da greve dos tecelões em 1844. Nos artigos contra Ruge publicados na revista *Vorwärts*, Marx já enuncia o caráter revolucionário da luta proletária comunista que viria a ficar internacionalmente difundida somente após o *Manifesto comunista*: “em resumo, os comunistas apoiam em toda parte qualquer movimento revolucionário contra a ordem social e política existente.” (*idem ibidem*). Argumentos similares também são levantados em *Salário, preço e lucro* e *Crítica ao programa de Gotha*. Em todos esses casos, Marx não nega a necessidade real de se aliar com outras frações de classe contra um inimigo comum. Todavia, tem a clareza de que as alianças táticas não devem ser confundidas com os objetivos estratégicos do proletariado: a revolução social.

Segundo Frederico (2009, p. 117), o tema controverso a respeito do Estado nos anos 1970 foi resgatado por István Meszáros¹² a partir dessa obra marxiana crítica a Ruge. Para Frederico (2009), Meszáros tinha como finalidade central rea-

¹² A obra de Meszáros à qual se refere Frederico (2009) é “Il rinnovamento del marxismo e l’attualità storica dell’offensiva socialista”, publicada no periódico *Milano*, n° 23, de 1982.

lizar uma crítica à hipertrofia do Estado e à forma pela qual a transição socialista foi executada na experiência socialista do século XX. Para ele, o modelo soviético não deu nenhum sinal de objetivar o definhamento (fenecimento) do Estado. Ao contrário, segundo o autor, o Estado socialista soviético, no período stalinista, tinha mais elementos em comum com as características de um Estado concebido por Hegel (administração centralizada, estrutura burocrática, busca do bem comum, subsunção da sociedade ao Estado etc.) do que estava alinhado à concepção marxiana da necessidade imperativa de extinção do Estado e das classes sociais (*idem ibidem*). Nas palavras de Frederico (*ibidem*, pp. 117-118), “organizando toda a atividade econômica, o Estado socialista passou a ocupar o lugar pertencente outrora ao capital”. Nesse sentido, o intento da União soviética tratou-se, como dissera Gramsci, de uma “revolução contra *O capital* de Karl Marx” (Gramsci, 1917, p. 1).

Para Marx (2010b), a revolução deve ser protagonizada pelo proletariado sem a mediação política proveniente do Estado moderno, tal como exposto na seguinte passagem “[...] *a alma política de uma revolução consiste na tendência das classes sem influência política de eliminar seu isolamento em relação ao sistema estatal e ao governo [poder]*” (*ibidem*, p. 51), de modo que o Estado é impen-sável, para a classe trabalhadora, “*sem o antagonismo organizado entre a ideia geral [universal] e a existência individual do homem*” (Marx, 2010c, p. 77)¹³.

Por fim, Marx retoma elementos que diferenciam o pensamento revolucionário do reformismo predominante entre os jovens hegelianos, em geral, e Ruge, em particular:

Uma revolução “*social*” com alma política pode ser um contrassenso complexo, caso o “*Prussiano*” entenda por revolução “*social*” uma revolução “*social*” em contraposição a uma revolução política, emprestando, não obstante, à revolução social uma alma política em vez de uma alma social. Ou uma “*revolução social com alma política*” nada mais é que uma paráfrase daquilo que, de resto, foi denominado de “*revolução política*” ou “*revolução pura e simples*”. Toda e qualquer revolução dissolve a antiga sociedade; nesse sentido, ela é social. Toda e qualquer revolução derruba o antigo poder; nesse sentido, ela é política. (Marx, 2010b, p. 51; grifos do autor)

Levando-se em consideração tais argumentos, somado ao fato de que, para Marx, “*sem revolução o socialismo não poderá se concretizar*” (*ibidem*, p. 52), pa-

¹³ Excepcionalmente nesse trecho, utilizamos a tradução da edição produzida pela Editora Expressão Popular, pois observamos que a oração desta edição está mais elucidativa e as categorias exprimem um sentido mais preciso do que a versão da Boitempo até então utilizada.

rece evidente que “*O prussiano*” está mais inclinado ao *contrassenso* do que à paráfrase acima referida por Marx. Em geral, Ruge propõe sistemas de reformas que se aproximam, de modo rudimentar, aos ideais do velho Hegel. Em outras palavras, enquanto Ruge ateu-se à luta política (ou forma política), Marx ressaltava a necessidade da luta social, da luta do proletariado contra a burguesia como forma objetiva de se conquistar a emancipação humana, o comunismo. Para ele, o socialismo “*necessita desse ato político* [a revolução], já que necessita recorrer à destruição e à dissolução. Porém, quando tem início a sua atividade organizadora, [...] *o seu próprio fim*, [...] *sua alma, o socialismo se desfaz do seu invólucro político.*” (*ibidem*, p. 52). De acordo com Frederico (2009, p. 115), Marx rechaça a credulidade de Ruge na “*razão política*” como instância de resolução da miséria social na Alemanha, e destaca que a razão política é “*espiritualista*” e moldada dentro dos limites da emancipação política.

Considerações finais

Dentre as obras precedentes ao *Manifesto comunista* de 1848 nas quais o caráter do Estado é expresso como *órgão gestor dos interesses da burguesia* (Marx & Engels, 2014, p. 42), consideramos as *Glosas críticas* de 1844 como a síntese marxiana mais contundente e bem definida sobre o caráter do Estado na sociedade capitalista. Além de ser uma defesa aberta do socialismo e da necessidade de uma revolução para realizá-lo, as *Glosas* contêm argumentos suficientemente claros e concernentes à síntese produzida no *Manifesto* de 1848.

Para Frederico (2009, p. 125), apesar da evolução no pensamento marxiano e da apresentação de uma *crítica negativa do Estado e da política* em um patamar superior aos manuscritos de 1843 e aos artigos dos *Anais Franco-Alemães*, nas *Glosas críticas* Marx ainda não havia identificado o trabalho como “*protoforma*” da práxis social. Assim, ainda não havia se desprendido, completamente, de uma “*imagem politicista do proletariado*”. Cotrim, ao contrário, advoga que:

Esses textos [de 1843 e 1844] demonstram a radicalidade de ruptura efetivada por Marx em relação a todo o pensamento político anterior, marcado pela determinação ontopositiva da politicidade, que atribui poder resolutivo a essa esfera e entende-a como inerente à existência humano-societária dos homens, “tanto que conduz à indissociabilidade entre política e sociedade, a ponto de tornar quase impossível, até para a simples *imaginação*, um formato social que independa de qualquer forma de poder político”. Em sua nova posição, apreende a determinação ontonegativa da politicidade: a política não é inerente ao ser social, nem essencial à existência humana dos homens; não nasce das qualidades, mas das dificuldades, constrangimentos ou

males sociais, e sua necessidade é historicamente delimitada pelo período, ainda que longo, da *pré-história* da humanidade. (Cotrim, 2010, p. 21, grifos da autora).

Embora Marx ainda não tivesse explicitado o trabalho como elemento fundante da produção social da vida material, isto é, seu caráter ontológico, para ele, já é evidente que as mazelas produzidas pelo modo de produção capitalista não são problemas oriundos da má condução política ou do Estado. A gênese da questão social advém das próprias relações sociais de produção como desdobramento dialético do desenvolvimento capitalista. Para Frederico (2009, p. 125): “*a necessidade de superar essas deficiências levou-o a debruçar-se sobre a economia política imediatamente após a polêmica com Ruge*”.

O caminho evolutivo das categorias utilizadas por Marx foi o seguinte:

A democracia (verdadeira), como momento da desalienação, quando a sociedade “civil” enfim se liberta da tutela do Estado tornando-se sujeito: o *Grande Demos (Manuscritos de Kreuznach)*; a emancipação humana, que superando os limites da emancipação política, permite a absorção do cidadão abstrato no homem concreto e põe fim à oposição entre o cidadão (projeção fantástica da vida genérica) e o indivíduo real (*A questão judaica*); a revolução social, fruto da aproximação entre a “cabeça” e o “coração”, a filosofia revolucionária e a sua base material, isto é, o proletariado, classe capaz de realizar a revolução democrático-burguesa e, em seguida, completar o processo emancipatório (*Crítica da filosofia do Direito de Hegel – Introdução*); ou, por último, o socialismo, a ser construído pela ação revolucionária do proletariado (*Notas críticas sobre o artigo: o Rei da Prússia e a reforma social, De um Prussiano*). (*ibidem*, p. 123).

Nessa etapa, Marx caminha rumo à superação da cisão entre Estado e sociedade burguesa, de modo que passa a compreender o Estado “como uma das estruturas responsáveis pela dominação e pelo estranhamento do indivíduo na sociedade capitalista”, isto é, como parte da dominação capitalista sobre a força de trabalho.

O fato de Marx propor a superação do Estado de forma indissociável da superação da própria sociedade civil burguesa deriva, portanto, de duas posições: da ontonegatividade da política e da percepção de que o Estado burguês é parte constituinte das relações sociais nas quais se funda a sociedade civil burguesa. Se ao Estado coubesse outro papel que não o de sustentar juridicamente e politicamente as relações do

“homem egoísta da sociedade civil”, como diz o autor em *A questão judaica*, não seria imprescindível destruir o Estado para atingir os objetivos últimos da revolução social, como consta no texto ao “prusiano”. (Lima, 2010, p. 84)

Ademais, Löwy diz que a diferença do sentido da revolução e do papel do proletariado nos *Anais franco-alemães* e depois do início dos estudos de Marx sobre a economia política (que aparece sintetizada somente na publicação posterior ao da revista *Vorwärts*, isto é, nos *Manuscritos econômico-filosóficos*) é a mesma que o separa da visão da crítica filosófica que se *apodera das massas* (“*a própria teoria se transforma em força material, desde que penetre nas massas*”) para a noção de que “*as massas que, por sua atividade revolucionária, tomam consciência, em si e para si, tornam-se comunistas.*” (Löwy, 2012, pp. 94-95). Nesse sentido, depreende-se destes argumentos que, apesar da teoria social revolucionária de Marx nesta obra não ser mais associada com “*uma cabeça à procura do seu corpo*”; de ter superado a noção de filosofia como cabeça do movimento e do proletariado como mera atividade material passiva da filosofia revolucionária (Frederico, 2009, p. 124; Löwy, 2012, p. 13), a teoria marxiana das *Glosas críticas* ainda carece de uma base crítica da economia política capaz de interligar a revolução aos elementos materiais e econômicos que o fundamentam.

Referências bibliográficas

- COTRIM, L. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: EDUC (PUC-SP), 2010.
- FREDERICO, C. *O jovem Marx. 1843 – 1844: as origens da ontologia do ser social*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- GRAMSCI, A. “A revolução contra *O capital*”, *Avanti*, edição milanesa, 1917. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/gramsci/1917/04/24.htm>>
- IAMAMOTO, M. V. *Trabalho e indivíduo social*. São Paulo: Editora Cortez, 2012.
- LÊNIN, V. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.
- LIMA, R. A. *Estado e capitalismo: A teoria do Poder Global e a perspectiva marxiana*. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010.
- LÖWY, M. Prefácio. In: MARX, K. e ENGELS. *Lutas de classes na Alemanha*. São Paulo: Editora Boitempo, 2010.
- _____. *A teoria da revolução no jovem Marx*. São Paulo: Editora Boitempo, 2012.
- LUXEMBURGO, R. *Reforma ou revolução?* São Paulo: Editora Expressão Popular, 2001.
- MARX, K. & ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Editora Boitempo, 2007.
- _____. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Editora Boitempo, 2014.

- MARX, K. “Salário, preço e lucro.” In: MARX, K. *Os economistas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Editora Boitempo, 2005.
- _____. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- _____. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Editora Boitempo, 2010a.
- _____. “Glosas críticas ao Artigo ‘O rei da Prússia e a reforma social, De um Pussiano’”. In: MARX, K. & ENGELS. *Lutas de classes na Alemanha*. São Paulo: Editora Boitempo, 2010b.
- _____. *Glosas críticas marginais ao Artigo “O rei da Prússia e a reforma social, De um Pussiano”*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010c.
- _____. *Crítica ao Programa de Gotha*. São Paulo: Editora Boitempo, 2012.
- _____. *O Capital*. Livro I. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.
- _____. *Cadernos de Paris e manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2015.
- PRZEWORSKI, A. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Editora Companhia das letras, 1989.
- SANTOS, C. *Reforma/Revolução – Pólos de Tensão na Constituição do Movimento Socialista*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC/SP, 1998.
- TOMASI DI LAMPEDUSA, G. *O leopardo*. Editora Bertrand, 2014. (versão digital). Disponível em: <<http://lelivros.pro/book/baixar-livro-o-leopardo-tomasi-di-lampedusa-em-pdf-epub-e-mobi-ou-ler-online/>>.
- TROTTA, W. “A liberdade como império da lei: um estudo a partir da Filosofia do direito de Hegel.”, *Revista Achegas.net*, Rio de Janeiro, v. 09, 2003.

Recebido em 15 de dezembro de 2017

Aprovado em 02 de fevereiro de 2018

Teoria da renda fundiária a partir de Marx e a controvérsia sobre a renda absoluta

Marx's theory of land rent and the controversy on absolute rent

Patrick Galba de Paula*

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a teoria da renda fundiária conforme formulada por Marx na seção VI do livro III de *O Capital* para, a partir das principais relações causais e tendências ali apontadas, avaliar, de forma crítica, a literatura sobre o assunto, em especial a controvérsia sobre a teoria da renda absoluta e a tentativa, efetivada pelos críticos de Marx, de substituí-la por uma generalização da noção de renda de monopólio. Após a apresentação da teoria da renda de Marx e a apreciação crítica desta literatura sobre o tema, é apresentada uma interpretação alternativa sobre a noção de valor de mercado que permite superar as dificuldades apontadas pelos críticos de Marx em sua teoria da renda absoluta, e é realizada uma demonstração da validade de alguns de seus principais fundamentos, bem como de suas implicações.

Palavras-chave: Marx; teoria da renda; renda fundiária absoluta; valor de mercado; preço de produção de mercado.

Abstract

This paper aims to analyze the theory of land rent as formulated by Marx in section VI of Das Kapital, book III, in order to evaluate critically the literature on the subject, especially the controversy over the theory of absolute rent and the attempt, made by Marx's critics, to replace it with a generalization of the notion of monopoly rent. After presenting Marx's theory of rent and the critical appraisal of this literature on the subject, an alternative interpretation on the notion of market value is presented, allowing to overcome the difficulties pointed out by Marx's critics in his theory of absolute rent. That is followed by a demonstration of the validity of some of its main claims, as well as some of its main implications.

Keywords: Marx; rent theory; absolute rent; market value; market production prices.

* Doutorando em economia no PPGE-UFF. Mestre em políticas públicas e desenvolvimento (IE-UFRJ).

1. Introdução

A teoria da renda de Marx, em especial sua teoria da renda absoluta, tem sido tema de uma extensa controvérsia desde que foi formulada no final do século XIX. Em especial, os críticos de Marx têm sido extremamente céticos com suas principais implicações, entre elas a de que os preços das mercadorias agrícolas não monopolizadas não podem ultrapassar o seu valor e a de que a composição do capital na agricultura não pode ultrapassar a composição do capital social médio. As visões críticas a esta teoria avolumaram-se a ponto de que é possível perceber, entre diversos autores que possuem inspiração na obra de Marx, o surgimento de uma teoria completamente distinta sobre a renda, na qual se busca generalizar a noção de renda de monopólio¹.

Este trabalho tem como finalidade apresentar uma interpretação alternativa da noção de valor de mercado que permitiria superar as supostas inconsistências apontadas pelos críticos de Marx em sua teoria da renda absoluta. A partir desta interpretação, é feita uma demonstração da validade de diversos fundamentos e implicações da teoria da renda, inclusive os mais polêmicos, como a questão da composição do capital agrário.

Na seção que segue esta introdução, é feita uma apresentação da teoria da renda, precedida de uma explicação telegráfica sobre a teoria do valor de Marx. O leitor mais familiarizado com o assunto poderá considerá-la enfadonha, mas ela será fundamental para referenciar as explicações sobre valor de mercado mais adiante. Na terceira seção, será feita uma exposição da literatura crítica da teoria da renda de Marx, com destaque para a controvérsia em torno da teoria da renda absoluta. Na quarta – e última – seção, realiza-se uma apresentação da interpretação do valor de mercado a partir de uma leitura alternativa do capítulo X do livro III de *O Capital*, a partir da qual se busca fundamentar uma demonstração da validade das principais formulações e implicações teóricas da teoria da renda absoluta. A esta, seguem-se considerações finais e referências utilizadas no trabalho.

2. Teoria do valor de Marx e teoria da renda

A renda fundiária é uma forma de apropriação do mais-valor produzido socialmente relacionada à propriedade privada da terra, quando esta é utilizada na produção capitalista. O último aspecto aqui é o mais relevante: trata-se de

¹ O leitor mais familiarizado com a obra de Marx deve saber que, para este autor, a noção de monopólio nada tem a ver com uma “negação” da concorrência, mas que, ao contrário, trata-se de uma forma de concorrência e sua expressão mais acabada. Este aspecto geral do problema, entretanto, não poderá ser tratado aqui. Ao longo deste trabalho, buscar-se-á apenas compreender quais os aspectos do termo “monopólio” podem ser corretamente identificados nas circunstâncias de produção onde ocorre a possibilidade de existência de uma renda da terra, e quais sentidos constituem uma generalização indevida.

uma teorização específica sobre o capitalismo, sobre a utilização capitalista da terra com adiantamento de capital e trabalho assalariado, e com a busca, pelo produtor capitalista, de uma determinada lucratividade que, se não for atingida, leva-lo-á a optar por outro tipo de atividade. Não é, portanto, uma teoria sobre a produção agrária em geral, sobre a produção camponesa ou de pequenos produtores rurais, nem uma teoria sobre os monopólios. Marx inicia a seção sobre renda fundiária de *O Capital* avisando ao leitor que, ali, sua suposição básica é a de que toda a agricultura é capitalista, e outras formas, quando abordadas, são mencionadas apenas como forma de fazer o contraste (como costuma ocorrer com as abstrações de Marx). Neste sentido, a teoria da renda fundiária é hoje ainda mais atual do que o era na época em que foi formulada². Sendo a teoria da renda uma análise desta categoria especificamente capitalista, qualquer exposição da teoria da renda de Marx, por mais telegráfica que seja, precisa partir da teoria do valor em seus níveis de abstração mais altos.

2.1. Valor social, preço de produção e a determinação das necessidades sociais pelo movimento da produção

Na teoria do valor-trabalho, em sua versão marxista, o valor de uma mercadoria corresponde ao trabalho despendido pela sociedade para produzi-la. O trabalho é, portanto, a “substância social comum a todas as mercadorias”, e o valor é a “cristalização” dessa substância social que aparece, por exemplo, nas mercadorias.

Na produção capitalista em geral, em um primeiro nível de abstração (mais alto, e considerando a produção do valor-capital apenas), as mercadorias, do ponto de vista quantitativo, valem o equivalente ao tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção (TTSN), aqui considerado apenas como uma média social da produtividade dos diversos trabalhos empregados para produzi-la. Conforme o exemplo abaixo:

Exemplo 1 (tempos de trabalho necessários à produção de “n” mercadorias no setor “x”):

Produtor (1) = 6 horas	} T1 + T2 + T3 = 24 horas
Produtor (2) = 8 horas	
Produtor (3) = 10 horas	

Logo: V_m (valor médio) = TTSN (tempo de trabalho socialmente necessário) = 8 horas

² Referimo-nos aqui, em especial, à agricultura, mas a mesma teorização também pode se aplicar, com as devidas modificações, a outros elementos necessários à produção de determinadas mercadorias, mas que não podem ser reproduzidos pelo trabalho, como terras utilizadas na mineração, na construção de prédios etc., conforme apontado pelo próprio Marx (1983, III-2, cap. 46).

Este valor médio é chamado de “valor social”, e é, neste nível de abstração, o regulador da produção. O resultado das diferenças de produtividade é uma espécie de “transferência de valor” (no caso, intrasetorial, entre os produtores do mesmo tipo de mercadoria), e a vantagem obtida pelo produtor que emprega trabalho mais produtivo é chamada de *mais-valia extraordinária*. O termo “transferência”, aqui, refere-se ao fato de que alguns produtores recebem mais trabalho do que despenderam, enquanto que com outros ocorre o oposto. Obviamente, não se trata de uma verdadeira “transferência”, mas apenas de uma circunstância de não conformidade entre produção e apropriação, característica de qualquer economia mercantil e capitalista. Entretanto, a produção capitalista não pode ocorrer desta forma.

A produção capitalista objetiva sempre a obtenção de um *mais-valor*, ou seja, de um valor “novo”, que excede aquilo que existia antes do processo de produção (ou do ciclo) ter iniciado. A origem do mais-valor está na diferença entre o que é gasto pelo capitalista em salários (o valor da força de trabalho) e aquilo que a utilização pelo capitalista da força de trabalho permite obter através do processo de produção (o valor-de-uso da força de trabalho, que é permitir a valorização do valor). Assim³: $C = c + v + m$.

O capital, enquanto relação social que tem como finalidade a valorização do valor, apresenta, por sua natureza, uma tendência à expansão. A não ser que deixe de ser capitalista, o detentor de capital precisa necessariamente, ao final de todo ciclo, reinvestir uma parte do que obteve que seja suficientemente grande para uma nova rodada de valorização.

Além disso, todo capitalista que produz mercadorias empregando trabalho mais produtivo do que a média obtém uma mais-valia extraordinária. Logo, os capitalistas buscam aumentar a produtividade do trabalho por eles empregado. Mas, uma vez que um capitalista o tenha feito, aqueles que ficam para trás do ponto de vista da produtividade (abaixo da média social) passam a se apropriar de menos mais-valor do que a média, para capitais de mesma magnitude (ou por unidade de capital). O aumento de produtividade vai significar uma redução do valor social (do tempo médio gasto para produzir uma unidade do produto, o TTSN), e também, em geral, um aumento de oferta, ou seja, ao empregar trabalho mais produtivo, um determinado capital produzirá mais mercadorias no mesmo tempo. O aumento de oferta (em conjunto com uma redução do custo unitário em termos de tempo trabalho vivo por mercadoria) em geral estará relacionado a uma redução nos preços, à exceção dos casos em que a demanda cresça a taxas maiores do que a produtividade, de modo que o movimento dos preços tende,

³ Onde C = capital (valor-capital total); c = capital constante (meios de produção, máquinas, ferramentas, matérias-primas e materiais auxiliares); v = capital variável (gastos dos capitalistas com salários); e m = mais-valor.

aqui, a seguir o movimento do valor (embora não necessariamente de forma idêntica). A redução dos preços (decorrente da redução do valor social) em geral vai expressar um aumento da demanda (ou seja, ela não será proporcional à redução do valor, já que, a preços mais baixos, os consumidores tenderão a comprar mais). Mas, ainda que inferior à redução do valor social, a redução de preços força os outros capitalistas do setor a aumentarem também a produtividade do trabalho empregado por eles caso queiram buscar obter, ao menos, a lucratividade média.

Disto é possível perceber uma *tendência de aumento da produtividade do trabalho*. Uma outra forma de entender esta tendência é que ela tende a se expressar num aumento da composição do capital⁴, já que se torna cada vez maior o valor das matérias-primas e das máquinas (ou seja, do capital constante) posto em movimento por cada unidade de trabalho vivo.

Cada setor da produção capitalista de mercadorias tem características específicas no que diz respeito à composição do capital. Esta diferenciação entre os setores deriva de suas distintas evoluções técnicas e da quantidade de capitais direcionados para a produção de cada tipo de mercadoria, e depende também das relações sociais de produção (evolução específica dos conflitos em torno ao salário e à jornada de trabalho dentro do setor, p. ex.). O que diferencia uma componente do capital da outra é que apenas a segunda, o capital variável, permite e está relacionada de forma direta com a valorização do capital durante o processo de produção (ela representa a utilização de trabalho vivo), enquanto o capital constante tem apenas (na melhor das hipóteses) o seu valor transferido aos produtos pelo trabalho vivo.

Considerada uma dada taxa de mais-valia ($m' =$ relação entre o mais-valor produzido e o capital variável $= m/v = 100\%$ nos exemplos), diferentes composições do capital resultariam necessariamente em diferentes taxas de lucro. O capital, ao contrário de formas de produção anteriores, tem a característica da mobilidade, ou seja, para um capitalista, um lucro de 40% é um lucro de 40%, tanto faz se este é obtido produzindo aviões ou carne. Uma vez tendo considerado a mobilidade do capital, percebemos que a ideia de que distintos capitais de mesma magnitude (valor ou tamanho total), mas distinta composição (distinta razão c/v), obterem lucros diferentes *como regra* é absurda⁵. O resultado da mobilidade intersetorial de capitais é a formação tendencial de uma taxa geral de lucros, uma taxa média.

⁴ A composição do capital é a relação entre capital constante e capital variável. Pode ser representada por c/v ou por $(c + v)/v$.

⁵ A suposição de mobilidade do capital é bastante realista se levarmos em conta o papel do crédito e, além disso, o fato de que a mobilidade não precisa significar necessariamente a retirada de capitais de determinadas atividades, mas apenas a redução dos novos investimentos e sua transferência para setores mais lucrativos.

A tendência de formação da taxa geral de lucros está relacionada com o segundo nível de abstração da teoria do valor. Como os capitais de mesma magnitude tendem a buscar obter uma mesma taxa de lucro⁶, as mercadorias não podem mais, salvo exceções, “valer” o que levam em média para serem produzidas, mas agora “valem” o seu preço de produção (PP), que equivale ao seu preço de custo ($c + v$) somado à taxa geral de lucros (taxa média = l') sobre o capital global adiantado (aqui se considera, para simplificar, que todo o capital constante é consumido). Assim: $PP = c + v + l'(c + v)$.

Exemplo 2 (2º nível de abstração, três setores e formação da taxa geral de lucros)

	$c + v$	$m'(m/v)$	M	Valor ($c + v + m$)	l^*	$PP = c + v + l'(c + v)$	$PP - \text{Valor}$
Setor “x”	$70c + 30v = 100$	100%	30	130	30%	140	+10
Setor “y”	$60c + 40v = 100$	100%	40	140	40%	140	0
Setor “z”	$50c + 50v = 100$	100%	50	150	50%	140	-10

* Logo, $l' = 40\%$ (média entre l_x , l_y e l_z)

Aqui surge um segundo tipo de “transferência de valor”, diferente do visto anteriormente. Enquanto o tipo anterior, intrasetorial, era relacionado aos diferenciais de produtividade, agora, do ponto de vista intersetorial, ocorre uma “transferência” relacionada à divergência entre a composição do capital em questão e a composição do capital social médio (aquele cuja composição corresponde àquela do capital social total – no exemplo o setor “y”). Mais uma vez, note-se que não se trata de uma verdadeira transferência, mas apenas de uma não conformidade entre produção e apropriação do mais-valor, agora relacionada à mobilidade intersetorial do capital e a seus efeitos do ponto de vista da composição do capital em cada um dos setores.

De qualquer forma, algumas conclusões devem ser apontadas do que foi visto acima:

- a. No capitalismo, as mercadorias não podem ser trocadas pelo valor (salvo em situações excepcionais), pois isso significaria que capitais de mesma magnitude obteriam, *como regra*, lucratividades distintas. Alguma divergência de lucratividades obviamente ocorre (ou seja, existem capitais que lucram mais, e outros que lucram menos), mas o que é apontado aqui é apenas que existe uma tendência de que os capitais movam-se de setores

⁶ A taxa de lucro, do ponto de vista da totalidade (ou excluindo a possibilidade de “transferência de valor”), é a relação entre o mais-valor e o capital total adiantado. Pode ser expressa da seguinte forma: $l' = m/c + v$.

menos lucrativos para os mais lucrativos (ou que os setores mais lucrativos recebam mais investimentos, o que dá no mesmo). Logo, pelo visto até aqui, as mercadorias precisam ser trocadas pelo preço de produção. O valor segue importante como base do preço de produção, mas é a lucratividade (taxa de lucros) o que passa a ser o fator determinante do investimento (como uma “nova” mediação entre produção e necessidade social), e não apenas a relação custo-preço expressa de forma direta pela produtividade do trabalho média.

b. O mais-valor total produzido é igual ao mais-valor total que virá a ser apropriado, nas diversas formas em que isso pode ocorrer. Entretanto, o mais-valor produzido em um setor pode ser apropriado em outro (transferência intersetorial de valor).

c. A produção capitalista só pode ocorrer em setores de alta composição (c/v maior do que a média), se for possível, via o mecanismo que chamamos aqui de “transferência de valor” intersetorial, que os capitais que operam nestes setores sejam capazes de se apropriar de uma parcela do valor gerado em setores de composição abaixo da média. Isso porque a quantidade de “trabalho vivo” despendida nesses setores é insuficiente para, a qualquer taxa de mais-valia dada, gerar o mais-valor suficiente para que estes capitais obtenham a taxa média de lucro.

d. Pelo visto até aqui, também se pode perceber que a forma capitalista através da qual a produção, logo a distribuição do trabalho social, vai se adequando às necessidades sociais (“solventes”) é complexa. Aquilo que se costuma chamar de “anarquia” do mercado, ou seja, o fato de que na sociedade capitalista não existe, *a priori*, nenhuma regulação consciente da produção, corresponde, na verdade, a uma sobreposição da constituição tendencial de diversos nivelamentos sociais (de produtividade do trabalho, do ponto de vista intrasetorial, e de lucratividade, do ponto de vista intersetorial), ou nos termos de Marx, que o valor “impõe-se apenas como uma média que atua de forma cega”⁷. Esta relação complexa através da qual o valor das mercadorias será a base sobre a qual, tendencialmente e de forma modificada, as necessidades sociais vão expressar a distribuição social do trabalho (e do capital) e, assim, a produção, é chamada de “*lei do valor*”.

Vimos acima como funcionaria a “lei do valor” em dois níveis de abstração distintos, correspondentes às categorias valor e preço de produção. A maior parte das leituras da crítica marxista da economia política chega até este ponto, de

⁷ Na carta a Ludwig Kugelmann de 11 de julho de 1868. A análise da forma capitalista da relação de determinação mútua em questão (necessidades sociais *versus* distribuição social do trabalho) e suas relações causais será aprofundada em seguida.

modo que, a maior parte das discussões, que são muitas e de grande intensidade, restringe-se aos níveis de abstração apresentados até aqui.

Em geral, os autores marxistas consideram que o preço de produção é base dos preços de mercado (*PM*), que são os preços pelos quais as mercadorias são efetivamente trocadas. Isto ocorreria da seguinte forma: as diferenças entre os preços de produção e os preços de mercado devem-se às oscilações da relação oferta-demanda, estas sempre conjunturais e temporárias. Assim, quando o movimento do capital (de expansão com crescimento da produtividade) leva a um excesso de oferta de determinada mercadoria (uma produção superior à necessidade social, mesmo a preços mais baixos), seu preço de mercado cai e, em algum momento, cai também a taxa de lucros para um patamar abaixo da taxa média. Neste momento haverá uma movimentação de capitais para outros setores (seja uma retirada, seja um crescimento menor dos investimentos etc.) até que a taxa de lucros do setor reaproxime-se da média, que corresponde ao patamar dos preços de produção.

Este tipo de leitura acima é uma simplificação muito acentuada da teorização de Marx em *O Capital*. Não se pode negar que ela tem um mérito do ponto de vista didático e de difusão da teoria do capital de Marx. Mas ela tem limitações muito importantes.

Para o que é de interesse neste trabalho, a principal limitação desta leitura é que ela contém uma implicação fundamental, do ponto de vista da compreensão do funcionamento da sociedade capitalista: a de que existe uma relação de determinação rígida no sentido produção → circulação / distribuição / apropriação, ou, em outras palavras, que o movimento tendencial do capital, de expansão com crescimento da produtividade, determina as necessidades sociais (incluindo aí a relação “oferta-demanda”). Esta implicação está correta em um alto nível de abstração. Mas quando descemos o nível de abstração e consideramos a existência de certas especificidades do modo de produção capitalista, como, por exemplo, a de fatores de produção que não são reprodutíveis pelo trabalho (e não tem “valor” no sentido estrito da palavra, nem tem seus preços determinados pelo movimento da produtividade, já que não são produzidos), mas que, mesmo assim, são apropriados de forma privada, então esta relação de determinação adquire formas mais concretas, que podem até mesmo contradizer alguns aspectos vistos nos níveis mais abstratos. Este é exatamente o caso tratado pela teoria da renda fundiária.

2.2. Renda fundiária: preços de produção reguladores e modalidades

A renda fundiária é um pagamento realizado pelo capitalista-arrendatário, “paga ao proprietário da terra, ao proprietário do solo explorado por ele, em prazos determinados, [...] pela permissão de aplicar seu capital nesse campo específico de produção” (Marx, 1983, III-2, p. 125). Assim, como forma aparente,

ela pressupõe que capitalista e proprietário de terra sejam pessoas distintas, mas esta distinção não é relevante do ponto de vista de sua existência e origem, apenas de sua apropriação⁸.

Existem, basicamente, dois tipos de renda fundiária: a renda relacionada aos diferenciais de produtividade (renda diferencial), que se divide em renda diferencial tipo I (cujos diferenciais de produtividade derivam da fertilidade da terra ou de sua distância dos mercados consumidores), a renda diferencial de tipo II (cujos diferenciais de produtividade relacionam-se à distinta intensidade de investimentos de capital); e o segundo tipo, a renda fundiária absoluta, que é uma renda recebida pelos proprietários da terra independentemente da produtividade do trabalho empregado pelo capitalista-arrendatário.

Muitos autores incluem uma terceira forma de renda entre as formas de renda fundiária, chamada de renda de monopólio (ou renda monopolista). Esta se relaciona à venda de determinadas mercadorias a preços acima do valor quando, de alguma forma, os capitalistas que a produzem conseguem ofertá-las abaixo da demanda (por tratar-se de um monopólio ou cartel etc.), forçando uma alta “artificial” nos preços. Entretanto, é um equívoco incluir a renda de monopólio entre as formas de renda fundiária, uma vez que sua natureza é completamente distinta do ponto de vista teórico. É, na realidade, sua antítese.

Além do pressuposto de que toda a produção é capitalista, a teoria da renda tem outra suposição básica: a de que os produtos são vendidos a um preço de produção regulador (que pode ser chamado de *preço de produção de mercado – PPM*). Viu-se que o preço de produção é o preço de custo médio ($c + v$) mais a taxa geral de lucro. O *PPM*, o preço regulador dos setores geradores de renda, é obtido da mesma forma, mas não a partir do custo médio, e, sim, do *preço de custo do capital que produz nas piores condições do setor*.

O pressuposto de que as mercadorias são vendidas pelo *PPM* implica o seguinte: não existe, no nível da abstração da teoria da renda fundiária, a possibilidade de uma “renda de monopólio”, no sentido usualmente atribuído ao termo

⁸ “Nada se alteraria na questão se o próprio capitalista se apropriasse da queda-d’água. Ele continuaria a receber o sobrelucro de 10 libras esterlinas, não como capitalista, mas como proprietário da queda-d’água, e exatamente porque esse excedente não se origina de seu capital enquanto tal, mas da circunstância de dispor de uma força natural separável de seu capital, monopolizável, limitada em seu volume, é que se transforma em renda fundiária” (Marx, 1983, III-2, p. 145). Mas a suposição de que proprietário de terras e capitalista sejam pessoas distintas tem outras consequências importantes – por exemplo, em relação à questão dos aumentos de produtividade na produção agrária –, e a generalização desta identificação (nacionalização da terra, p. ex.) também determinaria o fim da renda absoluta. Entretanto, além de útil do ponto de vista analítico, esta suposição tem uma base empírica. O próprio Marx ressalta que a identificação proprietário-capitalista tende a ser excepcional, em parte devido à necessidade de que coincidam em uma só pessoa a propriedade da terra e do capital necessário para a produção (que é relativizada pelo crédito), em parte devido às alterações da demanda que levam a alterações no tipo de cultivo a ser realizado em cada terra, e ao fato de que os capitalistas-arrendatários acabam se especializando em cultivos específicos (*ibidem*, p. 221).

pela economia política, ou seja, uma renda relacionada a uma restrição intencional da oferta, que mantenha os preços acima do que ocorreria caso toda a demanda fosse atendida. Nas palavras de Marx:

Ao analisar a renda fundiária queremos partir inicialmente do pressuposto de que produtos que pagam tal renda [...] são vendidos, como todas as outras mercadorias, por seus preços de produção. Ou seja, seus preços de venda são iguais a seus elementos de custo (ao valor do capital constante e do capital variável consumidos) mais um lucro, determinado pela taxa geral de lucro, calculada sobre o capital global adiantado, consumido e não consumido. Supomos, portanto, que os preços médios de venda desses produtos são iguais a seus preços de produção. Pergunta-se então como, nessa hipótese, pode desenvolver-se uma renda fundiária, ou seja, como parte do lucro pode transformar-se em renda fundiária, e, por isso, parte do preço da mercadoria recair para o proprietário da terra. (*ibidem*, p. 141).

Assim, a questão de Marx é, justamente, como pode existir uma renda da terra na ausência de explicações relacionadas à divergência oferta-demanda, o que exclui a possibilidade de controle de preços via monopólio etc.⁹.

Ao contrário da indústria e da produção capitalista em geral, na agricultura o preço de produção regulador não se baseia preço de custo médio, mas no preço de custo do capital que produz nas piores condições. Isto ocorre pelo seguinte: se a produção é feita por capitalistas, ela tem que ser rentável. Supondo que a demanda pela produção agrícola existe, ela será excedente à oferta para qualquer preço de mercado abaixo do *PPm* da pior terra utilizada de forma capitalista (considerando que esta terra, para ser viável do ponto de vista do capital, precisa permitir, via de regra, a rentabilidade média ao menos) para a produção agrícola, fazendo com que o preço de mercado suba até esse *PPm* dessa pior terra utilizada de forma capitalista. A existência da demanda garante que esse *PPm* será o regulador da produção. Note-se que esta explicação da renda da terra proposta pela teoria marxista da renda pressupõe a concorrência entre diversos capitalistas (ou seja, contradiz a hipótese de existência de um monopólio).

Vejamos o exemplo abaixo, em que se considera quatro tipos distintos de terreno (em termos de fertilidade) produzindo a mesma mercadoria:

⁹ Marx fala por diversos momentos em “monopólio da terra” para referir-se ao fato de que, sob o capitalismo, a terra é propriedade privada e seus donos têm exclusividade sobre sua utilização. Assim, a palavra “monopólio”, aqui, não significa monopólio no sentido econômico, controle de mercado, etc. Este fato é muito relevante e não parece ter sido compreendido pela maior parte dos leitores mais recentes da teoria da renda.

Exemplo 3: Renda diferencial tipo I – produção de batatas

Tipo de solo	Hectares	Custos de produção (R\$ mil)	Produto (sacas)	Renda em sacas	Renda em dinheiro (R\$ mil)*
A	1	20	600	0	0
B	1	20	700	100	4
C	1	20	750	150	6
D	1	20	800	200	8
Total	4	80	2850	350	18

* Supondo o preço da saca a R\$ 40,00.

Nada mudaria se a ordem da produção fosse a inversa, e a produção tivesse início nos piores terrenos para depois chegar aos melhores¹⁰. De qualquer forma, a venda da produção do pior terreno que permanecer produzindo (o terreno A no exemplo 3), supondo tratar-se de uma produção capitalista, precisará ser o suficiente para pagar, ao menos, os salários e o lucro médio. Disso conclui-se que sempre que a produção atender toda a demanda (e o excesso ou insuficiência da demanda deixe de explicar o movimento dos preços), então as condições de produção dos terrenos nos quais se produz nas piores condições serão equivalentes ao preço de produção regulador (*PPm*), e todos os terrenos onde a produção dá-se em melhores condições obterão um sobrelucro equivalente ao seu diferencial de produtividade. Sempre que este sobrelucro relacionar-se com a fertilidade do terreno (ou a distância dos locais de consumo¹¹), então ele poderá vir a ser apropriado pelo proprietário do terreno. Este rendimento é chamado de renda (independente de quem o apropria), ou, especificamente aqui, é uma renda diferencial de tipo I.

Assim: $PPm = (c_p + v_p) + l'(c_p + v_p)$. Onde: c_p é a componente constante do capital utilizado na produção nos terrenos onde ocorrem as piores condições de produção, e v_p é o capital variável relacionado ao mesmo tipo de terreno.

A renda diferencial pode ser apropriada tanto pelos proprietários, quanto pelos capitalistas ou até mesmo parcialmente pelos trabalhadores. Mas assume-se que ela tende a ser apropriada pelos proprietários de terra pelo seguinte: ao fazer o contrato de arrendamento, todo proprietário já tem uma ideia daquilo que sua terra pode produzir com um investimento de capital “normal”, ou seja, aquele que é usualmente feito em terrenos similares. Sabendo disso, é adequado supor que o preço pedido pelo proprietário para arrendar a sua terra seja, ao

¹⁰ Ricardo, em sua teoria da renda diferencial, supõe que, necessariamente, as melhores terras deveriam ser exploradas primeiro e isto o leva a equívocos importantes. Marx faz uma demonstração detalhada da irrelevância deste pressuposto (*ibidem*, pp. 148-160).

¹¹ No exemplo 3, para o diferencial ser a distância e não a fertilidade, bastaria imaginar que o produto final de todos os quatro tipos de terreno é o mesmo, mas a renda é maior onde os custos de transporte são menores (sendo A o mais distante e D o mais próximo dos mercados consumidores). O resultado seria o mesmo do ponto de vista da renda.

menos, equivalente ao sobreproduto que este investimento vai gerar em comparação com o lucro médio. Se ele vai conseguir este preço ou não, só a concorrência entre os capitalistas para utilizar a sua terra vai dizer. Mas atua a favor do proprietário o fato de que o lucro médio corresponde ao nível geral de lucratividade do capital social, de modo que é razoável, para qualquer capitalista, aceitar obtê-lo, assim o proprietário da terra pode fazer uma espécie de “leilão” com os capitalistas que querem produzir em suas terras, até que o “valor” da renda atinja justamente a integralidade desse sobrelucro “apropriável” (= $PPm - PPindividual$).

Entretanto, trata-se, como dito acima, apenas de uma tendência, tão sujeita à luta de classes como o nível salarial, a jornada de trabalho, etc. Mas uma tendência que, assim como a explicação sobre a determinação do preço de produção de mercado, pressupõe a concorrência¹². A apropriação do sobrelucro pelos proprietários (ou, mais precisamente, a propriedade privada da terra que permite essa apropriação) é, na verdade, um dos principais fatores que, para Marx, contribuem para que a evolução da produtividade do trabalho na agricultura seja mais lenta do que na indústria. O capitalista só terá a certeza de se apropriar de sobrelucros referentes ao incremento de seus investimentos no caso de que estes ocorram antes do fim do contrato de arrendamento. Após o final do contrato, todas as melhorias na terra (com maior ou menor indenização ao arrendatário, de acordo com fatores institucionais) reverterem para o proprietário da terra, assim como os sobrelucros a ela associados. Isto restringe os investimentos que serão realizados pelos capitalistas¹³.

¹² Em diversas passagens de *O Capital*, Marx narra diversos momentos deste conflito entre proprietários de terra e capitalistas em torno à apropriação do sobrelucro originário da renda, e nem sempre os proprietários de terra conseguem apropriar-se totalmente dele. Marx cita um aspecto interessante que é o fato de que a renda é paga antecipadamente e os investimentos posteriores de capital podem gerar uma renda adicional que vai ser apropriada não pelo proprietário, mas pelo arrendatário (enquanto durar o contrato de arrendamento, que em geral é por área e não por produção). Marx cita um conflito na Inglaterra em torno às estatísticas rurais: os arrendatários lutam para evitar estatísticas precisas, pois isto exporia, aos proprietários, a renda que eles conseguem apropriar desta forma (*ibidem*, p. 166). Outro aspecto que influencia na questão da apropriação da renda é a duração média dos contratos de arrendamento: contratos mais longos beneficiam os arrendatários, enquanto contratos mais curtos ajudam os proprietários a reajustar o preço do arrendamento, apropriando-se de toda a renda.

¹³ Por isso, o período de duração dos contratos de arrendamento influencia na apropriação do sobrelucro relacionado à renda. Contratos mais longos favorecem os capitalistas-arrendatários (e os aumentos de produtividade), enquanto contratos mais curtos (e mais “amarrados”) favorecem os proprietários de terra. Outra forma através da qual a propriedade privada determina o atraso relativo da agricultura é o próprio fato de que o mais-valor extra, ou mais precisamente o sobrelucro obtido por capitais que operam em condições mais favoráveis do que aqueles que regulam o preço de produção de mercado tende a ser apropriado pelos proprietários de terra, o que ao mesmo tempo impede que os setores agrários participem da formação da taxa geral de lucros, e reduz os movimentos de capitais em direção aos setores mais lucrativos da produção agrária, movimento que poderia gerar aumentos de produtividade.

O segundo tipo de renda diferencial (renda diferencial tipo II) é relacionado à intensidade dos investimentos de capital¹⁴, e é especialmente relevante para países de agricultura mais “antiga”, onde todas as fronteiras agrícolas foram ocupadas, ou para culturas de alta intensidade tecnológica etc. Aqui se considera que, ao invés de utilizar um novo terreno, o aumento da produção dê-se através de um maior investimento de capital em terrenos já arrendados (seja com melhorias na adubação, plantio, arroteamento, sementes, máquinas para a colheita, contratação de mais trabalhadores etc.). Como um maior capital é aplicado no mesmo terreno, caso ele obtenha uma produção maior, esta poderá ampliar a renda em termos absolutos (no total – se exceder os custos e o lucro do capital adicional) e, especialmente, a renda por área (por hectare), mesmo na hipótese de que a renda por unidade de capital seja reduzida.

Exemplo 4 – Renda diferencial de tipo II na produção de batatas*

Solo	Área (Ha)	Capital (R\$ mil)	Lucro (R\$ mil)	Custos + lucro (R\$ mil)	Produto (sacas)	Preço R\$/saca	Rendimento total (R\$ mil)	Renda (sacas/R\$ mil)	Taxa de renda**
A	1	20	4 (40%)	24	600	40	24	0/0	0
B'	1	20	4 (40%)	24	700	40	28	100/4	20%
B''	1	20+20=40	8 (40%)	48	1400	40	56	200/8	20%
B'''	1	20+40=60	12 (40%)	72	2100	40	84	300/12	20%
Total	4	140	32	168	4800	-	192	600/24	20%

* Mantêm-se aqui as grandezas dos exemplos anteriores: $l' = 40\%$, o preço por saca = R\$ 40,00, o crescimento dos investimentos dá-se nos terrenos B e as produtividades por hectare dos terrenos B mantêm-se constantes por unidade de capital.

** A taxa de renda, segundo Marx (*ibidem*, p. 158), pode ser obtida dividindo a renda pelo capital total investido. No exemplo, ela se mantém constante. Observe-se, entretanto, que a renda por área (por hectare) é crescente: R\$ 4 mil em B', 8 mil em B'' e 12 mil em B'''.

No exemplo 4 acima é possível observar algumas características gerais da renda diferencial de tipo II: com o aumento do investimento por hectare (supondo produtividade constante do capital), em geral aumenta a renda por hectare. A renda diferencial de tipo II tem uma multiplicidade de possibilidades: pode ocorrer com produtividade constante (como a suposição do exemplo 4), com

¹⁴ O termo “intensidade de investimentos” aqui se refere apenas ao diferente *quantum* de capital que pode ser investido na produção agrária numa determinada área.

produtividade decrescente ou com produtividade crescente¹⁵. Além disso, o aumento do produto total pode influenciar o preço de mercado, de maneira que o preço de produção regulador pode cair, subir, ou permanecer constante (dependendo do comportamento da demanda). Por fim, pode ocorrer que, com aumento de preços de produção reguladores, um novo tipo de solo inferior passe a ser cultivado (um solo pior que A do exemplo), ou então, com a queda do preço de produção regulador, o solo pior seja abandonado (o solo A do exemplo deixe de ser cultivado). No total, Marx (e Engels, já que uma parte de *O Capital* aqui foi escrita por ele) analisa cerca de 14 casos distintos (*ibidem*, pp. 173-210). Na ampla maioria dos casos, a expansão da produção resulta em aumento da renda por área (renda por hectare) e da renda total. Apenas nos casos em que o pior solo (A) é abandonado ou devido a uma queda de preços, ou devido a um crescimento muito grande da oferta dos outros tipos de solo, a renda total pode permanecer constante ou cair, mesmo sem a queda de preços. Em todos os casos, a renda média por hectare (por área) sobe, enquanto a renda por unidade de capital cai sempre que o crescimento dos investimentos tiver produtividade decrescente. A análise exaustiva feita por Marx prova que a renda fundiária tende a crescer com a expansão da produção na sociedade capitalista: quanto mais desenvolvido o capitalismo, maior a renda fundiária¹⁶. A expansão da produção para novas terras

¹⁵ Recentemente, Caligaris (2014) apresentou uma leitura segundo a qual existiriam duas interpretações sobre a renda diferencial de tipo II: uma “clássica”, que, segundo o autor, dependeria de uma suposição de produtividade decrescente dos investimentos (que Caligaris atribui, entre outros autores, a Kautsky), e outra mais moderna, que seria independente deste tipo de suposição. Entretanto, embora seja verdade que, em algum momento, a produtividade de novos investimentos de capital tenha que cair, isto não é necessariamente verdade para qualquer capital em qualquer momento específico, e a renda diferencial de tipo II não depende de forma nenhuma disso (como o mostra Marx: um dos exemplos básicos utilizados por ele para explicar a renda diferencial II supõe produtividade constante dos investimentos, assim como esta exposição – ver Marx, 1983, III-2, p. 174). Além disso, a própria leitura de que existiria uma interpretação “clássica” que supõe a necessidade de produtividade decrescente dos investimentos (à qual Caligaris parece dar razão) não nos parece correta. Kautsky, por exemplo, na meia página em que se refere a este tipo de renda em sua obra, embora de fato suponha produtividade decrescente, deixa claro que isto é apenas uma simplificação (Kautsky, 1972, p. 106). A suposição de produtividade decrescente é comum especialmente na teoria neoclássica, pois este tipo de suposição é necessário para fundamentar as noções de equilíbrio setorial (e geral), mas não parece fazer sentido para a teoria marxista sobre o capital.

¹⁶ “[...] quanto mais capital é investido no solo, quanto maior for o desenvolvimento da agricultura e da civilização em geral num país, tanto mais se elevam as rendas por acre, assim como a soma global das rendas, tanto mais gigantesco se torna o tributo que a sociedade paga, na forma de sobrelucros, aos grandes proprietários rurais – isso enquanto todos os tipos de solo que tenham sido incorporados ao cultivo continuem em condições de competir. Essa lei explica a maravilhosa vitalidade da classe dos grandes proprietários de terras. Nenhuma classe social vive tão prodigamente, nenhuma pretende ter, como esta, direito a um tradicional luxo adequado à sua posição social, não importa de onde venha o dinheiro para isso, nenhuma acumula tão despreocupadamente dívidas e mais dívidas. E, mesmo assim, ela sempre de novo fica de pé – graças ao capital de outras pessoas investido no solo e que lhe dá rendas totalmente desproporcionais aos lucros que o capitalista extrai dele” (Marx, 1983, III-2, p. 202).

tende a reduzir a renda diferencial II, enquanto o aumento e a concentração dos investimentos tendem a aumentá-la (*ibidem*, p. 202)¹⁷.

Quanto maior a heterogeneidade da produtividade da terra cultivada total, maior a renda diferencial. Quanto mais homogênea a produtividade, menor a renda. O crescimento dos investimentos de capital por área podem seguir ocorrendo mesmo quando um investimento adicional dá um sobrelucro (renda) decrescente e mesmo quando o investimento adicional não gera sobrelucro algum, já que, neste caso, a renda por hectare mantém-se a mesma que ocorreria caso não houvesse o investimento adicional, mas o capital adicional dará a taxa de lucro média (*ibidem*, p. 204).

Na verdade, o investimento pode até mesmo continuar crescendo quando dá uma renda negativa (quando o sobrelucro não existe, e o que é obtido não cobre nem os custos mais o lucro médio), pois o limite aqui é que o produto do investimento total gere um sobrelucro (renda) suficiente para pagar o valor do contrato de arrendamento, garantida a taxa de lucro média por unidade de capital¹⁸.

Independente da forma, a renda diferencial tem as seguintes características:

1. Ela é diferencial. Suas condições de custos “não entram de modo determinante no preço geral de produção da mercadoria, mas o pressupõem” (*ibidem*, p. 145). Significa que as condições de custos relacionadas aos setores geradores de renda não vão ser relevantes para a formação da taxa geral de lucros por um lado, e, por outro, o preço de custo do produtor capitalista cujos investimentos geram o sobrelucro que será apropriado como renda diferencial não contribui para a formação do preço de produção regulador do tipo de mercadoria em questão.
2. Ela depende de condições naturais (ou sociais, no caso da RDII) que permitam uma produtividade do trabalho superior àquelas que regulam o preço de produção do setor. Se as condições em questão se generalizam, ela deixará de existir. Em outras palavras: ela depende da heterogeneidade das condições de produção, do tipo de expansão da produção agrária, da disponibilidade de terras e de capital.

¹⁷ Por aqui já se pode perceber que existe uma “dialética” entre os dois tipos de renda diferencial: uma limita a expansão da outra. Sobre isso ver Marx (*ibidem*, pp. 209-210).

¹⁸ Esta consideração, em nossa opinião, resolveria a polêmica estabelecida entre Fine (1986) e Ball (1986) sobre os limites da renda diferencial II. Marx deixa claro, em diversos momentos, que a separação do investimento relacionado à renda diferencial de tipo II em diversas “rodadas” é apenas um artifício analítico, que não representa de forma adequada a realidade da produção capitalista. Na verdade, os capitalistas fazem apenas um investimento total, que gera uma determinada taxa de lucro e um sobrelucro que poderá ser apropriado como renda, sendo impossível determinar qual parte do investimento obteve renda maior, qual obteve renda menor e qual não obteve renda (*ibidem*, pp. 175-177; 203-204 e 208-209).

3. A questão é social, está relacionada com a expansão do sistema (demanda), a complexificação da divisão social do trabalho através das trocas, que é possibilitada pelo crescimento das forças produtivas, e a existência de uma força produtiva inferior à operada pelos capitais obtém sobrelucro ou renda diferencial, mas, ainda assim, de produção capitalista viável. “a força natural não é a fonte do sobrelucro, mas apenas base natural dele, pois é a base natural da força produtiva do trabalho excepcionalmente mais elevada” (*ibidem*, p. 145).

4. A propriedade privada da terra não gera a renda diferencial, já que ela existiria mesmo que não houvesse propriedade privada da terra (mas seria apropriada pelo capitalista). A propriedade privada apenas permite que o proprietário da terra aproprie-se da renda diferencial (e não o produtor capitalista) (*ibidem*, p. 224). Além disso, por determinar que mesmo a pior terra utilizada na produção em condições capitalistas gere alguma renda (que será vista a seguir), a existência da propriedade privada da terra determina o nível a partir do qual haverá uma renda diferencial (na medida em que determina que as piores terras utilizadas de forma capitalistas regulem os preços de produção).

Ao analisar a renda diferencial, supôs-se que o pior terreno não gerava renda alguma. Mas esta suposição não é realista. Não faz sentido imaginar que um proprietário de terras vai permitir que um capitalista as utilize como fator de produção sem exigir nada em troca desta autorização, por pior que seja a qualidade da sua terra. A questão então passa a ser: de onde vem a renda obtida para pagar o arrendamento do pior terreno? A resposta a esta questão é a grande conquista intelectual da teoria da renda de Marx e uma das grandes façanhas de sua teoria do capital: a teoria da renda absoluta, ou seja, aquela que corresponde ao que recebe, pelo arrendamento, o proprietário das piores terras utilizadas na produção capitalista.

A explicação não pode estar nem na suposição de que a renda é paga como dedução do lucro médio, nem como dedução dos salários. As duas coisas, efetivamente, podem ocorrer (redução dos salários abaixo do seu valor, ou que um capitalista aceite, ao menos temporariamente, uma lucratividade abaixo da média), mas nenhuma das duas hipóteses permite que a produção capitalista siga em condições normais, que é o que precisa ser explicado (*idem ibidem*).

Para Marx, a explicação da origem da renda absoluta reside no fato de que o capitalista, antes de produzir, já inclui nos seus cálculos os custos ($c + v$), o lucro médio (l') e o custo do arrendamento (r). Sendo assim, a pior terra a ser efetivamente utilizada na produção capitalista não será aquela na qual a renda seja igual a zero (terra A no exemplo 4), mas uma terra na qual o investimento “normal” gere uma renda suficiente para pagar, ao menos, os custos, a taxa de

lucro média, e um valor de arrendamento igual ao mínimo que é aceito pelos proprietários de terra. *Este “custo mínimo do arrendamento” equivale à renda fundiária absoluta (ibidem, p. 223).*

Voltando ao exemplo 4, a pior terra que poderá ser utilizada para a produção capitalista não será aquela que dará o preço de produção regulador (*PPm*), ou seja, não poderá ser a terra “A”, mas terá que ser uma terra um pouco melhor que “A” (a terra B, ou então uma terra entre A e B, dependendo do custo mínimo do arrendamento). Isto significa que a propriedade privada da terra, associada à produção capitalista, força um encarecimento geral de todas as mercadorias agrárias, que não precisaria existir se, por exemplo, toda a terra fosse nacionalizada e sua utilização fosse livre, ou mesmo nos casos em que o proprietário seja o próprio capitalista. Em outras palavras, a existência da propriedade privada da terra produz uma modificação na naquilo que pode ser considerado “trabalho socialmente necessário” ou “necessidade social solvente” (ou, em termos da “ciência econômica”, na demanda solvente por produtos agrários): esta última passa a constituir-se apenas daquela demanda a preços que tornem possível cobrir, além dos custos de produção e o lucro médio, um patamar mínimo de custos de arrendamento a serem pagos aos proprietários.

Excluído o sentido da palavra que se refere ao fato de que a terra é de um proprietário específico, que pode, portanto, excluir os outros de sua utilização, não se trata aqui de uma questão de “monopólio”, mas de uma contradição que está na natureza da produção capitalista: esta, ao transformar em propriedade privada parcelas da superfície da terra que não são, de forma alguma, produto do trabalho, acaba por se autoimpor uma barreira, representada pelo custo social relacionado ao “imposto” cobrado pelos proprietários de terra – e pelo qual não oferecem nada em troca (além da ameaça de retirar as terras da produção) – para que a produção agrária possa existir. Em condições “normais” do capitalismo (excluídas, por exemplo, as revoluções que expropriem toda a terra cultivável ou outras possibilidades excepcionais de nacionalização da terra), o encarecimento das mercadorias agrícolas relacionado à renda absoluta faz parte da única forma possível na qual a produção capitalista destes itens pode existir.

A formulação de Marx sobre a renda absoluta tem as seguintes implicações:

- a. A renda absoluta é a base da renda diferencial, no sentido de que a renda diferencial é composta de todo o sobrelucro que excede a renda absoluta. Entretanto, as leis e tendências da renda diferencial são independentes da teorização sobre renda absoluta; uma vez havendo ou não renda nos piores terrenos cultivados, isso não altera o que foi descoberto sobre renda diferencial (*ibidem*, p. 220);
- b. A renda absoluta é um excedente do valor sobre o preço de produção (PP), mas o valor é apenas o seu limite superior, que não neces-

sariamente será alcançado na venda (apenas na hipótese de que o preço de mercado iguale-se a ele, o que não é garantido). O preço de mercado não precisa ser igual ao valor para que haja renda absoluta, basta que seja igual ao preço de produção regulador (PPm), de modo que permaneça acima do preço de produção (conforme a média), ou seja, que o preço de mercado permaneça entre o PP e o valor ($PP < PPm \approx \text{Preço} < \text{valor}$)¹⁹. Caso o preço de mercado iguale-se ao valor, isso significará que *todo o mais-valor produzido no setor será apropriado internamente*, seja na forma de lucros, seja na forma de renda (Marx, 1983, III-2, pp. 228-229);

c. Este tipo de renda só pode existir se a composição do capital empregado na agricultura, no setor em questão, for mais baixa do que a composição do capital social médio²⁰. Isso ocorre porque somente nesse caso é possível que o preço de produção regulador (PPm) eleve-se acima do preço de produção (conforme a média) e, ao mesmo tempo, não ultrapasse o valor (no caso, o valor de mercado)²¹. Em outras palavras: um setor cuja composição do capital encontra-se acima da composição do capital social médio não emprega capital variável (ou trabalho vivo) suficiente para, a dada taxa social de mais-valia, produzir um *quantum* de mais-valor que pague seus custos, o lucro médio e mais um sobrelucro que possa ser apropriado como renda. No caso de setores de composição acima da média, pode haver apenas renda diferencial ou renda de monopólio (gerada pela redução, proposital ou não, da oferta abaixo da demanda, forçando uma alta nos

¹⁹ Em sua crítica à teoria da renda absoluta de Marx, Bartra (2006, pp. 131-142) parece não ter compreendido este aspecto: não é necessário que as mercadorias sejam vendidas pelos valores para que gerem renda absoluta, basta que sejam vendidas pelo PPm . Este estaria sempre acima do preço de produção, caso fosse considerada a média setorial de produtividade, uma vez que aquele está referenciado nas piores condições de produção (as que têm os maiores custos por unidade de produto). O próprio Marx aponta, entretanto, uma situação na qual pode haver renda mesmo com as mercadorias sendo vendidas abaixo do preço de produção, que é o caso do comércio internacional (*ibidem*, p. 161).

²⁰ “Em todo caso, é teoricamente certo que só sob esse pressuposto o valor dos produtos agrícolas pode estar acima de seu preço de produção; ou seja, a mais-valia gerada na agricultura por um capital de certa grandeza, ou, o que dá na mesma, o mais-trabalho por ele mobilizado e comandado (portanto o trabalho vivo empregado em geral) é maior do que no caso de um capital de mesma grandeza e composição social média.

“Basta, portanto, para a forma de renda que examinamos aqui, e que só pode ocorrer sob essa suposição, estabelecer tal pressuposto. Quando se descarta esse pressuposto, descarta-se também sua correspondente forma de renda” (*ibidem*, p. 227).

²¹ Vimos (exemplo 2) que nos setores onde a composição do capital está acima da observada no capital social médio, o preço de produção está acima do valor (o que só é possível porque estes setores recebem uma “transferência de valor” de outros capitais), enquanto nos setores onde a composição está abaixo da do capital médio, ocorre o contrário (o valor é superior ao preço de produção). Na teoria de Marx, o preço de uma mercadoria produzida por um capital de composição abaixo daquela do capital social médio só pode se elevar acima do valor nos casos de um monopólio que seja capaz de reduzir a oferta abaixo da demanda, o que está excluído por suposição da teoria da renda, já que o objetivo é explicar a origem da renda quando toda a demanda é atendida. Ver Marx (*idem ibidem*).

preços). *Excluída a hipótese de monopólio e de oscilações oferta-demanda, ou seja, assumindo que toda a demanda solvente seja atendida, um setor de composição acima da média poderá gerar apenas renda diferencial, não poderá existir neste setor nem renda absoluta, nem renda de monopólio*²²;

d. O setor gerador de renda não pode entrar na formação da taxa geral de lucros, pois o sobrelucro (naquilo que equivale ao mais-valor extra da indústria em geral), do ponto de vista dos capitalistas, desaparece não pela via da concorrência entre capitalistas (formação da taxa média via movimentação de capitais), mas pela via de sua apropriação pelos proprietários de terra. Assim, a taxa média de lucros aparece para os capitalistas destes setores como um movimento externo, que se forma à sua revelia, mas ao qual sempre buscam se adequar. A propriedade privada da terra, ao cobrar seu preço pela utilização deste fator de produção que não é reprodutível pelo trabalho (logo, a rigor, não tem valor), impõe, desta forma, obstáculos à livre mobilidade dos capitais e ao desenvolvimento da agricultura;

e. A magnitude da renda absoluta não tem uma relação necessária com os preços de mercado, mas, principalmente, com o grau de obstáculo que a propriedade fundiária oferece para a livre operação do capital na agricultura, isto é, o grau de monopolização das terras, nível de especulação rural, quantidade de terras improdutivas especulando e fatores institucionais que permitam ou apoiem a especulação (, p. 230). A capacidade de especular dos proprietários pode se enfrentar com fatores que possam obrigá-los a arrendar a terra quando a renda não é grande o suficiente. Por exemplo, no caso da existência de mecanismos de reforma agrária para terras improdutivas, a ação de movimentos de trabalhadores rurais (como MST, Via Campesina etc.), tudo isso pode contribuir para reduzir a magnitude da renda absoluta.

Por fim, a teoria da renda também permite que o preço da terra seja explicado nos marcos de uma teoria do valor-trabalho. Como visto, a terra não é produto do trabalho, portanto, não tem valor-trabalho. Mas ela tem preço. O preço da terra não é mais do que a renda que ela pode obter “capitalizada”, ou seja, o

²² Conforme já ressaltado por Ramirez (2009), Marx jamais afirma que em toda a agricultura os capitais necessariamente têm composição abaixo da composição do capital social médio (embora isto seja uma hipótese razoável na maioria dos casos). Ele diz apenas que, para que gerem renda absoluta, esta hipótese precisa ser válida. Setores cujos capitais estão acima da média podem gerar algum tipo de renda, mas apenas caso exista algum tipo de monopólio relacionado à possibilidade de restrição da oferta etc. Não é suficiente, para tanto, a mera existência da propriedade privada da terra, ainda que esta propriedade seja oportunamente chamada de “monopólio” (monopólio da classe dos proprietários sobre a terra etc.).

proprietário pedirá por sua terra aquilo que ela pode fornecer como renda durante um determinado período, e também é influenciado pela taxa de juros²³.

3. A controvérsia em torno à teoria da renda absoluta e sua eliminação pela via da generalização da noção de renda de monopólio

A grande controvérsia em torno à teoria da renda de Marx é a recusa, por parte tanto de críticos quanto de muitos defensores de sua teoria do capital, da teoria da renda absoluta. Esta recusa deu lugar, nos últimos 40 anos, à sua virtual eliminação do debate e sua substituição por uma outra teoria da renda que generaliza a noção de renda de monopólio, muito mais limitada do ponto de vista analítico e que termina incorrendo nos mesmos problemas que Marx buscava superar na economia política clássica.

Mais precisamente, os críticos questionam a implicação de que os setores cuja composição do capital está acima da média não possam gerar esta modalidade de renda. Questionam, ademais, o fato de que, segundo eles, Marx não teria demonstrado nenhum mecanismo através do qual ficasse garantido que os preços de mercado não poderiam superar o valor das mercadorias agrícolas, por um lado, e que os preços de mercado ficariam acima do preço de produção, por outro.

A origem do questionamento à teoria da renda absoluta, assim como de diversas outras interpretações equivocadas sobre a teoria social de Marx, está nos debates entre Böhm-Bawerk e Bortkiewicz, na virada do século XIX para o século XX.

É fato conhecido que Böhm-Bawerk centrou sua crítica à teoria do valor de Marx no argumento de que ela era incapaz de explicar os preços de mercado (em especial das mercadorias agrárias). Com a publicação póstuma do livro III de *O Capital*, esta crítica deixou de fazer sentido, e então foi substituída pela chamada “crítica da contradição”: a visão de que a teoria dos preços de produção seria, de alguma forma, um abandono da teoria valor-trabalho, ou estaria em contradição com ela²⁴. Assim como em relação ao famoso “problema da transformação”, Bortkiewicz buscou “consertar” a teoria de Marx para adaptá-la a este tipo de crítica, defendendo que a relação entre a teoria do valor e a teoria da renda pro-

²³ Esta “capitalização” da renda consiste no seguinte: considera-se o preço da terra que dá R\$ x de renda anual, o equivalente a um *quantum* de capital monetário (imaginário) que, a taxa de juros y% (taxa de juros média do mercado), daria R\$ x ao ano. Esse *quantum* corresponde ao preço da terra. Desta forma, quanto maior a taxa de juros, menor o preço da terra; quanto menor a taxa de juros, maior o preço da terra; Dada a renda, a taxa de juros determina o preço da terra; Dada a taxa de juros, a renda determina o preço da terra (*ibidem*, pp. 146 e 240-241).

²⁴ As suposições de Bortkiewicz são, curiosamente, quase idênticas àquelas adotadas por Ricardo. Além disso, é curioso notar que, conforme apontado por Campbell, Böhm-Bawerk explicasse o preço da terra exatamente da mesma forma que Marx, como expressão da renda e da taxa de juros (Böhm Bawerk, 1957, p. 71).

posta por Marx não faz sentido e também precisa ser “corrigida”. Propõe, em sua substituição, um modelo que supõe, implicitamente, que a “concorrência” entre os proprietários de terra levaria os capitalistas a conseguir obter a utilização das terras na produção sem a necessidade de qualquer pagamento – uma suposição, no mínimo, absurda²⁵.

Nos anos 1970, com o ressurgimento do marxismo relacionado aos movimentos do final da década anterior e, em especial, com um renovado interesse na teoria marxista da renda, motivado pelos debates sobre as questões urbanas, este ataque à teoria da renda absoluta tornou-se um lugar-comum entre autores marxistas²⁶. Mencione-se que este período também coincide com o auge da chamada “crítica da redundância” da teoria do valor de Marx, o renovado ataque à teoria do valor de Marx em torno ao “problema da transformação” motivado pela apropriação neo-ricardiana da obra de Sraffa.

Edel (1976) afirma que o único argumento lógico que Marx produz em defesa da teoria da renda absoluta ocorreria se a agricultura fosse o único setor cuja composição estivesse abaixo da composição do capital social médio, caso em que qualquer elevação da composição do capital agrário levaria a uma situação de ausência de trabalho vivo suficiente para gerar o mais-valor relacionado à renda (Edel, 1976, pp. 105-106). Fica claro aqui que, implicitamente, Edel supõe que os capitais que operam na agricultura também entram na formação da taxa geral de lucros, ao contrário do que indica o fato de que o “nivelamento” da lucratividade agrária dá-se pela via da apropriação do sobrelucro pelos proprietários de terra (ou seja, Edel abstrai a existência da propriedade privada da terra), e não apenas pela mobilidade dos capitais. Este tipo de crítica é compartilhado também por autores como Rey (1973), Amin (1976) e Clarke & Ginsburg (1976).

Howard & King (1985) centram sua crítica na conclusão “engenhosa” de Marx (e que levaria a implicações “muito estranhas”) “de que a renda absoluta desapareceria completamente se a composição do capital na agricultura aumentasse até alcançar a média social, embora a terra permaneça um recurso escasso, de propriedade privada, não reprodutível, essencial para a produção de muitas mercadorias” (Howard & King, 1985, pp. 147-148; tradução nossa). Afirmam que esta “não é uma posição defensável” e que seria melhor que Marx “tratasse a renda absoluta como uma forma de lucro monopolista, sua magnitude determinada pela operação da oferta e da demanda e não pela teoria do valor” (*ibidem*, p. 148; tradução nossa). Acompanham estes autores, com uma argumentação semelhante, críticos mais recentes, como Guidi (1997).

²⁵ Sobre as formulações de Bortkiewicz em torno à renda absoluta, ver Amin (1976, cap. 2).

²⁶ As exceções notáveis aqui, no sentido de uma defesa da teoria da renda absoluta de Marx, são os trabalhos de Carcanholo (1984), Fine (1986) e Harvey (2007), ainda que apenas o segundo busque, de alguma forma, confrontar os questionamentos dos críticos.

É provável que a crítica que mais desenvolveu este argumento contra a teoria da renda absoluta de Marx seja a formulada por Bartra (2006). Em primeiro lugar, Bartra questiona uma suposta necessidade de identificação entre preço de mercado e valor para que exista a renda absoluta, que Marx não teria sido capaz de demonstrar²⁷, assim como não teria conseguido provar que os preços agrícolas não podem subir acima do valor²⁸. Uma segunda crítica de Bartra dirige-se, de forma mais específica, contra a implicação relacionada à necessidade de composição do capital agrário mais baixa do que a do capital social médio a fim de que exista a renda absoluta. Bartra afirma que, como Marx não consegue mostrar qualquer mecanismo que garanta que os preços de mercado estarão próximos ao valor (ou mesmo acima do preço de produção), então suas conclusões sobre a composição do capital agrário não teriam qualquer fundamento (Bartra, 2006, pp. 145-146).

Silva (1981), partindo do mesmo tipo de crítica que Bartra (2006), busca um caminho alternativo ao de Marx para explicar a renda absoluta, defendendo uma interpretação na qual toda a renda (todo o sobrelucro, que ele chama de “lucro suplementar”) é determinado de conjunto (é igual a tudo que está acima da taxa média, que ele chama de determinação geral da renda). Na formulação de Silva, embora seja engenhosa, segue sem explicação o problema da relação entre o preço de produção regulador (*PPm*), o valor de mercado e o preço de mercado, apontado por ele próprio e pelos demais críticos da teoria marxista da renda absoluta.

Já Campbell (2002) afirma que a visão de Marx segundo a qual a renda absoluta seria um excedente do valor sobre o preço de produção seria “falha” e “inútil”, e que a razão que teria levado Marx a esta conclusão seria o seu apego a certas “formalidades” teóricas, quando, na realidade, não existiria nada que efetivamente garantisse que a composição da agricultura fosse mais baixa do que a média (Campbell, 2002, p. 241). Campbell argumenta ainda que esta formulação de Marx não teria valor teórico nenhum, já que, de qualquer forma, ele precisaria recorrer à relação oferta-demanda para explicar os preços das mercadorias

²⁷ “Pasando a un nivel más concreto, es indudable que Marx no expone en ningún sitio la mecánica de la ley de la renta absoluta que permite que ésta aparezca como un ‘factor dado’, es decir, cómo puede una mercancía aparecer automáticamente con un precio idéntico a su valor” (Bartra, 2006, p. 139).

Como visto acima, para Marx, não existe esta necessidade, já que basta que o preço de mercado esteja acima do preço de produção (e abaixo do valor) para que a renda absoluta exista. O valor, ou o seu excedente sobre o preço de produção, constitui o limite superior da renda absoluta.

²⁸ “Sin embargo, [Marx] no ha demostrado que la medida de la renta deba ser igual o menor a la diferencia entre el precio de producción y el valor en tanto que tampoco ha dilucidado el mecanismo por el cual los precios agrícolas pueden coincidir con los valores o cuando menos tienden a coincidir con ellos y no pueden superarlos” (*ibidem*, p. 142).

agrícolas²⁹, seja mantendo sua teoria da renda absoluta relacionada ao valor e aos preços de produção, seja generalizando a noção de renda de monopólio, que não teria qualquer relação com o valor (*ibidem*, pp. 242-243). A partir daí, Campbell apresenta resumidamente uma generalização da teoria da renda monopolista que explicaria melhor, em sua opinião, as características do capitalismo na agricultura.

Outros autores, como Iñigo Carrera (2006) e Caligaris (2014), embora não formulem explicitamente este tipo de crítica à teoria de Marx sobre a renda absoluta, também parecem supor, de forma implícita, que a renda fundiária existente em países como Argentina e Brasil tem a característica de uma renda monopolista (à exceção da renda diferencial), ao afirmarem que esta renda teria sua origem em setores distintos daqueles onde são apropriadas (como o setor industrial, ou mesmo em países importadores de matérias primas etc.), caso que, como visto acima, não poderia ocorrer no caso da renda absoluta, já que esta consiste em uma retenção do valor gerado no setor, e não numa transferência.

Uma tentativa relevante de formular uma argumentação em defesa da teoria da renda absoluta de Marx considerando as críticas acima foi realizada por Fine (1986). Fine defende que a base para a composição do capital mais baixa na agricultura é o papel que tem a renda diferencial de tipo II: como os investimentos mais altos tenderiam a reverter para o proprietário ao final do contrato de arrendamento, então eles seriam desincentivados, e o capitalista que tenha capitais a mais e possa investir na agricultura, tenderá a colocar esses capitais em outros tipos de investimento – dada a mobilidade do capital – por saber que, caso invista na agricultura, após o final do contrato deixará de apropriar-se dos sobre-lucros, que irão para o proprietário da terra (Fine, 1986, pp. 124-126). Ainda que esteja certo, o ponto levantado por Fine, entretanto, não garante que a composição do capital na agricultura tenha que ser mais baixa do que a média para que exista renda absoluta, mas apenas aponta que é provável que a produtividade na agricultura desenvolva-se de forma mais lenta. Além disso, Fine não apresenta qualquer resposta à questão da razão pela qual o preço das mercadorias agrárias não poderia superar o valor quando toda a demanda solvente é atendida.

Na próxima seção, será apresentada uma interpretação da noção de valor de mercado (e preço de produção de mercado), conforme formulada por Marx no capítulo X do livro III de *O Capital*, que acreditamos fornecer as bases para a resolução do problema apontado pelas críticas acima descritas, de forma coerente com a teoria da renda absoluta de Marx. Em seguida, a partir desta interpretação das duas categorias, buscar-se-á demonstrar que:

²⁹ Ressalte-se que Campbell, assim como Bartra e ao contrário de outros autores com opiniões semelhantes sobre a renda absoluta, é uma defensora da teoria do valor de Marx, e afirma que o recurso à relação oferta-demanda no caso dos produtos agrícolas em nada contradiz tal teoria.

- a. Caso toda a demanda solvente seja atendida e as oscilações momentâneas da relação oferta-demanda não influenciem nos preços, então as mercadorias agrárias serão vendidas pelo seu preço de produção regulador (preço de produção de mercado – *PPm*);
- b. Na mesma situação (quando toda a demanda solvente é atendida), os preços de mercado das mercadorias agrárias não podem superar o valor (de mercado);
- c. Que, de acordo com esta interpretação do valor de mercado e do preço de produção de mercado, é impossível a geração de renda absoluta se o capital agrário apresenta composição acima daquela observada pelo capital social médio.
- d. Por fim, que a generalização da noção de renda de monopólio não é alternativa à teoria da renda de Marx, simplesmente porque ela não é capaz de resolver o problema que a teoria da renda absoluta trata.

4. As noções de valor de mercado e preço de produção de mercado no capítulo X do livro III de O Capital e a validade da teoria da renda absoluta

Vimos que nem sempre a média social de produtividade estabelece o patamar regulador do valor (o que seria o “valor social” visto acima) e, assim, a base do patamar regulador dos preços de produção (ou seja, da lucratividade). A realidade do capitalismo é ainda bem mais complexa do que isto, e existem setores para os quais a descrição feita acima não constitui uma abstração razoável. Estes setores são aqueles onde, devido a “combinações extraordinárias”, o patamar regulador dos preços é dado pelos capitais operando nas piores ou nas melhores condições existentes, e não nas condições médias (Marx, 1983, III-1, p. 139).

A sociedade do capital tem uma forma característica de atender à crescente necessidade social por mercadorias: é a da expansão do capital com composição do capital crescente, ou do crescimento com aumento de produtividade. Na verdade, Marx mostra que, na sociedade capitalista, é o movimento tendencial de crescimento com aumento de produtividade que determina e se sobrepõe ao movimento da necessidade social. Em outras palavras, a “lei do valor” é o que determina o movimento da relação oferta-demanda, tanto do lado da oferta, quanto do lado da demanda, ainda que não de forma direta e com diversas contradições etc.

Existem, entretanto, situações nas quais a adequação da distribuição social do trabalho às necessidades sociais não pode ser garantida pelo movimento de crescimento com aumento de produtividade. Estas situações são excepcionais e só podem existir quando alguma barreira se impõe ao movimento tendencial do capital de forma a impedir que ele ocorra de modo “normal”. O que ocorre é uma inversão do nexos causal entre necessidades sociais e o movimento de expansão

do capital, de modo que, ao contrário da tendência geral, prevalece a contradição, ou seja, as necessidades sociais determinam o movimento da produção, e, apenas como consequência disso, *ocorre uma inversão parcial da relação de determinação entre os valores e os preços de mercado*. É esta inversão parcial que dá origem à categoria *valor de mercado*.

Marx discute isso no capítulo X do livro III de *O Capital*:

O valor de mercado deverá ser considerado, por um lado, como o valor médio das mercadorias produzidas nas condições médias de uma esfera, e, por outro, como valor individual das mercadorias produzidas nas condições médias da esfera e que constituem a grande massa dos produtos da mesma. É só em combinações extraordinárias que as mercadorias produzidas nas piores condições, ou nas condições mais favoráveis, regulam o valor de mercado que, por sua vez, constitui o centro de oscilações dos preços de mercado – os quais, porém, são os mesmos para mercadorias da mesma espécie. (*idem ibidem*)

Nas condições ordinárias, normais, nas quais o movimento de expansão com aumento de produtividade não é obstado por barreiras que o bloqueiem, o que foi visto para o valor social valer também para o valor de mercado, e neste caso os termos seriam praticamente sinônimos³⁰. Mas o interesse aqui se volta para aquelas situações extraordinárias nas quais o “valor médio”, ou seja, o valor conforme as condições do capital que emprega trabalho de produtividade igual à média social, não regula os preços. Para Marx, são dois os casos em que isto ocorre. O primeiro caso é o seguinte:

se aumenta a demanda e, por conseguinte, o preço de mercado supera o valor de mercado [...]. Esse fato pode fazer também com que, neste ou naquele ramo da produção, o próprio valor de mercado suba, por períodos mais curtos ou mais longos, ao obrigar que parte dos produtos procurados seja produzida, durante esse tempo, sob condições piores. (*ibidem*, p. 147)

³⁰ É comum a utilização do termo valor de mercado como sinônimo de “valor social”, ou seja, como expressão da média social de produtividade. Entretanto, buscaremos mostrar que esta identificação não é precisa e nem rigorosa, uma vez que, para Marx, o valor de mercado constitui um nível de abstração distinto, no qual o tipo de expansão da produção (e suas consequências do ponto de vista da regulação dos preços de mercado) é considerado.

Este caso corresponde ao caso “clássico” dos setores onde é gerada renda fundiária e também a setores nos quais, devido à existência de monopólios ou de restrições naturais ou de qualquer outro tipo, a expansão do produto precisa se dar com redução da produtividade média (recorrendo a capitais que operam em condições piores do que a média). Neste caso, entende-se que a existência de produtores operando em níveis mais baixos de produtividade indica que o crescimento da demanda foi suficiente para que as mercadorias conseguissem ser vendidas neste setor a um preço tal que, mesmo os produtores cujos capitais operam nas piores condições de produtividade, conseguem obter, ao menos, o lucro médio (no caso dos setores onde é gerada renda, mais do que isso).

O outro caso é o seguinte: “Se, por exemplo, diminuir a demanda [...] e esta diminuição vir a acarretar numa ‘queda do próprio valor de mercado, por meio de invenções que reduzem o tempo de trabalho necessário, igualando-o assim ao preço de mercado.’” (*ibidem*, p. 146).

Este caso é aquele no qual as mercadorias produzidas em melhores condições regularão o valor de mercado. Trata-se de situações nas quais, devido a uma queda sustentada dos preços de mercado (ou crescimento da oferta pelos capitais mais produtivos), apenas os capitais que produzem as mercadorias nas melhores condições de produtividade conseguem seguir atuando, de modo a homogeneizar os graus de produtividade, e, assim, o valor de mercado passa a ser por elas regulado.

O ponto fundamental aqui é o seguinte: as “combinações extraordinárias” a que Marx se refere implicam modificações profundas nonexo causal valor-preço causadas pela atuação de barreiras que impedem que uma lei de movimento fundamental do capital, a de crescimento com aumento de produtividade, opere (seja pela ausência do crescimento, seja pelo crescimento com redução da produtividade) de forma sustentada (ou seja, não episódica ou temporária). Em ambos os casos, esta barreira relaciona-se com a utilização e apropriação privada de um fator de produção que não pode ser reproduzido pelo trabalho (ou com características relevantes do ponto de vista da determinação do valor que não podem ser reproduzidas pelo trabalho). Enquanto a situação “normal”, a tendência geral do capital, é que o valor seja a base a partir da qual, mediante diversas modificações, surgem os preços de mercado, aqui, ao contrário, os preços de mercado é que são a base a partir da qual, mediante diversas modificações, surgirá o valor. Dizemos que se trata de uma inversão *parcial* da relação de determinação causal porque ainda são os valores que seguem determinando o lucro médio e, assim, são a base dos preços do ponto de vista da totalidade. Olhando o setor de forma isolada (p. ex., no caso do setor gerador de renda fundiária), dada a taxa geral de lucros, sua estrutura produtiva (de custos) continua importante, pois determina as condições possíveis da produção, mas é o preço de mercado que determina o nível das “piores condições” possíveis para a

operação dos capitais, que passam a ser os preços reguladores³¹. Sendo assim, o “preço” (expressando a demanda ou a necessidade social, o trabalho “socialmente necessário”) adquire aqui uma importância lógico-teórica que não possuía na “indústria” ou na produção capitalista em geral.

Nos setores geradores de renda, o valor (de mercado) não é especialmente relevante na formação dos preços, atuando apenas como uma referência para o valor gerado internamente e para aquele que é “transferido”. Considerada dada taxa social de mais-valia, todo mais-valor abaixo do valor de mercado pode ser considerado como gerado internamente, enquanto o mais-valor que o supera – caso dos preços de monopólio – é produto necessariamente de uma transferência vinda do mais-valor social total. O valor de mercado também é um limite superior para a renda fundiária (acima do qual o mais-valor apropriado tem natureza de renda de monopólio). Isso ocorre porque, como visto acima, o preço de mercado já entra na determinação do valor de mercado. Suas outras componentes são a estrutura produtiva setorial (que determina a produtividade correspondente ao capital regulador) e a taxa social de mais-valia. A dada taxa de mais-valia, o valor de mercado do setor gerador de renda é:

$$Vm = (c_p + v_p) + m'v_p \text{ (Onde } c_p \text{ e } v_p \text{ formam os custos produtivos do capital operando nas piores condições – pior terreno etc).}$$

É por esta razão que o preço de mercado de uma mercadoria agrária cuja produção atende a demanda solvente não pode ultrapassar o valor de mercado³², ou seja, simplesmente porque o valor já considera o preço, na medida em que os custos que determinam o valor são os mais altos possíveis que, a dada taxa de lucros, permitiriam a produção capitalista em dado setor. A única forma pela qual o preço de tal mercadoria poderia ultrapassar o valor seria no caso de que sua oferta fosse reduzida abaixo da demanda solvente, forçando um aumento de preços “artificial” (ou seja, não relacionado com a mera propriedade da terra). A alteração na demanda solvente, ou em termos do livro I de *O Capital* daquilo que se entende como “trabalho socialmente necessário”, produzida pela propriedade privada da terra difere-se de uma forma fundamental de outras geradas por monopólios ou cartéis, na medida em que ela constitui uma forma “necessária” assumida pela produção agrícola sob o capitalismo, ressalvada a possibilidade de uma expropriação e nacionalização geral da terra, o que dificilmente poderia ser apontado como uma das tendências deste modo de produção.

Entretanto, como visto na seção anterior, os preços reguladores da pro-

³¹ Descendo ainda mais no nível da aparência, para o arrendatário-capitalista, o preço de mercado parece determinar até mesmo sua taxa de lucro.

³² Considere-se, ademais, que aqui não existe outra possibilidade de existência para o valor, já que as médias setoriais de custos são completamente irrelevantes.

dução agrária são os preços de produção de mercado, ou seja, os preços de produção das mercadorias produzidas pelos capitais que operam nas piores condições: $PPm = (c_p + v_p) + l'(c_p + v_p)$. Estes preços de custo são aqueles em que a produção daria um sobrelucro igual ao custo mínimo de arrendamento (ou seja, à renda fundiária absoluta), a dados preços de mercado. Então, assim como o valor de mercado, eles já dependem do preço de mercado (e também da estrutura de produção do setor, bem como da taxa geral de lucros). Do ponto de vista lógico, a constituição dos preços é anterior à constituição do valor, na medida em que é necessário, primeiramente, que o preço exista, determinando certo patamar de custos, para que depois possa existir o valor como referência. Assim, temos uma inversão parcial do nexo de causalidade quando se compara a produção agrária com a indústria ou a produção capitalista em geral: nesta é primeiro necessário existir (em termos lógicos) o valor, para depois surgir a possibilidade do preço de produção, e depois os preços de mercado. Nos setores geradores de renda fundiária, ocorre o oposto: primeiro existe uma demanda (necessidade social) que, a dada estrutura setorial de custos, estabelece o preço de produção de mercado (regulador) e, simultaneamente, o valor de mercado.

A circunstância relacionada à mencionada inversão revela apenas que, na produção agrária, o movimento tendencial de expansão do capital encontra na propriedade privada e na existência de fatores de produção não reprodutíveis pelo trabalho uma barreira importante, que embora não impeça o caráter capitalista da produção nestes setores, termina por ser relevante ao impossibilitar que estes setores participem da formação da taxa geral de lucros, dado que parte substancial do sobrelucro agrário (o que na produção capitalista em geral seria considerado “mais-valor extra”) é nivelado pela via da apropriação pelo proprietário de terra na forma de renda, e não pela via da movimentação de capitais → expansão da produção → redução dos preços → nivelamento das taxas de lucro. O significado mais profundo aqui é que, ao olhar o setor agrário apenas (dada a taxa geral de lucros etc.), a aparência imediata é que a necessidade social é que determina o movimento da produção. Não se trata de uma ilusão: é isso mesmo o que ocorre. Mas observando do ponto de vista da totalidade, percebemos que o movimento da produção, o movimento tendencial do capital de crescimento com desenvolvimento das forças produtivas (o movimento da produção) da sociedade segue determinando os preços e a necessidade social, na medida em que é ele que determina o movimento da lucratividade geral, da taxa de mais-valia etc³³.

³³ Outra implicação da leitura aqui apresentada é a seguinte: caso toda propriedade da terra fosse eliminada, seria então possível que todo sobrelucro obtido fosse apropriado pelos capitalistas e, assim, gerasse uma mobilidade de capitais de modo a fazer com que os setores agrários participassem da formação da taxa geral de lucros. Com isso, seria possível reduzir o preço de produção das mercadorias agrárias a um preço de produção médio ($PPm = PP$), reduzindo o custo que a sociedade paga para obter os produtos agrícolas. Não se trata aqui apenas da possibilidade da eliminação da renda absoluta, aspecto já apontado por Kautsky (1972), mas da alteração da forma de determinação do preço de produção das mercadorias agrárias, e da redução substancial do “teto” da renda diferencial.

Visto isso, agora se pode ilustrar, de forma bem simples, a razão pela qual a composição do capital nos setores geradores de renda absoluta não pode se elevar acima da composição do capital social médio. Viu-se anteriormente que³⁴:

$$\begin{aligned}Vm &= (c_p + v_p) + m'v_p \\PPm &= (c_p + v_p) + l'(c_p + v_p) \\l' &= (m'v) / (c + v) \\l_p &= (m'v_p) / (c_p + v_p)\end{aligned}$$

Sendo “ r ” um sobrelucro de um capital que excede os custos ($c + v$) e a taxa média (l') numa magnitude suficiente para pagar um arrendamento mínimo, então “ r ” seria o equivalente à renda absoluta (de modo que “ r ” é, necessariamente, positivo). Assim, a lucratividade obtida por tal capital (l_a) deve ser, no mínimo:

$$l_a = l' + r$$

De modo que a lucratividade (total, antes do pagamento do arrendamento) do capital cujo produto gera o sobrelucro que será apropriado como renda absoluta deve ser maior do que a lucratividade média. Então, a uma taxa de mais-valia dada (m'):

$$l_a > l'$$

$$(m'v_a) / (c_a + v_a) > l'$$

$$(m'v_a) / (c_a + v_a) > (m'.v_{médio}) / (c_{médio} + v_{médio})$$

Retirando os termos comuns:

$$v_a / (c_a + v_a) > v_{médio} / (c_{médio} + v_{médio})$$

O termo que é obtido de ambos os lados é o inverso da composição do capital. Invertendo a inequação, temos que:

$$(c_a + v_a) / v_a < (c_{médio} + v_{médio}) / v_{médio}$$

O que mostra que a composição do capital aplicado no setor que obtém

³⁴ Para um aprofundamento sobre a relação entre a taxa geral de lucros e a taxa de mais-valia, ver Marx (1983, III-1, pp. 39-54); sobre a suposição de existência de taxas de mais-valia nacionais, ver Marx (*ibidem*, pp. 111-119).

um sobrelucro a ser apropriado como renda absoluta precisa ser mais baixa do que a composição do capital social médio.

5. Considerações finais

A tentativa de generalização da noção de renda de monopólio proposta por diversos autores como alternativa à teoria de Marx sobre a renda absoluta parece simplesmente não compreender a finalidade da teoria da renda de Marx. Seu objetivo não é explicar “preços de monopólio”, o que não seria nenhuma novidade, nem mesmo para a economia política clássica. Ademais, não existem monopólios na maior parte dos setores agrários (é difícil imaginar um país onde exista um monopólio na produção de batatas, ou de feijão). A história econômica dos países pobres (subdesenvolvidos, dependentes, seja lá como os chamem) é rica em exemplos de tentativas de se estabelecer monopólios em diversos setores da produção de produtos primários – quase todas fracassadas.

O que Marx busca explicar é justamente como pode surgir um sobrelucro a ser apropriado como renda pelos proprietários de terra na ausência de monopólios, ou seja, nas condições que correspondem à realidade da ampla maioria dos setores da produção agrária e do extrativismo. Levando isso em conta, fica claro que sua teorização é muito superior àquela proposta por seus críticos. Além de não possuir a incoerência interna que lhe foi apontada, a teoria de Marx sobre a renda fundiária tem outra característica que a torna extremamente interessante e sofisticada: ela é e permite uma síntese entre a análise os aspectos da produção, circulação, apropriação e distribuição sem desconsiderar as contradições entre suas leis de movimento, suas tendências e sua forma aparente.

A generalização da renda de monopólio proposta pelos críticos de Marx aparece, na verdade, como um complemento adequado à simplificação da teoria do valor que a restringe à teoria dos preços de produção. Entretanto, fora desta simplificação, foram esquecidos elementos fundamentais para a compreensão das contradições do capitalismo. A superioridade da teorização de Marx em relação aos dois caminhos acima mencionados reside no fato de que ela não se contenta nem com a formulação de leis de movimento, nem com mera análise das contradições entre estas leis e a realidade concreta, mas busca explicar como o funcionamento das próprias leis, quando levado a sério, apesar de suas dificuldades, pode explicar as contradições da realidade. Expondo-as minuciosamente e considerando-as de forma séria, Marx prova que é possível compreendê-las, desde que não se desista da teoria e da ciência nem se viole a realidade em seu nome.

Referências bibliográficas

- AMIN, Samir. *Imperialism and unequal development*. New York: Monthly Review Press, 1976.
- BALL, Michael (1986). "On Marx's theory of agricultural rent: a reply to Ben Fine, in B. Fine (ed. 1986)", *The Value Dimension*. London: Routledge Kegan Paul, pp. 152–174, 1986.
- BARTRA, Armando. *El capital en su laberinto: De la renta de la tierra a la renta de la vida*. México, Universidad Autónoma de la Ciudad de México: Editorial Itaca, 2006.
- BÖHM-BAWERK, Eugen von [1884]. *Capital and Interest*. New York: Kelley & Millman, 1957.
- CALIGARIS, Gastón. "Dos debates en torno a la renta de la tierra y sus implicancias para el análisis de la acumulación de capital en la Argentina.", *Razón y Revolución* n° 27, pp. 59-79, 2014.
- CAMPBELL, Martha. "Rent and Landed Property." In: CAMPBELL, Martha & GEERT Reuthen (eds.). *The Culmination of Capital: Essays on Volume III of Marx's Capital*. New York: Palgrave Macmillan, 2002.
- CARCANHOLO, Reinaldo. "Renda da terra: uma concreção teórica necessária.", *Revista de Economia Política*, vol. 4, n° 4, outubro/dezembro 1984.
- IÑIGO CARRERA, Juan . "Argentina: The Reproduction of Capital Accumulation through Political Crisis.", *Historical Materialism*, volume 14:1, pp. 185–219, 2006.
- CLARKE, S. & GINSBURG, N. "The Political Economy of Housing", *Kapitalistate*, Summer 4/5, 1976.
- EDEL, Matthew. "Marx's Theory of Rent: Urban Applications", *Kapitalistate*, Summer 4/5, 1976.
- FINE, Ben . "On Marx's theory of agricultural rent." In: FINE, B . *The Value Dimension*. London: Routledge - Kegan Paul, 1986.
- GUIDI, Marco E. L. "Land Rent and the Logic of Capital." In: BELLOFIORE, Ricardo (ed.). *Marxian Economics: A Reappraisal: Essays on Volume III of Capital. Volume 1: Method, Value and Money*. New York: Macmillan press, 1997.
- HARVEY, David (2007). *The Limits to Capital* (2nd edn). London/New York: Verso, 2007.
- HOWARD, M. C. & KING J. E. *The Political Economy of Marx*. New York: Longman Inc, 1985.
- KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. Porto: Portucalense, 1972.
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da economia política* (3 vols.). São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MURRAY, R. "Value and Rent.", *Capital & Class*, part 1: Vol 1, Issue 3, 1977; part 2: Vol 2, Issue 1, 1978.

RAMIREZ, Miguel D. "Marx's Theory of Ground Rent: A Critical Assessment.",
Contributions to Political Economy, 28 (1), pp. 71-91, 2009.

REY, Pierre Phillipe. *Les alliances des classes*. Paris: Maspero, 1973.

SILVA, Sérgio S. *Valor e renda da terra: o movimento do capital no campo*. São Paulo: Polis, 1981.

Totalidade e internacionalismo em León Trotsky

Totality and internationalism in Leon Trotsky

Felipe Demier*

Resumo

O objetivo deste artigo é, de forma breve, discutir a perspectiva internacionalista de Trotsky, mais precisamente no que tange à sua dimensão teórico-interpretativa. Concebendo o capitalismo como uma totalidade histórica, Trotsky, em suas análises sobre diversas formações sociais, em especial aquelas consideradas *atrasadas*, procurou compreender os nexos dialéticos entre seus aspectos constituintes “internos” e “externos”. A *combinação* destes aspectos nas formações sociais *atrasadas – combinação* decorrente da integração das mesmas ao sistema internacional – acabava por condicionar o caráter da revolução a ser realizado nelas. Justamente por serem fragmentos integrados dialeticamente em um todo (o capitalismo mundial), as regiões “coloniais” e “semicoloniais” não poderiam desenvolver a sua história *em separado*, e, portanto, não lhes seria possível superar seu *atraso* passando-se a um “estágio” superior ainda dentro dos marcos do capitalismo.

Palavras-chave: internacionalismo; totalidade; León Trotsky.

Abstract

The purpose of this article is, briefly, to discuss Trotsky's internationalist perspective, more specifically with regard to its theoretical-interpretative dimension. Conceiving capitalism as a historical totality, Trotsky, in his analysis of several social formations, especially those considered as backward, sought to understand the dialectical nexus between their constituent “internal” and “external” aspects. The combination of these aspects in backward social formations – a combination resulting from their integration into the international system – would condition the character of the revolution to be realized in them. Precisely because they are fragments dialectically integrated into a whole (world capitalism), the “colonial” and “semi-colonial” regions could not develop their History separately, and therefore, they could not overcome their backwardness by turning to a “stage” still within the framework of capitalism.

Keywords: internationalism; totality; Leon Trotsky.

* Doutor em História e professor da Faculdade de Serviço Social (FSS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

A luta política entre as frações no interior do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e da Internacional Comunista (IC) após a morte de Lênin, em 1924, foi, em termos teórico-programáticos, um confronto entre duas perspectivas opostas e inconciliáveis: o internacionalismo revolucionário e o nacional-reformismo. Em maior ou menor grau, todas as polêmicas entre os dois principais agrupamentos que disputaram a ferro e fogo a direção da União Soviética e do movimento comunista internacional derivaram deste confronto de perspectivas. Tal embate político-teórico ficaria evidente na questão acerca do caráter da revolução nos chamados países *atrasados*, caracterizados pela IC como “coloniais” e “semicoloniais”. Assim, a oposição entre a defesa de Trotsky da tomada do poder pelo proletariado naqueles países *atrasados* e a estratégia “etapista” aplicada a eles pela IC estalinizada¹ não pode ser compreendida fora da oposição entre a concepção internacionalista da revolução encampada pelos trotskistas e a teoria estalinista que vislumbrava a possibilidade de construção do “socialismo em um só país”².

Podemos dizer, desse modo, que a política da IC para os países “coloniais” e “semicoloniais”, assim como toda a política externa da URSS, determinava-se pelos interesses da burocracia estalinista de limitar a Revolução de Outubro aos seus marcos nacionais, o que possibilitaria, segundo a perspectiva burocrática, uma situação internacional favorável à sua manutenção (da burocracia) enquanto uma casta privilegiada no poder. Decerto, a expansão da revolução para outros países, fossem eles do ocidente ou do oriente, criaria um ambiente de agitação política no interior do Estado soviético pouco propício à consolidação de um setor social localizado “acima” da classe trabalhadora, uma “excrescência parasitária”, segundo as palavras de Trotsky. Nesse sentido, existia uma relação direta entre o isolamento da Revolução de Outubro, que havia favorecido o surgimento da burocracia, e a política externa desta última, que, por intermédio da IC, mantinha e acentuava esse isolamento:

A burocracia soviética ganhava segurança à medida que a classe operária internacional sofria derrotas cada vez mais pesadas. Entre esses dois fatos, a relação não é unicamente cronológica, mas causal e recíproca: a direção burocrática do movimento contribuía para as derrotas; as derrotas fortaleciam a burocracia. (Trotsky, 2005, p. 108)

¹ Acerca da concepção “etapista” da IC para a revolução nos países *atrasados*, assim como sua crítica feita por Trotsky a partir de sua *lei do desenvolvimento desigual e combinado*, consultar Demier (2017).

² Quanto à estratégia estalinista de construção do “socialismo em um só país”, ver especialmente Stálin (1941), obra inaugural da literatura soviética dedicada à defesa do “socialismo em um só país”, e Trotsky (1985; 2005).

Operando com uma perspectiva materialista, Trotsky assim analisou a ruptura da direção estalinista com o princípio marxista do internacionalismo:

Já explicamos muitas vezes que esta revisão dos valores foi provocada pelas necessidades sociais da burocracia soviética: tornando-se cada vez mais conservadora, ela aspirava a uma ordem mundial estável; desejava que a revolução terminada, tendo-lhe assegurado uma situação privilegiada, fosse suficiente para a construção pacífica do socialismo e reclamava a consagração desta tese. Não retornaremos mais a esta questão; limitar-nos-emos a acentuar que a burocracia está perfeitamente consciente da ligação que existe entre suas posições materiais e ideológicas e a teoria do socialismo nacional. (Trotsky, 1985, p. 25)

Cientes de quais são as “necessidades sociais” das quais se originavam as elaborações estalinistas, consideramos importante determo-nos, ainda que por pouco tempo, em um importante elemento constitutivo, *em termos teóricos*, tanto do raciocínio “etapista” da IC acerca do caráter da revolução nos países *atrasados*, quanto da utopia reacionária da burocracia soviética de edificação do socialismo “em um só país”: a ruptura com a noção de *totalidade*.

Como é sabido, a crença na possibilidade do “socialismo em um só país” era, até a morte de Lênin, algo sequer cogitado dentro dos quadros dirigentes do PCUS e da IC, tamanho o grau de afastamento da tradição marxista que tal perspectiva representaria. Marx e Engels, herdeiros da filosofia *totalizante* de Hegel, haviam considerado o capitalismo justamente como uma etapa histórica na qual o mundo tornava-se cada vez mais integrado; o socialismo, enquanto um momento posterior e superior ao capitalismo, não poderia, portanto, de modo algum, limitar-se aos quadros nacionais já extrapolados pelas contradições sociais. Lênin, por sua vez, enxergou a guerra mundial iniciada em 1914, oriunda da disputa entre as grandes potências capitalistas pelas regiões “coloniais” do globo, como uma manifestação incontestada de que a dinâmica da reprodução do capital transbordava as fronteiras nacionais; o imperialismo constituir-se-ia em um fenômeno mundial³. Assim, o célebre chamado à unidade dos “proletários de todos os países” feito por Marx e Engels ao final do *Manifesto* (Marx & Engels, 1963, p. 62), como também a ruptura de lideranças marxistas como Lênin, Rosa e

³ Ver Lênin (1979). A concepção de que o surgimento do imperialismo expressa a necessidade da reprodução do capital de operar para além dos limites nacionais encontra-se também em Luxemburgo (1970).

Trotsky com a II Internacional quando da guerra imperialista⁴, originaram-se não de uma solidariedade de cunho meramente *passional* para com a classe operária das outras nações, mas sim de uma solidariedade proletária decorrente de uma concepção ontológica que tomava o capitalismo enquanto uma *totalidade*. Consideramos, portanto, que o internacionalismo político que caracterizou o marxismo revolucionário desde os tempos de Marx resultava, antes de tudo, do que poderíamos chamar, utilizando-nos de uma categoria cunhada por Alvaro Bianchi para definir um aspecto do pensamento de Trotsky, de um “internacionalismo metodológico”, isto é, de uma perspectiva de análise do mundo dotada de um forte conteúdo *totalizante* (Bianchi, 2007).

Mesmo sem negar o internacionalismo em palavras, a burocracia soviética formulou e defendeu a possibilidade de se erigir uma sociedade socialista restrita aos limites do primeiro “Estado operário” da história. Dado esse fato, inimaginável dentre os bolcheviques até a publicação, em 1924, da obra de Stálin intitulada *Questões do leninismo*, Trotsky viu-se obrigado a resgatar e a defender teoricamente a tradição internacionalista do marxismo revolucionário. Em meio a ataques de todo tipo, Trotsky buscou demonstrar como o próprio Lênin sempre vinculava a continuidade da existência da União Soviética à vitória da revolução nos países mais industrializados da Europa⁵, e que a ruptura do estalinismo com a perspectiva internacionalista tinha “tão grande importância de princípio como, por exemplo, a ruptura da socialdemocracia alemã com o marxismo no problema da guerra e do patriotismo em agosto de 1914” (Trotsky, 1985, p. 4). Segundo Trotsky, “o ‘erro’ de Stálin, do mesmo modo que o da socialdemocracia”, não seria outra coisa “senão o ‘socialismo nacional’” (*idem ibidem*).

É bom lembrarmos, entretanto, que a trajetória intelectual de Trotsky já era marcada, desde seu início, por um viés internacionalista de análise. Em seu *Balanços e perspectivas*, de 1906 (Trotsky, 1975), Trotsky já apontara que a particularidade do desenvolvimento histórico russo originava-se das relações estabelecidas entre a Rússia e o mundo exterior; a dinâmica entre as classes sociais do país sob o capitalismo, distinta da dos países *avançados* europeus, deitava raízes na própria relação entre a Rússia *atrasada*, o mundo asiático e, principalmente, o Ocidente industrializado⁶.

⁴ Como é sabido, a maioria dos dirigentes do SPD alemão, principal organização componente da II Internacional, defendeu a aliança dos trabalhadores alemães com “sua” burguesia quando do início da guerra imperialista em 1914, colocando, assim, a chamada “questão nacional” acima do “internacionalismo proletário”.

⁵ “‘Sem a vitória da revolução na Alemanha, é inevitável a nossa queda’, afirmou Lênin alguns meses após a tomada do poder em outubro de 1917” (Trotsky, 1985, p. 127).

⁶ “As classes possuidoras da Rússia tinham conflitos com as classes possuidoras da Europa, que lhes eram inteira ou parcialmente hostis. Esses conflitos desencadeavam-se através de intervenções do Estado. Ora, o Estado era a autocracia. Toda a estrutura e toda a história da autocracia teria sido diversa, se as cidades europeias não tivessem existido, se a Europa não houvesse ‘inventado a pólvora’ (esta invenção não é nossa), se a Bolsa europeia não tivesse agido.” (Trotsky, 1967, p. 391).

A compreensão da interpenetração dialética entre o “interno” e “externo”, entre as forças e os elementos sociais localizados “dentro” e “fora” do Estado-nação, estaria presente em todas as reflexões de Trotsky acerca dos países que realizaram retardatariamente seus processos de modernização industrial capitalista⁷. De modo algum, os países *atrasados* foram tomados por Trotsky como realidades *em separado*, o que permitiria o equívoco – presente nos “etapistas” e “dualistas” em geral – de analisar as relações entre as classes sociais independentemente da conexão existente entre estas e o mundo “externo”. Longe de uma oposição antitética entre a “nação” e o “imperialismo” – típica dos estalinistas, nacionalistas, *cepalinos* etc. –, Trotsky observou como as relações sociais “internas” dos países *atrasados* eram inteiramente penetradas pelos elementos “externos”, como havia uma articulação indissociável, no interior desses países, entre as forças sociais “internas” e “externas”. Na perspectiva de Trotsky, por exemplo, a “debilidade” da burguesia russa (que a impossibilitava de levar a cabo uma revolução “democrático-burguesa”) era derivada, entre outros fatores, de sua dependência face ao capital estrangeiro, que se agravava com o processo de industrialização. Do mesmo modo, a possibilidade revolucionária aberta ao proletariado do país residia na própria “debilidade” burguesa e também no tipo de industrialização do qual havia nascido: uma industrialização retardatária que, “saltando” etapas, acabou por introduzir no país os elementos técnicos mais sofisticados do Ocidente, gerando, com isso, um proletariado moderno e altamente concentrado em grandes fábricas.

Na mesma linha de raciocínio, Trotsky considerava que também as condições sociais e políticas dos países mais industrializados explicavam-se em função das relações que estes estabeleciam com os países “coloniais” e “semicoloniais”. Ao responder sobre o porquê do pioneirismo italiano e alemão em relação ao fascismo, afirmou: “a Itália, a mais pobre das grandes nações capitalistas, tornou-se a primeira nação fascista. A Alemanha foi a segunda; não possuindo colônias ou ricos países dependentes, esgotou, dessa forma, todas as suas possibilidades” (Trotsky, 2004, p. 74). Nesse exemplo fica claro como, para Trotsky, as formas pelas quais as classes sociais se relacionam politicamente nos países imperialistas, isto é, os regimes políticos assumidos por estes, dependem diretamente do tipo de relação existente, em determinado momento, entre suas burguesias e o mundo “externo” (neste caso, o “colonial” e “semicolonial”).

Mais uma vez, nota-se no método de Trotsky a perspectiva de que as nações são compreendidas enquanto partes componentes e indissociáveis de uma mesma *totalidade* contraditória, como também a percepção de que, em função da integração proporcionada pela economia mundial, as suas condições econômicas,

⁷ Ver Trotsky (2000a; 2000b; 2000c; 2000d), entre outros textos.

sociais e políticas são inteiramente penetradas, e, portanto, em parte constituídas, por elementos provenientes do meio “externo”. Observando as peculiaridades e os papéis desempenhados pelas distintas nações no sistema mundial de Estados, Trotsky, diferenciando-se de uma perspectiva geopolítica, tomava tal sistema como uma expressão da luta de classes internacional⁸. Desse modo, verificou como o capitalismo, em especial a partir de sua etapa imperialista, não poderia ser pensado a partir de limites nacionais rígidos e impenetráveis – o imperialismo não estaria somente “fora” dos países “coloniais” e “semicoloniais”, mas também “dentro” deles, assim como os trabalhadores das nações imperialistas constituiriam, em conjunto com os trabalhadores das “colônias” e “semicolônias”, uma só classe: o proletariado internacional. Daí, por exemplo, a implacável condenação que fez, ao lado de Lênin e outros, da postura “chauvinista” adotada pela social-democracia alemã em 1914; daí, também, sua feroz crítica à política conciliatória da IC em relação às “burguesias nacionais” dos países *atrasados*.

Entendendo que, ao impor a “todos os países seu modo de produção e seu comércio, o capitalismo converteu o mundo inteiro em um único organismo econômico e político” (Trotsky, 1975, p.90)⁹, Trotsky assinalou a existência nas relações entre as nações daquilo que, nas décadas de 1960 e 1970, os *dependen-tistas* chamariam de “interdependência”:

Todo país atrasado, incorporando-se ao capitalismo, passou por diferentes fases de dependência para com os outros países capitalistas; essa dependência podia aumentar ou diminuir, mas a tendência geral da evolução capitalista foi sempre no sentido de um enorme desenvolvimento das relações mundiais, manifestando-se no crescimento do comércio exterior, no qual se acha incluído, naturalmente, o comércio de capitais. A dependência da Inglaterra em relação à Índia possui, certamente, um caráter qualitativo diverso do que possui a dependência da Índia para com a Inglaterra. Mas essa diferença é determinada, em última análise, pela diversidade de suas forças produtivas, e não pelo seu grau de autonomia econômica. A Índia é uma colônia e a Inglaterra uma metrópole. Se, porém, a Inglaterra fosse, hoje, submetida a um bloqueio econômico, pereceria mais depressa

⁸ Nesse sentido, podemos considerar Trotsky como um crítico de uma perspectiva de compreensão das relações entre os países que dissocia a política internacional dos conflitos sociais, hoje, aliás, hegemônica entre os que se dedicam às chamadas “relações internacionais”.

⁹ O trecho em questão é parte do prefácio escrito por Trotsky à obra de Ferdinand Lassalle intitulada *Discurso diante do tribunal* e foi transcrito pelo próprio Trotsky em seu *Balances e perspectivas* (Trotsky, 1975).

do que a Índia. Aí temos, de passagem, uma ilustração demonstrativa da realidade da economia mundial. (Trotsky, 1985, p. 10)¹⁰

Percebendo a existência dessa mútua dependência entre os países imperialistas e suas “colônias” e/ou “semicolônias”, Trotsky detectava as estruturas constitutivas do internacionalismo proletário na época imperialista e, por conseguinte, afirmava a impossibilidade de êxito de qualquer projeto socialista que se limitasse aos marcos nacionais:

Quando se examinam a Inglaterra e a Índia como duas variantes extremas do tipo capitalista, chega-se à conclusão de que o internacionalismo dos proletariados inglês e hindu se funda na inseparável *interdependência* das condições, dos fins e dos métodos, e não na sua *identidade*. Os triunfos do movimento de libertação na Índia desencadeiam o movimento revolucionário na Inglaterra e vice-versa. Uma sociedade socialista autônoma não pode ser construída na Índia, nem na Inglaterra. Os dois países deverão fazer parte de uma unidade mais alta. Só isso constitui a base do internacionalismo marxista. (*ibidem*, p. 7; grifos do autor)

A revolução permanente talvez seja a obra de Trotsky na qual mais se encontram trechos que explicitam seu entendimento do capitalismo enquanto uma *totalidade*. Objetivando demonstrar como tanto a política “etapista” implementada pela IC durante a revolução chinesa de 1925-1927¹¹, quanto a “utopia reacionária” de construção do “socialismo num só país” decorriam, no que diz

¹⁰ Quanto ao fato de a Índia ser descrita como uma “colônia”, devemos lembrar que a obra em questão foi publicada em 1930.

¹¹ A vaga revolucionária surgida na China nesse período teve como resultante um enorme desastre para o proletariado, o campesinato e o conjunto da militância comunista do país. Seguindo orientação da IC, o Partido Comunista Chinês (PCCh), procurando aproximar-se da burguesia “nacionalista” em busca de uma luta contra o imperialismo e os senhores feudais, e objetivando a vitória de uma “revolução democrática”, aliou-se ao Kuomintang, partido “nacionalista-burguês” liderado pelo general Chiang Kai-shek, chegando mesmo a se dissolver no interior deste e a se submeter à sua disciplina militar. Após ter, por ordens de Stálin, entregue suas armas ao Kuomintang em meio a um movimento paredista dos operários em Xangai, os militantes comunistas e milhares de trabalhadores foram literalmente massacrados pelo exército de Chiang Kai-shek. Não satisfeitos com a derrota sofrida em função da política “oportunist” de aliança com Chiang Kai-shek, os dirigentes da IC orientaram o PCCh a aliar-se com a “ala esquerda” do partido burguês chinês, liderado por Wang Ching-wei, que havia provisoriamente rompido com Chiang Kai-shek. Todavia, não tardou para que o Kuomintang de “esquerda” começasse a expulsar de suas fileiras os comunistas e reprimisse as manifestações operárias. Por fim, com o PCCh praticamente dilacerado, a IC, numa guinada “ultra-esquerdista”, orientou os comunistas chineses a criarem, praticamente do noite pro dia, “conselhos” operários, o que resultou num levante frustrado e em novo massacre, dessa vez em Cantão. Ver, entre outras obras, Deutscher (1984, pp. 336-358), Sofri (1987, pp. 329-373) e Schram (1968, pp. 93-140). Tratando do papel do debate sobre a revolução chinesa na constituição do trotskismo brasileiro no início dos anos 30, José Castilho Marques Neto também realizou uma boa síntese do período revolucionário chinês de 1925-1927 (Marques, 1993, pp. 68-87).

respeito ao aspecto mais estritamente teórico, de uma mesma percepção equivocada acerca da natureza do sistema capitalista mundial, Trotsky, nessa obra, por várias vezes argumentou que os vínculos inquebrantáveis entre as nações, criados pela economia capitalista, tornavam errôneo qualquer tipo de elaboração política que as tomassem como unidades independentes:

O marxismo procede da economia mundial, considerada não como simples adição de suas unidades nacionais, mas como uma poderosa realidade independente, criada pela divisão internacional do trabalho e pelo mercado mundial, que, em nossa época, domina do alto os mercados nacionais. As forças produtivas da sociedade capitalista já ultrapassaram, há muito tempo, as fronteiras nacionais. A guerra imperialista não foi senão uma das manifestações desse fato. A sociedade socialista deveria representar, do ponto de vista da produção e da técnica, um estágio mais elevado que o capitalismo: pretender construir a sociedade socialista *no interior de limites nacionais* significa que, a despeito de triunfos temporários, fazemos as forças produtivas recuarem, mesmo em relação ao capitalismo. É uma utopia reacionária querer criar no quadro nacional um sistema harmonioso e suficiente, composto de todos os ramos econômicos, sem ter em conta as condições geográficas, históricas e culturais do país que faz parte da unidade mundial. Se, a despeito disso, os criadores e partidários dessa doutrina [do “socialismo num só país”] participam da luta revolucionária internacional (com ou sem êxito, não vem ao caso), é porque, na qualidade de ecléticos incorrigíveis, aliam, de modo puramente mecânico, um internacionalismo abstrato a um socialismo nacional utópico e reacionário. (*ibidem*, p. 4; grifos do autor)¹²

A décima das quatorze “teses” contidas ao final de *A revolução permanente* é possivelmente a melhor síntese da perspectiva internacionalista que Trotsky opôs ao “socialismo nacional” dos estalinistas do PCUS e da IC:

¹² Curioso notar que, em 1933 (cerca de três anos após a publicação da obra da qual extraímos o trecho acima), os trotskistas brasileiros da primeira geração, organizados então na Liga Comunista do Brasil (LCB), assinalaram, com uma linguagem muito similar à do próprio Trotsky, o caráter *totalizante* da perspectiva marxista de observação da realidade: “A análise marxista da estrutura social capitalista parte de seu caráter sistemático à expansão, como regime econômico, da sua tendência imanente para ultrapassar os limites do Estado nacional. O marxismo chega assim à consideração de uma unidade dialética mais alta – a economia mundial –, causa e efeito do desenvolvimento das forças produtivas, na escala mundial, e que não é a simples soma das economias mundiais isoladas. Por isso mesmo, a luta de classes se desenvolve no plano internacional, não como repercussão da luta travada entre cada proletariado contra sua burguesia nacional, mas reflete no quadro nacional o caráter concreto da etapa alcançada pelo desenvolvimento da economia mundial; em suma, pelo grau atingido pelo desenvolvimento das forças produtivas, considerado o conjunto do mundo capitalista.” (Liga Comunista do Brasil, 1987, p. 143).

A revolução socialista não pode realizar-se nos quadros nacionais. Uma das principais causas da crise da sociedade burguesa reside no fato de as forças produtivas por ela engendradas tenderem a ultrapassar os limites do Estado nacional. Daí as guerras imperialistas, de um lado, e a utopia dos Estados Unidos burgueses da Europa, de outro lado. A revolução socialista começa no terreno nacional, desenvolve-se na arena internacional e termina na arena mundial. Por isso mesmo, a revolução socialista se converte em revolução permanente, no sentido novo e mais amplo do termo: só termina com o triunfo definitivo da nova sociedade em todo o nosso planeta. (*ibidem*, p. 139)

Pode-se dizer, em resumo, que é facilmente perceptível como o internacionalismo revolucionário pelo qual Trotsky ficaria conhecido pelos estudiosos dos debates comunistas dos anos 20/30 assentava-se sobre uma leitura científica do capitalismo que o autor já realizava desde sua juventude. Löwy, abordando as diferenças entre o pensamento do jovem revolucionário e o que vigorava no movimento operário nos anos iniciais do século XX, afirmou que foi precisamente a compreensão do capitalismo enquanto *totalidade* que distinguiu, “do ponto de vista metodológico, o marxismo de Trotsky daquele dominante na Segunda Internacional” (Löwy, 1998, p. 74). Já Baruch Knei-Paz, estudioso do pensamento do revolucionário russo, afirmou: “Trotsky era certamente internacionalista por temperamento e mentalidade, mas o seu internacionalismo não era somente a moldura idealista que lhe é frequentemente atribuída, mas era parte integrante de sua concepção das necessidades materiais da revolução russa” (Knei-Paz, 1985, p. 182). Em uma avaliação similar, Alvaro Bianchi escreveu acerca do que denominou como o “internacionalismo metodológico” de Trotsky:

Trotsky era um defensor intransigente do internacionalismo político. Como a maior parte de sua geração, circulou muito cedo pela esquerda europeia, não se restringindo aos círculos de emigrados russos, e participou ativamente, por meio de seus artigos, dos debates de então. Sua dedicação às questões de política internacional nos primeiros anos da Revolução Russa e seu empenho na organização da Quarta Internacional costumam ser os exemplos para comprovar essa filiação. Mas não é de uma prática política que aqui estou falando e sim de uma concepção da história e da política que encerra uma dimensão metodológica profundamente internacionalista.

Esse *internacionalismo metodológico* aparece já plenamente em 1906, na sua obra *Balanços e perspectivas*. (Bianchi, 2007, p. 62; grifos do autor)

Nas palavras do próprio Trotsky, é possível encontrarmos o mesmo tipo de afirmação:

A teoria da revolução permanente implica o caráter internacional da revolução socialista que resulta do estado da economia e da estrutura social da humanidade. O internacionalismo não é um princípio abstrato: ele não é senão o reflexo político e teórico do caráter mundial da economia, do desenvolvimento mundial das forças produtivas e do ímpeto mundial da luta de classes. (Trotsky, 1985, p. 24; grifos nossos)

Consideramos, portanto, que essa dimensão internacionalista, *totalizante*, do pensamento de Trotsky constitui-se também na base teórica para seu combate ao raciocínio “etapista” da IC acerca do caráter da revolução nos países “coloniais”, “semicoloniais” e *atrasados* em geral.

Ao considerar o sistema capitalista mundial como uma “simples adição de suas unidades nacionais”, a teoria estalinista acabava por realizar, *na prática*, uma ruptura com a noção hegeliano-marxista de *totalidade*. Recortando as nações de seu contexto internacional, o estalinismo tomava o desenvolvimento histórico destas como algo a ser realizado *em separado*, o que levava ao equívoco de considerar que as formações sociais *atrasadas* poderiam e deveriam repetir as “etapas” históricas vividas pelos países originários do capitalismo.

Em perspectiva oposta, Trotsky entendia que o fato de os países *atrasados* estarem integrados em uma “poderosa realidade independente” impossibilitava que a história trilhasse nesses os mesmos caminhos percorridos pelos países *avançados* em tempos passados. Uma vez inseridos no sistema capitalista mundial, os países *atrasados* tinham nessa inserção um elemento que impreterivelmente determinava seus desenvolvimentos históricos. Assimilando alguns dos elementos mais modernos da tecnologia, da política e da cultura das regiões mais industrializadas do globo, e implantando-os em seus ambientes pouco desenvolvidos (do ponto de vista capitalista), os países *atrasados* criavam realidades sociais particulares, híbridas e altamente contraditórias, nas quais interagiam dialeticamente (e não se opunham antiteticamente, como pensavam os “dualistas”) aspectos “arcaicos” e “modernos”. Longe de possuírem “duas” realidades no interior de suas fronteiras nacionais, os países *atrasados* tinham uma só natureza, de caráter *combinado*, oriunda desse amálgama gerado pelo contato das estruturas “arcaicas” internas com os elementos “modernos” provenientes do exterior. Essa natureza própria dos países *atrasados*, criada a partir da inserção dos mesmos na *totalidade* constituída pelo capitalismo mundial, é que os impossibilitaria de repetir a história dos países capitalistas pioneiros (*lei do desenvolvimento desigual e combinado*)¹³.

¹³ Ver Demier (2017) e Löwy (1998).

Observando a Rússia em 1909, Trotsky percebeu como nela encontravam-se

todos os estágios da civilização: desde a selvageria primitiva das florestas setentrionais, onde alimentavam-se de peixe cru e faziam preces diante de um pedaço de madeira, até as novas condições sociais da vida capitalista, onde o operário socialista se considera como participante ativo da política mundial e segue atentamente... os debates do *Reichstag*. A indústria mais concentrada da Europa sobre a base da agricultura mais primitiva. (Trotsky *apud* Löwy, 1998, p. 75; grifos de Trotsky)

Em 1932, abordando novamente a formação histórico-social russa criada por um processo de industrialização realizado “aos saltos” e sob condições sociais primitivas, escreveu Trotsky:

O capitalismo russo não se desenvolveu a partir do artesanato, para passar da manufatura à fábrica: e foi por isso que o capital europeu, inicialmente sob a forma de capital comercial, depois, sob a forma de capital financiador e industrial, caiu sobre nós, num período em que o artesanato russo, em seu conjunto, ainda não se havia dissociado da agricultura. Daí surgiu, entre nós, uma indústria capitalista bastante moderna, no ambiente de uma economia absolutamente primitiva: uma fábrica belga, ou americana, mas, em derredor, lugarejos, aldeias em casas de madeira, cobertas de colmo e que, todos os anos, eram destruídas por incêndios e por muitas outras desgraças... Os mais antiquados elementos, ao lado das últimas realizações europeias. Daí o papel imenso desempenhado pelo capital da Europa ocidental na economia russa. Daí a fragilidade da burguesia russa. Daí a facilidade com que destruímos nossa burguesia. Daí as dificuldades que surgiram quando a burguesia europeia interveio em nossos negócios... (Trotsky, 1967, pp. 390-391)

A partir dos trechos citados acima, achamos conveniente ressaltar dois aspectos presentes no raciocínio de Trotsky referente ao desenvolvimento do capitalismo nas regiões *atrasadas* do globo.

Primeiramente, é nítido para o revolucionário que a forma particular de desenvolvimento do capitalismo nas formações sociais *atrasadas* deriva, como já dissemos, justamente da sua inserção no sistema capitalista internacional, o que nos permite afirmar que a adoção por Trotsky de uma perspectiva *totalizante* foi a base para a sua compreensão acerca da natureza *combinada* assumida pelo capitalismo nos países que tardiamente realizaram seu processo de industrialização. Segundo Bianchi,

o internacionalismo metodológico de Trotsky lhe permitiu ir além [das interpretações de Lênin acerca da natureza do capitalismo russo] e incorporar uma nova dimensão analítica, investigando os espaços nacionais de produção e reprodução das relações sociais capitalistas e as relações contraditórias que se estabeleciam entre o processo de universalização e internacionalização da forma valor e o processo de particularização da forma Estado. Olhando esse movimento a partir da periferia do capitalismo, Trotsky pôde radicalizar essa concepção, politizando-a: a relação contraditória entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção ocorre com a mediação do Estado-nação. Colocando-se espacialmente na fronteira do capitalismo, Trotsky pôde ver o espetáculo caótico de um tempo partido. O choque do moderno e do arcaico tornava a Rússia atrasada, como queriam os populistas, distante ainda de uma modernidade idealizada. Mas também a tornava contemporânea de um presente capitalista que ela, a seu modo, é claro, também partilhava.

Essa dialética do arcaico e do moderno, do passado e do presente, do *ultrapassado* e do contemporâneo, do velho e do novo, do particular e do semelhante encontra-se fundada na contradição que se estabelecia entre as forças internas do desenvolvimento do capitalismo na Rússia e as forças externas a esta. A categoria de totalidade era, assim, incorporada por Trotsky na análise do processo histórico. O lento desenvolvimento das forças produtivas locais e a consequente precariedade das bases materiais para a formação das classes modernas, por um lado; e, por outro, sua inserção no sistema político e econômico do capitalismo mundial. (Bianchi, 2007, p. 66-67; grifos nossos)

Em segundo lugar, destaca-se que, na compreensão de Trotsky, os elementos “arcaicos” e “modernos” constitutivos das híbridas formações sociais *atrasadas* interagiriam dialeticamente, determinando-se mutuamente. Como afirma Löwy, os diferentes “estágios da civilização”, que, para Trotsky, far-se-iam presentes em nações *atrasadas* como a Rússia, não eram vistos por este como estando “simplesmente um ao lado do outro, numa espécie de coexistência congelada”. Segundo Löwy, Trotsky percebia como eles se articulavam, se combinavam e se amalgamavam (Löwy, 1998, p. 75).

Para Trotsky, seriam justamente essas particularidades sociais dos países *atrasados* que, ao mesmo tempo em que lhes tornavam desnecessárias e inacessíveis as longas estradas históricas já percorridas pelas nações *avançadas*, abrir-lhes-iam possibilidades de desenvolvimento mais acelerado. Na economia e na política dos países *atrasados*, descartava-se, segundo Trotsky, qualquer evolução nos moldes “etapistas”:

É absurdo dizer que não se pode saltar etapas. O curso vivo dos acontecimentos históricos salta sempre por cima das etapas, que são o resultado de uma análise teórica da evolução considerada em seu conjunto, isto é, em sua amplitude máxima, e, nos momentos críticos, exige ele o mesmo salto da política revolucionária. Poder-se-ia dizer que a capacidade de reconhecer e utilizar *esses momentos distingue, antes de tudo, o revolucionário do evolucionista vulgar.*

A análise feita por Marx do desenvolvimento da indústria (o ofício, a manufatura, a usina) corresponde ao alfabeto da economia política ou, melhor, da teoria econômico-histórica. Na Rússia, porém, a usina apareceu sem passar pelo período da manufatura e do ofício. Já são as sílabas da história. Uma evolução análoga verificou-se, entre nós, no domínio da política e das relações de classe. Não se pode compreender a nova história da Rússia sem ter aprendido o esquema de Marx: ofício, manufatura, usina. Mas, não se compreenderá nada quando se tiver aprendido *somente isso*. É que a história russa – digamo-lo sem ofender Stálin – realmente saltara algumas etapas. Todavia, a distinção teórica das etapas também é necessária para a Rússia, porque, sem isso, não se chegaria a compreender o caráter do salto nem suas consequências. (Trotsky, 1985, pp. 105-106; grifos do autor)

O caso russo, para Trotsky, constituía-se em um exemplo concreto de sua perspectiva interpretativa da história, isto é, daquilo que poderíamos chamar, sem grandes compromissos categoriais, de uma “filosofia trotskista da história”, caracterizada pelo seu cunho internacionalista e “antietapista”. Por se tratar de uma nação *atrasada*, a Rússia via-se, em pleno século XX, ainda pendente da realização de uma série de tarefas “democráticas”, como a destruição dos elementos feudais em sua estrutura agrária e a edificação de um regime democrático-burguês. Segundo Trotsky, entretanto, o processo de industrialização realizado “aos saltos” no país – “saltos” estes proporcionados justamente pela interação entre a economia russa e o mercado mundial – propiciara um cenário no qual uma relativamente “débil” burguesia deparava-se com um proletariado “relativamente poderoso”, situação que transmitiu a este último a potencialidade de efetivar as tarefas que, *em tese*, isto é, segundo a perspectiva “etapista”, caberiam, *por direito*, à primeira. Para Trotsky, o proletariado só poderia realizar tais tarefas tomando em suas mãos o leme do Estado e implantando a sua ditadura de classe (ditadura do proletariado), saltando assim a etapa de uma democracia formal, burguesa. Na sua ótica, a correlação de forças entre as classes sociais que permitia (permitiu) a tomada do poder em um país *atrasado* antes que isso ocorresse nas nações altamente industrializadas originava-se justamente do modo *desigual e combinado* como o capitalismo operava na Rússia, modo este que, por sua

vez, resultava, nunca é demais repetirmos, da inserção do país na *totalidade* capitalista mundial. Desse modo, tanto a burguesia quanto o proletariado russos, desenvolvidos e formatados pela industrialização do país, tinham raízes não só “internas”, mas também “externas”. A possibilidade de “saltar” etapas, por parte dos países *atrasados*, só poderia ser compreendida, então, por um raciocínio que os enxergasse a partir de suas relações dialéticas com o mundo *avançado*.

Diferentemente do pensamento *evolucionista* e *economicista*, cultivado tanto pela da II Internacional quanto pela IC estalinizada, que, praticamente desconectando as nações *atrasadas* de seu contexto mundial, mensurava os seus níveis interiores de desenvolvimento econômico e político para lhes determinar qual o caráter de suas revoluções, Trotsky sempre buscou compreender as possibilidades revolucionárias de qualquer nação tomando-as como parte de um processo internacional da luta de classes. Justamente por combinar, em suas formações sociais, um desenvolvimento ainda incipiente das forças produtivas com aspectos e elementos claramente arcaicos, poderiam os países *atrasados* tomar a dianteira das insurreições operárias vitoriosas. Com suas particularidades, os países *atrasados*, tal como os países *avançados*, pertenciam a uma mesma *totalidade* histórico-social, o mundo capitalista, já passível de ser transformado pela ação do proletariado internacional:

Que diferença há, então, entre os países avançados e os países atrasados? Há uma diferença muito grande, mas sempre subordinada às relações da dominação capitalista. As formas e os métodos da dominação da burguesia são extremamente diversos nos diferentes países. Num dos polos, temos a dominação direta e absoluta dos Estados Unidos; noutra polo, o capital financeiro, adaptando-se às instituições caducas da Idade Média asiática, submete-as, utiliza-as e lhes impõe seus métodos – a Índia. Isso nos leva a supor que também a ditadura do proletariado terá, nos diferentes países, um caráter extremamente variado quanto à sua base social, às suas formas políticas, às suas tarefas imediatas e ao seu ritmo. Seja como for, só a hegemonia revolucionária do proletariado, transformando-se em ditadura do proletariado depois da conquista do poder, poderá dar às massas populares a vitória sobre o bloco dos imperialistas, dos feudais e dos burgueses nacionais. (*ibidem*, pp. 108-109)

É possível perceber, assim, como a ideia de *desenvolvimento desigual e combinado*, a crítica à teoria do “socialismo num só país”, a descrença em qualquer papel “progressista” a ser cumprido pelas burguesias dos países *atrasados* e a defesa do caráter socialista da revolução nestes últimos, entre outras elaborações teóricas e formulações políticas de Trotsky, só podem ser compreendidas a partir

da perspectiva internacionalista que o revolucionário adotava diante do capitalismo nas distintas regiões do globo.

Referências bibliográficas

- BIANCHI, Alvaro. “O marxismo de León Trotsky: notas para uma reconstrução teórica”, *Idéias*, nº. 14, pp. 57-99, Campinas, 2007.
- DEMIER, F. “A lei do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky e a Revolução Russa”. In: DEMIER F. & MONTEIRO, M. L. (orgs.). *100 anos depois: a Revolução Russa de 1917*. Rio de Janeiro: Mauad, 2017, pp. 135-166.
- DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky. O profeta desarmado*. (1921-1929). 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- KNEI-PAZ, Baruch. “Trótski: revolução permanente e revolução do atraso”. In: HOBSBAWM, Eric J. (org.) *História do marxismo V* (o marxismo na época da Terceira Internacional: A Revolução de Outubro: O austromarxismo). 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, PP. 159-196.
- LÊNIN, V. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1979.
- LIGA COMUNISTA DO BRASIL. “Projeto de teses sobre a situação nacional”. In: ABRAMO, F. & KAREPOVS, D. *Na contracorrente da história*. Documentos da Liga Comunista Internacionalista. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- LÖWY, Michael. “A teoria do desenvolvimento desigual e combinado”, *Outubro*, nº. 1. pp. 73-80, 1998.
- LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão revolucionária: Mario Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- MARX, K. & ENGELS, F. *O manifesto do partido comunista*. 5ª edição. Rio de Janeiro (GB): Vitória, 1963.
- SCHRAM, Stuart. *Mao Tse-Tung*. Rio de Janeiro: Biblioteca Universal Popular, 1968.
- SOFRI, Gianni. “O problema da revolução socialista nos países atrasados”. In: HOBSBAWN, Eric J. *História do Marxismo VIII* (O marxismo na época da Terceira Internacional: o novo capitalismo, o imperialismo, o terceiro mundo). 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, pp. 329-373.
- STÁLIN, J. *Cuestiones del leninismo*. 11ª edição. Cidade do México: Ediciones sociales, 1941.
- TROTSKY, León. *A História da Revolução Russa*. Rio de Janeiro/Guanabara: Saga, 1967, 3 volumes.
- _____. *Resultados y perspectivas*. Buenos Aires: El Yunque Editora, 1975.
- _____. *A revolução permanente*. São Paulo: Kairós, 1985.
- _____. *La revolución española*. S.l: El puente editorial, s.d; *Escritos latinoamericanos*.

2ª edição. Buenos Aires: Centro de Estudios, Investigaciones y Publicaciones León Trotsky (CEIP León Trotsky), 2000a.

_____. “Tareas e peligros de la revolución en la India”. *In: TROTSKY, L. La teoría de la revolución permanente. Compilación.* Buenos Aires: Centro de Estudios, Investigaciones y Publicaciones León Trotsky [CEIP León Trotsky], 2000b, pp. 539-548.

_____. “Sobre las tesis sudafricanas”. *In: TROTSKY, L. La teoría de la revolución permanente. Op. cit.*, 2000c, pp. 561-567.

_____. “La revolución china”. *In: TROTSKY, L. La teoría de la revolución permanente. Op.cit.*, 2000d, pp. 524-535.

_____. “Discussões sobre o Programa de Transição”. *In: TROTSKY, L. Programa de Transição. A agonia do capitalismo e as tarefas da Quarta Internacional.* (Cadernos Marxistas). São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2004, pp. 61-92.

_____. *A revolução traída. O que é e para onde vai a URSS.* 2ª edição. São Paulo: José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

Recebido em 15 de dezembro de 2017

Aprovado em 29 de janeiro de 2018



NOTA CRÍTICA

A UERJ em estado de calamidade pública

Jônatas da Silva Abreu Aarão*

O governo do estado do Rio de Janeiro, desde o fim da gestão Sérgio Cabral, vem implementando uma política deliberada de subfinanciamento da UERJ e de seu complexo¹. Ao fim de 2014, este governo deixou de efetuar o pagamento referente às empresas terceirizadas que prestavam serviços de manutenção, segurança e limpeza para a universidade. O resultado foi o atraso dos salários e demais benefícios dos trabalhadores. No caso dos trabalhadores da limpeza, houve reação e uma forte paralisação na segunda quinzena de dezembro, que reivindicava o acerto dos pagamentos atrasados.

Em 2014, muito antes de começar a atrasar o pagamento dos salários e das bolsas dos servidores e estudantes da UERJ, o governo do RJ já sinalizava que não cumpriria com os compromissos relacionados ao custeio da universidade, uma vez que afirmava não ter verbas para garantir o pagamento integral daquilo que estava previsto nos contratos firmados com as empresas terceirizadas.

Este cenário manteve-se ao longo de todo o ano de 2015, já na gestão do governo Pezão. Por diversos momentos, algumas das principais atividades que garantem o funcionamento da universidade (limpeza e manutenção, por exemplo) foram parcial ou completamente paralisadas, em virtude de recursos *não repassados pelo governo* às empresas terceirizadas que prestam esses serviços.

Em setembro do mesmo ano, o pagamento das bolsas dos estudantes – de permanência, residência, estágio, etc. – começou a atrasar. Em face disto, alguns estudantes, principalmente os cotistas, passaram a não ter condições econômicas de frequentar as aulas. Com a iminente chegada do fim do período 2015.2 e as provas de final de curso, os estudantes decidiram ocupar a universidade até o pagamento das bolsas, fato que ocorreu na primeira semana de dezembro de 2015. Neste mesmo período, o governo anunciou, pela primeira vez, o parcelamento dos salários dos servidores do estado. Antes quitado no segundo dia útil de cada mês, o pagamento foi fracionado pelo governo e passou a ser efetuado em duas parcelas, uma parte no 2º dia útil e o restante no 7º dia útil.

A ocupação da UERJ por parte dos estudantes teve alguns resultados imediatos, como a regularização, ao final do ano, do pagamento das bolsas. Não obstante, ao chegar o ano de 2016, abateu-se a mais grave crise enfrentada pelo serviço público estadual e, por conseguinte, pela UERJ. Após parcelar os salários

* Mestrando em economia pelo PPGE/UFF e servidor técnico-administrativo da UERJ.

¹ A UERJ é composta por outras quatorze unidades externas além do *campus* Maracanã, inclusive a Policlínica Piquet Carneiro (PPC) e o Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE).

dos servidores em dezembro de 2015 e janeiro de 2016, o governo do RJ anunciou que o pagamento, a partir de março de 2016, passaria a ser efetuado no décimo dia útil, e o 13º salário seria pago apenas de forma integral, em dezembro, e não mais metade em junho e metade em dezembro, como era de praxe. Ademais, o pagamento das bolsas estudantis e o custeio da universidade voltaram a atrasar. Em razão do difícil cenário que se avizinhava, os servidores da UERJ (técnicos-administrativos e docentes), juntamente com os estudantes, deflagraram greve a partir do dia 07 de março.

Na pauta da greve, estavam basicamente os seguintes pontos: (i) o retorno do pagamento dos salários ao segundo dia útil; (ii) a regularização do pagamento das bolsas estudantis e dos salários e benefícios dos trabalhadores terceirizados; e (iii) a normalização do custeio da universidade – pagamento das empresas de manutenção, limpeza, segurança e alimentação (“bandejão”), bem como disponibilização de verbas para garantir o funcionamento das unidades educacionais e de saúde da UERJ.

A greve de 2016 durou cinco meses e terminou logo após o fim dos jogos olímpicos, com a promessa do governo do RJ de regularizar o pagamento dos salários e bolsas e garantir as verbas para o custeio da universidade. O que se viu, no entanto, foi justamente o contrário. O governo não garantiu sequer o valor que lhe cabia em relação ao orçamento referente à UERJ que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) aprovou para o ano de 2016, correspondente a 1,1 bilhão de reais. Destes, 948 milhões de reais eram recursos provenientes do Tesouro do Estado.

Dos recursos oriundos do Tesouro do Estado, 90% (aproximadamente 853 milhões e 200 mil reais) destinavam-se ao pagamento de salários e bolsas de servidores e estudantes, enquanto que os 10% restantes direcionavam-se a garantir o funcionamento da universidade – serviços de segurança, manutenção, limpeza, alimentação etc. Destes 10% (aproximadamente 90 milhões de reais), apenas 15,5 milhões de reais foram destinados ao pagamento das despesas descritas acima, o que representa a garantia de apenas dois meses, em um total de doze, de funcionamento dos serviços necessários para que a universidade se mantivesse operante e ativa.

O governo do RJ, ao implementar sua política de subfinanciamento da educação pública superior², simplesmente abandonou a UERJ. Como resultado dessa política, as empresas terceirizadas rescindiram os contratos e pararam de

² Não apenas a UERJ, mas também a UENF e a UEZO foram vítimas da política de subfinanciamento implementada pelo governo Pezão.

fornecer serviços à comunidade acadêmica³. Como se não bastasse a dramática situação do custeio da universidade, o governo do RJ passou a atrasar sistematicamente o pagamento dos salários dos servidores e das bolsas dos estudantes a partir de dezembro de 2016. Em janeiro de 2017, nova greve foi deflagrada pelo pagamento de salários e para garantir as verbas mínimas de custeio.

Em guerra contra o ensino superior público, o governo, com o apoio da grande mídia, para se defender, argumentou ao longo do ano de 2017 que a UERJ era “cara” e precisava aprender a captar recursos próprios que garantissem o seu funcionamento. O argumento, muito embora não explicitasse de forma clara, trazia consigo, implicitamente, a ideia de que a UERJ deveria passar por um processo, ainda que moroso, de privatização. A concepção privatista, no entanto, não tardou a aparecer em sua forma mais escancarada, através do Ministro da Fazenda Henrique Meirelles. Este, ao recomendar um rigoroso ajuste nas contas do governo do RJ, apontou para a privatização da UERJ e a demissão dos servidores que compõem seu quadro como possível solução para a crise das contas públicas.

A repercussão extremamente negativa das recomendações de Meirelles fez com que Pezão firmasse um “compromisso com o povo do Rio de Janeiro”. Segundo Pezão, em seu governo, a UERJ não seria privatizada. Sabe-se, todavia, que a UERJ só não sucumbiu à sanha privatista em razão da luta aguerrida que os servidores e estudantes desta universidade travaram. Seja através de greves, piquetes, ou até mesmo em atos públicos em conjunto com o funcionalismo público estadual, os servidores e estudantes da UERJ resistiram e, por isso, conseguiram evitar o seu fechamento e a sua privatização.

Com a normalização do pagamento dos salários e das bolsas, a greve dos docentes e técnicos teve fim. E, como em todo processo político, é necessário fazer um balanço crítico. É bem verdade que a greve de 2017 foi muito longa e, por vezes, cumpriu um papel meramente defensivo, isto é, o de impedir que os trabalhadores da universidade trabalhassem sem receber. Nesse ínterim, a greve, enquanto instrumento de luta contra o capital e contra um governo sujo até a medula por escândalos de corrupção, deixou a desejar. Muito embora, em seu início, ela tenha contado com a participação ativa de um bom número de servidores e estudantes e as atividades administrativas e acadêmicas tenham sido interrompidas em praticamente sua totalidade, com o passar do tempo e com a posição irreduzível do governo, a greve acabou por se esvaziar.

³ Por quase todo o ano de 2017, o bandejão da UERJ ficou fechado. Insatisfeitos com a situação, estudantes ocuparam o espaço do bandejão e iniciaram uma espécie de gestão coletiva, que contou com o fornecimento de refeições diárias (almoço e café) para estudantes e servidores. Após a ocupação, a reitoria da universidade agiu rapidamente e contratou, por intermédio de processo licitatório, uma empresa para gerir o bandejão. Com isso, a ocupação teve fim e o bandejão voltou a funcionar regularmente.

A conjuntura de 2018 parece não ser menos difícil do que a dos anos anteriores. Não há a menor garantia, por parte do governo, de que os salários e bolsas serão pagos de maneira regular. Além disso, os fantasmas do subfinanciamento e da privatização ainda percorrem os corredores cinzentos da UERJ. A luta contra a privatização e o sucateamento da UERJ passa por uma reflexão sobre qual tipo de greve deve-se empreender. Não se trata aqui de negar a greve enquanto instrumento de luta dos trabalhadores. Trata-se de pensar qual tipo de luta deve-se travar quando a educação e a saúde públicas e até mesmo os empregos estão em vias de se esfacelarem.

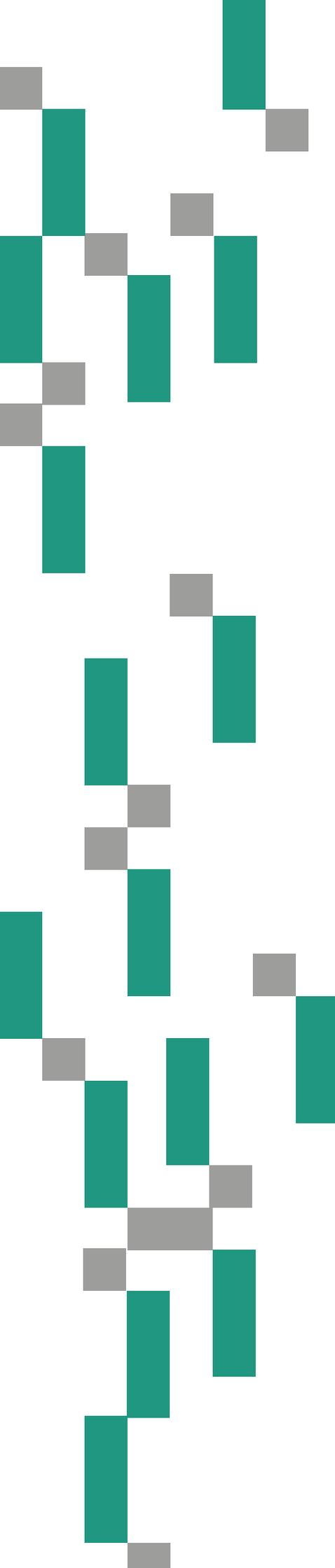
Uma “greve de pijama”, longa, morosa, na qual os servidores ficam em casa esperando as direções dos sindicatos e do DCE negociarem dentro dos gabinetes com deputados, secretário da ciência e tecnologia e governador, como ocorreu em 2017, parece não incomodar o empresariado e o governo, haja vista que, apesar de toda a pressão da opinião pública, Pezão manteve, durante um ano inteiro, o pagamento dos servidores em atraso⁴. Uma alternativa para os trabalhadores é realizar uma greve mais curta, porém intensa e combativa, com ampla mobilização e participação da comunidade acadêmica. Ademais, a obstrução dos interesses do capital e do governo requer a construção de uma greve geral capaz de aglutinar diferentes frações da classe trabalhadora em torno de uma pauta de defesa dos direitos dos trabalhadores, bem como da educação e da saúde pública. Esta, sim, parece ser uma alternativa para que a classe trabalhadora se defenda dos ataques do capital e do governo e, ao mesmo tempo, contra-ataque.

Para que a UERJ sobreviva aos violentos ataques aos quais tem sido submetida, é necessário não somente resistir. É necessário reagir! A reação passa por uma unidade de toda a comunidade acadêmica e de uma relação mais próxima com o povo trabalhador. Somente através da luta intensa e combativa e de uma ampla unidade com os outros segmentos da classe trabalhadora será possível impedir o sucateamento e o subfinanciamento da universidade e expulsar, de uma vez por todas, o fantasma da privatização.

Recebido em 03 de fevereiro de 2018

Aprovado em 02 de março de 2018

⁴ O salário e as bolsas chegaram a ficar quatro meses atrasados ao longo do ano de 2017.



LUTA e MEMÓRIA

Aportes para una discusión contemporánea al texto de Antonio Gramsci sobre “Una revolución contra *El Capital*”

Julio C. Gambina*

Con la publicación del Tomo I de *El Capital* en 1867, Carlos Marx sentaba las bases explicativas del origen del excedente económico en el capitalismo y fundamentaba la necesidad de la revolución proletaria.

Medio siglo después, en 1917, los bolcheviques materializaron en la práctica la revolución proletaria contra el orden capitalista. El sueño del socialismo se hacía desafío y modificó sustancialmente la historia.

Ambos acontecimientos marcan nuestra época. Con *El Capital*, emergen las bases teóricas de la crítica al capitalismo y se convoca a realizar la revolución. Esta se transforma en realidad y perspectiva bajo la dirección de Lenin en Rusia, como parte de una estrategia de revolución en otros territorios, especialmente en Europa y el capitalismo desarrollado.

El impacto social de ambos fenómenos va a transformar la realidad

científica, teórica, política y la cultura social contemporánea.

Con *El Capital* en circulación, la Economía Política se dividirá en corrientes de pensamiento irreconciliables. Por un lado la crítica, con una tradición de continuidad del pensamiento de Marx y diversas polémicas de interpretación y alcance de los enunciados por el intelectual nacido en Tréveris. Del otro la apologética teórica y política, con la demanda del retorno a los clásicos primero, los neoclásicos; y luego, a los liberales, los neoliberales.

Por su parte, desde la Revolución de Octubre (noviembre del 17) culmina el largo proceso de construcción unilateral y avasallante del orden capitalista. Un nuevo imaginario emerge ante la sociedad, e incluso luego, hacia 1945, se presentará como bipolaridad del sistema mundial. Socialismo *versus* capitalismo como ho-

* Doctor en Ciencias Sociales de la Universidad Nacional de Buenos Aires, UBA. Profesor titular de Economía Política en la Universidad Nacional de Rosario, UNR. Profesor de posgrado en Universidades públicas de Argentina y Nuestramérica. Presidente de la Sociedad Latinoamericana de Economía Política y Pensamiento Crítico, SEPLA. Director del Instituto de Estudios y Formación de la Central de Trabajadores de la Argentina, IEF-CTA Autónoma. Presidente de la Fundación de Investigaciones Sociales y Políticas, FISYP.

rizonte de imaginario social en nuestro tiempo.

Resulta imprescindible analizar en conjunto el momento teórico y el de la práctica, la circunstancia de *El Capital* y de la Revolución Rusa, tanto como sus concatenaciones, más aún a 150 años de uno y a 100 del otro.

Gramsci, *El Capital* y la Revolución

Antonio Gramsci escribe su artículo Una revolución contra *El Capital*, “Aparecido en *Avanti*, edición milanesa, el 24 de noviembre de 1917. Reproducido en el *Il Grido del Popolo* el 5 de enero de 1918.” (Gramsci, 1917).

Se trata de un texto en polémica con el marxismo oficial de época, es decir, más allá del propio Marx, que renegaba del “marxismo”; pero también en polémica con Marx más allá de su obra máxima: *El Capital*.

El artículo es una opinión del revolucionario italiano que confronta con una lógica política e ideológica evolucionista en la perspectiva de la construcción anticapitalista y por el socialismo que había instalado la socialdemocracia europea a comienzos del Siglo XX.

Debe considerarse para ese momento la emergencia del revisionismo de Bernstein respecto de la teoría, que tenía su anclaje en una política electoral y evolucionista con relación a los cambios necesarios.

El texto de Gramsci es un escrito crítico al calor del triunfo revolucionario de octubre en Rusia y en polémica con la opinión hegemónica de los se-

guidores de Carlos Marx a 34 años de su muerte, es decir, al “revisionismo” teórico que emerge a comienzos del Siglo XX y a una opción política electoralista desarrollada en el movimiento socialista, junto a una construcción “sindicalista” en el movimiento obrero.

Gramsci señala los límites de la teoría y política hegemónica entre los socialistas de su época. Esa concepción había condenado los aportes de Carlos Marx al necesario desarrollo previo del capitalismo:

El Capital de Marx era, en Rusia, el libro de los burgueses más que el de los proletarios. Era la demostración crítica de la necesidad ineluctable de que en Rusia se formase una burguesía, se iniciase una era capitalista, se instaurase una civilización de tipo occidental, antes de que el proletariado pudiera siquiera pensar en su insurrección, en sus reivindicaciones de clase, en su revolución. Los hechos han superado las ideologías. Los hechos han reventado los esquemas críticos según los cuales la historia de Rusia hubiera debido desarrollarse según los cánones del materialismo histórico. (ibídem)

Queda clara la crítica al materialismo histórico, y confronta los sujetos que se apropian de *El capital*, la burguesía, respecto de los que debieran apropiarse, lo proletarios.

Continúa el párrafo señalando

que “Los bolcheviques reniegan de Carlos Marx al afirmar, con el testimonio de la acción desarrollada, de las conquistas obtenidas, que los cánones del materialismo histórico no son tan férreos como se pudiera pensar y se ha pensado.” (ibídem).

En este punto conviene diferenciar la primera parte de la segunda, puesto que la primera es una deformación “etapista” respecto de los aportes de Marx en su trayecto, antes, durante y después de *El Capital*, al punto de señalar el mismo Marx que no aceptaba la caracterización de marxista. El marxismo había devenido en vulgarización de las principales tesis del intelectual revolucionario y mucho más en el accionar político. El reformismo, el revisionismo, el electoralismo y el sindicalismo fueron las variantes hegemónicas en que devino el movimiento que asumió la continuidad y tradición de Marx, algo que la revolución en Rusia y su derrotero modificaron sustancialmente.

Sobre la segunda opinión, relativa a Marx, vale considerar el debate epistolar, hacia 1881, de éste con Vera Zasúlich sobre la “comunidad agraria” en Rusia y la cuestión del avance del capitalismo mundial y su influencia en formas productivas comunes, por caso, las comunas en Rusia, articulando producción individual y colectiva.

Marx insistirá en consideraciones de observaciones y estudios variados sobre la acumulación originaria

del capital, más allá de lo indicado para Inglaterra en el Tomo I de *El Capital* y especialmente para el caso de Rusia, proponiendo que ante la eventualidad de la revolución en Rusia existiría la posibilidad del aliento al triunfo del proletariado occidental, en Europa y Estados Unidos, contribuyendo así a favorecer adelantos tecnocientíficos aplicados a la producción (en Europa y en EEUU) sin suprimir la comuna en Rusia, ni atravesar una etapa previa del desarrollo capitalista (Cf. Engels, 1924).

Es cierto que hay problemas en la temporalidad de la difusión de los textos de Marx, e incluso entre el pensamiento y la escritura del teórico de la revolución.

Resulta común leer en los textos publicados en vida de Marx, y mucho más ahora que se conocen sus apuntes, borradores y planes, que lo editado es apenas una mínima parte de su proyecto de investigación e incluso de supuestos y sugerencias que anticipan los tiempos de revolución.

Su obra máxima es apenas una parte de una mirada sobre el capitalismo, la que se hace desde el Capital y se enuncia y nunca se realiza el enfoque desde el salario, desde la renta, desde el Estado, desde el Mercado Mundial y desde la Economía Mundial. Son seis formas diferentes de encarar el estudio y la crítica del capitalismo.

En ese sentido, resulta de interés leer la carta de Marx a Vera Zasúlich¹,

¹ Carta de Karl Marx a Vera Zasúlich del 8 de marzo de 1881. En: <http://www.matxingunea.org/media/pdf/marx_carta_a_vera_zasulich.pdf>. (consultado el 3/07/17).

que Gramsci no podía conocer en 1917 y que fuera recién publicada en 1924. A Marx hay que leerlo en su integralidad, con *El Capital*, Tomo I, como obra magna y sus escritos previos y posteriores, incluidos los Tomos II y III redactados en base a borradores de Marx, por Engels y el Tomo IV redactado por Kautsky sobre apuntes de Marx.

El Marx de los Manuscritos económicos y filosóficos de 1844 y sus estudios sobre la alienación son esenciales y no devaneos de un joven idealista, como pretendieron instalar en los debates teóricos una vez conocidas varias de las obras de Marx ya iniciado el Siglo XX.

Los textos esenciales antes de la teoría del plusvalor (1857-58)², como los *Manuscritos* o el *Manifiesto* y otros posteriores, críticos de su propia producción sobre la situación de países que hoy denominaríamos periféricos, especialmente Irlanda o el caso mencionado de la comuna rusa, dan cuenta de un pensamiento crítico en permanente ebullición y transformación.

En estas reflexiones de Marx, posteriores a la Edición de *El Capital*, no se sostiene la necesidad del desarrollo capitalista previo para la transición social hacia el socialismo y el comunismo.

Luego dice Gramsci: “Marx ha previsto lo previsible. No podía prever la guerra europea, o mejor dicho, no podía prever la duración y los efectos que esta guerra ha tenido. No podía prever que esta guerra, en tres años de

sufrimientos y miseria indecibles, suscitara en Rusia la voluntad colectiva popular que ha suscitado.” (Gramsci, 1917).

Fallecido Marx en 1883, es imposible que pudiera prever acontecimientos como la guerra de 1914-1918 y mucho menos su impacto sobre los pueblos y sus diferentes respuestas, entre las que destaca el levantamiento popular y revolucionario dirigido por los bolcheviques hacia 1917.

Agrega Gramsci más adelante, luego de aludir a la “lucha de clases”: “La masa se halla siempre en ebullición, y de caos-pueblo se convierte cada vez más en orden en el pensamiento, se hace cada vez más consciente de su propia potencia, de su propia capacidad para asumir la responsabilidad social, para devenir árbitro de su propio destino.” (ibídem).

Se trata del tema de la construcción de la subjetividad en el marco de la lucha de clases. Claro que es un tiempo de múltiples tensiones y de discusiones estratégicas sobre el accionar concreto. Es cierto que existe la subjetividad, pero no siempre alcanza con ello. Se necesita la voluntad y decisión de algunos dirigentes y grupos dispuestos a ir más allá de lo que se considera posible. Fue Lenin el que discutió con la dirección mayoritaria de su partido la necesidad de la insurrección y la disputa del poder desde la construcción social que suponía la realidad de los *soviets* (consejos populares que ejercían un doble poder).

² Cf. Gambina (2008).

Finalmente Gramsci se interroga: “¿Por qué debía esperar ese pueblo que la historia de Inglaterra se renueve en Rusia, que en Rusia se forme una burguesía, que se suscite la lucha de clases para que nazca la conciencia de clase y sobrevenga finalmente la catástrofe del mundo capitalista?” (ibídem).

Necesidad y actualidad de la revolución y la crítica al capitalismo

Son interrogantes muy actuales, que podrían reiterarse en las condiciones de la Revolución en China en 1949 o en Cuba de 1959, o en cualquier país en nuestro tiempo, incluyendo la recreación del proyecto socialista en ciertos discursos en Venezuela o en Bolivia de estos años.

El texto de Gramsci es de actualidad y sirve para discutir *El Capital* en el contexto de su producción y como obra inconclusa que necesita ser continuada. El asunto es que una cosa es la descripción del mecanismo de la explotación y otra es la estrategia de la revolución para encarar el proceso de transición del capitalismo al socialismo. Constituyen dos planos de una misma cuestión.

La revolución es un acontecimiento humano, de subjetividades por la transformación social y, por ende, no existe premonición valedera sobre la territorialidad para su concreción. Fue en el “eslabón más débil”, como dijo Lenin, pero pudo ser en Alemania como imaginaron Rosa Luxemburgo y, antes, Marx, Engels y sus compañeros.

Con la potencia de la bipolaridad, se estimuló el proceso revolucionario mundial entre 1945 y 1975, al mismo tiempo que se desencadenó la más gigantesca ofensiva del capital contra el trabajo, la naturaleza y la sociedad desde la crisis capitalista de mediados de los setenta. Es un proceso que expresa la síntesis de nuestro tiempo histórico.

Por eso, con Gramsci, podemos rescatar el desafío de la crítica al orden capitalista y a la propia teoría y práctica de la revolución, para evitar la cristalización de concepciones históricas de una realidad en constante movimiento producto de la lucha de clases.

En esta segunda década del Siglo XXI, debe comprenderse que las clases dominantes aprenden de la historia y, si su máxima prédica en el origen fue contra el Estado y por la libertad de comercio, con la crisis del 30 del Siglo XX superaron su propio relato para defender en adelante el papel del Estado, ahora de contenido capitalista, en el sostenimiento de la estrategia de máxima del capital por la liberalización.

Ahora se sustenta el desafío capitalista desde ese aprendizaje y por ende existe y se generaliza desde el Estado nacional y supra nacional la liberalización, más allá de la prédica nacionalista del *Brexit* o de Trump.

Como entonces con Marx, continúa la necesidad de la crítica al capitalismo de nuestra época para revolucionar la sociedad y construir el tránsito del capitalismo al socialismo.

Referencias bibliográficas

ENGELS, F. “Proyecto de respuesta a la carta de V. I. Zasluch. Escrito: En francés, en febrero y comienzos de marzo de 1881.” Primera edición: En *Archivos de C. Marx y F. Engels*, libro I, 1924. En: <<https://www.marxists.org/espanol/m-e/1880s/81-a-zasu.htm>>. (consultado el 3/07/2017).

GAMBINA, Julio C. *Estudio introductorio a la Introducción a la crítica de la Economía Política*. Buenos Aires: Ediciones Luxemburg, febrero del 2008.

GRAMSCI, A. La revolución contra *El Capital*. En: <<https://www.marxists.org/espanol/gramsci/nov1917.htm>>. (consultado el 3/07/17)

Texto apresentado no *Marx e o Marxismo 2017: De O capital à Revolução de Outubro (1867 – 1917)*